

ORGANIZADORAS
Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias

INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

VOLUME III



PPGSOF
Mestrado em
Sociedade e Fronteiras

INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA
NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

VOLUME III

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Aldenor da Silva Pimentel

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Ariosmar Mendes Barbosa
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Rosinildo Galdino da Silva
Guido Nunes Lopes
Rafael Assumpção Rocha
Raquel Voges Caldart
Simone Rodrigues Silva
Ana Paula da Rosa Deon
Priscila Elise Alves Vasconcelos
Altiva Barbosa da Silva
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues
Ricardo Carvalho dos Santos
Eliabe dos Santos Procopio

Suplentes

Rileuda de Sena Rebouças
Victor Hugo Lima Alves
Gilmara Maria Duarte Pereira
José Teodoro de Paiva
Ramão Luciano Nogueira Hayd
Edileusa do Socorro Valente Belo
Maria do Socorro Lacerda Gomes
Jhêssica Luara Alves de Lima
Fábio Luiz Wankler
Carlos Alberto Marinho Cirino
Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Realização:



Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras
– PPGSOF/UFRR



Editora da Universidade Federal de Roraima

Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil

E-mail: editora@ufr.br

Filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA
NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

VOLUME III

ORGANIZADORAS

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS



BOA VISTA - RR
2022

Copyright © 2022

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610 / 98) e é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto gráfico, capa e diagramação

Norah Gamboa Vela

Fotografia da capa:

Joel Valério

(Arquivo de Pesquisas GEIFRON)

Imagem/arte da contracapa

Efigenia Gisleda Gonzales Briceño

Revisão Técnica

Elisângela Dias Barbosa

Norah Gamboa Vela

Comitê Científico – Avaliadores/as Ad Hoc

Profª. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)

Profª. Dra. Catiane Cinelli (UFMA)

Prof. Dr. Douglas Verbicaro Soares (UFRR)

Prof. Dr. Geraldo Castro Cotinguiba (UNIR)

Profª. Dra. Gilmará Gomes da Silva Sarmento (IFAL)

Profª. Dra. Heloisa Helena Corrêa da Silva (UFAM)

Profª. Dra. Iana dos Santos Vasconcelos (UFRR)

Profª. Dra. Iraíldes Caldas Torres (UFAM)

Prof. Dr. Marcus Vinicius Freitas REIS (UNIFAP)

Profª. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM)

Profª. Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba (UNIR)

Profª. Dra. Renata da Silva Nóbrega (UNIR)

Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Castro (FSDB)

Prof. Dr. Sandro Martins de Almeida Santos (UFV)

Profª. Dra. Solange Pereira do Nascimento (UEA)

Prof. Dr. Willas Dias da Costa (SEDUC/AM)

Dados Internacionais de Catalogação Na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

I61 Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica / Márcia Maria de Oliveira, Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. –
Boa Vista: Editora da UFRR, 2022.
391 p.: il. v. 3.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-5955-027-2

Livro eletrônico (e-book).

1. Migrações. 2. Amazônia. 3. Fronteiras. 4. Políticas Públicas. 5. Estudos Migratórios. I. Título. II. Oliveira, Márcia Maria de. III. Dias, Maria das Graças Santos. IV. Universidade Federal de Roraima. V. Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras.

CDU - 325:316.7(811)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:

Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMARIO

PREFÁCIO	9
<i>Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas</i>	
APRESENTAÇÃO	13
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
<i>Maria das Graças Santos Dias</i>	
STATUS CONDICIONADO DE UMA MOBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA: VENEZUELANOS E O TRÂNSITO ENTRE CATEGORIAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL	21
<i>Militza Pérez Velásquez</i>	
<i>João Carlos Jarochinski Silva</i>	
INTERAÇÕES E ESTIGMAS ENTRE BRASILEIROS E VENEZUELANOS NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA	41
<i>Alessandra Rufino Santos</i>	
OPERAÇÃO ACOLHIDA E A ESTRATÉGIA DE GOVERNO PARA AMPLIAR AS DESPOSSOÇÕES NA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS.....	68
<i>Tácio José Natal Raposo</i>	
MIGRAÇÕES NA LITERATURA BRASILEIRA E NA VIDA DOS ESTUDANTES..	87
<i>Carmem Silva de Oliveira</i>	
<i>Igor Rocha Camargo</i>	
<i>Mateus de Oliveira Ribeiro</i>	
<i>Walter Mariano Rodrigues da Silva</i>	

FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES EM RORAIMA	105
<i>Joel Valerio</i>	
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
A SOLIDÃO DE MULHERES MIGRANTES	127
<i>Maria Inah de Almeida</i>	
<i>Lúcia Marina Puga Ferreira</i>	
A MIGRAÇÃO VENEZUELANA DO CENÁRIO AO ACOLHIMENTO: CONTEXTO INICIAL, RESPOSTAS BRASILEIRAS À DIÁSPORA VENEZUELANA E ANÁLISES TEÓRICAS DE FATORES DE PERPETUAÇÃO	145
<i>Denise Figueiró Mendes</i>	
<i>Regina de Paula Medeiros</i>	
<i>Duval Magalhães Fernandes</i>	
ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NA FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA	174
<i>Talyta Pontes Monteiro</i>	
OS DESAFIOS PARA PROTEÇÃO À INFÂNCIA MIGRANTE	193
<i>Gheysa Daniele Pereira Moura</i>	
MENORES IMIGRANTES NÃO ACOMPANHADOS NO FOTOJORNALISMO ITALIANO	213
<i>Rosa Maria Martins Silva</i>	
<i>Simonetta Persichetti</i>	
HISTÓRIA E MEMÓRIAS DOS MESTRES DO BOI ESTRELA DO VALE	235
<i>Francisco Marcos Mendes Nogueira</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RORAIMA: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR	255
<i>Thaísy Nitis Mota Nattrodt</i>	
<i>Maria das Graças Santos Dias</i>	

MIGRAÇÕES E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM RORAIMA	275
<i>Alessandra Lima Medeiros</i>	
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
REDES MIGRATÓRIAS DE HAITIANOS EM RORAIMA	299
<i>Gabriela da Costa Norberto Peres</i>	
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
MIGRANTES VENEZUELANAS EM BOA VISTA/RORAIMA: INSERÇÃO LABORAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO	325
<i>Maria das Graças Santos Dias</i>	
EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS	360
<i>Ana Licel Brandan</i>	
EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA COMPARTILHADA	366
<i>José Enrique Belisario Rodriguez</i>	
BIOGRAFIAS	375
ÍNDICE REMISSIVO	386

PREFÁCIO

“Encheram a terra de fronteiras,
carregaram o céu de bandeiras,
mas só há duas nações:
A dos vivos e a dos mortos”.

Mia Couto (2016)
Um rio chamado tempo,
uma casa chamada terra.

O mundo inteiro vive em deslocamentos populacionais. Sobre a terra, a água, o ar, dinâmicas migratórias atravessam continentes, culturas, impérios e governos nacionais, em movimentos que alteram o instituído, e produzem processos socioculturais emergentes.

Seres vivos do planeta azul não encontram limites na adaptabilidade humana. Mantida a sobrevivência básica, homens e mulheres migrantes são laboratórios sociais de trocas, de produção de nichos da espécie e da cultura. Refúgios físicos e culturais são os pontos de conexão entre nacionalidades, as de origem, as de passagem e as do novo destino. Em algum lugar do mundo há grupos humanos em êxodo, diáspora, em desenraizamento. A contemporaneidade tem ilustrado que até o desejo de existir fora da biosfera impulsiona seres humanos a prospectar outros corpos planetários em busca de nova terra para colonizar, viver e sonhar ...

Uma certa magia impulsiona os migrantes. A de enfrentar o desconhecido, a de reduzir a sociabilidade a um ponto mínimo no qual todos os esforços de interação humana têm foco em novas díades, tríades e assim as relações simples e complexas começam a estruturar novas redes de vínculos sociais. Diríamos mesmo que os migrantes ampliam mecanismos da reprodução social,

pois obrigam-se a produzir novos laços e ao mesmo tempo esforçam-se para reinventar a memória, e preservar as lembranças de sua trajetória individual e coletiva. Abrem-se às oportunidades e à solidariedade, valorizam o mínimo que recebem, reinventam ofícios, competências e estilos de vida. Seres em transição, aprendem a valorizar a estabilidade das situações, mesmo onde a insegurança pode tudo subverter a qualquer momento. Os migrantes transformam o pouco em muito, gotas de aceitação e de reconhecimento transformam-se em rios de reciprocidade. O mundo seria outro se todos vissem os deslocamentos populacionais como processos produtores de soluções.

As contradições históricas, no entanto, são igualmente constituídas de relações, desta feita de opressão, expropriação, alienação. Crenças, projetos de poder e sobretudo interesses aceleram os deslocamentos em redes nada idílicas de mão de obra disponível, descartável, ou em vias de produzir mais valor. No mundo das posses e das propriedades do corpo e do espírito as migrações servem aos domínios do capital, mesmo nos ambientes aparentemente fora dos processos de centralização e concentração sistêmica, ou em seus efeitos perversos de destruição de tudo que parece perene. Se os fenômenos de migração ameaçam o controle dos estoques populacionais dos explorados, os migrantes são amaldiçoados, banidos, e até assassinados diante de câmeras do mundo inteiro, afogados com portos à vista, metralhados nas fronteiras dos impérios. Forçados a abandonar suas ligações de origem, os migrantes são prisioneiros do destino e apresentam-se fragilizados diante de obstáculos locais.

A força do território se acovarda diante dos interesses do Estado, das Igrejas, dos tribunais que limitam as nacionalidades, as comunidades e o direito ao abrigo, em suma, limitam a justiça social e o direito à vida. A dimensão dolorosa dos deslocamentos populacionais serve, nesses casos, às ideologias mais sombrias a às justificativas mais sórdidas acerca da pobreza, da exclusão, enfim, de todos os problemas antes não resolvidos que passam a ter os migrantes como emblema, a representação pública da ameaça externa.

As ciências humanas e sociais assumem o desafio da complexidade planetária da vida, estamos todos na mesma viagem cósmica. No caso das migrações internacionais na Amazônia Brasileira, Roraima parece ser ilustração extrema da nossa frágil democracia em exemplos de duvidosa eficácia da governabilidade no trato de problemas locais da fronteira Venezuela e Brasil. Nesse espaço de mau uso do poder social das relações diplomáticas, a intervenção científica opera em vários níveis, inclusive naquele em que reúne

dados, compreende e identifica os fatores políticos em jogo, que demonstra a precariedade dos grupos humanos, os limites do acolhimento, a provisoriamente das iniciativas oficiais.

O olhar científico não é legitimador da ação oficial, mas é revelador de fenômenos e processos da migração em sua dimensão mais crítica. É neste nível, construindo conhecimento, que contribui para proposição de soluções à sociedade, à realidade mais próxima. Reconhece os migrantes como sujeitos da ação que podem reconstruir a humanidade perdida e os reconectar às relações usuais pelo conhecimento. Aliás, sublinhe-se que o conhecimento científico não é neutro, assim como as intenções dos poderes locais e nacionais também não são. Mas para além das respostas imediatas, mesmo importantíssimas, as ciências precisam avançar na compreensão dos impasses geopolíticos, socioculturais e ideológicos que criam situações de constrangimentos, intolerância e adentram no perigoso caminho do racismo. As redes de solidariedade passam pelo diálogo de saberes dos migrantes e dos campos disciplinares, a construir pontes com a ação política, e com os deveres da governabilidade brasileira.

Criar pontos de destaque que promovam a inclusão econômica e sociocultural dos migrantes, refugiados ou simplesmente abandonados em todos os planos, nacional, regional e local, são tarefas da gestão do território que os governos precisam assumir segundo os protocolos internacionais e os marcos constitucionais do Brasil. Nessa esfera, a produção do conhecimento sobre a fronteira, migrações, conflitos e possibilidades de convivência posiciona a inteligência e a racionalidade no lugar esperado, tal seja, ao lado daqueles que precisam ser vistos como seres humanos em dificuldades que não foram produzidas por eles, mas por relações mais amplas que os vitimizam.

No ambiente intelectual da produção desta coletânea, as Professoras Doutoradas Márcia Maria de Oliveira e Maria das Graças Dias, do Programa de pós-Graduação Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, conduzem os pesquisadores e pesquisadoras ao encontro dos processos e fatos que constituem a imaginação, a compreensão e a interpretação científica das dinâmicas migratórias em exame. Sempre com a atenção dobrada na apreensão dos sentidos e significados da ação para os sujeitos em foco, as pesquisadoras e pesquisadores articulam fatos, indicadores, representações, imagens e percepções de sujeitos migrantes dentro e fora do quadro de teorias e conceitos, com abordagens que integram vivências experimentadas e lembradas, nesta aventura humana de reconstrução permanente da territorialidade física e simbólica dos

grupos humanos em movimento. Cada texto do livro desvenda um nexos desta teia de conhecimentos e emoções.

Tarefa nada fácil, mas apaixonante. Compromisso diariamente renovado pelas comunidades científicas de ensino e pesquisa do nosso país.

Manaus, 01 de dezembro de 2021.

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas

APRESENTAÇÃO

Com prefácio de Marilene Corrêa da Silva Freitas, renomada estudiosa da Amazônia, neste terceiro volume da Coletânea *Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica* são apresentados elementos de atualização e ampliação do debate proposto nos volumes anteriores. A coletânea está vinculada às linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF da Universidade Federal de Roraima: Linha de Pesquisa 1 - Fronteiras e práticas de mobilidade humana; Linha de Pesquisa 2 - Interculturalidade e processos sociais na Amazônia e Linha de Pesquisa 3 - Territorialidade e Conflitos Socioambientais na Amazônia. Entretanto, recolhe temáticas ou recortes de pesquisas científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado de outros programas de pós-graduação com abordagem interdisciplinar.

O objetivo dos três volumes da coletânea foi divulgar estudos e pesquisas realizados por pesquisadores e pesquisadoras dos Estudos Migratórios da Pan-Amazônia, que atualmente representa uma das regiões com maior mobilidade transfronteiriça na nova modalidade de migração sul/sul.

Os três volumes, e de modo especial este terceiro volume, reuniram estudos realizados pelo corpo

docente e discente do PPGSOF/UFRR, consolidando-se como um espaço de comunicação dos resultados das dissertações e recortes de estudos relacionados ao processo de produção teórica entre orientadores/as e orientandos/as. Também acolhe textos de importantes estudiosos/as das migrações de outras universidades da Amazônia, de outras regiões e até mesmo de outros países.

Num contexto marcado pelas migrações, a presente coletânea responde aos desafios de contribuir com respostas ao tema migratório e lançar novas perspectivas de análises e aprofundamento desta temática complexa e atual que representa uma importante chave de leitura e interpretação da Amazônia. Ao mesmo tempo que as migrações revelam as injustiças e desigualdades sociais, denunciam a violação aos direitos humanos, a fome e a miséria, anunciam esperanças

de superação e “melhoras de vida”, frase presente nas narrativas da maioria dos migrantes que buscam nas migrações novas oportunidades e políticas públicas migratórias. Como resposta, as sociedades de destino são desafiadas a “acolher, proteger, promover e integrar/incluir os migrantes e os refugiados. Olhemos nos olhos as pessoas descartadas que encontramos, deixemo-nos provocar pelos rostos das crianças, filhos de migrantes desesperados. Deixemos que o sofrimento deles escave dentro de nós para reagirmos à nossa indiferença” (Papa Francisco, em discurso por ocasião do Dia Internacional dos Migrantes e Refugiados em 26 de setembro de 2021).

Muitos são os destaques de grande relevância teórica e conceitual em cada um dos textos da presente coletânea. No primeiro capítulo Militza Pérez Velásquez e seu orientador João Carlos Jarochinski Silva compartilham um fragmento importante da dissertação de mestrado defendida no segundo semestre de 2020. Sob o título *Status condicionado de uma mobilidade de sobrevivência: venezuelanos e o trânsito entre categorias migratórias no Brasil*, os/as autores/as afirmam que “existem vários fatores a serem considerados no entendimento das decisões migratórias de mudança de categoria de permanência. Neste texto, busca-se entender a incidência do marco legal e a correspondente gestão institucional migratória, que com base na estrutura de direitos e deveres diferenciados, gerados pelo marco normativo disponível, pode impulsar um trânsito na busca de melhores possibilidades de integração e acesso aos recursos sociais, evidenciando que certas práticas poderiam convidar a mudanças nos lineamentos na recepção de pessoas venezuelanas em mobilidade no Brasil”. O texto oferece ainda elementos importantes para o aprofundamento do tema da migração venezuelana no Brasil.

No segundo capítulo Alessandra Rufino Santos nos brinda com um recorte de sua tese de doutorado com o texto intitulado *Interações e estigmas entre brasileiros e venezuelanos na fronteira Brasil/Venezuela*. A autora informa que realizou extensa investigação, “através dos métodos mistos, em especial a abordagem qualitativa, a experiência de brasileiros na Venezuela e de venezuelanos no Brasil a partir de uma contextualização da dinâmica migratória recente, isto é, um deslocamento migratório que tende a existir entre os países vizinhos. Os resultados encontrados apontam os processos de estigmatização e estereótipos na fronteira Brasil/Venezuela, o que dá abertura para o debate acerca das mudanças e tipificações sociais na inversão do processo migratório”.

Tácio José Natal Raposo nos oferece, no terceiro capítulo, um recorte de sua tese doutoral realizada na Universidade de Campinas (Unicamp) e apresenta uma importante análise da *Operação Acolhida e a estratégia de governo para ampliar*

as despossessões na terra indígena São Marcos. Resultado de anos de pesquisa de campo e análises teórico-conceituais, o autor conclui que a “atuação militar do governo brasileiro na fronteira com a Venezuela, inicialmente até pode ter tido aspectos de adoção de algum consenso humanitário estabelecido em acordos internacionais. Mas, sua aplicação tem se convertido num gerencialismo metódico que assegura apenas benefícios políticos e financeiro às Forças Armadas enquanto força que tem amparado o atual regime opressivo que se instalou no planalto central, intensificando a destruição das políticas mais socializantes e democratizantes contribuindo nesse bojo com as expulsões e despossessões dos povos originários em suas TIs em todo estado de Roraima, mas principalmente na TISM”.

Migrações na literatura brasileira e na vida dos estudantes é uma contribuição do sudeste brasileiro. Carmem Silva de Oliveira, Igor Rocha Camargo, Mateus de Oliveira Ribeiro e Walter Mariano Rodrigues da Silva apresentam no quarto capítulo alguns resultados de trabalhos desenvolvidos por professores de literatura brasileira contemporânea com o tema imigração. As trajetórias migratórias são reinterpretadas a partir da literatura e evidenciam o sentimento de pertencimento e a identidade cultural de diversos povos em deslocamento. Tema importante em tempos de globalização. Apresentam características específicas do lugar de origem dos migrantes com suas tradições culturais e seus fantasmas do passado que revelam os verdadeiros motivos das migrações. A literatura contribui para compreender os conflitos existenciais do cotidiano e as diferenças culturais entre local de origem e o destino migratório. A experiência com a literatura contribuiu para que professores/as pudessem correlacionar as obras literárias e os poemas com a realidade vivenciada pela maioria dos estudantes que fizeram a experiência migratória.

O quinto capítulo apresenta alguns *Recortes sobre o contexto migratório e a feminização das migrações em Roraima*. De autoria de Joel Valério e Márcia Maria de Oliveira, o texto é um resumo geral do trabalho de conclusão de curso realizado no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (2021). A pesquisa se desenvolveu num contexto marcado pelas migrações que fazem parte de um panorama internacional das novas rotas migratórias transfronteiriças. Pautada na metodologia qualitativa, utilizou-se de pesquisas exploratórias para se aprofundar as teorias da Feminização das Migrações. Com aplicação de entrevistas foram recolhidas narrativas das participantes que apontaram as principais características migratórias, a participação das mulheres nos diversos processos de deslocamentos, o protagonismo feminino na migração

e as vulnerabilidades impostas às mulheres migrantes, especialmente as venezuelanas. A pesquisa confirma que o deslocamento eminentemente forçado de mulheres venezuelanas se dá num processo de emergência humanitária e evidencia o protagonismo dessas migrantes. O texto recolhe diversas narrativas de migrantes venezuelanas e confirma o tema da Feminização das Migrações como uma abordagem conceitual, teórica e metodológica.

Maria Inah de Almeida e Lúcia Marina Puga Ferreira nos brindam no sexto capítulo com um primoroso recorte da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. O artigo *A solidão de mulheres migrantes* é resultado de intensa experiência e abordagem etnográfica no trabalho de campo. As autoras identificaram no contexto migratório elementos que definem nova cultura, busca por trabalho e idioma diferente, que contribuem de maneira significativa para o surgimento da solidão das mulheres migrantes. Observou-se, também, demandas pertinentes às questões de gênero. De acordo com as autoras, recai sobre a mulher, em situação migratória, toda a responsabilidade em cuidar e manter a família. Nos processos de feminização da migração, as mulheres se encarregam de prover financeiramente a família, ocasionando uma sensação de desamparo por serem obrigadas a manejar necessidades cotidianas, familiares, emocionais e financeiras, sozinhas.

No sétimo capítulo Denise Figueiró Mendes, Regina de Paula Medeiros e Duval Magalhães Fernandes apresentam *A migração venezuelana do cenário ao acolhimento: contexto inicial, respostas brasileiras à diáspora venezuelana e análises teóricas de fatores de perpetuação*. Para os/as autores/as “as novas mobilidades da migração internacional têm suscitado análises que perpassam por aspectos micro e macrosociais devido as especificidades que esse movimento apresenta na atualidade”. O artigo tem como objetivo “apresentar o panorama da situação política socioeconômica da Venezuela que tem motivado a emigração dos nacionais daquele país para o Brasil, as respostas brasileiras à diáspora venezuelana, bem como a formação de redes institucionais para o acolhimento à essa população e analisar a migração venezuelana sob a perspectiva das teorias dos sistemas migratórios, do capital social (perspectiva das redes sociais) e transnacional, todas relacionadas a fatores de perpetuação”. Por fim, observam “múltiplas relações sociais e legislações exclusivas, além da evidente articulação em redes, de âmbito pessoal, mas, principalmente institucionais e organizacionais, que atuam nesse processo e que se complementam nos aspectos micro e macroestruturais”.

Da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) vem uma importante contribuição de Talyta Pontes Monteiro com uma comunicação de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Estudos de Fronteiras. Intitulado *Enfrentamento ao tráfico de pessoas na fronteira Brasil/Guiana Francesa*, a autora apresenta, no oitavo capítulo, elementos importantes que caracterizam este delito de ordem internacional e o contextualiza na Amazônia. De acordo com a autora, a partir das análises “é possível captar alguns aspectos cruciais relativos ao tema a exemplo, os apontamentos da fronteira como um espaço de fragilidade para o enfrentamento ao tráfico de pessoas que tem necessidade de construção e implementação de uma rede de atuação efetiva na fronteira e claro seja estruturada considerando as diferenças presentes em cada território fronteiriço”.

O nono capítulo intitulado *Os desafios para proteção à infância migrante* de autoria de Gheysa Daniele Pereira Moura e Lúcia Marina Puga Ferreira é mais uma importante comunicação de pesquisa da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. As autoras apresentam uma temática pouco aprofundada nos estudos migratórios “que objetiva compreender conceitualmente a infância migrante e como esta vem sendo socialmente percebida no Brasil. No período compreendido entre os anos de 2010 a 2019, a infância migrante passou a ganhar destaque nos meios de comunicação em todo mundo, no Brasil, a migração venezuelana lançou luz sobre as condições em que milhares de crianças estão cruzando as fronteiras brasileiras. As crianças participam de um processo migratório próprio, mesmo quando acompanhadas da unidade familiar, não apenas pelas características do deslocamento, mas porque a migração infantil não se limita a travessia de uma fronteira transnacional, sendo uma experimentação socioespacial específica de um determinado momento da história, que desafia o Sistema de Garantia de Direitos, apesar dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais de proteção à infância”.

Corroborando com a mesma temática, no décimo capítulo intitulado *Menores imigrantes não acompanhados no fotojornalismo italiano*, a jornalista Rosa Maria Martins Silva (Missionária Scalabriniana à serviço dos Migrantes) compartilha um recorte da sua Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Cásper Líbero, na Linha de Pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento. A referida dissertação foi a vencedora da 53ª edição dos Prêmios de Comunicação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na categoria Papa Francisco (Pesquisas). Seu objetivo foi

investigar a representação de Menores Estrangeiros não acompanhados no fotojornalismo italiano no contexto das migrações atuais, por meio de fotografias publicadas pela *Agenzia Nazionale Stampa Associata (ANSA)*, principal agência de notícias da Itália, e pelo *Corriere della Sera*, jornal de estilo conservador e atuante no território italiano desde 1876. De forma didática e provocativa, o texto enfatiza a condição migratória de menores que sozinhos atravessam países em busca de seus familiares ou sob a prerrogativa de encontrar melhores condições de vida.

No décimo primeiro capítulo alguns elementos culturais que se transferem com os migrantes são apresentados no recorte da tese doutoral de Francisco Marcos Mendes Nogueira realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Intitulado *História e memórias dos mestres do boi estrela do vale*, o texto apresenta fragmentos da prática cultural trazida para Boa Vista pelos migrantes maranhenses. Para o autor, “a História e as memórias dos Mestres da brincadeira do Bumba-meu-boi Estrela do Vale, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, foi pensada e articulada a partir da História do Tempo Presente, a qual teve como recurso metodológico a utilização da História Oral, o uso de registros fotográficos e sonoros (toadas cantadas) e a pesquisa de campo”. O texto contribui para ampliar o debate sobre as trocas culturais que circulam com as dinâmicas migratórias.

O décimo segundo capítulo de Thaísy Nitis Mota Nattrodt e Maria das Graças Santos Dias, apresenta mais uma comunicação de pesquisa intitulada *Violência contra a mulher em Roraima: um debate interdisciplinar*. Fundamentadas em farta literatura de gênero e baseadas na Lei Maria da Penha (2006) e na Lei do Femicídio (2015), as autoras concluem que “conceituar violência é um trabalho complexo, todavia, pode ser caracterizado como uma forma de sociabilidade, que tem como mecanismo a afirmação de poderes, que são legitimados mediante uma determinada norma social, ou seja, uma criação estabelecida pela própria sociedade e por ela alimentada”. Analisam de forma crítica o posicionamento do Estado de Roraima no quadro nacional de violência contra as mulheres e alertam para os riscos que as migrantes correm nessa região. Salientam ainda que “a violência contra a mulher não tem classe social. Está presente em todas as camadas sociais, fruto de uma cultura machista, sexista, misógina, enraizada há anos na sociedade brasileira”.

Migrações e demandas por educação intercultural em Roraima’ é o tema do décimo terceiro capítulo é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso realizado por Alessandra Lima Medeiros sob a orientação de Márcia Maria de

Oliveira. A monografia realizada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, é uma ampliação da pesquisa do PIBIC/UFRR, que fez parte do projeto Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima, financiado pelo Edital MCTI/CNPq Universal 2018 e Edital Pró-Pesquisa 2020/PRPPG/UFRR. A questão central do debate é o desafio da educação intercultural no contexto transfronteiriço.

As *Redes migratórias de haitianos em Roraima* compõem o décimo quarto capítulo elaborado por Gabriela da Costa Norberto Peres também sob a orientação de Márcia Maria de Oliveira. É uma síntese do Trabalho de conclusão de Curso que foi uma ampliação da pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), na modalidade Voluntário entre os anos de 2020-2021. Trata-se de um recorte do projeto Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima, financiado pelo Edital MCTI/CNPq Universal 2018 e Edital Pró-Pesquisa 2020/PRPPG/UFRR. A pesquisa se desenvolveu num contexto marcado pelas migrações que fazem parte de um panorama internacional das novas rotas migratórias transfronteiriças e analisa a migração de haitianos em Roraima.

No décimo quinto capítulo um tema abrangente resume boa parte do debate apresentado na coletânea a partir das reflexões apresentadas pela professora Maria das Graças Santos Dias como resultado de uma pesquisa realizada no seu estágio pós-doutoral. Sob o título *Migrantes venezuelanas em Boa Vista/Roraima: inserção laboral e as políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro*, a autora apresenta os resultados das principais ações do Estado voltadas para migração venezuelana. O artigo apresenta brevemente os aspectos que contemplam historicamente a migração internacional e elabora uma breve reflexão teórico-metodológica da referida pesquisa. Realiza uma análise da inserção laboral das migrantes venezuelanas no mercado formal de Boa Vista/Roraima e das políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro, a Operação Acolhida.

A última, porém, não menos importante parte da coletânea se dedica a apresentar duas *experiências migratórias* que sintetizam os processos de deslocamentos de milhares de migrantes que circulam pela Amazônia. A primeira experiência apresentada no décimo sexto capítulo é de autoria de Ana Licel Brandan, Doutora em Direito Constitucional e político, uma migrante argentina que circulou por boa parte da América Latina, dá voz às mulheres migrantes de todas as classes sociais e vinculações étnico-culturais. Sua experiência migratória compartilhada é carregada de sonhos, lutas e esperanças. Sua larga experiência nas agências e instituições que atuam com as

migrações lhe conferem autoridade pessoal e profissional para tratar o tema a partir de sua vivência pessoal.

Na segunda e última experiência migratória compartilhada José Enrique Belisario Rodriguez encerra de forma primorosa a proposta desta coletânea no décimo sétimo capítulo ao contar sua história de vida de migrante. Ao mesmo tempo que se coloca no processo migratório o jovem denuncia os fatores que produzem as migrações sem considerar o direito de escolha dos milhares de migrantes forçados todos os dias aos deslocamentos compulsórios na Venezuela e no mundo inteiro. Com uma narrativa carregada de subjetividades e reflexões, o autor estabelece um comparativo entre sua origem e destino migratório analisando as contradições e os imperativos em todo o processo.

Todos os artigos e experiências dispostos nesta coletânea contribuem para ampliar os estudos migratórios e acenam para a produção do conhecimento científico com base interdisciplinar nessa área temática altamente demandada nos últimos anos. Na forma de Ebook, a coletânea chega a estudiosos e simpatizantes do tema, de forma gratuita e generosa. Também será compartilhada com os milhares de migrantes que desejarem aprofundar suas experiências representados ou provocados pelos estudos ora apresentados. Desta forma, acredita-se que os objetivos da coletânea foram realmente alcançados, sem, no entanto, deixar de manter o desafio de produzir novos compêndios para continuar aprofundando o tema que se faz novidade todos os dias.

Nossa gratidão a todos e todas que contribuíram de forma direta e indireta para a realização dos três volumes da coletânea e, de modo muito especial a todos os migrantes que participaram das pesquisas, se deixaram descrever e se fizeram ouvir com suas narrativas pontuais, objetivas e sinceras que tanto emocionam e contribuem para o esclarecimento e para o aprofundamento teórico-científico no campo das migrações.

Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias

**STATUS CONDICIONADO DE UMA MOBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA:
VENEZUELANOS E O TRÂNSITO ENTRE CATEGORIAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL¹**

*Militza Pérez Velásquez
João Carlos Jarochinski Silva*

INTRODUÇÃO

O estudo da migração internacional, embora não seja uma questão nova, estabelece no contexto internacional atual e no contexto regional inúmeras características que lhe conferem uma relevância indiscutível. As razões para colocá-lo como um fato de interesse e ação urgente, parece estar vinculado à urgência-emergência que conecta os governos, agentes econômicos, sociedade civil, organizações internacionais, a mídia, os sujeitos nacionais e, finalmente, os próprios migrantes.

Em 2019 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2019) informou que na última década, a população global de deslocados forçados cresceu substancialmente de 43,3 milhões em 2009, para 70,8 milhões em 2018 evidenciando-se uma cifra recorde. E a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2017) indica que um aproximado de 70% da imigração em América do Sul é inter-regional.

Esses expressivos números guardam relação com o aumento consistente do número de nacionais da Venezuela em deslocamento pelo mundo, sendo que para 2019 a América do Sul concentra o 77% do total dessa população no exterior (OIM, 2019). Neste sentido, tanto a OIM como o ACNUR, confirmam o número de 4.626.968 a cifra de venezuelanos mobilizados até mês de novembro de 2019 (ACNUR; OIM, 2019).

1 O presente texto forma parte da Dissertação intitulada: Status legal e condicionalidade no acesso aos direitos para venezuelanos solicitantes de refúgio e residentes temporários no Brasil apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima.

Neste trânsito, o Brasil constitui o quinto destino no deslocamento desta população em migração pela região (OEA, 2019), ascendendo vertiginosamente a partir do ano 2017 até julho de 2019, com aproximadamente 260 mil entradas e 100 mil saídas (COSTA, 2019). Este capítulo apresenta-se como uma análise no contexto do aumento progressivo do fluxo migratório da Venezuela para o Brasil em que, a partir de 2019, pode-se observar como um novo padrão em termos de categorias de regulação migratória disponível para esta população.

Durante o ano 2018, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) recebeu no caso dos venezuelanos 2.120 desistências processadas (BRASIL, 2019). Naquele momento, evidencia-se uma crise da instituição do refúgio e a consequente desestima desse processo, o que evidenciaria que no espaço de inclusão na sociedade brasileira escolhia-se outra estratégia de regularidade migratória como a residência temporária, que não representa uma resposta no marco da proteção e dos Direitos Humanos e à vulnerabilidade intrínseca da sua mobilidade: uma migração pela *sobrevivência*. Porém, em 2019, o CONARE reconhece a situação como de grave e generalizada violação de Direitos Humanos, levando a um processo que reconheceu como pessoas refugiadas a mais de 40 mil venezuelanos (ACNUR, 2020).

Existem vários fatores a serem considerados no entendimento das decisões migratórias de mudança de categoria de permanência. Neste texto, busca-se entender a incidência do marco legal e a correspondente gestão institucional migratória, que com base na estrutura de direitos e deveres diferenciados, gerados pelo marco normativo disponível, pode impulsar um trânsito na busca de melhores possibilidades de integração e acesso aos recursos sociais, evidenciando que certas práticas poderiam convidar a mudanças nos lineamentos na recepção de pessoas venezuelanas em mobilidade no Brasil.

Para a realização deste artigo, emprega-se a revisão bibliográfica e normativa-documental, com o objetivo de analisar as leis, regulamentos e documentos legais que conformam o embasamento jurídico concernente a solicitação de refúgio e residência temporária, na República Federativa de Brasil e aborda também, sua respectiva gestão institucional. E a partir da literatura especializada, procurou-se aprofundar sobre a gestão migratória, que foi a base para finalizar com uma análise explicativa sobre a mobilidade venezuelana de sobrevivência.

MIGRAÇÃO: TEORIAS, CONCEITOS E MENSURAÇÕES DOS FATOS

A partir do referencial teórico-conceitual, é indiscutível que o estudo do fenômeno migratório e suas diversas implicações têm apresentado mudanças

substanciais na era recente, da mesma forma que as teorias desenvolvidas evoluíram para explicá-lo desde o século passado. Destacam-se entre outros, alguns precursores da teorização: as Leis da Migração, de Ernest-George Ravenstein, fundador do pensamento moderno sobre migração e O Camponês Polonês na Europa e América, por William Thomas e Florian Znaniecki, provavelmente os autores mais importantes sobre o tema (ARANGO, 2003).

Inicialmente, os modelos foram baseados em estudos demográficos sobre fluxos e sua mobilidade em diferentes países. Variáveis posteriores foram incorporadas como fatores econômicos, sociais, políticos e até psicológicos, que motivam essa circulação ou trânsito de pessoas. Posteriormente, outras teorias sociais e econômicas foram desenvolvidas para explicar esses deslocamentos internacionais.

A noção sociológica da mobilidade humana, como fenômeno social abrange uma série de dinâmicas de desigualdade derivadas de processos que devem ser buscados no sistema capitalista. Neste sentido, Bauman (2017), aponta que as migrações em massa não têm nada de novo e que precisamente vêm acompanhando a era moderna, com a improbabilidade de que esses deslocamentos humanos vão remeter ou desaparecer, levando em conta que têm gerado sociedades na qual a precariedade cresce, no meio da “progressiva desregulamentação dos mercados de trabalho e flexibilidade da mão de obra” (p. 33).

Esta modernidade global, no pensamento de Sassen (2015), reflete em uma desigualdade do mesmo modo global e crescente, que poderia definir-se como forma de “expulsão” social com tendências de deslocamentos mundiais, aludindo às patologias do capitalismo atual e de uma dinâmica econômica globalizada, que percebe a geração de pessoas como supérfluas (ARENDDT, 2004), redundantes (BAUMAN, 2017) ou provisórias (SAYAD, 1998).

Precisamente Sayad (1998), contribui nas reflexões sobre o processo migratório no sentido de uma definição de amplitude total, partindo das condições que levam à emigração até as formas de inserção do imigrante no país de destino, com a transcendência contemporânea. E desde este olhar, a análise do caso venezuelano baseia-se na proposição que o deslocamento se faz de maneira forçada pela crise humanitária, o conflito político, as violações generalizadas dos Direitos Humanos, e outras razões ameaçantes da vida e falta de segurança (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018).

Mezzadra (2015) destaca, no que se refere aos desafios frente a distinção entre migrantes econômicos e outras categorias, as migrações forçadas

e voluntárias, com consequência nos processos de inclusão e exclusão e mais geralmente, da cidadania, indicando que:

Não diminuiu a necessidade de identificar e descrever com exatidão as condições específicas de migração forçada, a fim de moldar meios eficazes de proteção jurídica e humanitária [...]. A cidadania regula o sistema de posições políticas e jurídicas que distribui os sujeitos em mobilidade em uma escala variável de abjeção e proteção, valorização econômica e exploração, pertencimento, precariedade, acesso a direitos (MEZZADRA, 2015, p. 13-14).

A migração forçada pode ter várias origens ou causas. Os Estados signatários da Convenção de 1951 e do Protocolo de Nova York de 1967 das Nações Unidas sobre o Estatuto do Refugiado assumiram o compromisso de dar proteção às pessoas que são vítimas de perseguição, em razão de sua nacionalidade, raça (ou etnia), sexo, religião, grupo social ou opiniões políticas (ACNUR, 1951). No caso do continente americano, tem-se subscrita a Declaração de Cartagena em 1984, na qual, o:

(...) conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 1984, p. 1)

Agora bem, pode-se considerar necessária atender ao proposto por Betts (2013b), sobre o “Estado frágil”, quando afirma que existe uma tendência de mobilidade internacional, onde as pessoas fogem como consequência das ações ou omissões em respeito às garantias efetivas em defesa de seus Direitos Humanos, dever de seus respectivos países, frágeis em direitos fundamentais, forçando-lhes a sair. Neste sentido pode-se considerar sua definição de fragilidade do estado:

[...] para entender algumas coisas importantes sobre a natureza mutável do deslocamento e a adequação ou inadequação das respostas de proteção internacional existentes quando a relação assumida entre o Estado e o cidadão se rompe e os estados não podem ou não

querem prover os direitos dos seus cidadãos (BETTS, 2013b, p. 01, tradução nossa).

Além da questão, se os venezuelanos atendem aos critérios da definição de refugiados de Cartagena, que perdurou pelo menos três anos no Brasil, até o reconhecimento da situação como de grave e generalizada violação de Direitos Humanos, observa-se que este deslocamento também não pode ser descrito com precisão como uma migração econômica voluntária. Betts (2013a) plantea uma denominação a ser levada em conta neste caso de migração de sobrevivência: deslocamento de pessoas que estão fora de seu país de origem devido a uma ameaça existencial pela qual não têm acesso a um recurso interno ou resolução.

Os imigrantes venezuelanos, que não entram na categoria de perseguição política, nem são imigrantes econômicos, e adicionalmente permaneceram por muito tempo em um limbo regular-jurídico, enquanto o pedido de refúgio permaneceu anos e anos de trâmite sem serem analisados, tal como distinguiu Bauman (2004), no que pode ter evidenciado uma “nova permanência da transitoriedade”. Neste sentido, um status precário vai se referir às várias formas de condição legal limitada, que estiveram em voga no Brasil até o reconhecimento da grave e generalizada violação de Direitos Humanos e que ainda persiste em outros países do sistema regional americano, no qual 16 países incorporaram em suas legislações, totalmente ou em parte, a definição ampliada de refugiado trazida pela Declaração Cartagena.

A transitoriedade em termos normativos para os imigrantes,

[...] Pode ser marcado pelo seguinte: ausência de residência permanente; falta de autorização de trabalho; dependendo de um terceiro para residência ou direitos de emprego; acesso restrito ou sem acesso a serviços públicos e proteções disponíveis para residentes permanentes (por exemplo, assistência médica, educação, direitos trabalhistas); e deportação. Isso pode incluir trabalhadores “documentados”, mas temporários, estudantes e requerentes de refugiados, bem como formas não autorizadas de status, como visto e permissão de permanência candidatos a refugiados falidos e participantes sem documentos (GOLDRING *et al.*, 2009, p. 02, tradução livre).

Quanto aos venezuelanos, podem ser reconhecidos claramente na definição de refugiados da Declaração de Cartagena de 1984, porque estão fugindo de uma grave perturbação da ordem pública em seu país. Efetivamente, o Estatuto de

Refugiado protege os direitos civis, sociais e políticos dos indivíduos, bem como o direito de não ser devolvido ao seu país.

No entanto, se houve por muito tempo o debate sobre o reconhecimento da situação dos venezuelanos como passíveis do reconhecimento como refugiados, há que se atentar que pela natureza do movimento empregado, inclusive em níveis numéricos inéditos na América Latina, também não há como se definir que se trata de uma migração econômica voluntária, a ser regulada pelos vistos e autorizações de tipo tradicional entre os países. Partindo, portanto, do pressuposto de que tanto o refúgio quanto a residência temporária constituem as categorias que o Brasil tem disponíveis para os venezuelanos, e lhes colocaria em posição de enfrentar os níveis de acesso, de acordo com o marco jurídico – desde sua própria conceptualização –, e um exercício de direitos diferenciados, frente a instituições privadas e públicas. Assim, busca-se avaliar a real capacidade do Estado brasileiro como receptor enquanto a gestão da desse movimento de pessoas ao seu território.

MOBILIDADE VITAL: VENEZUELANOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Por ser na Região Amazônica, especificamente nos estados de Roraima e Amazonas, as áreas com maior estabelecimento dos movimentos migratórios venezuelanos, com as suas correspondentes incidências em seus diferentes contextos socioculturais e de biodiversidade. Entretanto, hoje, em 2020, a presença venezuelana no Brasil se dá em todo o território nacional, apesar do espaço amazônico guardar o predomínio numérico desse grupo.

Anteriormente ao ano de 2015, referir-se à mobilidade dos venezuelanos na América do Sul e às suas particularidades nas relações entre o Brasil e a Venezuela, pode-se dizer que, mesmo que houvesse algum processo de emigração, respondia a eventos políticos ou situações econômicas específicas com volumes mínimos e não foi até o início do século XXI que se produziu uma mudança nessa propensão (CASTILLO; REGUANT, 2016), levando a 5% da população venezuelana a ser imigrante confirmando uma mudança do padrão tradicional, assim como nas localidades de Roraima e Amazonas, no qual o padrão era a ida de brasileiros para a Venezuela.

Tradicionalmente, os movimentos transfronteiriços eram caracterizados por um maior trânsito de brasileiros ao território venezuelano, particularmente dos habitantes do município de Pacaraima em Roraima, para a prefeitura *Gran Sabana* no estado de Bolívar, e dedicados principalmente à mineração ilegal localizada na região sudeste pelos nomeados “garimpeiros” (RODRIGUES, 2006).

Constitui a parte sul do estado Bolívar a zona de maior interação socioeconômica entre as populações dos dois países, e que mantém o único acesso rodoviário entre Brasil e Venezuela, que conforme Colomine e Hernández (2008), estrategicamente tornou-se o principal ponto de conexão dos dois países.

Nesse sentido, no tocante à mobilidade entre as duas nações, é pertinente mencionar que Venezuela foi praticamente circunscrita como receptora de mão de obra não qualificada e camponesa desde o século XIX, desenvolvendo-se principalmente em áreas de fronteira, baseado em laços de vizinhança, permeabilidade das fronteiras e a disponibilidade de canais de comunicação que atuaram como condutores desse trânsito (ALVAREZ, 2004).

A fronteira entre Brasil e Venezuela tem 2.199 km de extensão, o que corresponde às áreas mais remotas e isoladas de seus respectivos territórios. O Brasil não recebia até a segunda metade da década fluxos migratórios significativos da Venezuela. Segundo a informação da Organização de Estados Americanos (OEA, 2019) isso pode ser devido, entre outras, à barreira do idioma que dificultava a entrada dos venezuelanos no mercado de trabalho brasileiro.

Durante os anos de 1980, ao revisar parte dos acordos bilaterais assinados, fica evidente que as relações político-diplomáticas se restringiam a questões de proteção fronteiriça relacionadas à defesa nacional, segurança ambiental, combate ao narcotráfico e questões indígenas. Posteriormente, a dinâmica se tornaria mais complexa com a expansão da agenda regional para várias áreas relacionadas à integração e a uma cooperação mais ampla.

Com a entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 2012, um processo de aprofundamento econômico e integracionista começa a fornecer acesso aos mercados do norte brasileiro abrindo-se para Venezuela os “*estados Amazonas, Roraima, Pará y Amapá y, al Brasil, el mercado venezolano, así como el acceso al Caribe*” (COLOMINE; HERNANDEZ, 2008, p. 25). Neste processo, “Brasil se ofereceu como garantidor” (MORALES, 2001, p. 265) da inserção no MERCOSUL da Venezuela, mostrando renovado vigor com a evolução da integração e a dinâmica econômica amplamente promovida durante o governo do presidente Hugo Chávez Frias.

Para o segundo mandato presidencial de Chávez, não foi possível controlar os efeitos estruturais em termos de controle da inflação, o sistema de controle cambial, a desvalorização do Bolívar, bem como o desaparecimento de 40% do parque industrial e 11% dos negócios, que inquestionavelmente impactou o desenvolvimento de temas econômicos nacionais, aumentando o desemprego, a deficiência nos serviços públicos, afetando a visão do futuro dos nacionais (PÁEZ, 2016).

De la Vega (2015, p. 1) expõe que os venezuelanos estão presentes como residentes em mais de 94 países, o que se traduz em uma nova etapa de mobilidade, caracterizando-os como “cidadãos emigrantes²”, ou seja, o fluxo diversificado para novos destinos em o mundo todo. Essa situação foi agravada desde o início do governo de Nicolás Maduro, com um panorama de incerteza, quando os preços do petróleo caíram vertiginosamente, passando de um preço acima de US\$100 e flutuando em uma faixa entre US \$60 e 20\$ (MEZA, 2014), que influenciou o lucro líquido de um país exportador desse recurso natural.

Certamente, o modelo de desenvolvimento do país é questionado, bem como as contradições ideológicas, legais e institucionais que falharam em garantir a validade de muitos dos direitos fundamentais da população residente. Vários sistemas de câmbio, planos de recuperação econômica ou mesmo a implementação de uma Agenda Econômica não foram capazes de fornecer os resultados esperados na adequação de uma política monetária e na contenção da espiral hiperinflacionária que com a caída do PIB, entre outras variáveis, sinalam o “Colapso da Venezuela” não garantido o crescimento e proteção social dos venezuelanos (DE LA VEGA; PUENTE; SANCHEZ, 2019).

Com estes fatos, a Venezuela percorre hoje uma forma sem igual em termos de deslocamento internacional da sua população, resultado de uma deterioração política, econômica e social, grave e generalizada. Só no ano 2017 a pobreza teria aumentado em 87% e a pobreza extrema para 61,2% em cifras publicadas nas “*Encuestas de condiciones de vida de la población venezolana*” (ESPAÑA; PONCE, 2017).

Esta contextualização do panorama geral busca dar conta das novas tendências e padrões de circulação dos nacionais da Venezuela pelo mundo. Esse movimento enfrenta diferentes formas de status legal para o ingresso e permanência nas sociedades de chegada, como a brasileira, podendo constituir fatores que condicionam o cenário e a experiência migratória ou às políticas de resposta humanitária.

VENEZUELANOS E O TRÂNSITO ENTRE CATEGORIAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL

Observam-se desafios do deslocamento de migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos para o Brasil, no sentido de sua incorporação na sociedade e frente às estruturas regulatórias, legais e institucionais, as quais devem conseguir garantia de um mínimo de coesão societária, evitando a fragmentação social e

2 Ciudadanos emigrantes. Tradução própria.

desigualdade em contextos estranhos e diversos. Conforme o artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 2016) todos são iguais perante a Lei, desta forma, os imigrantes não podem ter seus direitos preteridos.

Neste contexto, parte-se de que a migração “é um fenômeno estrutural que sem dúvida responde a múltiplas causas que, combinadas, são verificadas sem exceção nos casos de pessoas que migram atualmente em condições de vulnerabilidade” (CERNADAS, 2016, p. 103). Entendendo-se que “não são apenas os migrantes que se tornam vítimas disso, mas toda a população, pois o enfraquecimento do direito de um grupo resulta num declínio para toda a população” (JAROCHINSKI SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 168).

A Lei de Migração, aprovada recentemente (BRASIL, 2017), revogou expressamente o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), com um total de 125 artigos que abordam os direitos e deveres das diversas categorias de migrantes, regulam a sua entrada e estada no país e estabelecem princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Para Ribeiro (2017, p. 174), “o avanço mais geral reside na mudança de enfoque desse novo marco legal das migrações, agora com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes”.

Partindo de um novo paradigma, Pereira (2019) ressalta as mudanças mais significativas, tais como o uso da expressão direitos humanos ao longo do texto legislativo, assim como alguns de seus principais princípios e diretrizes: universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos e o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e quaisquer formas de discriminação tentando promover uma política migratória que, ao menos em seu texto, efetiva normativamente e garante a proteção de tais direitos.

Aprecia-se que esta Lei vai incorporar novos princípios sobre não discriminação, abordando a igualdade de direitos, que por exemplo, entre o trabalhador nacional com o imigrante em situação regular, demonstra que o mercado de trabalho não deve ser fechado e que a migração se constitui em um fator de desenvolvimento (BRASIL, 2017). Além disso, propiciou-se uma redefinição das condições de entrada no território, e o acesso aos direitos.

Do acordo a legislações internacionais e, sobretudo à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, os princípios gerais de igualdade de direitos e de não-discriminação deveria se constituir na base para o direito a um tratamento nas mesmas condições dos estrangeiros. O significado mais utilizado do conceito de inclusão, na medida em que se refere aos imigrantes, está relacionado ao acesso aos direitos sociais, em igualdade de condições e sem discriminação (OIM, 2017).

Atualmente, no marco da Portaria Interministerial nº 9 do mês de março de 2018 (BRASIL, 2018), permite-se optar pela regularização migratória com o pedido de residência temporária por dois anos para cidadãos de países vizinhos que não fazem parte do Acordo de Residência do MERCOSUL; que mesmo durante a permanência da Venezuela do bloco não conseguiu ter essa medida efetivada, a qual foi solucionada em consequência de serem países limítrofes, garantindo aos venezuelanos acessarem a essa forma de regularização.

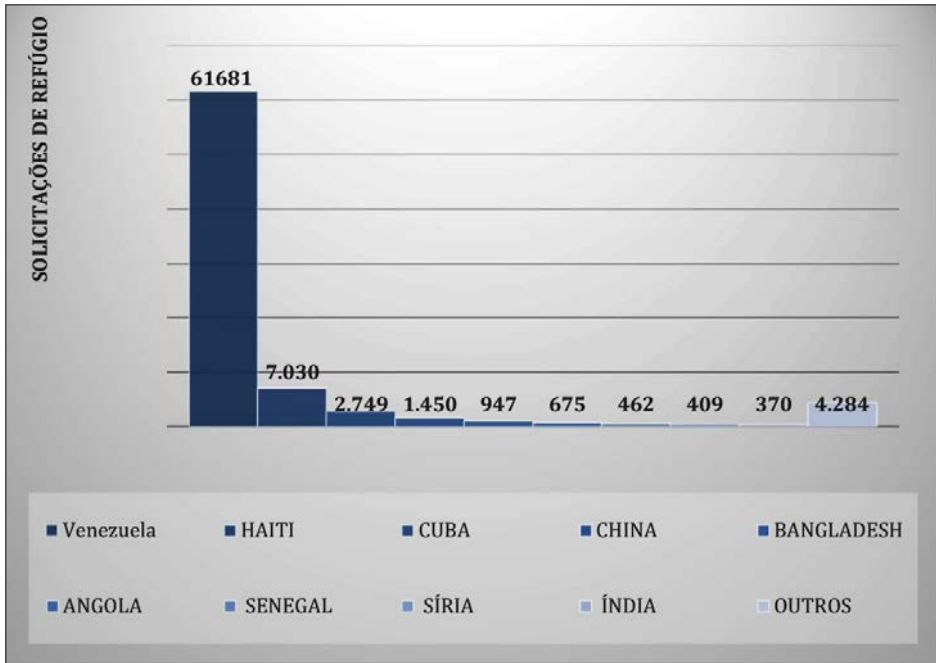
Além disso, está vigente e é aplicável o mecanismo do refúgio pela Lei 9.474 (BRASIL, 1997), regulando o procedimento para a determinação, cessação e perda da condição de refugiado, os direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados e as soluções duradouras previstas para esses casos. Vale indicar, que os requerentes do refúgio poderão, em qualquer momento antes da decisão pelo reconhecimento da condição de refugiado pelo CONARE, desistir do processo de reconhecimento da condição de refugiado, caso desejem, e solicitar residência temporária.

Segundo a plataforma R4V (ACNUR; OIM, 2020), o Brasil conta com aproximadamente 264 mil venezuelanos, sendo que mais de 250 mil deles optaram pela regularização utilizando as duas categorias disponíveis.

No caso da solicitação de refúgio, parte-se de uma vulnerabilidade que ainda temporariamente, atinge aqueles que estão fugindo de uma crise humanitária, devendo oferecer-lhes uma proteção especial, para assim, assegurar alguns direitos, em condições de igualdade. No Gráfico 1, apresenta-se o número de requerimentos de acordo com a Polícia Federal no ano de 2018, momento de inflexão em relação ao que tradicionalmente era a realidade das solicitações de refúgio no Brasil.

As duas categorias de regularização asseguram a exigibilidade dos direitos para os estrangeiros estabelecidos na Constituição Federal, nos tratados internacionais inerentes ao refúgio, assim como os direitos dos estrangeiros em situação regular em território nacional: registro de identidade provisória de estrangeiro, carteira de trabalho, previdência social e cadastro de pessoa física (CPF) provisórios, durante sua residência temporal ou solicitação de refúgio em análise pelo CONARE. Entretanto, há alguns direitos específicos que só são garantidos aos que são reconhecidos na condição de refugiados, tais como a reunião familiar e a isenção de taxas para a regularização de diplomas em alguns estados brasileiros.

Gráfico 1- Solicitações de reconhecimento condição de refugiado por país de origem em 2018



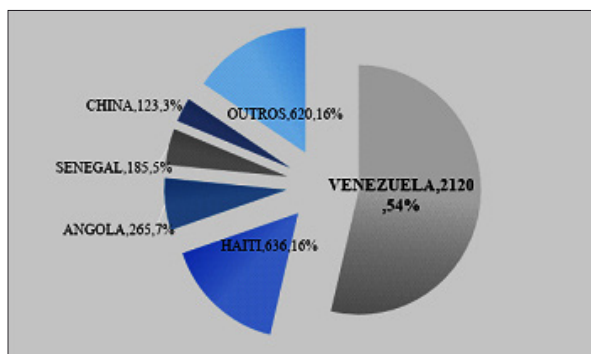
Fonte: Brasil (2019).

A realidade brasileira apresenta uma situação de demora, que se mantém no sistema de refúgio no Brasil, que inclui os “direitos dos refugiados dentro do país, bem como a capacidade operacional do CONARE e a burocratização da concessão do status de refugiado” (SALLES; GONÇALVES, 2016, p. 113). Para resolver tal situação, optou-se pelo reconhecimento da situação venezuelana como de grave e generalizada violação de direitos humanos, levando a um cenário no qual foram possíveis reconhecimentos mais amplos, em grupos, o que fez com que o número de refugiados de nacionalidade venezuelana ultrapasse os 46 mil (ACNUR, 2020). Mesmo com esses expressivos números, a fila de análise dos venezuelanos ainda é de mais de 100 mil solicitantes.

Isso significa a permanência da prática dos migrantes de transitarem entre as categorias migratórias de solicitante de refúgio e o passe a residente temporal, obviamente que em número menor do que antes do reconhecimento da grave e generalizada violação de Direitos Humanos na Venezuela pelo CONARE.

Em informação divulgada pela Coordenação Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (BRASIL, 2019), dá-se conta que é possível, realizar mudanças de estratégias que poderiam constituir escolhas para superar as dificuldades institucionais no acesso aos direitos, bem como práticas estatais que possam condicionar com um acesso precário a direitos, encontradas nos marcos regulatórios (MENJIVAR, 2006). A demora do CONARE em decidir pela realidade venezuelana impactou a escolha dos oriundos daquele país em termos de busca pela regularidade migratória no Brasil.

Gráfico 2- Extinções a solicitação de refúgio realizadas com fundamento em desistências e autorização de residência em 2018



Fonte: Brasil (2019).

O espaço regulatório atual permite superar a fronteira entre a legalidade e restrição do ingresso dos imigrantes venezuelanos, mas também poderia desvirtuar a atenção emergencial, humanitária e de sobrevivência, que precisava ser levada em conta desde o início da chegada mais efetiva de venezuelanos ao Brasil, além de assegurar a sua efetiva inclusão e integração social, no país receptor. Não restava dúvida, desde o ano de 2015, de que se tratava de uma migração forçada, apesar da tardia ação das autoridades brasileiras, seja em 2017 com a primeira resolução normativa que atendia a esses imigrantes (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2018) ou o reconhecimento da grave e generalizada violação de Direitos Humanos na Venezuela por parte do CONARE.

Reconhece-se o avanço, ainda que tardio, da autoridade brasileira em termos de reconhecimento da situação de refúgio ou da busca por formas alternativas de regularidade. O que se questiona é o uso de instrumentos extraordinários para isso, no caso da resolução normativa ou portaria interministerial, principalmente

a segunda, que pouco dialoga com a nova lei de migração, aprovada em 2017, assim como a dificuldade em compreender os procedimentos do CONARE para o reconhecimento dos solicitantes venezuelanos como refugiados.

Além disso, esse avanço de regularização, não trouxe melhorias mais efetivas em termos de integração. Há falta de ações mais efetivas nesse sentido, principalmente no que se refere à cidadania, a qual vem produzindo uma recepção de migrantes em condição de fragilidade em termos sociais e econômicos.

A diversidade de categorias ou status intermediário, juntamente com as leis que regulam a residência, inclusão, temporalidade, entre outros, as quais deveriam impulsionar a questão sobre o desenvolvimento de um sistema de direitos mais amplos e integrativos, pode passar por toda essa ampla gama de ações realizadas no Brasil para o movimento de venezuelanos sem deixar maiores marcas ou avanços significativos em um elemento chave em qualquer política migratória ou para os refugiados, que é a integração dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo sugere que dinâmicas migratórias dos venezuelanos no Brasil possam ser melhor compreendidas a partir do prisma da condicionalidade resultante de um trânsito entre categorias que marcou por muito tempo a dinâmica dessa mobilidade no Brasil, possuindo uma estrutura multidimensional de oportunidades e acesso a benefícios sociais diferenciados, baseadas nas normativas vigentes.

A importância de políticas adequadas em respeito aos direitos humanos no marco da inclusão social das pessoas em mobilidade internacional que se estabelecem no Brasil, em qualquer de suas categorias, redundando na coerência normativa e da governabilidade do Estado brasileiro, que devem estar abertos à população mais vulnerável da sociedade que se identificam como excluídas e que neste caso pode tratar-se de uma mobilidade com motivações de sobrevivência.

O Brasil, nos últimos anos, progrediu em termos de estruturas regulatórias, as quais permitiriam aos migrantes na formalidade normativa exercer seus direitos no país. No entanto, a regularização dos venezuelanos evidencia o trânsito entre a solicitação de refúgio e a mudança para residência temporária, a qual foi favorecida por um bom tempo pelas autoridades interessadas em manter uma dinâmica de reconhecimento de refugiados pensada para poucas pessoas. Esse “incentivo” a mudanças de “status” migratório não deveria se constituir em escolhas para superar as dificuldades institucionais – temporalidade, requerimentos, acessibilidade – as quais podem, no limite, aprofundar a situação de

vulnerabilidade resultante de um deslocamento forçado que precisa de assistência e proteção gerais.

No entanto, vale ressaltar que para assegurar direitos faz-se necessário também superar preconceitos e discriminações subjetivas que afetam diretamente a um setor da população, mas também abordar as condições de maior vulnerabilidade e a superação de sua exclusão social. Realizar boas práticas e processos para uma melhor integração social dessas pessoas, com incidência em todos os níveis governamentais no sentido de garantir a proteção dentro dos espaços de inclusão social, é condição *sine qua non* para o avanço e efetividade desses direitos. Essa temática não pode estar suscetível a avanços ou retrocessos, conforme o único interesse do estado receptor, pois isto pode significar ampliar a vulnerabilidade, o desrespeito aos direitos e até mesmo no enfraquecimento dos institutos jurídicos.

O desrespeito dos institutos estabelecem condições precárias (restringindo ou retardando) o acesso aos direitos o que, inquestionavelmente, pode criar situações inexoráveis. A importância da nova lei de migração e da lei de refúgio deve ser afirmada em todas as medidas realizadas perante a mobilidade humana que se dirige ao Brasil.

Precisa-se do reforço da perspectiva de Cartagena em termos do reconhecimento de mobilidade forçada em situações semelhantes ao dos venezuelanos, além da necessidade de se criar políticas que não se pautem apenas em regularização de pessoas, mas que prevejam a integração como um elemento fundamental a ponto de, finalmente, os imigrantes e pessoas refugiadas serem reconhecidas como pertencentes à comunidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ACNUR. AGENCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Genebra, 1951. 21 p. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

_____. **Declaração de Cartagena** em 1984. Cartagena, 1984. 5 p. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. **Tendencias globales desplazamiento forzado en 2018.** Genebra, 2019. 39 p. Disponível em: <<https://www.acnur.org/5d09c37c4.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados.** ACNUR, 28 ago. 2020. Disponível em: <[ACNUR; OIM. AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela - R4V, 07 sep. 2020. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 7 sep. 2020.](https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2028%20de%20agosto%20de,7.787%20venezuelanos%20como%20pessoas%20refugiadas.&text=Anteriormente%2C%20o%20CONARE%20tomou%20tr%C3%AAs,beneficiando%20solicitantes%20de%20ref%C3%BAgio%20venezuelanos.>>. Acesso em: 7 set. 2020.</p></div><div data-bbox=)

ÁLVAREZ de Flores, Raquel. La dinámica migratoria colombo-venezolana: evolución y perspectiva actual. San Cristóbal: Universidad de los Andes. **Geoenseñanza**, vol. 9, núm. 2, julio-diciembre, 2004. 191-202 p. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/360/36090205.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo: Informe 2017/18.** London: Amnesty International 2018. 254 p. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

ARANGO Joaquín. **La explicación teórica de las migraciones; Luz y Sombra.** Zacatecas: Editorial Red Internacional de Migración y Desarrollo. Migración y Desarrollo, no. 1, 2003, p. 31. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=66000102>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 320 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 190 p.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 119 p.

BETTS, Alexander. **Survival Migration: failed governance and the crisis of displacement**. New York: Cornell University Press, 2013a. 255 p.

_____. State fragility, refugee status and survival migration. **Forced Migration Review**. Oxford, n. 43, p. 4-6, jul. 2013b. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/fragilestates/betts.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define os mecanismos de implementação do Estatuto do Refugiado de 1951 e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>. Acesso em: 7 jul. 2019.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 2 jul. 2019.

_____. Ministério de Estado da Justiça, Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores e do Trabalho. Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mar. 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. **Refúgio em números**. 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública 2019. 46 p. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CASTILLO Tomás; REGUANT Mercedes. Percepciones sobre la migración venezolana: causas, España como destino, expectativas de retorno. Caracas. **Revista Migraciones**, n. 41, p. 133-163, 2017. Disponível em: <https://revistas.upcomillas.es/index.php/revistamigraciones/article/viewFile/7898/7683>>. Acesso em 12 nov. 2019.

COLOMINE, Feijóo; HERNÁNDEZ Fernando. **Los desafíos de la seguridad transfronteriza**: perspectiva de los acuerdos de seguridad en el norte de América del Sur. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2008. 31 p. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05566.pdf>>. Acesso em 3 jul. 2019.

CERNADAS, Pablo Ceriani. A linguagem como instrumento de política migratória. **Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v. 13, n. 23, p. 97-112, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/8-sur-23-portugues-pablo-ceriani-cernadas.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

COSTA, Emily. Interiorização leva 15 mil venezuelanos de RR a outros estados em 1 ano e 3 meses. **G1.globo.com** / Roraima, Boa Vista, 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/07/18/interiorizacao-leva-15-mil-venezuelanos-de-rr-a-outros-estados-em-1-ano-e-3-meses.ghtml>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DE LA VEGA, Iván. La crisis en Venezuela modifica histórica conducta migratoria. **Informe 21**. Caracas, 21 sep. 2015. Disponível em <<https://informe21.com/economia/la-crisis-en-venezuela-modifica-historica-conducta-migratoria>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DE LA VEGA, Iván; PUENTE José Manuel; SANCHEZ Magaly. The Collapse of Venezuela vs. The Sustainable Development of Selected South American Countries Sustainability. **Open Access Journal**. Basel, vol. 11, p. 1-23, June. 2019. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/gam/jsusta/v11y2019i12p3406-d241661.html>>. Acesso em: 16 set. 2019.

ESPAÑA, Luis Pedro; PONCE, Maria. **Encuesta sobre condiciones de vida en Venezuela febrero 2018**. Caracas: IIES-UCAB, 2018. 18 p. Disponível em: <<https://encovi.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ucv-ucab-usb-encovi-pobreza-2017.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.

GOLDRING, Luin; BERINSTEIN, Carolina; BERNHARD, Judith. Institutionalizing precarious migratory status in Canada. **Citizenship Studies**. London. v. 3, n. 13, p. 239-265, 2009. Disponível em: <<https://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/handle/10315/10022>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, Bernardo. Migração pela Sobrevivência: o caso dos venezuelanos em Roraima. In: JUBILU, Liliana *et al.* **Migrantes Forçados: conceitos e contextos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 636-661. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/68650487/migrantes-forcados-conceitos-e-contextos/1>>. Acesso em: 28 out. 2019.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; OLIVEIRA, Márcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v.23, n.44, p.157-169, jun.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000100157&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MENJIVAR, Cecilia. Liminal legality: salvadoran and guatemalan immigrants lives in the United States. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 111, n. 4, p. 999-1037, jan. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249177038_Liminal_Legality_Salvadoran_and_Guatemalan_Immigrants'_Lives_in_the_United_States>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MEZA, Alfredo. La caída del precio del petróleo fuerza a Maduro a recortar gastos. **El País.com**/ Madrid, España. 29 nov. 2014. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2014/11/29/actualidad/1417237062_753414.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v. 23, n. 44, p. 11-30, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-011.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MORALES, Juan. Perspectivas de la integración venezolano-brasileña. Maracaibo: **Revista de Ciencias Sociales**, Vol. VII, No. 2, Mayo-Agosto 2001, FACES – LUZ, 2001. p. 249-266. Disponível em: <<http://www.produccioncientifica.luz.edu.ve/index.php/racs/article/download/13140/13125>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

OEA. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Informe del Grupo de Trabajo de la OEA para abordar la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región**. Bogotá: Sigma Editores, 2019. 98 p.

OIM. Organización Internacional para las Migraciones. **Informe Migratorio Sudamericano**. Buenos Aires: Oficina Regional de la OIM para América del Sur, 2017. n. 1, 8 p. Disponível em: <https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Documentos%20PDFs/Informe_Tendencias_Migratorias_Am%C3%A9rica_del_Sur_N1_SP.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

_____. **Tendencias migratorias nacionales en Américas Venezuela octubre 2019**: República Bolivariana de Venezuela. Buenos Aires: Oficina Regional de la OIM para América del Sur, 2019. 12 p. Disponível em: <<https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias-Migratorias-en-Américas-Octubre.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PEREIRA, Gustavo De Lima. **Direitos humanos e migrações forçadas**: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. 162 p.

PÁEZ, Tomás. **La voz de la diáspora venezolana**. Caracas: El Estilete, 2016. 368p.

RIBEIRO, Antônio Tadeu. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 171-179, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 20, n. 57, p. 197-207, maio/ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200015. Acesso em: 4 jul. 2019.

SALLES, Denise; GONÇALVES Fernanda. A atuação do estado brasileiro na proteção dos refugiados: a distância entre a legislação e a garantia dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, Joao Pessoa, v. 1, n. 2, p. 111-132, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/31039>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones**: Brutalidad y complejidad en la economía global. Buenos Aires: Katz Editores, 2015. 160 p.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**: ou os paradoxos da alteridade. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.

INTERAÇÕES E ESTIGMAS ENTRE BRASILEIROS E VENEZUELANOS NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA¹

Alessandra Rufino Santos

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado em Sociologia², na qual se investigou, através dos métodos mistos, em especial a abordagem qualitativa, a experiência de brasileiros na Venezuela e de venezuelanos no Brasil a partir de uma contextualização da dinâmica migratória recente, isto é, um fluxo migratório que tende a existir entre os países vizinhos. Os resultados encontrados apontam os processos de estigmatização e estereotipização na fronteira Brasil/Venezuela, o que dá abertura para o debate acerca das mudanças e tipificações sociais na inversão do processo migratório.

Este estudo tem por objetivo principal a exposição e a análise dos contextos e processos de interação e estigmatização vivenciados cotidianamente pelos interlocutores desta pesquisa na fronteira Brasil/Venezuela. Paralelo a isto, os migrantes brasileiros e venezuelanos se colocam no centro de um processo marcado pela noção de “sociedade de emigração e imigração” (SAYAD, 1998) em que a alteridade deriva do “não-lugar” a que o sujeito desenraizado passa a ocupar no trânsito entre duas sociedades. Característica esta que fundamenta o estigma enquanto um

-
- 1 No decorrer deste artigo, o conceito de migração será utilizado para se referir tanto a imigração quanto a emigração da mesma forma que o conceito migrante corresponderá simultaneamente a emigrante e a imigrante. Essa escolha se deve a Sayad (1998), que reconhece a emigração e a imigração como duas faces de uma mesma realidade; devido ao país de origem que se pretende deixar, o que se destaca é o emigrante que se torna imigrante ao adentrar as fronteiras do país de acolhimento.
 - 2 A tese de doutorado se intitula “Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos”. Foi defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob orientação do Prof. Dr. Karl Martin Monsma.

atributo profundamente depreciativo marcado através das relações sociais onde um lado é depreciado com relação ao outro “normal” (GOFFMAN, 1988).

Neste sentido, ao mesmo tempo em que as trajetórias de sociabilidade moldam o indivíduo migrante na sua relação com a sociedade receptora, os sujeitos que possuem vários atributos sociais negativos são mais facilmente identificados como migrantes. Então, conforme Uriarte (2009), o estigma se projetará com mais facilidade naqueles considerados mais diferentes em termos de cultura, religião, classe e raça.

O estigma do migrante dificulta sua vida principalmente no processo de interação social com a sociedade já estabelecida no local de destino. Desta maneira, a análise apresentada neste artigo tem como propósito explicar as categorias expressas do vivido extraídas dos discursos dos migrantes brasileiros e venezuelanos e de suas representações consulares. Consequentemente, falar de migrantes brasileiros e venezuelanos sem levar em conta as interações que estruturam o universo social do qual fazem parte dificilmente nos fornecerá uma imagem vívida da experiência migratória e da sociedade na qual se realiza.

Portanto, no que se refere aos conteúdos das seções que compõem esse texto, é importante esclarecer que, inicialmente, será feita uma contextualização da experiência de brasileiros na Venezuela e de venezuelanos no Brasil, dando ênfase ao princípio de que essa dinâmica migratória é recente e acontece especificamente, no caso dos brasileiros, na cidade de Santa Elena de Uairén (Estado Bolívar/Venezuela) e, no caso dos venezuelanos, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, ambas pertencentes ao Estado de Roraima (Brasil). Nessa lógica, será desenvolvido um debate acerca das mudanças das tipificações sociais ocasionadas pela inversão do fluxo migratório na fronteira Brasil/Venezuela. Com essa inversão, marcada pelo deslocamento em massa de venezuelanos para Roraima, os processos de estigmatização e estereotipização tornaram-se cada vez mais evidentes. Por fim, diante desse contexto de migração fronteiriça, o estudo refletirá sobre o modo como brasileiros e venezuelanos são representados pela população já estabelecida na fronteira Brasil/Venezuela.

A EXPERIÊNCIA DE BRASILEIROS NA VENEZUELA E DE VENEZUELANOS NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA DINÂMICA MIGRATÓRIA RECENTE

As migrações internacionais estão relacionadas às ocupações dos mais diversos pontos do planeta e, atualmente, “vêm passando por profundas mudanças em suas formas de organização socioespaciais e nas significações atribuídas pelos diversos sujeitos que migram” (ALBUQUERQUE, 2014, p.02). Ainda conforme

o autor, essas mudanças indicam que todas as migrações são, por consequência, fronteiriças devidas, entre outros motivos, às fronteiras nacionais, culturais e simbólicas estarem em movimento e em constante redefinição nos processos de interação social dos migrantes com a população local do lugar de destino e também com os familiares e amigos que ficaram no lugar de origem.

No caso específico do lócus de investigação desta pesquisa, a fronteira Brasil/Venezuela, é importante verificar as formas criativas em que brasileiros e venezuelanos se tornam sujeitos de suas experiências migratórias e que, para além de materialidades, as migrações promovem trocas, partilhas e inserção de novos conhecimentos e valores, mesmo havendo situações de manifestação de estigmas em um processo de desqualificação social.

Importa reconhecer que a migração de brasileiros e venezuelanos, na fronteira Brasil/Venezuela, comporta fluxos e refluxos importantes para o entendimento de que esse cenário das migrações nos desafia a verificar e demonstrar o porquê de o impacto da migração venezuelana ter sido maior para o Brasil, especificamente para o Estado de Roraima, do que a migração de brasileiros para a Venezuela, em especial para o Estado Bolívar.

Apesar da ausência de dados e bibliografias específicas que comparem as migrações de brasileiros para a Venezuela e de venezuelanos para o Brasil, os brasileiros que começaram a emigrar para a Venezuela a partir do ano de 1970 possuem um propósito de migração e perfil diferenciados dos venezuelanos que passaram a chegar ao Brasil, sobretudo, a partir de 2015, embora ambos os povos tenham realizado outra etapa migratória antes de chegarem ao destino atual.

No entanto, antes das análises mais específicas para os migrantes brasileiros e venezuelanos na fronteira Brasil/Venezuela serem apresentadas, esse fenômeno migratório será abordado de um modo mais geral. À vista disso, o que mais chama a atenção, inicialmente, é que, mesmo a emigração de brasileiros para Santa Elena de Uairén compreendendo um marco temporal de mais de 30 anos, nesse período o número de brasileiros residentes na Venezuela corresponde a cerca de 15 mil. Ao contrário da atual migração venezuelana nas cidades brasileiras de Pacaraima e Boa Vista, que já foi noticiada pela mídia televisiva e impressa de Roraima em 2017 com o número de aproximadamente 30 mil pessoas nos 02 primeiros anos da chegada dos venezuelanos em Roraima, sendo que a maioria vive de forma irregular.

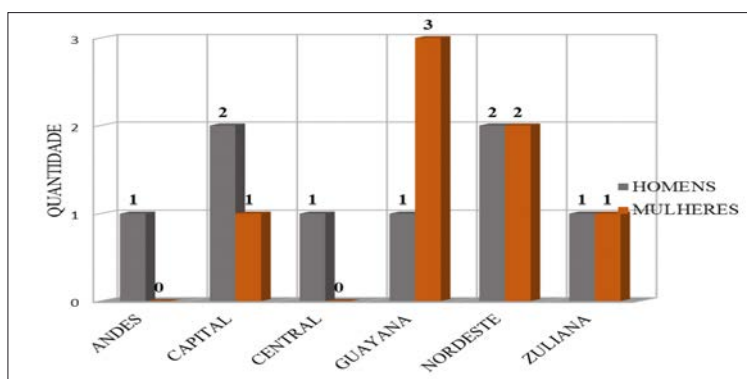
Como exemplo de notícia referente à presença de venezuelanos em Roraima, está a reportagem da EBC Radioagência Nacional intitulada “Ao menos 30 mil venezuelanos já migraram para Roraima”, publicada em 13/02/2017. A

reportagem expressa que muitos venezuelanos buscam assistência no Centro de Referência ao Imigrante, abrigo mantido pelo governo do Estado de Roraima:

Durante o ano de 2016, Roraima viu crescer o fluxo migratório de venezuelanos no estado. Foram cerca de 30 mil estrangeiros, segundo estimativa do governo estadual [...] na capital, Boa Vista, é possível vê-los por toda parte. Fazendo malabares ou limpando para-brisas nos semáforos, vendendo artigos pelos bares e restaurantes ou em busca de suporte no Centro de Referência ao Imigrante, um ginásio de esportes na zona oeste da cidade que virou a casa de centenas deles. (EBC Radioagência Nacional, 13/02/2017).

O dado da reportagem, além de ser preocupante, só confirma que o impacto da migração fronteiriça tem sido maior para Roraima, pois o estado brasileiro está exposto à segurança pública nacional em razão de fronteira desprotegida, caracterizada por diversas vias de acesso clandestinas utilizadas como rota de tráfico de pessoas, de drogas e de armas (SANTOS, 2015). Além disso, a intensidade do fluxo migratório, a ponto de ser descrito por outros veículos de comunicação como êxodo ou invasão, levou o governo de Roraima a decretar estado de emergência por receber venezuelanos de diferentes regiões da Venezuela (Gráfico 01).

Gráfico 01– Origem dos entrevistados venezuelanos por Regiões Administrativas da Venezuela³



Fonte: Amostra de 15 migrantes venezuelanos. Pesquisa de campo, 2016, 2017.

- 3 Desde um decreto de 1969, as Regiões Administrativas da Venezuela agrupam Estados, Distrito Capital e dependências federais da Venezuela, sendo classificadas da seguinte forma: Região dos Andes, Região Capital, Região Central, Região Centro-Oeste, Região Guayana, Região Insular, Região dos Llanos, Região Nordeste, Região Sudoeste e Região Zuliana.

Outras justificativas que corroboram para que o impacto da migração de venezuelanos seja maior para Roraima do que a migração de brasileiros para Bolívar estão entre as prováveis motivações para esse fluxo migratório. De modo comparativo, enquanto os brasileiros passaram a migrar para a Venezuela de forma espontânea – este fluxo é, de certo modo, um prolongamento das migrações internas, resultado da expansão da fronteira agrícola na Amazônia (BECKER, 2007) e a frente garimpeira (RODRIGUES et al., 2016) –, os venezuelanos têm praticado a migração forçada para Roraima.

Os acontecimentos indicam que o movimento migratório de venezuelanos para o Brasil possui um fator de expulsão muito expressivo, no qual as situações de debilidade econômica, social e de segurança fazem com que muitos venezuelanos deixem seu país em busca de um emprego em condições dignas ou de uma moradia para que, assim, amenizem o desespero causado pela fome e pela pobreza.

O que acontece, nesse cenário, é que o movimento migratório de venezuelanos para Roraima configura-se nos princípios de sobrevivência. Isso quer dizer que, embora seja um movimento forçado em virtude das condições em que se encontra o migrante na origem, não possui maiores resguardos no sistema internacional da mesma maneira que os refugiados⁴ (BETTS, 2009). Essa mudança marcante no fluxo migratório da fronteira Brasil/Venezuela nos estimula a realizar o seguinte questionamento: Roraima está preparado para receber os venezuelanos?

O questionamento acima pressupõe que, por Roraima ser o estado com a menor população absoluta do Brasil, o movimento migratório em massa de venezuelanos, iniciado em 2015, passou a ser bastante significativo em termos numéricos e não foi comportado pela estrutura física das cidades de Pacaraima e Boa Vista, que é incipiente quando comparada à estrutura física de outras cidades brasileiras.

Sobre esse aspecto, está a avaliação de Eduardo Oestreicher⁵, Diretor de Comércio Exterior da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN/

4 Apesar da diferença entre migração de sobrevivência e migração compulsória, muitos venezuelanos permanecem em Roraima através da solicitação de refúgio.

5 Eduardo Oestreicher, além de ser uma das principais autoridades de Roraima que tem um grande conhecimento sobre as relações bilaterais entre Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela), transita constantemente para a Venezuela desde 1984, quando seu pai (migrante originário do Maranhão) implantou em Roraima uma empresa de exportação de madeiras para a Venezuela. Por este motivo, desde a década de 1980, ele passou a realizar viagens para a Venezuela com o intuito de estabelecer uma relação mais próxima com os clientes e cuidar da documentação da exportação. Logo, com a experiência adquirida, é considerado um conhecedor da fronteira Brasil/Venezuela. Foi por esse motivo que recebeu a indicação para atuar como Diretor de Comércio Exterior em Roraima e Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria de Roraima.

RR), quando comparou o fluxo migratório de brasileiros para a Venezuela e de venezuelanos para o Brasil:

Os números sobre a imigração venezuelana em Roraima estão superestimados. O Estado de Roraima não tem ainda um dado oficial [...]. Penso que o número é bem menor que 30 mil, como está sendo divulgado pela mídia local. Mas esse número é crescente e, por causa disso, as autoridades de Roraima precisam pensar no que fazer? O impacto dessa migração já é bem visível a Roraima. Já atinge, por exemplo, o atendimento à saúde, já atinge em registros na área de segurança e também atinge na divisão de espaços de escolas e creches, para não falar na oferta de empregos [...]. No período onde essa migração era inversa, no final dos anos 70, começo dos anos 80, brasileiros das Regiões Norte e Nordeste também fizeram como os venezuelanos estão fazendo ao procurar o Brasil. Eles foram para a Venezuela em busca de oportunidades e de atendimento a uma estrutura de serviços públicos, que naquele momento era bem melhor do que na Região Norte do Brasil. Quando eu falo em Nordeste é exatamente a ponta do Nordeste que é mais próxima da Região Norte, onde está inserido o Maranhão o Piauí e o Ceará. Apesar da ausência de dados mais precisos sobre a chegada dos brasileiros no Estado de Bolívar (Venezuela), afirmo com toda certeza que houve um impacto na economia de Bolívar, principalmente no setor de mineração, onde o brasileiro que buscava uma oportunidade era melhor aceito do que o próprio venezuelano porque ia para uma atividade mais pesada, uma atividade braçal [...] mais pra frente, na década de 90, quando começou a construção do Complexo Hidrelétrico de Guri, brasileiros de melhor qualificação também migraram para a Venezuela para trabalharem nesse projeto da construção da hidrelétrica. Porém, foram migrações pontuais como também aconteceu mais recente na efetivação de obras de infraestrutura, através de empresas brasileiras, que foram contratadas para atuarem na construção da segunda ponte do rio Orinoco e do metrô de Caracas, por exemplo. Então, essa imigração venezuelana, em Roraima, também é em busca *de* uma melhor qualidade de vida por quem não está encontrando no país de nascimento [...]. A principal diferença que eu vejo é no controle. A Venezuela fazia o controle dos antecedentes criminais junto aos brasileiros que entravam em solo venezuelano. Isso não é feito pelo Brasil. (Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, em 28/08/2017, na cidade de Boa Vista).

Como dito por Eduardo Oestreicher (2017), o deslocamento entre um país e outro representa uma possibilidade de sobrevivência, mas também uma escolha ou um projeto individual. Essa dinâmica faz com que Roraima e Bolívar enfrentem um duplo papel de emissor de mão de obra de nacionais (migração interna)⁶ e de estrangeiros oriundos, principalmente, da região fronteira.

Apesar disso, é importante levar em consideração que o processo migratório não se inicia com a partida do local de origem. Ele é, antes de tudo, um projeto migratório. Portanto, decidir migrar implica se dispor a construir uma nova vida, uma nova história e uma nova identidade. Além do mais, o processo de elaboração e execução do processo migratório torna-se marcado, inicialmente, pela construção do mapa sobre o destino e as informações advindas por diversos meios com o objetivo de reduzir os riscos de fracasso do projeto que se iniciou. Esta etapa de transição entre a construção do projeto migratório e o deslocamento ao local de destino caracteriza a migração uma ação consciente, mesmo havendo motivos distintos para a sua prática.

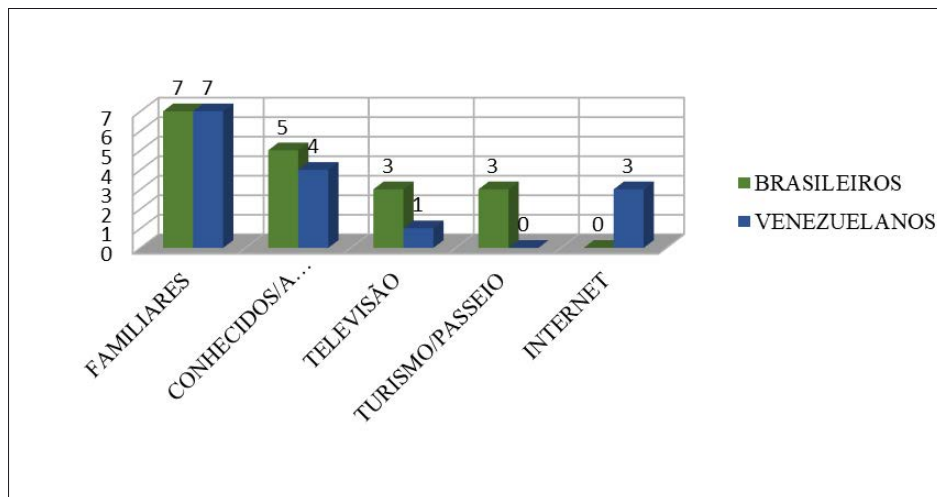
Assim, a construção do projeto migratório de brasileiros para a Venezuela e de venezuelanos para o Brasil é pensada, a emigração dos brasileiros para a Venezuela iniciou-se espontaneamente com o desejo desses migrantes em melhorarem a vida econômica, tornando-se uma continuidade da migração, em especial de nordestinos, até Roraima.

No que se refere à emigração de venezuelanos para o Brasil, esta ação social inicia basicamente por uma crítica ao lugar de origem, pela consciência de sua condição, como também perspectivas para o futuro. Essa condição e a condição anterior dos brasileiros, ao serem analisadas, contribuíram com a seguinte pergunta: como a informação sobre a Venezuela chegou para os migrantes brasileiros e como a informação sobre o Brasil chegou para os migrantes venezuelanos, apesar de os dois países serem fronteiriços?

A resposta para esta pergunta pode ser visualizada no gráfico 02, exposto a seguir.

6 Os brasileiros que migram para a Venezuela, apesar de saírem de Roraima, são nascidos em outros estados brasileiros. A mesma coisa acontece com os venezuelanos, que chegam ao Brasil dando continuidade ao projeto migratório iniciado com a experiência migratória em distintos lugares do país de origem.

Gráfico 02 - Fonte de informações sobre o Brasil e a Venezuela⁷



Fonte: Amostra de 33 migrantes (18 brasileiros e 15 venezuelanos). Pesquisa de campo, 2015, 2016 e 2017.

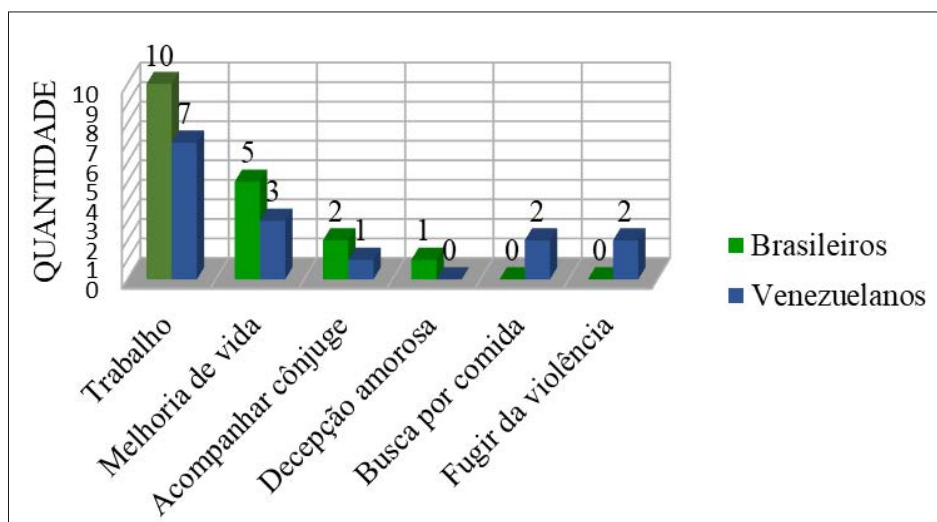
O gráfico 02 demonstra que, para os migrantes entrevistados (brasileiros e venezuelanos), as relações familiares são a fonte de conhecimento por excelência das cidades de Santa Elena de Uairén, no caso dos brasileiros, e das cidades de Pacaraima e Boa Vista, no que se refere aos venezuelanos. Na maior parte dos migrantes contatados, ficou explícito que seus familiares representam uma fonte de conhecimento sobre as cidades de Santa Elena de Uairén, Pacaraima e Boa Vista devido já terem alguma experiência com essas cidades, ou porque nelas moravam há algum tempo, ou ainda por morarem em outras cidades próximas e com elas estabelecerem relações cotidianas.

Obviamente, essas informações sobre os países de destino são úteis para os migrantes brasileiros e venezuelanos à medida que compõem o acervo de informações sobre as condições sociais, econômicas e políticas das cidades em que passam a viver. Esses elementos são necessários à construção do projeto migratório e à interpretação dos efeitos da migração de brasileiros e venezuelanos na estrutura social da fronteira Brasil/Venezuela, conforme os princípios do mundo da vida e do mundo social.

⁷ O gráfico apresenta a visão dos entrevistados (brasileiros e venezuelanos, compreendendo um total de 33 pessoas – 18 brasileiros e 15 venezuelanos) sobre as informações obtidas em relação ao Brasil e a Venezuela antes da migração.

É pertinente observar que a migração não é somente parte de um processo econômico. Como sustenta Durham (1973), a decisão de migrar possibilita ampla mudança social, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade de origem e de destino. É em razão disso que os fatores determinantes que motivaram a prática migratória dos brasileiros e venezuelanos entrevistados para a fronteira Brasil/Venezuela são apresentados a seguir, no gráfico 03.

Gráfico 03 – Motivações que ocasionaram a decisão de migrar (brasileiros e venezuelanos)

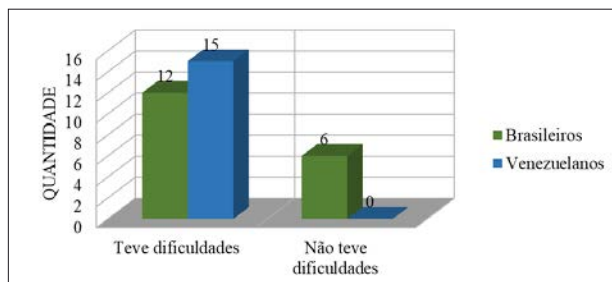


Fonte: Amostra de 33 migrantes (18 brasileiros e 15 venezuelanos). Pesquisa de campo, 2015, 2016 e 2017.

É interessante notar que, segundo as informações apresentadas no gráfico 03, a motivação pelo trabalho foi a que mais estimulou brasileiros e venezuelanos a praticarem a migração fronteiriça. Como diria Schutz (1979), o trabalho é um dos estilos cognitivos da realidade da vida cotidiana. Melhor dizendo, o trabalho é um tipo significativo de espontaneidade que coloca os indivíduos na condição de artífices de sua própria vida.

No entanto, apesar do trabalho (formal e informal) desempenhado pelos migrantes brasileiros e venezuelanos, como forma de sobrevivência, nem sempre a atividade laboral foi suficiente para suprir adequadamente as atividades da vida material dos entrevistados, como expõe o gráfico 04.

Gráfico 04 – Enfrentamento de dificuldades financeiras (brasileiros e venezuelanos)

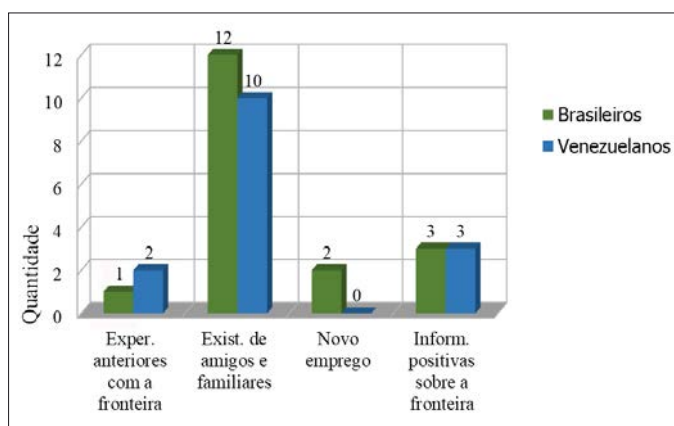


Fonte: Amostra de 33 migrantes (18 brasileiros e 15 venezuelanos). Pesquisa de campo, 2015, 2016 e 2017.

O gráfico 04 aponta que os relatos de 67% dos brasileiros e de todos os venezuelanos entrevistados revelaram que, por mais que consigam trabalhar a semana inteira, o dinheiro adquirido não garante por total o sustento com moradia e alimentação, como também não continua sendo suficiente para suprir outras despesas oriundas, por exemplo, de situações voltadas à doença.

As entrevistas também demonstraram os motivos da escolha da fronteira Brasil/Venezuela como destino de brasileiros e venezuelanos, podendo ser visualizados no gráfico 05. Entre os resultados apresentados, a presença de amigos e familiares na fronteira Brasil/Venezuela aumentou significativamente a escolha por esse destino feita por brasileiros e venezuelanos.

Gráfico 05 – Motivos da escolha da fronteira Brasil/Venezuela como destino (brasileiros e venezuelanos)



Fonte: Amostra de 33 migrantes (18 brasileiros e 15 venezuelanos). Pesquisa de campo, 2015, 2016 e 2017.

Diante das informações apresentadas no gráfico 05, também nos chamou a atenção as informações positivas sobre a fronteira Brasil/Venezuela como um dos motivos para a escolha deste local no projeto migratório de brasileiros e venezuelanos. Percebe-se com essa visão positiva sobre a fronteira Brasil/Venezuela a desmitificação da fronteira como “lugar de perigo”. Nessa vertente de pensamento, a fronteira é retratada tanto como lugar de referência identitária quanto lugar onde as diferenças se evidenciam e acarretam conflitos culturais, sociais e econômicos. Por outro lado, se tomarmos como referência os estudos de Nogueira (2008), chegaremos ao pressuposto de que, na fronteira, as distâncias também se estreitam e as diferenças passam por um processo de reelaboração.

Não podemos deixar de mencionar, no caso da fronteira Brasil/Venezuela, que, em certas circunstâncias, a proximidade entre o Brasil e a Venezuela gera intensos fluxos e produz diversas barreiras e travessias que se cruzam e (re)definem a compreensão dos limites nacionais. Essa reflexão é enfatizada por Albuquerque (2015, p.98) quando considera o cotidiano da vida fronteiriça marcado “por meio de muitas travessias e contornos das leis estatais que inscrevem, no território de moradia, os limites entre o cidadão e o estrangeiro”.

BRASILEIROS EM SANTA ELENA DE UAIRÉN (BOLÍVAR/VENEZUELA)

Muitos brasileiros já estão vivendo na Venezuela há cerca de 30 anos, com famílias constituídas ou reconstituídas ao longo da trajetória migratória. Os motivos apresentados pelos brasileiros no que se refere ao ato de migrar são os mais diversificados: reunificação familiar, fim de relacionamentos afetivos no Brasil, fuga de relações violentas, e, principalmente, a atividade laboral relacionada à mineração, às atividades turísticas e ao comércio (marcada pelas alterações cambiais entre o Brasil e a Venezuela).

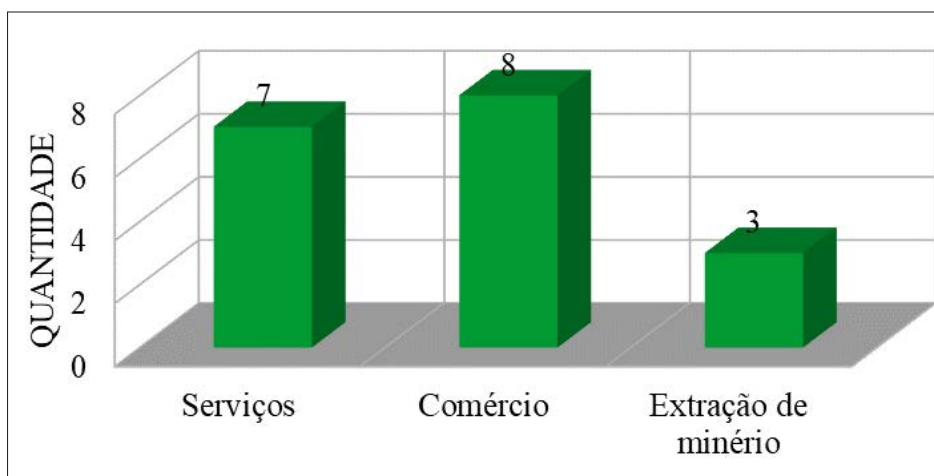
No caso dos brasileiros que moram em Santa Elena de Uairén, muitos ficam temporariamente irregulares no país, renovando o visto de turista duas vezes ao ano. Em outros casos, permanecem sem renovação de vistos. Esses acontecimentos indicam que a proximidade geográfica entre o Brasil e a Venezuela faz com que a condição de indocumentado não tenha tanta centralidade para permanência e subsistência no país, uma vez que a qualquer momento podem recorrer a uma rede de ajuda do outro lado da fronteira ou, dependendo da pressão institucional, podem simplesmente renovar o visto de turista.

Ainda no que se refere à irregularidade dos brasileiros, em Santa Elena de Uairén, Ubiraci Bastos (2015) faz as seguintes considerações:

A irregularidade dos brasileiros em suas documentações reflete na atuação deles no mercado de trabalho. Muitos trabalham de forma irregular. Os que têm seu comércio realmente cumprem com a lei. Agora, outras pessoas que não têm documentação regular, elas desempenham serviços diversos, mas não têm vínculo empregatício. Para ter vínculo empregatício, tem que estar legalizado, tem que ter a cédula de estrangeiro. (Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, em 12/02/2015, na cidade de Santa Elena de Uairén).

Vasconcelos (2013) enfatiza que a migração de brasileiros para a Venezuela se caracteriza como migração fronteiriça, tendo em vista que os brasileiros permanecem na rota dos países de fronteira, se deslocando apenas alguns quilômetros até o país vizinho. Sobre esse cenário, a pesquisa de campo apresentou, como um de seus resultados, que o mercado de trabalho disponível para o migrante brasileiro na Venezuela se divide entre setor de serviços, comércio e extração de minério, como apresenta o gráfico 06.

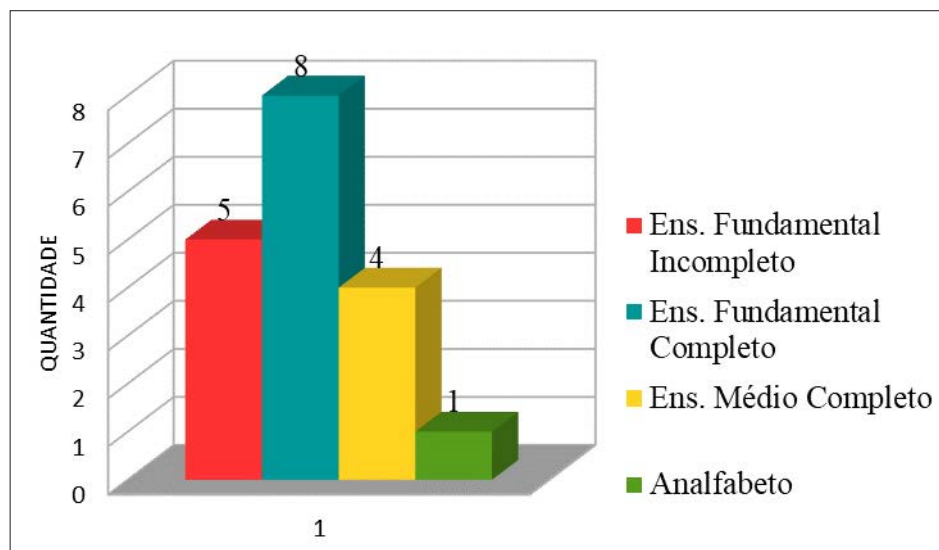
Gráfico 06 – Atividades que os entrevistados brasileiros passaram a desempenhar após a migração



Fonte: Amostra de 18 migrantes brasileiros. Pesquisa de campo, 2015.

Logo, nesse cenário, grande parte das mulheres migrantes desempenha funções laborais no setor de comércio e serviços, enquanto os homens, no setor de transporte (também inserido no setor de serviços) e mineração. Quanto ao perfil desses migrantes brasileiros, os resultados do campo esclarecem que homens e mulheres, oriundos de camadas populares brasileiras, possuem grau de estudo que varia entre não alfabetizado e ensino médio (Gráfico 07), embora haja profissionais liberais com graduação, tais como médicos e enfermeiros, que, na sua maioria, possuem dupla nacionalidade em virtude de pertencerem a articulações familiares transnacionais ou de pertencerem à segunda geração de família de migrantes na fronteira do Brasil com a Venezuela.

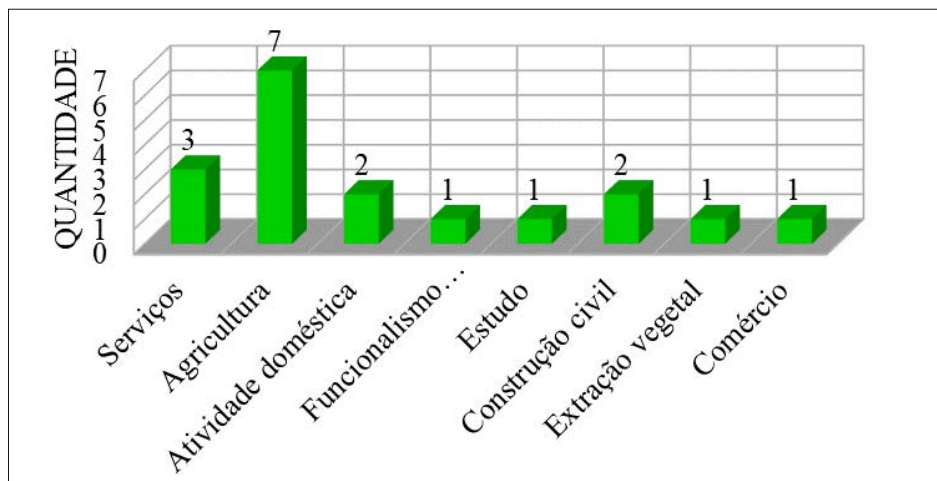
Gráfico 07 – Escolaridade do grupo de brasileiros estudado



Fonte: Amostra de 18 migrantes brasileiros. Pesquisa de campo, 2015.

Já com relação à idade em que os entrevistados migraram, explicamos que se dividem entre 22 a 43 anos, sendo que a maior incidência está entre as pessoas maiores de 20 anos e menores de 40 anos. De maneira geral, em relação às atividades que os brasileiros desempenhavam no ato da migração, verificamos, no gráfico 08, as que são voltadas ao setor da agricultura, serviços, entre outros setores.

Gráfico 08 – Atividades desempenhadas pelos entrevistados brasileiros na ocasião da migração



Fonte: Amostra de 18 (e)migrantes brasileiros. Pesquisa de campo, 2015.

Além disso, observamos que entre os brasileiros há um decréscimo do ritmo migratório à medida que há um aumento na idade. Essa característica também é invertida quando se observa a motivação de retornar ao Brasil, isto é, quanto mais idoso o migrante menor é a motivação de retornar ao país.

Mas, no geral, embora os estudos de Rodrigues et al. (2008) demonstrem um retorno de brasileiros a partir da terceira fase da migração para a Venezuela, Ubiraci Bastos (2015), vice-cônsul do Brasil em Santa Elena de Uairén, afirma que, mesmo com a crise pela qual passa a Venezuela, os brasileiros não estão voltando ao Brasil pela seguinte justificativa:

É muito raro alguém sair e voltar para o Brasil, pelo menos aqui na Venezuela. Esse brasileiro já está estabelecido aqui e também tem a proximidade com o Brasil, isso contribui para que permaneçam aqui. Além disso, as pessoas que vieram, vieram em busca de alguma coisa. Elas não trouxeram alguma coisa e os que conseguiram ficam. Não precisam voltar porque conseguiram o que queriam. Sabemos também que é comum esses brasileiros irem ao Brasil visitar seus familiares. O interessante é que, geralmente, essa ida ao Brasil associa-se a ir para Roraima [...] embora os familiares desses brasileiros sejam do Nordeste, muitos deles estão em Roraima. (Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, em 12/02/2015, na cidade de Santa Elena de Uairén).

A permanência dos brasileiros em Santa Elena de Uairén, mesmo com o atual contexto vivenciado pela Venezuela, também é reforçado por Uiraci Bastos (2015) nesta outra justificativa:

Essa fronteira, para minha surpresa, é uma fronteira sem perigo, sem criminalidade. Para você ter ideia, Santa Elena de Uairén não tem nem cadeia. Quando uma pessoa é presa, ela é levada para ser julgada em Puerto Ordaz, há 800 km daqui. Não tem cadeia, não tem poder judiciário, não tem ministério público, algumas coisas assim. Mas acontece criminalidade? Acontece, raramente, acontece um pequeno roubo. Isso, algumas vezes, não é sempre. Além disso, a fronteira é bem vigiada do lado venezuelano. O lado brasileiro também é vigiado. Mas nota-se o lado brasileiro um pouquinho mais flexível. No lado da Venezuela, você vê que a guarda nacional e o exército estão armados. Então, é bastante vigiado [...]. Existem outros tipos de atividades, como o tráfico, por exemplo. Não adianta eu dizer que não existe porque existe. Mas está sendo combatido e não é aquela coisa dos bandidos chegarem com metralhadora. Não tem nada disso. É um lugar muito tranquilo e impressionantemente lindo. Pacaraima é uma cidade pequenininha, mas também não tem violência. Pode ter alguma coisa pontual, mas não que exista grupo, quadrilha... Nem pensar. Todo mundo se conhece. É por essa razão que os brasileiros também permanecem. [...] posso te dizer com toda a certeza que a crise econômica e política que a Venezuela vivencia ainda não chegou aqui na fronteira. (Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, em 12/02/2015, na cidade de Santa Elena de Uairén).

Diante do que foi exposto por Uiraci Bastos (2015), identificamos que os brasileiros construíram estratégias para permanecerem e se estabelecerem em Santa Elena de Uairén, como expressam as narrativas, a seguir, de algumas pessoas que representam a população venezuelana residente em Santa Elena de Uairén:

Los brasileños tomaron poder de Santa Elena de Uairén. Muchos se dieron bien aquí, consiguieron ganar mucho dinero⁸. (Ricky Balarini⁹, de 48 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, no dia 13/02/2015, na cidade de Santa Elena de Uairén).

Las mujeres brasileñas quedaron conocidas aquí en Venezuela como fáciles, que usan el cuerpo para ganar dinero. Pero, actualmente, esa fama ya no es más como antes. La mayoría de ellas se casaron con venezolanos

8 Os brasileiros tomaram o poder de Santa Elena de Uairén. Muitos se deram bem aqui, conseguiram ganhar muito dinheiro.

9 Nome fictício.

y lograron respeto en nuestra sociedad¹⁰. (Elisabeth Osorio¹¹, de 36 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, no dia 13/02/2015, na cidade de Santa Elena de Uairén).

Pienso que por el tiempo que los brasileños pasaron a emigrar a Venezuela, precisamente a partir de la década de 1970, como usted mencionó, era para la cultura brasileña estar más presente aquí en Santa Elena de Uairén. La cultura brasileña sólo está presente / visible en el comercio. Como los brasileños, hasta los que no viven aquí, acostumbran venir de Manaus, Boa Vista para hacer compras, el idioma predominante en las tiendas es el portugués. Mismo cuando la tienda es de venezolanos, la preferencia de vacante para vendedor es dada a los brasileños [...] una cosa que llama no sólo mi atención, sino de otros venezolanos, es que los brasileños que circulan aquí en Santa Elena de Uairén no son los brasileños que conocemos por la televisión, los brasileños de ciudades como São Paulo y Río de Janeiro. Estos brasileños, si vienen a Venezuela, van directo a Caracas. Ellos no necesitan venir a la frontera¹². (Lidia Galvis¹³, de 59 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, no dia 13/02/2015, na cidade de Santa Elena de Uairén).

Há, portanto, uma série de justificativas de que os brasileiros já se estabeleceram em Santa Elena de Uairén foram apresentadas pela população venezuelana. Essa realidade se concretizou justamente porque, ao longo dos últimos 30 anos, os migrantes brasileiros criaram metas e propósitos que, segundo Schutz (1978), se realizaram pela ação projetada, denominada “*motivo por que*”.

De certa forma, para os brasileiros, a chegada em Santa Elena de Uairén, o processo de adaptação, a inserção no mundo do trabalho e o estabelecimento de novas relações de sociabilidade foram etapas problemáticas do processo

10 As mulheres brasileiras ficaram conhecidas aqui na Venezuela como fáceis, que usam o corpo para ganhar dinheiro. Mas, atualmente, essa fama já não é mais como antes. A maioria delas se casaram com venezolanos e ganharam respeito em nossa sociedade.

11 Nome fictício.

12 Penso que pelo tempo que os brasileiros passaram a emigrar para a Venezuela, precisamente a partir da década de 1970, como você mencionou, era para a cultura brasileira estar mais presente aqui em Santa Elena de Uairén. A cultura brasileira só está presente / visível no comércio. Como os brasileiros, mesmo os que não vivem aqui, que geralmente vem de Manaus, Boa Vista, para fazer compra, o idioma predominante nas lojas é o espanhol. Mesmo quando a loja é de venezolanos, a preferência de vaga para vendedor é dada aos brasileiros [...] uma coisa que chama não só minha atenção, mas de outros venezolanos, é que os brasileiros que circulam aqui em Santa Elena de Uairén não são os brasileiros que conhecemos pela televisão, os brasileiros de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Estes brasileiros, se vierem para a Venezuela, vão direto para Caracas. Eles não precisam vir para a fronteira.

13 Nome fictício.

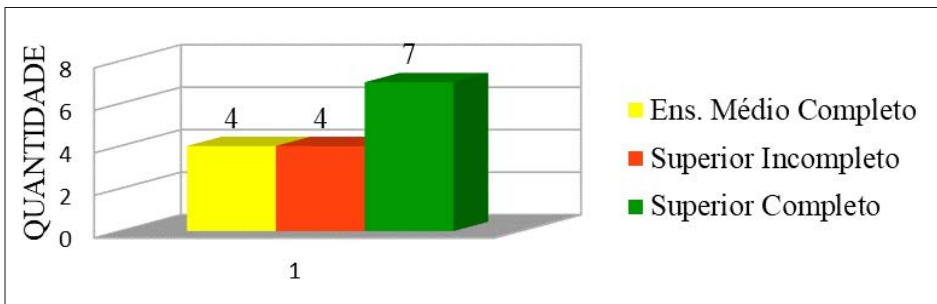
migratório, na medida em que demandaram grande desgaste emocional e físico para tentar fazer o “projeto migratório” dar certo.

VENEZUELANOS EM PACARAIMA E BOA VISTA (RORAIMA/BRASIL)

Atualmente, a presença de venezuelanos em Roraima, precisamente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, tem sido muito comum, tendo em vista o fato deste estado ser a ligação física do Brasil com a Venezuela. Mesmo com esse novo cenário, historicamente, os venezuelanos não tiveram números expressivos na região Norte do Brasil, pois essa divisa fica ao Sul da Venezuela, em uma região com baixa densidade demográfica e marcada pela presença de extensas áreas de reservas naturais e indígenas.

Tomando por base essas características, verificamos que, ao contrário dos brasileiros, que desde a década de 1970 passaram por um processo de mobilidade social na Venezuela, mesmo em decorrência de atuarem nas atividades não qualificadas, como no setor de mineração, no comércio local e no setor de transportes, além das atividades ilegais, como descaminho de combustível e câmbio ilegal de moeda (RODRIGUES, 2013), os venezuelanos que começaram a migrar em massa para o Brasil, sobretudo a partir de 2015, compartilham um processo ambíguo de desqualificação social (PAUGAM, 2003) devido a muitos terem ensino superior (Gráfico 09) e desempenharem trabalhos informais, passando pela interiorização de uma identidade incerta e estigmatizada. Mas, por outro lado, pela possibilidade concreta de interação com os brasileiros, ainda que periférica, reitera-se a experiência migratória como processo de adaptação e resistência no cotidiano fronteiriço.

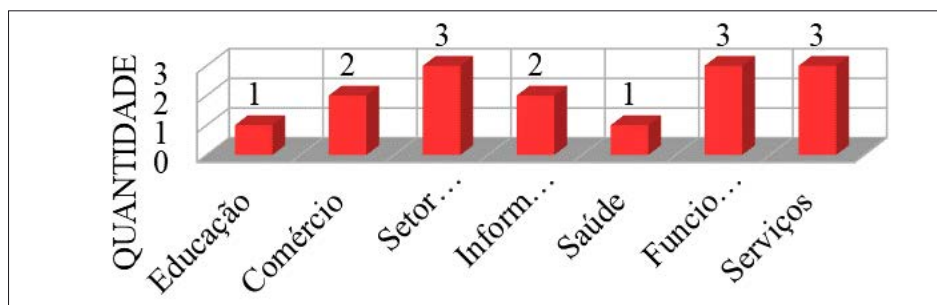
Gráfico 09– Escolaridade do grupo de venezuelanos estudado



Fonte: Amostra de 15 migrantes venezuelanos. Pesquisa de campo, 2016, 2017.

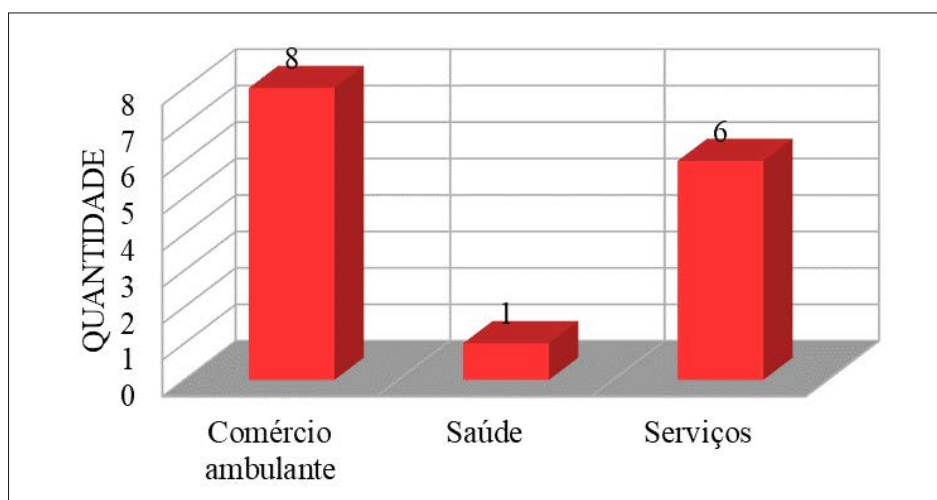
Se for feita uma comparação das atividades laborais que os venezuelanos entrevistados desempenhavam na ocasião da migração (Gráfico 10) com as atividades laborais que passaram a desempenhar após a migração (Gráfico 11), veremos como resultado a passagem da condição de empregados, supostamente com algum benefício trabalhista, para o ingresso em atividades incertas e desprotegidas no mercado informal do comércio nas ruas.

Gráfico 10 – Atividades desempenhadas pelos entrevistados venezuelanos na ocasião da migração



Fonte: Amostra de 15 migrantes venezuelanos. Pesquisa de campo, 2016, 2017.

Gráfico 11 - Atividades que os entrevistados venezuelanos passaram a desempenhar após a migração



Fonte: Amostra de 15 migrantes venezuelanos. Pesquisa de campo, 2016, 2017.

Partindo de uma análise da variedade de atividades desempenhadas pelos entrevistados venezuelanos na ocasião da migração e as poucas possibilidades de trabalho no local de destino, correspondentes a outras funções trabalhistas consideradas inferiores, esses migrantes carregam, no plano subjetivo e simbólico, as marcas do estigma e um reconhecimento negativo do exercício da atividade que desempenham, principalmente nas ruas.

A condição dos venezuelanos nos semáforos das ruas de Boa Vista contribui na repercussão dessa condição no âmbito das relações sociais tecidas entre esses migrantes e a sociedade estabelecida na capital de Roraima, que divide a opinião da população boa-vistense como demonstram os depoimentos abaixo:

Eu acredito que, para retirar os venezuelanos dos semáforos teria que dar uma outra condição, teria que proporcionar outra forma de gerar renda para esse pessoal todo (Helídio Cavalcante¹⁴, maranhense, de 57 anos, que mora em Boa Vista há 35 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, no dia 12/11/2017, na cidade de Boa Vista).

Eu acho que é muito feio, envergonha a cidade, fica muito feio. Deveria ter outra possibilidade para eles poderem trabalhar, fazer outra coisa a não ser isso aqui. (Diana Lima¹⁵, roraimense, de 27 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, no dia 12/11/2017, na cidade de Boa Vista).

A atividade desempenhada pelos venezuelanos nos semáforos de Boa Vista pode ter outro efeito voltado para a marginalização dessas pessoas no espaço da criminalidade, por exemplo. Além do mais, os condutores de Boa Vista não demonstram interesse no tipo de serviço que os venezuelanos desempenham.

Quando questionados sobre o tratamento xenofóbico que recebem dos brasileiros nos semáforos de Boa Vista, a reportagem do Portal Terra intitulada “Venezuelanos ‘invadem’ semáforos de Boa Vista, em Roraima”, de 27/10/2016, expõe os seguintes relatos:

Isso é muito feio. Porque estamos trabalhando, não roubando. Mas por sorte a maioria dos brasileiros nos entende e ajuda (Piterson Roque¹⁶, de 28 anos, em entrevista ao Portal Terra no dia 27/10/2016).

Os brasileiros dizem que não trabalhamos, que nos dedicamos a mendicância. Também criticam nossa fala. Dizem que não falamos nem o português

14 Nome fictício.

15 Nome fictício.

16 Nome fictício.

e nem o espanhol. Por isso que procuro me distanciar dos brasileiros (Ney Sierra¹⁷, de 25 anos, em entrevista ao Portal Terra no dia 27/10/2016).

A angústia do fracasso é provavelmente ainda mais forte quando a inferioridade social está ligada também à desqualificação social da condição de como se garante o sustento do dia a dia. Essa realidade permite que os venezuelanos que passam pela experiência da desqualificação social adotem uma estratégia de distanciamento quando entram em contato com o grupo de brasileiros que pratica ações de xenofobia. Fora esse aspecto, receber maus tratos da sociedade estabelecida no local de destino representa um custo simbólico, pois a situação de desqualificação social contribui para alterar a dignidade e a identidade social desses migrantes. Um exemplo é o testemunho da venezuelana Amara Zamora¹⁸, de 24 anos, natural da Ciudad Bolívar (Estado Bolívar), que trabalha como auxiliar administrativo e reside em Boa Vista desde 2015:

No me gusta ver a mis hermanos venezolanos llorando miseria en la calle. Gracias a Dios tengo un empleo digno. No es mucho en relación a lo que yo hacía en Venezuela. Pero no necesito ir a la calle a pedir comida, limpiar vidrios de los coches y ser insultado de vagabundo [...] muchos brasileños se están aprovechando de los venezolanos. En realidad, lo que están haciendo es explotación¹⁹. (Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos, em 11/12/2016, na cidade de Boa Vista).

No geral, apesar de todo o contexto apresentado, os venezuelanos desejam interação social e renegam absolutamente o fracasso quando buscam outra profissão como estratégia de sobrevivência, mesmo que esta profissão desperte estranhamento nos próprios migrantes e nas pessoas com quem interagem. Podemos pensar que, aparentemente, essa narrativa de Amara Zamora é marcada por uma tendência da estigmatização social, já que a sociedade já estabelecida em Roraima demonstra um despreço pelos venezuelanos, estimulado, sobretudo, pela estereotipização efetivada nas distâncias das relações sociais,

17 Nome fictício.

18 Nome fictício.

19 Não gosto de ver meus irmãos venezuelanos chorando miséria na rua. Graças a Deus tenho um trabalho digno. Não muito em relação ao que eu fazia na Venezuela. Mas não preciso ir para a rua para pedir comida, limpar os vidros dos carros e ser insultado de vagabundo [...] muitos brasileiros estão se aproveitando dos venezuelanos. Na realidade, o que estão fazendo é exploração.

demonstradas nos trechos de falas de sujeitos sociais que fazem parte da sociedade roraimense:

Os venezuelanos estão invadindo Roraima. (Nádia Leopoldino²⁰, cearense, de 45 anos, que mora em Boa Vista há 29 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017).

Boa Vista vai ser uma grande colônia da Venezuela. (Caio Machado²¹, roraimense, de 20 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017).

A governadora tem que colocar os venezuelanos no quintal da casa dela ou da fazenda dela. (Pedro Fonseca²², maranhense, de 42 anos, que mora em Boa Vista há 25 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017)²³.

A prefeitura tem que tirar os venezuelanos dos bairros de Boa Vista. (Gleiciane Silva²⁴, amazonense, de 34 anos, que mora em Boa Vista há 15 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017).

Não vai mais ter emprego para os brasileiros. (Edjane Santos²⁵, roraimense, de 22 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017).

Roraima está cheia de bandidos. (Adalgiza Seabra²⁶, maranhense, de 39 anos, que mora em Boa Vista há 18 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017).

Os venezuelanos foram tirados da rodoviária, mas estão voltando. (Weli-ton Melo²⁷, roraimense, de 34 anos, em entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos no dia 12/11/2017).

Nesses trechos de narrativas, foi identificado que os estabelecidos de Roraima retratam os venezuelanos como pessoas de “fora”, “invasores” que estão acarretando sérios problemas a Roraima. Apesar disso, há grande presença venezuelana em Roraima; no entanto, ainda não é percebida a influência marcante da

20 Nome fictício.

21 Nome fictício.

22 Nome fictício.

23 A narrativa do homem maranhense diz respeito a uma crítica feita por ele ao governo do Estado de Roraima por disponibilizar abrigos para os venezuelanos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

24 Nome fictício.

25 Nome fictício.

26 Nome fictício.

27 Nome fictício.

cultura venezuelana na sociedade roraimense. O que existe entre venezuelanos e brasileiros é uma certa hierarquia social conduzida pelo processo de estigmatização e estereotipização.

Por outro lado, as práticas cotidianas de resistências não são tão visíveis, entre os venezuelanos, como eventos formais e coletivos. Com isso, existe entre os migrantes venezuelanos uma certa possibilidade de submissão à múltipla condição social a qual estão sujeitos. Em vista desse cenário, o fluxo migratório venezuelano no lado da fronteira brasileira gerou uma preocupação por parte dos órgãos governamentais e não-governamentais, além dos organismos internacionais que lidam com a questão do refúgio e da migração, como o Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados (ACNUR) e a *Organização Internacional para as Migrações* (OIM).

Por esse motivo, a principal preocupação do governo brasileiro seria a de criação de empregos e documentação para esses migrantes. Isso reforça que a migração de venezuelanos em Roraima segue o padrão de migrações internacionais para o Brasil, ou seja, majoritariamente masculina, mas com a presença constante de mulheres, e em idade laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de migração envolvem, muitas vezes, uma ampla rede de relações sociais. Apesar disso, deixar um cotidiano conhecido representa um momento de tensão entre o indivíduo e o todo social que o circunda. Esta mudança provocada pela reestruturação produtiva em nível internacional e marcada pela crise financeira – isto é, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão de obra crescente, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas – modificou o panorama da sociedade dita complexa, criando infinitas topologias de expressão social e individual.

De antemão, é impossível afirmar que um processo de migração não resulte de alguma forma de desenraizamento do indivíduo inserido em um procedimento que envolve um deslocamento físico, social, cultural e psíquico do ser humano. O ato de migrar é, portanto, marcado por estratégias de sobrevivência social, pela negociação das identidades culturais e pelas trajetórias individuais dos migrantes.

Importa demonstrar que, quando os sujeitos sociais mudam de lugar, levam consigo ideias, gostos, conhecimentos, costumes, valores, religiões que impregnarão o tecido social do lugar de acolhida. É por isso que os fluxos migratórios

formam grupos étnicos em lugares distantes de sua origem. Esses grupos, segundo Menezes (2007), não precisam estar contidos dentro dos mesmos limites geográficos para influenciar culturalmente na nova Região ou Estado. Assim, o choque cultural é inevitável no processo migratório, quando os “preconceitos” precisam se abrir à revisão ou toda a personalidade deve se preparar para os mecanismos de defesa frente à adaptação e à resistência à mesma.

Nas relações do migrante com o grupo social do lugar de destino, a ideia “pré-concebida” entre o sujeito migrante e a população nativa permite aos membros de uma cultura fazer o esforço para entender (não para julgar) os valores e o estilo de vida de outra. Mas qual é o ponto de partida para entender o *outro*? Se nessa relação as tipificações forem tomadas como referência, o “preconceito” torna-se ponto de partida para estimular a capacidade de se colocar no lugar do *outro* no processo de aceitação da diversidade ou no processo de intolerância à diferença.

Isso significa que, antes mesmo de entrar em contato com o *outro*, o indivíduo tem pré-noções socialmente compartilhadas que o leva a ver o *outro* inicialmente como um “tipo”, no sentido de ser um representante considerado “típico” de um grupo, o que o torna mais homogêneo do que as inúmeras variações existentes na realidade para que possa melhor compreendê-la. Uma maneira de sermos mais específicos é associarmos o que foi dito com a realidade da migração de brasileiros e venezuelanos vivenciada na fronteira Brasil/Venezuela. Em tal caso, quando um nativo da Venezuela ou do Brasil estabelece uma interação com um migrante que não conhece, se apega a classificações como “brasileiro”, “venezuelano”, “comerciante”, “garimpeiro”, “prostituta”, “pampeiro”, “oitcenta” etc., moldando seu comportamento conforme o que acredita ser as características da categoria atribuída ao interlocutor.

Desse modo, o *outro* é sempre percebido de acordo com tipificações socialmente construídas que atuam como “padronizadoras” do que acontece na vida cotidiana. Contudo, embora os esquemas tipificadores afetem continuamente os processos de interação social, estes também são passíveis de ser alterados no próprio curso de interação. No caso específico de uma mulher venezuelana que é tipificada por um brasileiro como “oitcenta” e ao longo da interação, por exemplo, esse brasileiro perceber que essa mulher não se encaixa nas características que chegou a atribuir a ela, sem dúvida, ocorrerá uma modificação no esquema em que a mulher venezuelana foi inicialmente classificada por ele.

Por este ângulo, a realidade social no cotidiano da fronteira Brasil/Venezuela enquanto construção intersubjetiva é percebida pelos membros da sociedade, em ambos os lados da fronteira, como um “contínuo de tipificações, que se vão

tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do ‘aqui’ e ‘agora’ da situação face a face” (BERGER; LUCKMANN, 1974, p.52).

Como Schutz (1979) reforça, um mundo pode ser instável, marcado pela aceleração das diferenças, pela erupção de acontecimentos permanentes. Porém, aos olhos dos agentes que o integram, as tipificações permitem lidar com essas mudanças de um modo que lhes parece evidente. Certamente, a inversão do fluxo migratório na fronteira Brasil/Venezuela contribui com essa linha de raciocínio.

A chegada em massa de venezuelanos em Roraima, sobretudo em Boa Vista, é uma situação completamente nova no extremo Norte do Brasil e que jamais foi imaginada. Afinal, sempre foi bastante comum os brasileiros emigrarem para a Venezuela, não o contrário. A abrangência desse cenário de mudanças demonstra que a fronteira tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais conforme se pertença ou não a um território.

Seguindo esse raciocínio, este estudo justifica que a principal responsável pelas transformações, em especial no fluxo migratório, que vem passando a fronteira Brasil/Venezuela é a crise econômica que assola a Venezuela, intensificada a partir de 2013, após a morte do ex-presidente Hugo Chávez e a eleição de Nicolás Maduro a presidente do país. Desde então, o declínio do modelo chavista de governo tornou-se evidente²⁸.

A estatização dos principais setores da economia como turismo, alimentação e energia, ocasiona a redução da produtividade que se agravou com a queda do preço do petróleo, principal recurso para a compra de matéria-prima para as indústrias governamentais e para a compra de produtos básicos.

Consequentemente, o resultado foi uma crise econômica sem precedentes que se intensifica cada vez mais. Dentre as opções possíveis, o Brasil, por ser um país vizinho, tem sido cada vez mais procurado pelos venezuelanos. No entanto, cabe mencionar que, a partir de 2015, o fluxo dos venezuelanos também aumentou significativamente para a Colômbia, Trinidad e Tobago e diversos países do continente americano que, de acordo com Álvarez (2016), viram seus registros de venezuelanos aumentar a partir desse ano.

No caso específico do Brasil, o principal destino dos venezuelanos tem sido o Estado de Roraima, precisamente as cidades de Pacaraima e Boa Vista, como demonstramos em outras passagens do texto. Em geral, a fronteira seca, sem

28 De acordo com Borges (2005), o principal fundamento do socialismo venezuelano é a total intervenção do Estado, que controla a economia, nacionaliza empresas, manipula os preços e intervém no câmbio.

obstáculos naturais, entre a cidade brasileira de Pacaraima e a venezuelana de Santa Elena de Uairén, transformou Roraima no destino mais acessível.

Nesse contexto, a utilização de mecanismos pelos migrantes venezuelanos, como o de refúgio, para contornar os impedimentos legais de entrada e permanência no Brasil, contribui com uma sobrecarga nos serviços públicos de todas as áreas institucionais. Isso ocorre porque a crise econômica brasileira está sendo responsável por diversos cortes em repasses financeiros para os municípios e estados, prejudicando os serviços públicos em todos os níveis, e no Estado de Roraima essa realidade não é diferente.

Frente a essa realidade, Roraima visa buscar alternativas para dinamizar o fluxo migratório de venezuelanos em seu território. Assim, torna-se necessário problematizar o lugar da fronteira Brasil/Venezuela no contexto das migrações, que se encontra em constante redefinição, dando abertura para pensarmos, por exemplo, a nova identidade da fronteira Brasil/Venezuela, caracterizada pelo desafio da interação social entre o povo brasileiro e venezuelano.

De forma resumida, a tarefa de refletir sobre o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil e de brasileiros para a Venezuela, do ponto de vista fenomenológico, mostra um desafio quando esses migrantes são compreendidos, ao interagirem com a sociedade estabelecida na fronteira Brasil/Venezuela, motivando a realização do mesmo questionamento de Sayad (1998): o que é um imigrante? Este estudo entende esse questionamento para o migrante em condição fronteira, o que também dá abertura para que o artigo seja finalizado com outro questionamento importante: qual será o futuro de Roraima diante das consequências das mudanças do fluxo migratório na fronteira Brasil/Venezuela?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Migrações em territórios fronteiriços**: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais. 38º Encontro Anual da ANPOCS/GT23 – Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais. Caxambu: ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 2014.

_____. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço. **Revista Tomo**. n.26 Jan/Jun. 2015.

ÁLVAREZ, Johanna A. A new wave of Venezuelans on the verge of destitution flees to Miami. **Miami Herald**. Miami: 03/06/2016. Disponível em: <http://www.miamiherald.com/news/local/immigration/article81578152.html>. Acesso em: 23/09/2017.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

BETTS, Alexander. **Forced migration and global politics**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EBC. Ao menos 30 mil venezuelanos já migraram para Roraima. **EBC Radiogênciã Nacional**: 13/02/2017. Disponível em: <http://radioagencianacional.etc.com.br/direitos-humanos/audio/2017-02/ao-menos-30-mil-venezuelanos-ja-migraram-para-roraima-em-busca-de>. Acesso em: 09/03/2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MENEZES, Lena Medeiros de. Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. **História das relações internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo. Tabatinga: uma cidade na fronteira da Amazônia. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades da floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

RODRIGUES, Franciele dos Santos; VASCONCELOS, Iana dos Santos; HOST, Carla Regina. Cruzando fronteiras: Famílias migrantes na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: **REMHU**. Migrações internacionais e direitos humanos. Brasília. 2008, v.16, Ano XVI. n.31, 2008. pp. 247-257.

_____. Migração e (re)configuração social da transfronteira Brasil-Venezuela. In: **XXIX Congresso Alas: Crise e emergências na América Latina**. Santiago: 2013.

RODRIGUES, Franciele dos Santos; OLIVEIRA, Márcia Maria; PEREIRA, Mariana Cunha. Migrações, trânsitos transfronteiriços e mercado laboral na Pan-amazônia: Brasil, Venezuela e Guiana. In: MONTEIRO, Carla (Org). **Migrações e outros deslocamentos na Amazônia Ocidental**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SANTOS, Alessandra Rufino. Tráfico humano e contrabando de migrantes em regiões de fronteira. **Textos & Debates**, Boa Vista, n.27, v.2., p. 349-367, jan./jun. 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHUTZ, Alfred. **Phenomenology and sociology**. New York and Londres: Penguin Books, 1978.

_____. Fenomenologia. Fundamentos da fenomenologia. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

URIARTE, B. P. **Perigoso é não correr perigo**. Experiências de viajantes clandestinos em navios de carga no Atlântico Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

OPERAÇÃO ACOLHIDA E A ESTRATÉGIA DE GOVERNO PARA AMPLIAR AS DESPOSSESSÕES NA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

Tácio José Natal Raposo

INTRODUÇÃO

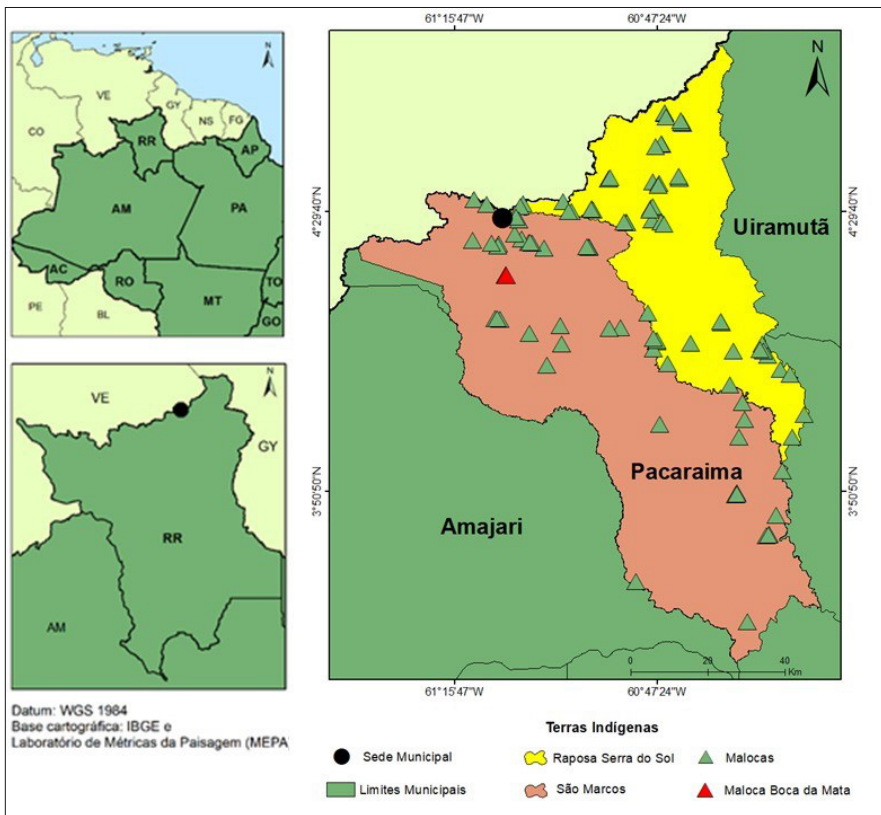
A Operação Acolhida foi instituída no âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial – CFAE¹ por meio do Decreto N 9.286 de 15/02/2018, que estabeleceu um grupo multidisciplinar englobando diversos ministérios, ficando a cargo do Ministério da Defesa – MD, especificamente com o Exército o planejamento e controle para receber, catalogar, acolher e internalizar os migrantes que entrassem no Brasil pela fronteira com a Venezuela na cidade de Pacaraima no norte do estado de Roraima. O município e estabelecimento de sua sede tem origem no processo contraditório iniciado com desmembramento do município de Boa Vista para estabelecer um novo, cujo território atualmente compreende 8.028,43km² estendendo sobre a sobre duas TIs, a de São Marcos – TISM e a Raposa Serra do Sol – TIRSS, sendo sua sede estabelecida inteiramente sobre a TISM² conforme Figura 1, onde se encontra a infraestrutura da Operação Acolhida.

A TISM foi homologada pelo Decreto Presidencial n° 312 de 29.10.91, antes da definição e criação do município e do estabelecimento de sua sede, a cidade de Pacaraima pela Lei Estadual n° 96 de 17.10.95. O desmembramento

- 1 Faz parte do Comitê: I - Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá; II - Ministério da Justiça e Segurança Pública; III - Ministério da Defesa; IV - Ministério das Relações Exteriores; V - Ministério da Educação; VI - Ministério do Trabalho; VII - Ministério do Desenvolvimento Social; VIII - Ministério da Saúde; IX - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; X - Ministério da Integração Nacional; XI - Ministério dos Direitos Humanos; e XII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Decreto N 9.286 de 15/02/2018
- 2 A definição de TI encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal 1988, estabelecidas como bens da União, sendo reconhecidos aos indígenas a posse permanente e o usufruto de suas riquezas naturais como detalharemos ao longo do trabalho.

constituiu desde o início uma, imposição que envolve uma disputa pela posse e propriedade da terra por um ato de violação do estado de Roraima, enquanto ente federado, contra os povos originários da TISM. Abordamos de maneira ampla essa temática em nossa tese de doutoramento em geografia pelo Instituto de Geografia – IG da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, onde desenvolvemos nossas análises e reflexões a partir dessa problemática que apresenta conflitos sobre o caráter da posse, propriedade e formas de uso e a ocupação da terra diante da expansão econômica capitalista e de suas práticas como expressão da atuação do Estado mobilizando o processo urbano e as estruturas que lhe garantem viabilidade, conseguidas por um longo processo de ocupação militar, definindo a sua forma da geopolítica.

Figura 1: Localização do município de Pacaraima sobre as TISM e TIRSS, localização da cidade de dispersão das comunidades.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE. Organização própria

A pesquisa em curso no doutoralmente considera o complexo processo de formação e transformação do espaço da Amazônia como parte do território brasileiro, e os seus usos. Atentos a expansão econômica e na urbanização como seu caráter estruturante; as questões de posse e propriedade de terras; a atuação do Estado e de suas instâncias e instituições e os desdobramentos desse processo, procura-se refletir sobre as tendências de possibilidade inauguração da propriedade privada sobre TIs já homologadas e a consequente retirada de direitos dos povos originários.

Berta Becker (1990), ao analisar o processo geral de expansão econômica na Amazônia durante a década de 1970, aponta que a urbanização funcionou como recurso estratégico estatal e base logística para rápida ocupação da região, antes mesmo da implantação de projetos de produção agrícola e industrial, reproduzindo características de fronteira econômica representando para o capital, um espaço de valor nos quais podem ser implantadas rapidamente novas estruturas e ainda servir como reserva mundial de energia. A autora identifica a urbanização com estratégia de expansão, baseado em dois preceitos: a) o de urbanização dos grandes projetos e b) da urbanização tradicional. O primeiro refere-se ao processo de urbanização ligado a projetos de grande escala—econômicas e de infraestrutura, com dependência de uma base urbana para a instalação para servir de residência ao pessoal técnico, trabalhadores permanentes e temporários, o que faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia. E o segundo, trata de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira-do-rio e com forte ligação a um centro regional. Em nossa análise, porém procuramos apresentar e refletir um histórico anterior e de importância preponderante a essa estruturação da ocupação espacial da Amazônia, marcada por processos mediados pela atuação das Forças Armadas, enquanto instituição de monopólio de uso da força e violência do Estado, como promotora de estruturas próprias dando viabilidade as suas operações, promovendo o avanço da economia política ao garantir pelo urbano as bases estratégicas e logísticas salientadas acima com base em Becker, sendo uma ação característica para o processo de expansão geral do capitalismo conforme aponta Harvey (2005 e 2013).

Essas formas associada a perspectiva da ação militar no estabelecimento desses espaços no conjunto organizacional regional com o avanço econômico, permite de maneira introdutória compreender como esses macro processos estatais podem ser caracterizados enquanto realizam violações contra os povos originários, contra a natureza, contra as demais comunidades tradicionais e contra

o próprio patrimônio público da União, uma vez que a base material da TIs, Unidades de Conservação, entre outros constituem em bens públicos comuns em propriedade do Estado. No caso da cidade de Pacaraima, onde estão as estruturas fundamentais da Operação Acolhida, seu estabelecimento e consequente desposseção dos povos originários do espaço onde foi estabelecida, se configura uma base urbana para o projeto integracionista da construção da BR 174 interligando o porto de Manaus no Brasil aos portos do litoral venezuelano de Caracas na Venezuela, possibilitada pela penetração militar com a construção do 3º Pelotão Especial de Fronteira - 3ºPEF iniciado em 1970, e como uma cidade na margem da estrada com forte ligação a cidade de Boa Vista. Esse processo conduzido pelo Estado desde o período colonial, sempre foi marcado pela forte atuação das Forças Armadas, sofrendo alterações as instituições de caráter civil público que ao longo do tempo favoreceu as formas de acomodação das demandas econômicas.

Das Intendências da Marinha e Armazéns Reais do Estado Colonial passando pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SP-VEA (1953), ao Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966), Plano de Integração Nacional – PIN (1970), Programa Calha Norte – PCN (1985) e Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA (2001), constituíram arranjos institucionais que atendendo os conteúdos de cada momento histórico bem como das forças no controle do poder do Estado articularam em nível macro regional as definições do espaço. A crescente intensificação da premissa de domínio, acentuada durante a ditadura militar 1964-1985, ampliaram as agressões e as tensões obrigando conforme Santilli (1997) o âmbito da ação estatal, no período a tomar iniciativas mais significativas para regularização jurídica e administrativas de Terras Indígenas na região.

A expansão econômica e seus contextos políticos, social, cultural, de fronteira, constitui ordenação de integração regional que marca a inserção regional a contextos mais amplos da produção capitalista internacional. Ao mesmo tempo significa a ampliação do processo de desposseção dos povos indígenas de suas terras originárias, pelo tensionamento de espaços que viabilizam a possibilidade de inauguração das práticas capitalistas como a propriedade privada. A intervenção militar, os projetos de integração resultando em uma urbanização associada a projetos de mineração, de assentamentos entre outros, levou a região um redimensionamento das agressões e conflitos que contou com a resistência dos povos originários que organizados somam suas reivindicações aos protestos pela democracia. Sendo marcante a participação processo de abertura democrática e nas lutas que levaram a Constituição de 1988 - CF 1988, que possibilitou

uma ampliação significativa de garantias mais amplas aos povos originários sem comprometer portanto as forças de dominação.

Assim a CF 1988 reconhece os espaços de vida e resistência dos povos indígenas definidos nos Artigos 231 e 232 como sendo de propriedade da União e de posse e usufruto coletivo desses povos (BRASIL,1988), no caso da TISM, o usufruto coletivo é exercido pelas etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó e Taurepang, havendo presença de Atroari, Wai wai, Warao entre outros. Mas manteve mesmo no contexto democrático e de definição e instituição da Amazônia Legal uma estrutura federativa como uma determinação da organização do território brasileiro, presente no Artigo 18 da CF, que passou a regulamentar a política-administrativa do Estado Nacional, sendo compreendido pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. Foi pela atribuição do inciso II do mesmo artigo que se deu transformação dos Territórios Federais em Estados e o inciso III faculta aos Estados a possibilidade de incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. E ainda no inciso IV a possibilidade de criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

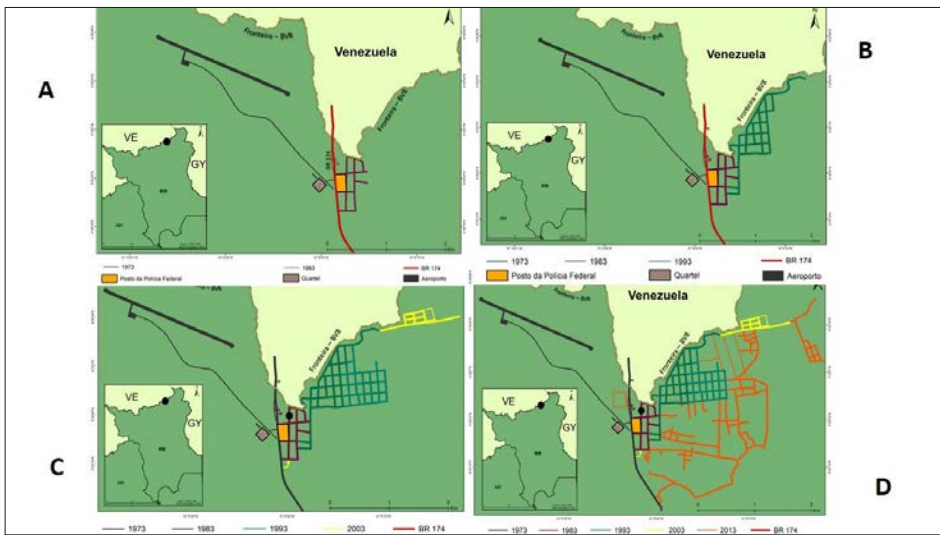
Portanto mesmo a CF 1988, conferindo o estabelecimento dos espaços das TIs, como garantia de alguns aspectos dos direitos indígenas na letra da Lei, estabeleceu atributos e dispositivos que permitem contradições no ordenamento jurídico e capitalista no qual o reconhecimento de um direito pode ser neutralizado pela via estrutural e autocrática balizada em um sistema político de representação de interesses de maiorias constituídas segundo os próprios critérios, num país em que os povos originários foram sistematicamente dizimados. Por meio dessa observância da produção do contraditório e mesmo depois de homologada a TISM, o conjunto de deputados estaduais de Roraima estabeleceu a Lei complementar n.º 96 de 17/10/1995, como um dispositivo técnico com aparência de legalidade, desmembrando um município para criar outro cuja a sede está ilegítimamente completamente inserida sobre a TISM.

MUNICÍPIO DE PACARAIMA E SUA ILEGÍTIMA SEDE SOBRE A TISM

A criação do município decorrente do desmembramento territorial determinou segundo o art. 3.º da Lei de sua criação que a sede do município fosse a vila Pacaraima, com sua instalação ocorrida em 1.º de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, do vice-prefeito e vereadores eleitos em 3 de outubro de 1996”

(RORAIMA, Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95), constituindo uma área urbana sobre a TISM. A criação do município e a presença de uma área urbana sobre a TISM adicionou especificidades ao processo de expansão econômica e atuação do Estado na Amazônia, para acomodar a produção mais ampla da produção da sociedade capitalista sendo um caso inédito com possibilidade de se tornar uma tendência de retirada dos direitos dos povos indígenas pela articulação do pacto federativo municipalista favorável ao estabelecimento de cidades ou de outras morfologias de caráter urbano sobre TIs já homologadas na região.

Figura 2 : Evolução da morfologia urbana de Pacaraima em: 1983, 1993, 2003 e 2013



Desde que estabelecida a cidade constituiu uma crescente imposição que dilata seu território sobre as terras de posses ancestrais asseguradas pela CF 1988. Representa uma continuidade de acirramento, decorrentes de contradições na transformação regional movidas por uma multiplicidade de determinações geopolíticas para o atendimento favorecimento do capitalismo e seus objetivos, configurando um conjunto de práticas da modernidade econômica, definindo o grau de integração da Amazônia a economia global. O período da ditadura civil e militar 1964 – 1985, intensificou essa forma de dominação continuada com a CF-1988, na qual os estados, entes federados, passaram a ter a atribuição de organizarem

suas respectivas unidades territorial. No período de 1991 a 2002 foram criados 1070 municípios no país (RODRIGUES, 2004), na Região Norte, foram criados 204 municípios sendo 7 em Roraima, dos 15 existentes atualmente (OLIVEIRA, 2014)³, acirrando a disputa por terras que, nesse contexto, avançou sobre as TIs.

Esse acirramento foi acompanhado por uma evolução de dispositivos legais favoráveis ao avanço econômico em todos os estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, fazendo dessa forma de expansão econômica capitalista utilizando o processo de urbanização e instituição de municípios e cidades como instrumentos de captura de terras e espaços para impor sua base material. Para a sociedade indígena o espaço e seus atributos constituem um direito congênito e originário, apropriados de forma coletiva e somente, isso determina o seu uso, já para sociedade capitalista embora o espaço seja uma herança e constituído coletivamente, a determinação de seu uso decorre da lógica da apropriação individual privada. Assim o espaço para sociedade que avança é um atributo de dominação e de apropriação exclusiva na qual o uso corresponde uma determinação jurídica, e para os povos originários corresponde a um direito de uso existencial associado as todas demais formas de vidas dos seres sencientes e imanescentes de seus espaços de vivência.

A instituição de Pacaraima sobre a TISM, embora tenha recebido uma frontal resistência na qual os povos originários ingressaram com uma Ação Civil Originária - ACO 499⁴ peticionada ao STF sob o nº 33.286/201561 solicitando a desintrusão da área da cidade, o turvamento da terra possibilitado pelo tramite permitiu a permanência da morfologia conflituosa impondo a geografia do capitalismo marcada pelo o uso da força e da fraude com aparência de legitimidade para dominar espaços dos povos originários. Criando estruturas favoráveis a lógica da produção de espaços como suporte do valor de troca possibilitando acesso e formas de monetização da exploração das riquezas naturais e acesso à mão de obra barata, como parte essencial do movimento da sociedade capitalista sobre a Amazônia. É o valor capitalista em movimento proporcionando a produção e reprodução econômica e meios de acumulação primitiva de valores e riquezas, pela captura da terra e dos bens naturais coletivos, formalizando e realizando de maneira fática uma série de espoliações incluindo despossessões dos povos originários como parte da continuidade da expansão capitalista assinalada por Harvey (2005; 2013).

3 Uiramutã, Amajari, Canta, Iracema, Caroebe, Pacaraima e Rorainópolis (OLIVEIRA, 2014)

4 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/61026688/processo-n-499-do-stf>
Consultado em: 03/03/202

Esse processo ampliado da produção econômica que contam com atuação do Estado e das Forças Armadas estabelece uma nova dinâmica na faixa e na linha da fronteira internacional da Amazônia Setentrional, passando a ter o sentido de modernidade e progresso, graças ao caráter urbano das estruturas instaladas para o atendimento da geopolítica definidora da transformação regional, atraindo pessoas e investimentos, cujo argumento de fundo é ocupar e controlar o território nacional. Os fatores dessa regionalização afetam frontalmente os direitos originários das sociedades indígenas, sendo indissociável a análise da geopolítica amazônica da análise das questões jurídicas em relação a esses povos.

O discurso que procura justificar esse movimento vigente de integrar os povos originários e seus territórios, visa negar o violento e longo processo de despossessão e espoliação das populações indígenas guiado pelo movimento de capilaridade do capitalismo moderno que com a participação do Estado tem colaborado para o chamado desenvolvimento da Amazônica. Assim os processos de despossessão de povos originários como o que está em curso na TISM, possui aspectos de atos concretos, pois as ilegitimidades e as ilegalidades cometidas a partir de decisões que se utilizam de dispositivos e técnicas processuais, aparentemente legais por atuarem nas contradições estabelecidas nos mecanismos de leis e aparentemente justificáveis do ponto de vista moral, social e democrático tem promovido de possessões, expulsões, esbulhos e violências de toda monta em TIs homologadas. Além das violações estabelecidas como fato jurídico turvando as terras e os espaços de vivência dos povos originários para estabelecer a sede de Pacaraima, ampliou-se os dispositivos de destruição e desregulamentação legislação, instituições e órgãos que deveriam ter suas ações convergentes para defesa dos direitos mais essenciais.

PEC 215, MARCO TEMPORAL COMO DESDOBRAMENTOS DA VIOLAÇÕES NAS TISM E TIRSS

Diante do enorme contextos de dispositivos existentes, na atual conjuntura para desregulamentar e violar as duras conquistas consolidadas nas raras políticas públicas, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 215⁵ e o Marco Temporal correspondem ao legado mais nocivo e abrangente na destruição dos direitos

5 A Proposta de Emenda à Constituição PEC215 de 2000, inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Disponível: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562> Consultado em: 22/04/2019.

dos povos originários constituindo dispositivos que possuem relação de causalidade direta como a imposição da sede de Pacaraima e turvamento de terras na TISM e TIRSS. Correspondem respostas institucionalizadas, assim como foi o desmembramento municipal, com propósito de favorecer a expansão econômica capitalista coligadas a interesses políticos regionais. A PEC 215 estabelecida no de 2000, foi proposta por um parlamentar federal de Roraima fez a para tirar do Poder Executivo a atribuição de aprovação, demarcação e homologação das terras dos povos originários, propondo novos critérios para novas demarcações e revisão das TIs já homologadas. A PEC 215, representa uma reação das frações de classes de políticos locais que viam nas demarcações e homologações, limitações impostas pela federalização, de grandes porções de terras em TIs, minimizando a possibilidade dessas frações de classes com poder local de realizar integralmente a condução da expansão econômica no lugar.

Essas insatisfações levaram parlamentares representantes dos ruralista a propor em 20/03/07 o PL 490 que prevê alteração do Estatuto do Índio Lei 6001 de 1973⁶ para impor limitações ao reconhecimento demarcações e homologações de TIs com possibilidade rever as já homologadas (CIMI, 2021). Estimamos que dado ao seu conteúdo de violação da CF 1988 e tradados internacionais e a conjuntura da condução política do momento pelo Partido dos Trabalhadores – PT, que segundo Fontes (2010) procurava reconhecer na infra política as necessidades das populações mais fragilizadas, o PL 490 não entrou pauta. Mas se manteve latente nas insatisfações das frações de classes com poder em ampla escala no espaço nacional associado aos seus interesses produtivos e comerciais da sociedade do valor capitalista.

As insatisfações das elites com interesses em se apossar das terras públicas e das riquezas naturais nelas contidas ganharam novas dimensões em 2005 quando o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), por meio do Decreto 10495 de 15/05/2005 homologou em área continua a Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS. A decisão contrariou amplos setores da sociedade nacional incluindo os poderes parlamentares e do Congresso Nacional, os interesses de fazendeiros interessados em ampliar suas atividades ligados ao mercado de exportação de commodities, setores do exército e as instâncias do Judiciário em todo país entre outros. Para a classe política regional vinculada a exploração da terra, foi um duro golpe, sendo na perspectivas da defesas de seus direitos foi uma injustiça do Estado conforme analisou Veras (2014). Em relação ao ilegítimo município de Pacaraima, parte de sua extensão territorial que estava

6 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm

fora das dimensões da TISM, e ocupada por fazendeiros com a homologação em área continua passaram a compor extensões da TIRSS, sendo a data um marco na desintrusão definitiva dos insistentes invasores que persistiam nas duas TIs. Assim sem embaraços, em 2009 as reações das elites privilegiadas, em relação as políticas que faziam alguma reposição aos povos originários ecoaram na decisão final do processo de reconhecimento da TIRSS pelo Superior Tribunal Federal - STF impondo o texto do PL 490 na forma de recomendação de norma no estabelecimento de um Marco Temporal em 2009, conforme presente na ementa do referido caso no item 11:

11. O CONTEÚDO POSITIVO DO ATO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS. 11.1. O marco temporal de ocupação. A Constituição Federal trabalhou com data certa -- a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) -- como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígene; ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. 11.2. O marco da tradicionalidade da ocupação. É preciso que esse estar coletivamente situado em certo espaço fundiário também ostente o caráter da perdurabilidade, no sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica. A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-índios. Caso das “fazendas” situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cuja ocupação não arrefeceu nos índios sua capacidade de resistência e de afirmação da sua peculiar presença em todo o complexo geográfico da “Raposa Serra do Sol”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 2009).

A sugestão de norma jurídica instituiu que TIs serão demarcadas, somente se demonstrar que os indígenas estavam em sua posse no período da promulgação da CF/88, ou seja, as comunidades indígenas deveriam manter a posse até 5 de outubro de 1988 para que então o espaço físico seja demarcado. O MT passa a constituir um requisito a mais criado pelo STF que reverbera a premissa de controle autoritário das terras em posses ou reivindicadas pelos indígenas limitando a originalidade ancestral como direito. Pelo MT e seu conteúdo de apagamento histórico dos povos originários, de retaliação embora ainda não tenha a aplicação direta nas TISM e TIRSS, colabora enquanto argumento jurídico e normativo para que turvamentos ilegítimos possam serem ingressados nos tribunais, para promoção da articulação da expansão econômica sobre TIs, pela subversão do direito dos povos originários, mesmo não encontrando precedência na CF 1988.

Tanto o estabelecimento da cidade bem como os dispositivos supracitados com ligação direta a cidade de Pacaraima sobre TISM, onde ocorre a implementação da Operação Acolhida são resistidos pelos os povos originários defendendo suas terras e suas formas de viver e ao fazer isso defendem também as riquezas da natureza dessa parte da Amazônia. Essas frentes de lutas por seus espaços de vida e da natureza tem enfrentado cada vez mais um Estado aparelhado que atua convertendo inclusive atribuições de instituições e órgão que deveriam agir em defesa da Amazônia e dos seus guardiões. O marco legislativo do Cadastro Ambiental Rural CAR estabelecido no Código Florestal⁷ Lei - 12.651/2012, é um desses instrumentos que tem sido utilizados de maneira enviesada apresentando um potencial fático de retirada de direitos dos povos indígenas, causando turvação de terras ampliando as espoliações por despossessão em ampla escala.

OPERAÇÃO ACOLHIDA COMO ESTRATÉGIA PARA FAZER O CAPITALISMO AVANÇAR SOBRE AS TIS.

É nessa esteira que até a tragédias humanitárias como as vividas na Venezuela e demais países da América do Sul e Caribe como Colômbia e Haiti estão sendo utilizadas perversamente como estratégia capitalista para expansão econômica e dominação espacial dos domínios territoriais e ancestrais dos povos originários de Roraima especialmente nas já homologadas TISM e TIRSS. Foram os povos originários da TISM quem deu o primeiro sinal em 2015 do colapso que estava por vir, quando começaram a sofrer por maiores conflitos pelo aumento de pessoas ingressando em suas terras pela fronteira internacional. Procurando prevenir as forças do Estado pelo que estava acontecendo e buscando resguardo seus direitos no ano de 2015 os indígenas da TISM com apoio de suas organizações lideradas pelo Conselho Indígena de Roraima - CIR associado a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB⁸, provocaram a FUNAI e Ministério Público Federal MPF, sobre os processos que pediam a desintrusão parcial e total da sede do município, exigindo que se cumprisse a solicitação da Ação Civil Originária - ACO 499 peticionada ao STF sob o nº 33.286/201561. Na ocasião as organizações denunciavam o incremento do espaço da cidade e o significativo aumento de fluxo de pessoas transitando sobre

7 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=348783> Consultado em 26/03/2020.

8 COIAB, fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, atua na articulação política e fortalecimento das organizações indígenas. Disponível em: <https://coiab.org.br/> Consultado em: 24/03/2020

suas terras. Além da solicitação da desintração da cidade propuseram soluções com base em permuta de terras, entre outras, mas suas solicitações sequer foram consideradas.

Enquanto em Roraima aumentava o movimento de imigrantes, promovendo um forte impacto na TISM pelo incremento da violência; uso de drogas e álcool; violência contra mulheres e crianças indígenas; atropelamentos de indígenas, fauna silvestres e domesticada; explosões de automóveis e incêndios da flora; fixação de abrigos e barracos; aumento de resíduos e esgotos; proliferação de doenças; entre outros, incluindo os serviços públicos e coletivos não davam conta das demandas pelo o inchaço populacional que os indígenas tentaram apontar em 2015. Foi somente a partir do estabelecimento de uma situação caótica depois de 3 anos do início do fluxo contínuo de imigrantes, que foi estabelecida em 15/02/2018 Operação Acolhida (Decreto N 9.286) com foco em Pacaraima. Albuquerque e Oliveira (2020) apontou que nessa data todos os recursos de atendimento social do local estavam esgarçados pelo aumento populacional de Roraima de 450.479 em 2010, para 631.181⁹ no ano de 2020 registrado pelo IBGE. O autor e a autora considera que a decisão por parte do Governo Federal na instalação da Operação foi tardia, sendo lento também a efetivação de suas instalações e demorando entrar em plena atividade em Pacaraima.

Segundo Duarte (2019), a Base na fronteira foi inaugurada em junho de 2018 que recebeu também um número maior de militares para atuar nas estruturas que ampliou as já existentes do 3 Pelotão Especial de Fronteira - 3PEF, ligados ao Comando de Fronteira Roraima do 7º Batalhão de Infantaria de Selva – 7 BIS sob o comando do General do Exército Eduardo Pazuello. A Operação foi instalada mantendo as características de Operações de Garantias de Lei e da Ordem – GLOs criadas pela Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, e regulamentadas pelo do Decreto nº 3.897, de 24/08/2001, recebendo desde o início, militares que tinham passagens por operações de GLOS em outras partes do país, mas também que com experiências em participações técnicas e táticas desenvolvidas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH (2004-2017).

Estabelecida para dá assistências a imigrantes e refugiados venezuelanos a Operação Acolhida durante algum tempo significou uma boa prática de aplicação de recursos para receber imigrantes e refugiados vindo da Venezuela, em um contexto nacional de desregulamentação do aparelho estatal conduzido pelo ódio aos povos mais fragilizados que tem caracterizado a política conduzida pela

9 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>

a presidência da República. Recebendo um fluxo contínuo de financiamento, no ano de 2018, primeiro ano de atuação, a Operação teve um dispêndio com custeio atingiu a cifra de R\$ 152 milhões (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2020), em 2019 foram 250 milhões (DUARTE, 2019; PINHO, 2019) totalizando até o ano de 2020 mais de 600 milhões segundo o Ministério da Defesa - MD (2020). Houve também uma sensível diminuição de críticas e ataques aos imigrantes por parte de setores dos governos em suas diferentes esferas, recebendo da Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR, segundo Duarte (2019) e Pinho (2019) um reconhecimento de relativa efetividade de sucesso em relação as avaliações institucionais e internacionais no ano de 2019, em contraposição as péssimas avaliações internas e externas das demais políticas como meio ambiente, ciências, tecnologias, indústrias e etc.

Em relação ao processo de expansão econômica sobre a TISM, alcançando a TIRSS e demais TIs do estado de Roraima a Operação aumenta a incidência nas transformações regionais com repercussões na ampliação nas espoliações por despossessão dos povos originários pelo fortalecimento das Forças Armadas. A Operação Acolhida passa a capitanear toda uma hipermilitarização no estado de Roraima como pertencente a área de atuação do Programa Calha Norte - PCN, e desde que foi estabelecida representou, um meio para alocar interesses das Forças Armadas principalmente por meio da atuação interna do exército em contínua expansão, sobretudo depois de 2013, quando segundo Souza (2017) se inicia no país os ataques as políticas de reposição social. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT, em que se pese as justas críticas, as políticas mais socializantes na Amazônia eram empregadas com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, procurando a melhor viabilidade para atender os aspectos de garantias mais cidadãs das determinações da CF 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS. Mas no momento a atual do governo federal, toda mediação da política não só as de caráter social, foram redirecionadas para serem praticadas e definidas a partir do MD. No lugar das reposições das políticas socializantes e democratizantes se estabelecem de maneira mais generalizada no país e na Amazônia as GLOs, que sob a alegação da preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, passam a substituir as políticas sociais, ambientais, de saúde, de educação, entre outras por equivocadas e truculentas operações militares. As GLOs passam a serem funcionais também para acomodar, manter e aplicar no espaço interno do país a vigência da lógica militar apreendida na MINUSTHA (2004-2017), bem como a manutenção de vultosos financiamentos em ações nos quais o uso da força aparece segundo

Brito e Oliveira (2013) como pré-requisito para consolidação da ação social por parte do Estado, mas que historicamente nunca se realiza.

Os investimentos em novas estruturas e reforço das pré-existentes, na rede de fortificações pertencentes ao PCN, presente em Pacaraima e em Boa Vista, bem como a viabilidades de funcionamento para fins da Operação Acolhida, além de demandar um grande número de militares, na implantação constituem em estratégias para se empregar táticas e técnicas apreendidas em outras intervenções, promovendo deslocamentos de equipes para treinar as novas tropas. Configurando em um campo para se prosperar a permanente arregimentação de jovens para trabalho compulsório e estratégias para que militares de alta patente possa desenvolver suas carreiras e obter melhorias salariais.

O sistema de rodizio de militares em missões em Roraima, não é uma novidade desse momento, desde o período colonial a atuação de tropas das Forças Armadas além da estratégias de treinamento e desenvolvimento de carreira, contribui com a contingente de “pioneiros e desbravadores” possuindo posições de vantagens no lugar. Das antigas fazendas fundadas por capitães possibilitando acesso a riquezas como madeira, ouro, diamantes, terras e mão-de-obra abundante e barata etc.; esses intrusos como agentes do Estado impõe o seu prestígio histórico e social de serem autoridades em uma terra sem peias. Essa imposição pelas melhores estratégias, se dá também na ocupação de cargos e usos dos orçamentos, recursos e serviços públicos no local, como ocorreu com a intervenção federal estabelecida pelo Decreto nº 9.602 08/12/2018, quando o general Eduardo Pazuello passou a se dividir entre a Operação Acolhida e a militarização dos ordenamentos financeiros do estado de Roraima a partir do controle da Secretaria de Fazenda do Estado - SEFAZ – RR, militarizando e controlando orçamentos de amplos setores da administração pública estadual local, incluindo secretarias de estado, assistência social, escolas e serviços de saúde. Esse controle e atuação faz com que cargos públicos, alguns estratégicos sejam também ocupado por familiares de oficiais movimentados para Roraima.

Em relação ao controle do expressivo orçamento públicos, os militares intensificam sua atuação que já era de muita preponderância ordenando em relação a produção de espaços econômicos, associado segundo Albuquerque e Oliveira (2020), as inéditas instalações de escritórios, de agências internacionais e centros de referência e empresas prestadoras de serviços que se fixaram em Roraima coordenadas pela atuação das forças armadas. Essa atuação se deu também pela continuidade do domínio militar do aparelho público estadual a partir da SEFAZ, que teve como secretário durante o ano de 2019 o coronel Marco Antônio Alves,

subalterno do general Pazuello que se dedicou a organização mais abrangente da ação militar na Operação Acolhida e de supervisionar seus outros comandados em cargos estratégico estabelecido no aparelho estatal de Roraima.

Conseguindo impor uma administração estadual plenamente aliada e alinhada as determinações de Brasília, do estabelecimento do militarismo de apelo ordeiro e humanitário como mediação e contando com robustos orçamentos possibilitou segundo Albuquerque e Oliveira (2020, p. 70) a geração de condições para uma sistematização e estruturação de uma “indústria da migração em Roraima a partir do advento das migrações venezuelanas”. As Instalações das infraestruturas, funcionamento com saneamento dos abrigos, deslocamentos em carros, helicópteros e aviões, alimentação, primeiros socorros entre outro carregou os volumes de investimentos executados para uma serie de empresas privadas com repercussões no incremento das empresas comerciais locais que tiveram acesso ao orçamento público por meio da ação militar. Segundo Albuquerque e Oliveira (2020) entre os maiores favorecidos estão as empresas Petrobrás Distribuidora SA com fornecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação; Raizen Combustíveis SA; Multiteiner Comércio com serviço de locação de Containeres; GHS Artex Construções Serviços e Reformas, para serviços de locação de Containeres.

Esse negócio milionário ligado a instalação das operações de hipermilitarização, repercutiu em um significativo incremento e modernização, do comércio em Pacaraima e em Boa Vista transformando e ampliando o espaço da cidade de Pacaraima dilatando seus bairros contra a TISM, repercutindo em transformações espaciais em todas as demais cidades de Roraima. Além dos empresários locais e proprietários de imóveis urbanos incluindo os intrusados em Pacaraima, passaram a obterem maiores lucros com suas vendas e alugueis, também se instalou no Estado uma ampla rede de varejistas que passam a vender mercadorias para o país vizinho utilizando inclusive as “trochas¹⁰” de difícil rastreio denunciados pelos indígenas. Todo esse comércio é estabelecido pelos militares, que além de toda imposição violenta de sua presença sobre a Terra Indígena São Marcos – TISM, se beneficiam também de terem o controle do orçamento público possuindo vantagens e prestígios de serem ordenadores de despesas, ou seja, é pelo exército, que o capital, e o capitalista pode se apropriar e aproveitar das melhores condições de execução do dinheiro e dos bens públicos em Roraima. É

10 Caminhos alternativos que ligam os dois países que servem como rota de imigrantes e refugiados mas constituem também em rotas de ação de traficantes que com anuência ou participação das forças oficiais dos dois países agem com certa liberdade na região da fronteira em terras de posses indígenas.

necessário lembrar que além do MD, recursos de mais 11 ministérios chefiados e coordenados pela também militarizada Casa Civil, direcionava suportes humanos e logísticos, e aporte financeiros, para realização das Operações funcionais aos interesses próprios das Forças Armadas, que mais uma vez atuam na região reforçando a imagem de promotores de boas novas assentadas no fulcro econômico que baliza a sociedade moderna, sem a preocupação de realizar qualquer reposição social.

Ocorre assim um enorme gasto de dinheiro público, executado por militares em alianças com grupos empresariais de forma autoritária em muitos aspectos, mas sobretudo se considerarmos com base no relatório “*Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil*” (Shamsuddin et al, 2021) que os orçamentos para a execução das operações, principalmente a Operação Acolhida que possui apelo humanitário não possui as seguintes participações: a) dos órgãos de governos locais que embora, ONGs e demais órgãos da sociedade civil que embora apareça nos organogramas da Operação, trata-se de uma adesão passiva precisando melhorar em muitos aspectos apontados pela própria ; b) dos imigrantes e refugiados que embora tenham a oferta de alguns serviços, a sua aplicação, os métodos, as condições específicas entre outras atributos de um acolhimento real não são debatidos e por vezes negligenciados inclusive desprezando as capacidades técnicas, profissionais, intelectuais dessas pessoas; c) dos moradores locais em Pacaraima que embora sejam irregulares sobre TISM, são os primeiros expostos e a expressarem a violência e xenofobismo, bem como todo povo do estado de Roraima que são frontalmente afetados com as imigrações, não havendo nem se quer mensuração do xenofobismo e barreiras causadas pela língua e diferenças culturais; e acrescentamos d) não há a mínima participação dos povos originários da TISM, nem no planejamento e nem na execução desses orçamentos; e) a hipermilitarização das TIs fere de forma grave os direitos dos povos indígenas contrariando, o que seria necessário para autodeterminação dos indígena segundo as Nações Unidas (2008).

Com base em Bauman (2017), consideramos que as negligências enquanto se realiza um aparente acolhimento de tolerância ao fluxo e a situação de imigrantes venezuelanos, acrescido do fato que tudo ocorre sobre a TISM, constitui muito mais um gesto de “lavar as mãos”, em meio a enorme gasto de dinheiro público, para exercitar uma indiferença aos problemas reais. A Operação embora apareça como uma política reconfortante numa avaliação de curto prazo, tem acumulado sobre terras em posses indígenas na fronteira internacional contradições potencialmente explosivas.

CONCLUSÕES

A atuação militar do governo brasileiro na fronteira com a Venezuela, inicialmente até pode ter tido aspectos de adoção de algum consenso humanitário estabelecido em acordos internacionais. Mas sua aplicação tem se convertido, num gerencialismo metódico que assegura apenas benefícios políticos e financeiro as Forças Armadas enquanto força que tem amparado o atual regime opressivo que se instalou no planalto central, intensificando a destruição das políticas mais socializantes e democratizantes contribuindo nesse bojo com as expulsões e despossessões dos povos originários em suas TIs em todo estado de Roraima mas principalmente na TISM.

A Operação Acolhida, representa uma estratégia funcional a atual condução da presidência da República, sincrônica as diluições diárias de uma política autocrática de ódio as frações mais fragilizadas da sociedade para avanço das práticas mais violadoras do capitalismo das linhas abissais conforme nos ensina Santos (2021). Assim refletimos, embora tenha ocorrido uma diminuição na veemência do discurso sectário em relação aos imigrantes e refugiados venezuelanos, e também não houve a construção de barreiras físicas de trincheiras ou muros como seria o desejo de alas da política local e militares, a indiferença a tragédia humana, se estabelece pelo autoritarismo militar como principal viés de atuação da Operação Acolhida.

A hipermilitarização da região sob o véu do apelo humanitário, constitui em um poderoso dispositivo para violar os direitos dos povos originários em suas terras já homologadas, para a promoção do avanço do capitalismo. Associada a uma variabilidade aparatos decorrentes de deliberações do poder econômico conduzindo atos políticos, legislativos e jurídicos a Operação Acolhida compõe um conjunto de esforço que visa sem remorsos retirar os elementos mais essenciais que assegura a vida dos povos originários dessa parte da Amazônia contribuindo para manutenção de invasores e turvamentos de terras e espaços ancestrais de vivências, que são importantes também para o equilíbrio natural e climático do país, com repercussões planetária. Ao aderir aos apontamento feitos pelo relatório sobre a integração de refugiado e imigrantes venezuelanos no Brasil, validado pelo o Banco Mundial e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, ambos organismos reconhecendo que a Operação Acolhida não está alcançando o que ela estabelece como princípio, a ACNUR que já teceu algum elogio a Operação, começa a reconhecer suas deficiências e insuficiências, formando novos consensos internacionais frente a um problema complexo que não contempla as questões mais essenciais dos imigrantes e refugiados venezuelanos, exercitando conforme nossas análises essa mesa indiferença em relação aos povos originários na TISM.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Janison Machado; OLIVEIRA, Márcia Maria. Análises Preliminares da “indústria das Migrações em Roraima. In: PIMENTEL, Marília Lima Cotinguiba et al.(org.). **Mobilidade humana na Pan-Amazônia**: implicações teóricas e experiências empíricas /– Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 68-88

BAUMAN, Zygmunt **Estranhos a nossa porta**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, Berta. K. **Fronteira Amazônica, questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15/09/2014

BRASIL – Ministério da Defesa - MD **Chefia de Operações conjuntas Subchefia de Operações Seção de Operações Complementares Efetivos Custos de GLO (2010-2020)**. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/6-glo-2010_2021_custos_e_efetivos_set_2021.pdf Consultado em: 13/02/2021

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Civil Originária nº 499-RR**. Min. Marco Aurélio, julgado em 07/10/2016. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1649130>>. Acesso em: 05. 12. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição 3.338-4**. Relator (a): Min. Ayres Britto, julgado em 19/03/2009. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14714880/peticao-pet-3388-rr>>. Acesso em: 05. 12. 2018.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Quanto à sede do município de Pacaraima, cuida-se de território encravado na Terra Indígena São Marcos, matéria estranha à presente demanda. Pleito não conhecido. Relator Ministro Carlos Brito, 19 de março de 2009. Brasília.

CIMI, Conselho Indígena Missionário. **Aprovação do PL 490 na CCJC e brutalidade policial representam dupla violência contra os povos indígenas do Brasil**. Brasília 23/06/2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/06/nota-cimi-aprovacao-pl-490-ccjc-brutalidade-policial-dupla-violencia-contrapovos-indigenas-brasil/> Consultado em 30/06/2021

DUARTE, Álvaro. **O papel do exército brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima**: considerações sobre as operações “acolhida”, “controle” e “tucuxi”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Roraima, 2019. P.152.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 107ª Sessão Plenária 13 de setembro de 2007. Rio de Janeiro 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf Consultado em: 13/05/2018

OLIVEIRA, Roniel Vitor de. **O Papel do Migrante como Sujeito da Genealogia e Dinâmica Urbana do Município de Rorainópolis – Roraima**- Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Roraima, 2014

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida / TCC de especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, Rio de Janeiro, 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Nota técnica sobre o conceito da Cidade – julho de 2004**. Disponível: <https://www.slideshare.net/blogarlete/cidades-nota-tecnica-sobre-conceito2>

SANTILLI, P. Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLON, E. G. (Eds.). **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. INPA. Manaus, 1997, p. 49-63

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia** – 1.ed.- São Paulo: Boitempo 2021.

SHAMSUDDIN, Mrittika; ACOSTA, Pablo Ariel; BATTAGLIN, Schwengber, Rovane; FIX, Jedediah Rooney; PIRANI, Nikolas. Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil. In: **Policy Research working paper**. No. WPS 9605 Washington, D.C.: World Bank Group 2021. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/498351617118028819/Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil> Consultado em 13/02/2021

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VERAS, Parima Dias. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol: demarcação, “desintrusão” e danos morais à luz da ética e do direito**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Roraima, 2014.

MIGRAÇÕES NA LITERATURA BRASILEIRA E NA VIDA DOS ESTUDANTES

Carmem Silva de Oliveira

Igor Rocha Camargo

Mateus de Oliveira Ribeiro

Walter Mariano Rodrigues da Silva

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar uma síntese do trabalho desenvolvido por professores/as de literatura brasileira contemporânea relacionados com o tema da migração, a partir da leitura de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (Ficção Completa, 1994), *O Lenço Branco*, de Antonella Toffolo e Viorel Boldis (2010) e *A Chave de Casa*, de Tatiana Salem Levy, relacionando-os com alguns poemas de escritores brasileiros vinculados à mesma temática. O artigo tem como ponto de partida a sistematização de experiências do Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea.

O grupo de estudos reúne professores da Rede Pública de Educação Fundamental e do Ensino Médio no Município de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Os estudos abordam um pouco da trajetória dos migrantes, com auxílio da literatura brasileira contemporânea, evidenciando o sentimento de pertencimento e a identidade cultural desses povos, principalmente, em tempos de globalização.

O objetivo principal desta pesquisa foi mostrar através da linguagem simples dos livros escolhidos, as características específicas do lugar de origem dos migrantes, como suas tradições, suas culturas, seus fantasmas do passado, que às vezes são os motivos das migrações, as pessoas importantes que eles abandonaram, como familiares, por exemplo.

O texto destaca também, os conflitos existenciais do cotidiano e as diferenças culturais entre o local de onde eles vieram com o atual destino migratório. É possível identificar essas nuances no decorrer do artigo, após a análise bibliográfica fundamentada na literatura, que correlaciona poemas com a realidade vivenciada

pela maioria das pessoas que decidiram ou foram impelidas a migrar, inclusive os personagens das produções literárias, objeto do estudo em questão.

BREVE ENSAIO PARA ADENTRAR AO TEMA

O fenômeno migratório não é simplesmente um processo de deslocamento populacional de um local mais pobre para um mais rico, muitos migram em busca de novas perspectivas e, muitas vezes com mudanças radicais de suas vidas. Este assunto é de extrema relevância e que será tratado com atenção especial neste trabalho.

A realidade migratória é uma constante no espaço geográfico brasileiro. Esses movimentos se dão por fatores diversos, como por exemplo, economia; oportunidade de emprego; estudo; qualidade de vida; refúgio; asilo, ou outras. Obviamente, a literatura tem produções magníficas e escritores renomados que dissertaram sobre pontos específicos relacionados à migração.

Um dos pontos de partida deste trabalho parte do questionamento sobre como os professores de literatura brasileira contemporânea trabalham com o tema migração no processo de ensino e aprendizagem? Essa pergunta faz com que os pesquisadores/ autores deste artigo reflitam sobre a temática e desenvolvam alternativas que possam englobar o assunto na realidade dos estudantes que integram o sistema educacional.

Nas escolas de Uberaba, município do Triângulo Mineiro com cerca de 340 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), não é raro encontrar alunos, desde a educação básica até o ensino superior, que passaram ou continuam passando pela experiência da migração. Assim, nada melhor que recorrer às obras literárias nacionais ou internacionais que retratam aspectos da realidade migratória de forma poética, artística, literal e que conseqüentemente, contribuem para que os discentes tenham uma ligação mais profunda com a obra e se sintam conectados com o texto. Dessa forma, os recortes aqui apresentados são parte da experiência sistematizada nos relatórios do ensino da literatura com estudantes migrantes em escolas públicas do Município de Uberaba.

Os resultados sistematizados neste breve informe foram recortados dos relatórios do grupo de pesquisas sobre migração na literatura, que envolve professores e estudantes de literatura com atuação em um conjunto de 10 escolas da Educação Fundamental e Ensino Médio da rede pública de Uberaba.

O ponto de partida dos estudos é o pressuposto de que quando uma pessoa decide sair do seu lugar, do seu território, esta decisão vem carregada de sentimentos nunca experimentados. Há uma mistura de dor, de alegria, de saudade, de esperanças, expectativas e ilusões. Lembranças do que deixou e sonhos do que pretende conquistar. Mudanças profundas que afetam diretamente o sujeito em deslocamento com impactos importantes nos processos educacionais. Nessa conjuntura também

é importante problematizar a decisão de migrar, porque, na maioria das narrativas, identificou-se que a ‘decisão’ está sujeita a inúmeras questões que promovem o deslocamento compulsório tirando dos jovens migrantes o direito de decidir com tranquilidade o seu projeto migratório (OLIVEIRA, 2016).

Fundamenta este debate a renomada obra *Vidas Secas*, do romancista brasileiro Graciliano Ramos (1938), que é uma das tantas possibilidades de se trabalhar a migração de uma maneira atrelada às produções literárias contemporâneas. A obra vem carregada de mudanças e marcas de identidades dos personagens. As palavras ‘mudança’, e ‘fuga’, devem ser lidas nessa sequência, pois apresentam uma ligação que fecha um ciclo. “mudança” narra as andanças da família sertaneja nordestina, já a palavra “fuga” os retirantes partem da fazenda para uma nova busca por condições mais favoráveis de vida, nada mais é que o objeto de estudo deste trabalho.

A saga da família sertaneja em busca de um território de direito não está reduzida à década de 1930, quando foi detalhadamente descrita por Ramos (1938). As migrações internas motivadas pela fome, miséria e negação de direitos no Brasil persiste desde a colonização (OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, a migração representa um sintoma de que algo não está bem nessa sociedade. Assim,

As migrações emergem como a parte visível do *iceberg* ou como contraponto às análises das mudanças sociais porque, ao mesmo tempo em que são sintomas das mudanças, também são provocadoras de tais mudanças, exigindo das ciências sociais uma análise aprofundada e menos compartimentada e pontual (OLIVEIRA, 2016, 115).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), informam que houve certo arrefecimento dos deslocamentos internos entre 2005 e 2015, com governos democráticos e populares que deram mais atenção às regiões periféricas do país. Desde então, os movimentos migratórios retornaram com muita força. Reflexo disso são as salas de aula repletas de estudantes migrantes provenientes das diversas regiões do Brasil. Para responder à pergunta inicial deste artigo (como é o trabalho dos professores de literatura brasileira contemporânea com o tema migração?), parece importante saber qual é o sentido etimológico da palavra migrante. Recorremos ao dicionário que informa que migrante: “adjetivo e substantivo de dois gêneros, o que migra”. São indivíduos que por necessidade de sobrevivência, imposições políticas, econômicas, sociais e culturais, ou por opção, convivem com uma realidade sociocultural diversa da sua¹. O que os caracteriza é o deslocamento no espaço: deixam um território para se fixarem em outro.

1 Dicio, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/migrante/#:~:text=Significado%20de%20Migrante,Do%20latim%20migrans>. Consultado em 10/12/2021.

Aqui temos diversas análises possíveis. Primeiramente, a necessidade de sobrevivência. Nessa etimologia percebe-se que as migrações representam um sintoma de que algo não está bem na sociedade. As injustiças e desigualdades sociais geram os deslocamentos. Nesse sentido, “as migrações emergem como a parte visível do *iceberg* ou como contraponto às análises das mudanças sociais porque, ao mesmo tempo em que são sintomas das mudanças, também são provocadoras de tais mudanças” (OLIVEIRA, 2016, p. 115).

O migrante representa, pois, concretamente as injustiças da sociedade e materializa a desigualdade social e a expulsão. Os deslocamentos que afetam milhões de pessoas no mundo são produto de políticas voltadas cada vez mais para o capital e cada vez menos para a dignidade das pessoas (VALERIO, 2021). Mais do que deslocamentos, são “expulsões” porque, “nossas políticas econômicas avançadas criaram um mundo no qual muitas vezes a complexidade tende a produzir brutalidades elementares” (SASSEN, 2016, p. 12).

Ainda no campo conceitual outro tema que queremos problematizar nesta etimologia é a questão da violência que produz a migração e permanece com os migrantes em outros processos de deslocamento. Para Valério (2021, p. 22),

A precarização das condições sociais, políticas e econômicas e, de modo especial a fome e a miséria têm contribuído para empurrar os migrantes para outros países em busca de sobrevivência mediante grave e generalizada violação de direitos humanos. Os migrantes fogem de um contexto marcado pela violência e encontram do lado brasileiro outras formas de violência igualmente institucionais uma vez que o estado tem se posicionado com discursos de criminalização das migrações.

A última consideração à etimologia refere-se ao tema da opção de migrar. Mazza (2015, p. 237), assegura que “a migração nacional e internacional deve ser analisada considerando as múltiplas determinações do real que afetam crianças e adultos, homens e mulheres, documentados e indocumentados, países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Ainda de acordo com a autora,

A Declaração Universal de Direitos Humanos esboça uma perspectiva de direito humano à mobilidade baseada num dever de cidadania igualitária, enquanto a *Diretiva* propõe normas e procedimentos comuns aos Estados de controle de entrada e condições de retorno dos migrantes não documentados, apoiados em retrações econômicas e ações xenofóbicas da sociedade civil (MAZZA, 2015, p. 237).

Entretanto, o que os resultados do projeto apontam é que nem sempre a migração é uma opção e que, na maioria das vezes, o direito de migrar com segurança e

apoio não é garantido aos migrantes, especialmente os mais pobres. Por outro lado, os estudantes apontam diversos fatores que os empurram para a migração, tais como, a fome, a miséria, o desemprego, a criminalização das lideranças que atuam em defesa dos direitos humanos e dos territórios ou nas questões socioambientais, os crimes ambientais como o que ocorreu em Brumadinho e Mariana, e tantos outros problemas que empurram para a migração.

Os estudantes informam ainda que a migração, em muitos casos, se justifica pelo direito à educação. Em muitas realidades os camponeses precisam se deslocar com a família porque onde residem os filhos não tem acesso à educação ou apenas aos primeiros anos do Ensino Fundamental. Diversos estudantes informam que o principal motivo da sua migração para Uberaba foi para garantir o direito de realizar o Ensino Médio e seguir para um curso universitário, uma vez que no lugar de origem não havia essa possibilidade.

RESSIGNIFICAÇÃO DO TERMO ESTRANGEIRO

Na sistematização de experiências do Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea relacionados com o tema da migração realizado com estudantes do Ensino Médio, identificou-se uma estreita ligação entre os estudos literários e a experiência migratória dos estudantes. Não é interesse desse artigo realizar estudo comparativo e sim aproximar a literatura com a vida dos estudantes. Por isso, a primeira obra trabalhada em sala de aula por diferentes professoras de literatura foi o livro ‘Estrangeiros para nós mesmos’ de autoria de Julia Kristeva (1994). A autora explica as razões pelas quais a figura do migrante tende ser apagada ou inferiorizada nas histórias nacionais. Para ela, depois da revolução burguesa “o nacionalismo tornou-se primeiramente um sintoma romântico e em seguida totalitário, dos séculos XIX e XX” (KRISTEVA, 1994, p.10).

A autora entende que a tendência nacionalista está baseada no princípio de excluir, ou melhor, perseguir o estrangeiro (migrante ou refugiado) por ele ser diferente e, no entendimento reduzido dos nacionalistas, por “destoar da definição nacional”. A autora problematiza a criação do ‘estrangeiro’ como categoria relacional. Para ela,

Todo nativo sente-se mais ou menos ‘estrangeiro’ em seu ‘próprio’ lugar e esse valor metafórico do termo ‘estrangeiro’ primeiramente conduz o cidadão a um embaraço referente a sua identidade sexual, nacional, política, profissional. Em seguida, empurra-o para uma identificação, certamente casual, mas não menos intensa – com o outro. Nesse movimento, evidentemente, a culpa tem o seu lugar, mas também se eclipsa diante de uma certa glória sorrateira de ser um pouco como esses outros metecos de quem se sabe, agora, que

por mais desfavorecidos que sejam, estão de vento em popa. Um vento que desvia, atrapalha, mas que nos leva para o nosso próprio desconhecido e para não se sabe qual futuro. Assim, estabelece-se entre os novos ‘senhores’ e os novos ‘escravos’ uma cumplicidade secreta, que não tem, necessariamente, consequências práticas na política ou na jurisprudência [...], mas cava uma suspeita, sobretudo no nativo: será que estou realmente em casa? Será que sou eu ou serão eles senhores do ‘futuro’? (KRISTEVA, 1994, p. 27).

No fundo, a chegada de outra pessoa, coloca em questionamento as bases superficiais nas quais se fundamentam os princípios nacionalistas de pessoas que se colocam acima de quem chega pelo simples fato de autodefinir-se ‘nativo’ em relação ao que chega. Entretanto, no caso do Brasil, nativos são os povos indígenas. Todos os demais, chegamos depois com os marcos da colonização. Para Kristeva, a chegada de outra pessoa trás sempre a ideia da novidade, logo, do estranhamento do processo de segregação e exclusão, as incoerências e abismos dos indivíduos em geral. É a crise identitária do ser em questão: “não mais acolhida do estrangeiro no interior de um sistema que o anula, mas a da coabitação desses estrangeiros que todos nós reconhecemos ser” (KRISTEVA, 1994, p.14).

É essa crise identitária que permeará os livros e poemas estudados nas aulas de literatura brasileira contemporânea relacionados com o tema da migração. No primeiro módulo da disciplina se trabalha com a definição da categoria ‘migrante’ e depois com a categoria ‘estrangeiro’ que Kristeva define da seguinte forma:

Estrangeiro: raiva estrangulada no fundo de minha garganta, anjo negro turvando a transparência, traço opaco, insondável. Símbolo do ódio e do outro, o estrangeiro não é nem a vítima romântica de nossa preguiça habitual, nem o intruso responsável por todos os males da cidade. Nem a revelação a caminho, nem o adversário imediato a ser eliminado para pacificar o grupo. Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo (KRISTEVA, 1994, p. 09)

A autora problematiza o termo estrangeiro em diversas dimensões, dentre elas nas subjetividades quando pontua que “estranhamente, o estrangeiro habita em nós...”. O estrangeiro só se torna o estranho da relação quando se encontra com o outro diferente. É no encontro dos diferentes que aparece o estrangeiro, o outro.

Quando chega um novo ou uma nova estudante na sala de aula, todos os colegas são os estrangeiros para o que chega. Ao mesmo tempo, a turma recebe o que chega como o estrangeiro. E isso perdura por algum tempo até começarem as rupturas com o estranhamento. Mas, varia de pessoa para pessoa. Tem novos

estudantes que em poucos dias já estão totalmente “enturmados” como se diz na linguagem pedagógica. Outros, podem levar mais tempo. E há aqueles e aquelas que são eternamente estrangeiros na sala de aula, não conseguem interagir com os novos colegas, não gostam das novas metodologias em sala de aula, não se adaptam ao novo ritmo da escola, enfim, estão aqui, mas, a cabeça, o pensamento e o coração continuam lá de onde foram arrancados e transportados para cá. Os professores costumam dizer que “são alunos de corpo presente”. O corpo está na sala de aula, mas, a mente e o coração continuam em outro lugar, às vezes há milhares de quilômetros de distância.

A ruptura com a terminologia ‘estrangeiro’ é um desafio permanente para quem atua em sala de aula. E o primeiro processo de ruptura parece ser justamente com o termo estrangeiro. Ao ressignificar o estudante novato como o migrante que chega para somar e não um estranho para atrapalhar, as relações humanas e sociais ganham novos significados e contribuem para a inclusão dos migrantes num processo de interação com todas as turmas.

APROXIMAÇÃO DA MIGRAÇÃO NA LITERATURA COM A MIGRAÇÃO DA VIDA REAL DOS ESTUDANTES: RECORTES DE *GRANDE SERTÃO: VEREDAS* DE GUIMARÃES ROSA (1994)

Percebeu-se no exercício literário, através da linguagem simples dos livros e poemas escolhidos, os aspectos relevantes das tradições do lugar de onde estes migrantes vieram, suas origens, seus fantasmas do passado e as pessoas que deixaram um dia. Elementos identificados e trazidos à tona em ‘*Grande sertão: veredas*’ de Guimarães Rosa (1994).

Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias. (...) Tanta gente, dá susto de saber, e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons (ROSA, 1994, p. 15)

Guimarães Rosa, em sua linguagem simples e regional apresenta a seus leitores e leitoras, o ciclo da vida que não pode parar “dá susto de saber”. E, qual é este saber? De onde tantas pessoas irão tirar seu sustento? E estas mil-e-tantas misérias, o que podemos apreender? E, partindo deste princípio, podemos ir mais adiante quando o autor afirma “e nenhum se sossega.” Qual seria o sentido do verbo sossegar?

A palavra, o substantivo ‘sossego’ é a vontade, a quietude e a tranquilidade que toda pessoa procura é o direito de ter o seu cantinho, ter paz e a garantia da sua subsistência sem ter que se afobar todos os dias e a todo momento. Afobar, seria então, o contrário de sossegar. Mas, no sentido da obra, pode significar, também

o direito de não ter que migrar. O direito de ficar sossegado no seu canto, na sua cada, no seu território. Quantas vidas “espatifadas” são retratadas em *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa!

Em quase todas as experiências, a obra foi apresentada à turma com motivação para a leitura. Depois, os recortes dos textos foram sendo trazidos a cada aula. Cada grupo de trabalho se encarregou de aprofundar algum aspecto ou temática e levar para o debate em plenários coordenados pelas professoras de literatura brasileira. As equipes pedagógicas, ligadas ao projeto de pesquisa, se encarregaram de tomar nota de todas as reações dos estudantes durante as oficinas: interação com a obra, expressão corporal, gestos, tom de voz, emoções e outras subjetividades. Tudo registrado minuciosamente.

Os grupos tiveram por referência a metodologia da gestão democrática das salas de aula coordenadas pelas professoras de literatura, que assumiram o trabalho com autonomia e de forma participativa, oportunizaram ou garantiram a participação de todos os estudantes durante os debates acalorados nos bons tempos de aulas presenciais no ano de 2019². Muitos estudantes comentaram o desejo de sossegar. Alguns indagaram o direito de permanecer em Uberaba até terminar os estudos. Outros expressavam com preocupação as novas expectativas de mudanças para outras cidades da região ou até mesmo para outros países. Na turma do 2º ano do Ensino Médio uma estudante comentou que sua mãe foi embora para os Estados Unidos e morreu por lá. E lamenta porque a família não teve o direito de velar nem sepultar seu corpo. São mulheres que trocam a servidão do trabalho camponês em Minas Gerais, pela exploração do trabalho doméstico nos Estados Unidos.

Grande sertão: veredas de Guimarães Rosa também as reflexões da turma do 3º ano do Ensino Médio. Alguns estudantes se identificaram com o cansaço dos peregrinos da obra. De modo especial o esgotamento físico e emocional das repetidas mudanças na mesma cidade, de aluguel em aluguel, entre municípios, estados ou regiões e até mesmo para outros países. As “mil-e-tantas misérias” retratadas por Guimarães Rosa. Alguns estudantes parecem esgotados de tantas mudanças que lhes coloca diante do eterno recomeço.

Outros estudantes, no entanto, registram sentimentos de alegria pela oportunidade de conhecer outras cidades, fazer novos amigos, ganhar experiência de trabalho e ter novos vizinhos. A novidade parece agradar alguns jovens e adolescentes. Porém, uma análise dos sinais corporais dos estudantes quando falam do fascínio pela novidade, revela certa apatia. Não há vibração nas palavras dos jovens. Seu corpo permanece inerte. Seu olhar perdido no horizonte. A expressão

2 A experiência foi temporariamente interrompida durante o ensino remoto justamente porque não foi possível mensurar aspectos que só poderiam ser percebidos em aulas presenciais.

do cansaço toma conta dos jovens que trabalham o dia todo e permanece em sala de aula até o último período numa sexta-feira.

O universo dos peregrinos descritos por Guimarães Rosa parece muito próximo da realidade dos estudantes que se identificam com os personagens nas suas andanças em busca de um lugar na sociedade que lhes nega quase tudo.

Tendo por destino a estrada e o rio, as personagens roseanas vagam em busca de algo, em permanente movimento, simbolicamente reencenando, no plano do imaginário, a vida errante dos habitantes do Brasil real, onde o passado é ainda presente, o presente é futuro e o futuro se projeta como um tempo que nunca chega. Se Riobaldo é o homem desterrado de sua verdadeira pátria, errante numa travessia solitária, sem retorno possível, o país também se encontra em travessia, navegando entre o velho e o novo, como um destino em aberto, como uma promessa não cumprida (VASCONCELOS, 2002, p. 80).

A identificação dos estudantes com os personagens de Grande Sertão não é mera coincidência. É a repetição histórica de contextos sociais que continuam empurrando multidões dos campos para as cidades ou de cidade em cidade em busca de melhores condições de existência. A essa busca incansável, Betts (2010) define como ‘migrações por sobrevivência’, que apresentam características de deslocamentos forçados. Migração por sobrevivência é aquela de Riobaldo que perambula de um canto para outro em busca de trabalho e dignidade. Muitos estudantes se identificam com essa categoria de análise e com essa condição migratória.

Como Riobaldo, que se lança, ao narrar sua história, em “peregrinação errante num labirinto desencantado que é o mundo moderno, o mundo sem Diadorim”, 17 o Brasil também erra pelos (des)caminhos da modernidade, sempre em trânsito entre a soberania e a dependência, a letra e a fala, o arcaico e o moderno. Travessia sem rumo, destino incerto? Onde o projeto de nação? Onde o Brasil autêntico, que se acreditava encontrar-se no interior do país? Passados cem anos da imortalização do sertanejo como a rocha viva da nossa raça, o cerne de uma nacionalidade, os exilados em sua própria pátria dos dias de hoje continuam a perambular por estradas e caminhos em busca de redenção (VASCONCELOS, 2002, p. 80).

O Sudeste continua sendo o epicentro da busca de muitos migrantes deslocados em busca de sobrevivência. Um retrato disso são as salas de aula repletas de estudantes em processos diversos de deslocamentos simultâneos. Talvez por isso o estudo do livro *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, tenha despertado tanto a atenção dos estudantes.

O LENÇO BRANCO E A INTERMINÁVEL BUSCA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

O segundo livro trabalhado na Literatura Contemporânea é uma coletânea de poesias do poeta romeno Viorel Boldis com as belíssimas xilogravuras da italiana Antonella Toffolo. Juntos, os escritores dão intensidade e força a uma história de separação e de confronto entre uma dura realidade e a procura por melhores condições de vida. *O lenço branco* narra o retorno de um migrante anos depois de partir de sua terra, um lugarejo camponês, carregado de cultura, marcado por lembranças e afetos. O retorno traz de volta as memórias da infância e faz com que os leitores realizem uma verdadeira viagem de volta à infância carregada de símbolos e signos. Tudo ilustrado com cores e sentidos. As memórias ressignificam o tempo e a história. Tudo é bonito e carregado de sentidos. Até mesmo a casa pequena e humilde ganha cores e sentidos.

Tínhamos uma casa linda de com paredes de tijolos azul-escuros como o céu antes de uma tempestade de outono e janelas bem pequenas, muito comuns nas casas dos camponeses, que davam para o bosque e para as suaves colinas que circundavam a aldeia (TOFFOLO & BOLDIS, 2010, p. 4-5).

O narrador acredita que a casa continua do mesmo jeito de quando ele partiu, ainda criança. As memórias fazem com que as pessoas, as coisas, a paisagem, o tempo e os espaços físicos permanecem do mesmo jeito. Nas poesias de *O lenço branco* as memórias se encarregam de amenizar o sofrimento das histórias de separação e de confronto com a dura realidade das grandes cidades. É mais um camponês que parte ainda criança, à procura de melhores condições de vida. Mais um migrante por sobrevivência (BETTS, 2010) que sofre ao se deparar com as mudanças que desfiguram suas lembranças do passado.

A poesia lida, ao mesmo tempo, com a angústia e a alegria, a expectativas e a emoção do reencontro que são antíteses de tantos migrantes nas suas experiências de retorno. Por um lado, tem-se a expectativa que tudo e todos seguem no mesmo lugar. Por outro lado, há que se lidar com a frustração das mudanças inevitáveis. Nem sempre o migrante está preparado para esse embate. Assim, o narrador de 'o lenço branco' recorda de quando era criança e saía de casa para encontrar os amigos e brincar. Sua mãe sempre deixava um lenço branco pendurado na janela do seu quarto, avisando que seu pai, um general tradicional e autoritário, estava dormindo e que ele poderia sair e retornar em paz.

Ocorre que certo dia o pai descobre o código entre mãe e filho e exige o fim das aventuras do jovem sem o consentimento paterno. Furioso, o pai castiga o filho com uma punição terrível: caso voltasse a sair para encontrar seus amigos, não poderia mais retornar. Com o tempo, o narrador informa que decidiu ir embora à

procura de trabalho e uma vida melhor em outro país, deixando todo o imaginário da vida rural na Transilvânia.

Anos depois, o narrador é arrebatado por suas lembranças e admite o quão duro foi tomar a decisão de migrar. Mas, se indaga se ainda é possível voltar depois de tantos anos longe dos seus. E descobre que a decisão do retorno é tão difícil quanto a de sair. Este é um dos pontos altos da história com as páginas do livro enfeitadas com as xilogravuras desenhadas em preto e branco e carregadas de emoção. Ao mesmo tempo, evocam uma paisagem sombria, onírica e rústica que faz o leitor viajar na história. A preparação do regresso é cheia de expectativas e carregada de sentimentos. Porém, a frustração é inevitável. Tudo mudou de lugar, as pessoas envelheceram e se esqueceram do jovem aventureiro que fazia estripulias à revelia do pai controlador. O que retorna é um homem adulto, inseguro com a realidade que vai reencontrar. Nakagawa (2013) define essa situação como a síndrome do regresso e afirma que ela,

Atinge em maior ou menor grau, a todos os retornados. O retornado está vivendo uma experiência singular e exige uma atenção especial. Não se trata de uma doença, embora as consequências possam comprometer gravemente a vida do trabalhador. A síndrome do Regresso tende a desaparecer espontaneamente em torno de seis meses. A intensidade e a duração do fenômeno podem exigir uma psicoterapia (NAKAGAWA, 2013, p. 109-110).

O retornado é um misto de expectativa e frustração. Nem sempre o migrante está preparado para recomeçar a vida de onde partiu. Quando a comunicação com a família e os amigos no lugar de origem é rompida, o retorno é ainda mais complexo e complicado porque o retornado não tem ideia do grau das mudanças que vai enfrentar.

Os estudantes se identificam com a narrativa e se reconhecem na difícil experiência do retorno. De modo especial quando já se passaram muitos anos longe do lugar onde nasceu ou quando foram realizados muitos deslocamentos migratórios simultâneos a ponto de se confundir as memórias. Alguns estudantes revelam dificuldade de organizar as lembranças e se perdem nas datas e na sequência das mudanças. Outros não querem nem pensar na possibilidade do retorno justamente porque têm medo da frustração.

Por outro lado, os estudantes demonstram grande sensibilidade para com os migrantes que tiveram que abandonar seus lugares de origem de forma compulsória, empurrados pelas guerras, conflitos, perseguições, intolerância religiosa. Quando refletem essas realidades, os motivos que os fizeram migrar se tornam menos relevantes.

A poesia de Viorel Boldis e Antonella Toffolo encontram lugar nos poemas Cora Coralina que não se cansa de declarar seu amor à terra natal. “Longe do

Rio Vermelho, fora da Serra Dourada, distante desta cidade, não sou nada, minha gente” (CORALINA, 1985, p. 91).

A escritora e poetiza relembra com carinho e saudades o “Rio Vermelho” e a “Serra Dourada” que fazem parte importante da geografia do município de Goiás. Distante desse lugar, Cora Coralina sente-se sozinha e desamparada a ponto de afirmar, sem o Rio Vermelho “não sou nada.” Este nada era o fato de estar sozinha e longe do Rio Vermelho, como se fosse um amigo íntimo ou o marido à sua espera.

O exercício de retornar à casa de origem, exercitar a memória e as narrativas favoreceu aos estudantes a descrição dos personagens, os lugares, os ritmos da história, as figuras de linguagens, as narrativas e a construção da identidade dos personagens de *O lenço branco*. Ao mesmo tempo, identificaram os traços descritivos em outras obras literárias como no poema *Cidadezinha qualquer*, de Carlos Drummond de Andrade.

Cidadezinha qualquer
Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus! (ANDRADE, 2013, p. 22).

O autor descreve com palavras simples a pequena Itabira com seu povo e seus costumes. Observando a colocação dos substantivos, verbos e verbos adjetivados temos a sensação de estar numa cidadezinha qualquer. Nessa cidade, como em muitas outras, parece que o tempo passa devagar, as coisas não são efêmeras, até o amor demora a acontecer e não precisamos correr contra o tempo e o pouco dinheiro que temos dá-nos para sobrevivência. Então, a pergunta que não quer calar, porque deixamos nossas cidadezinhas? Concluem os estudantes sem respostas para a migração. A cidadezinha qualquer, é o lugar que marcou a origem e a partida dos migrantes que saíram de suas cidadezinhas para grandes metrópoles nacionais ou internacionais³.

Dessa forma, as oficinas de leitura permitem um encontro poético entre a cidadezinha de Viorel Boldis e Antonella Toffolo, com a cidade do Rio Vermelho de Cora Coralina e a cidadezinha qualquer de Carlos Drummond de Andrade. Ao final, se conclui que a migração parece seguir a mesma lógica dos poemas: sair da pequena cidade para os grandes centros urbanos. O contrário parece não se aplicar ao contexto migratório ora analisado.

3 Nas turmas há muitos casos de migrantes que viveram em outros países, ou têm familiares que se mudaram, especialmente para Espanha e Estados Unidos.

A CHAVE DE CASA

O exercício literário conduz os estudantes a uma experiência que parte do macro para o micro. Vai desde os grandes sertões, passa pela cidade/cidadezinha e adentra a casa. Nessa etapa das oficinas, os estudantes recebem *A chave da casa*, pequeno livro de Tatiana Salem Levy (2007). O livro trata do deslocamento físico e da dimensão interior e ontológica da viagem existencial para dentro de si mesmo e, também é carregado de emoções.

Na primeira parte do livro a protagonista está prostrada em uma cama, em um diálogo solitário com seus próprios fantasmas, vivendo em seu próprio mundo. Dá-se a entender que a personagem está passando por momentos difíceis e de extrema solidão. Mas, existe algo que a fará partir. Neste momento há um primeiro ápice na história. Ela se recorda, naquele momento de angústia e solidão, da chave da antiga casa turca dada pelo avô. A narrativa discorre sobre algo que se perdeu, seja um quarto, uma cama, uma casa, um lugar que ficou para trás perdido no tempo e na história. Apresenta uma mistura de sentimentos que levam à seguinte reflexão: qual sentimento se aflora quando se perde um determinado espaço geográfico e humano (relação do lugar de origem e pertencimento)?

O livro *A chave da casa* se passa em quatro narrativas de tempos diferentes sobre a vida da protagonista e de sua família. Parece um filme hollywoodiano, porém neste caso um filme árabe. A autora retrocede ao início e conta a história do seu avô, desde sua partida da cidade de Esmirna, na Turquia. Depois da doença e da morte da sua mãe, descreve sua relação amorosa e conflituosa e finalmente, a história da busca que a protagonista empreende pela própria identidade.

Impactada com a morte da mãe, a narradora recebe do avô a chave da casa da família em Esmirna e a missão de reencontrar suas raízes, de procurar a casa e parentes na Turquia. *A Chave da Casa* significa metaforicamente os desejos da personagem e de muitos migrantes de se reencontrar, de descobrir ou redescobrir sua própria identidade e, assim, responder às perguntas que lhe vem à tona nos percursos migratórios. São perguntas guardadas no subconsciente que mistura realidade e imaginação. Tatiana Salem Levy (2007) descreve “Nasci no exílio: e por isso sou assim, sem pátria, sem nome. Por isso sou sólida, áspera, bruta. Nasci longe de mim, fora da minha terra – mas, afinal, quem sou eu? Que terra é a minha?” (p. 25).

Mais para o final do livro a personagem, já se encontra mais velha, volta para seu país de origem e encerra sua história onde começou: no seu quarto, em uma cama, em um diálogo solitário com seus próprios fantasmas. Experimenta o vazio de não pertencer a lugar nenhum. A esse respeito, Oliveira (2016, p. 55) afirma que,

Nos itinerários migratórios, surgem novas categorias de sujeitos fragmentados pelos cortes e recortes da migração. Entra em crise a percepção de

pertencimento nacional e territorial dos sujeitos. Essa fragmentação pode ocorrer em diversos níveis, a depender das trajetórias migratórias e do grau de desterritorialização naquela perspectiva de Haesbaert, a que o migrante for submetido. A conjuntura migratória resulta em novas categorias de pertencimento de identidade territorial difíceis de serem equacionadas.

A dificuldade de pertencimento é representada na perda da ‘chave da casa’. Ao presentear a neta com a chave da casa, o avô quer que ela se reencontre com suas raízes identitárias, com os parentes e os lugares do passado que ela não conheceu. Todos esses elementos rompem com processos pessoais que impedem o sentimento de pertencimento.

Entretanto, *A chave de casa* coloca também em discussão o tema do exílio como componente importante para compreender a ruptura do sentimento de pertencimento. Esse é um tema difícil, porém, necessário nos debates sobre as diversas categorias migratórias. Dos muitos estudos clássicos sobre o exílio, Said (2003, p. 46) adverte que

O exílio nos compele, estranhamente, a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal. Entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás, para sempre.

A chave de casa é a representação do exílio na narrativa do exilado. Aquele que fez a experiência do exílio trouxe consigo, tão somente a chave da casa. Foi tudo que pode levar quando foi destituído de seu território e da sua pátria. O tema desperta a curiosidade dos estudantes que levantam pesquisas para definir a experiência do exílio a partir da provocação da literatura.

As turmas trazem para o debate, desde definições básicas como aquelas apresentadas nos manuais e dicionários, até recortes da literatura que tratam o tema com a seriedade que ele exige. Do dicionário recolhem explicações básica que afirmam que “o exílio é um substantivo masculino”. Talvez por isso seja tão amargo e solitário, conclui uma turma. Tão desprovido de ternura, conclui outra turma.

Ainda com os dicionários de Significados BR, a turma descreve que “o termo vem do Latim *exsilium* ou *exilium*, de *exsul*, que significa “pessoa banida”, possivelmente do Grego *alasthai*, que quer dizer “vagar, andar ao léu”. E ainda, “é a ação ou efeito de exilar”. Por fim, “exílio é o que foi removido de sua própria nação ou que dele saiu de maneira opcional. Exílio é, portanto, a expatriação

compulsória ou voluntária”⁴. Os verbos são fortes. Arrancar, remover, desterrar, desterritorializar, desenraizar.

Muitos estudantes se identificam com os sentimentos dos exilados, mas, admitem que é muito mais complexo do que aparenta ser. A imagem do avô entregando a chave para a neta se converte em encenações, musicais, poesias. O exílio vira tema de uma noite cultural numa das escolas. A arte é usada para enfrentar a dor do exílio e incentivar o estudo do tema tão presente no mundo atual.

Uma turma trouxe para o debate a *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias (1823-1864), e enfatizou a produção literária sobre o tema na poesia brasileira. A *Canção do Exílio* foi escrita em julho de 1843, quando o autor se encontrava exilado em Coimbra. Em terras distantes, o poeta ressalta o amor e a saudade da terra natal.

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o Sabiá,
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu’inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá (Gonçalves Dias, 1969, p. 4).

Cantada, encenada, dramatizada em diversas performances, a poesia ganha cores e vida nas reflexões das turmas. O destaque principal é a dor da

4 Dicionário de significados. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/exilio>. Acesso em 10/02/2022.

saudade materializada em mínimos detalhes no cotidiano dos exilados: o vento que balança as folhas de uma palmeira; o canto dos pássaros; as cores das flores; o brilho das manhãs e a ternura das noites de lua. São elementos subjetivos resignificados no poema a partir da interpretação literária.

Um exercício importante que resultou das experiências foi a capacidade de se colocar no lugar do exilado e da exilada. A empatia para com os sujeitos desterrados resulta em elementos importantes para superação da xenofobia e da indiferença frente ao sofrimento dos exilados no mundo inteiro.

Colado ao tema do exílio, as turmas avançam para o tema dos refugiados e se assustaram com os números, com as matérias e informações sobre essa realidade que afeta pessoas no mundo inteiro. Os números recordes chamam atenção das turmas. Mas, para além das cifras, reconhecem os rostos dos refugiados que na sua grande maioria são mulheres e crianças. Experimentam seus medos e angústias e, acima de tudo, suas incertezas e inseguranças.

Os estudantes ampliam suas pesquisas e passam a acessar as páginas oficiais das Agências Internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização internacional para as Migrações (OIM) para buscar informações e atualizações sobre a temática. É perceptível a ampliação dos conhecimentos e como isso vai mudando atitudes e comportamentos dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de todas as reflexões foram sistematizados em diversos produtos. Além das expressões artísticas nos diversos momentos em sala de aula e nos espaços de intervenção das escolas, como os murais interativos, algumas turmas realizaram um concurso de poesias para compor um livro publicado pela Secretaria Estadual de Educação. Os jovens escritores e escritoras se orgulham de ver seus trabalhos nas páginas do livro. As famílias e amigos participaram do lançamento em noite solene de autógrafos.

Ao final dessa etapa dos trabalhos constata-se que os professores e professoras de literatura são sujeitos anunciadores que rompe com a retórica do sujeito falante, no sentido de comunicar informações. Tornam-se “sujeitos-efeitos de linguagem” e partem do pressuposto de que “ao significar, o sujeito se significa” (ORLANDI, 1998, p. 204).

Conclui-se com o projeto de pesquisa que os movimentos migratórios, vividos pela maioria das pessoas, têm impactos no cotidiano da sociedade e nas decisões políticas. Estudantes e professores/as de literatura passam a ressignificar sua visão de mundo a partir das reflexões em torno do tema das migrações e seus desdobramentos à luz da literatura. Questões transversais como a noção ou o sentimento de pertencimento ganham novos sentidos e significados.

Ao retomar o objetivo do projeto que previa mostrar através da linguagem simples dos livros escolhidos, as características específicas do lugar de origem dos migrantes com a finalidade de melhorar o comportamento de acolhimento aos estudantes em situação de migração, conclui-se que os resultados foram muito além. É notória a mudança de comportamento em sala de aula. Porém, as mudanças não ficam restritas somente ao ambiente escolar. O projeto se transforma em múltiplos espaços de leitura, reflexão e formação permanente capaz de contribuir com elementos para o exercício da cidadania, da visão crítica e do reposicionamento dos sujeitos na sociedade.

A superação da xenofobia, da intolerância e do racismo vai abrindo espaço para comportamentos novos baseados na reciprocidade, na empatia, no acolhimento e na solidariedade. As turmas passaram a reconhecer a importância das migrações na história e, ao mesmo tempo, identificar suas características nas obras literárias que passaram a ser lidas com novas chaves.

A leitura atenta identifica como os sentimentos dos migrantes, exilados e refugiados eram vivenciados no passado através da escrita de cartas, de telegramas, de ligações telefônicas que não conseguiam transpor as distâncias e as barreiras geográficas. Ao mesmo tempo, as turmas reconhecem que hoje as tecnologias, especialmente as redes sociais virtuais, contribuem para difundir conhecimentos e experiências migratórias e encurtar distâncias e sentimentos que antes não eram permitidos.

A conclusão deste trabalho não apresenta uma finalização em si, visto que o tema em estudo é vasto e permanente porque a cada ano chegam novos estudantes e outros vão embora para outras cidades, estados ou regiões e, até mesmo para outros países. Dessa forma, se reconhece a importância permanente da literatura para a interação com temas da realidade e para ampliar o alcance das leituras e reflexões para além da sala de aula.

Por último, a experiência docente também passa por importantes transformações nessas experiências. Não passamos imunes às mudanças profundas e necessárias a partir das reflexões com os estudantes. Nos deixamos tocar pela literatura e nos transformamos juntos, docentes e estudantes, a cada experiência, a cada projeto, em cada leitura, em cada roda de conversa ou oficina de arte ou concurso de poesia. A cada ano as mudanças se repetem e se ampliam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. **Alguma Poesia**. Coletânea de Poemas 1930 -1987. São Paulo: Companhia das Letras, , 2013.

BETTS, A. Survival Migration: A New Framewor. **Global Governance**, v. 16, 2010, p. 361–382.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 18. ed. São Paulo: Global, 1985.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Poesia – Primeiros Contos (Canção do Exílio)**. Coleção Nossos Clássicos. São Paulo: Agir, 1969.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEVY, Tatiana Salem. **A chave de casa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAZZA, Débora. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 237-257, jan./jun. 2015.

NAKAGAWA, D. I. Saúde e o movimento dos trabalhadores brasileiros no Japão. In: SATO. M. T. **Reflexões sobre Cultura Japonesa à Luz do século XXI**. Tradição e Modernidade, Curitiba: APAEX, p. 109-110, 2013.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

ORLANDI, E. de L. P. **Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico**. Campinas, v. 4. n. 1, 1998.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympo – 1938.

ROSA, Guimarães. **Ficção Completa (Grande Sertão: Veredas)**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAID, E. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TOFFOLO, Antonella; BOLDIS, Viorel. **O Lenço Branco**. Tradução: Antonella Aguiar. Rio de Janeiro: Pequena Zahar, 2010.

VALERIO, Joel. **Contexto migratório e feminização das migrações em Roraima**. Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista 2021.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Migrantes dos espaços (sertão, memória e nação). **Revista do Centro de Estudos Portugueses - CESP** – v. 22, n. 30 – jan.-jun. 2002. p. 67-82.

FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES EM RORAIMA

Joel Valerio
Márcia Maria de Oliveira

INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos um recorte dos resultados da pesquisa intitulada *Perfil Migratório e Feminização da Migração em Roraima*, realizada com financiamento (bolsa de iniciação científica) do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) na Universidade Federal de Roraima sob a orientação da Professora Doutora Márcia Maria de Oliveira.

A pesquisa esteve vinculada ao Projeto Universal - Faixa B, Chamada MC-TIC/CNPq Nº. 28/2018, e ao *Projeto Fronteiras e Mobilidades na Amazônia: Deslocamentos, violência e Direitos Humanos*, coordenado pela Professora Doutora Francilene dos Santos Rodrigues, integra o conjunto de pesquisas realizadas no Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos - GEIFRON, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSO/UFRR.

Pautada nas teorias da Feminização das Migrações (OLIVEIRA, 2016) a pesquisa apresenta as principais características migratórias e a participação das mulheres nos diversos processos de deslocamentos, o protagonismo feminino na migração e as vulnerabilidades impostas às mulheres migrantes, especialmente as venezuelanas.

Dentre outras questões, a pesquisa abordou a temática do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, delito de ordem mundial estreitamente ligado à feminização das migrações (OLIVEIRA, 2017).

A pesquisa se desenvolveu num contexto marcado pelas migrações que fazem parte de um panorama internacional das “novas rotas migratórias sul-sul”

(BAENINGER, 2018). Em 17 de setembro de 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA/ONU) divulgou Inventário de Migração Internacional 2019¹ com estimativas migratórias mundiais que revelam que a quantidade de pessoas deslocadas ao redor do mundo é a maior de todos os tempos. De acordo com este inventário, atualmente existem mais migrantes circulando pelo mundo do que nos períodos das grandes guerras mundiais.

Os dados oficiais das agências internacionais ligadas à ONU que atuam com migrantes e refugiados em Roraima, especialmente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o ACNUR, informam que entre janeiro de 2015 e maio de 2019, foram registradas oficialmente 254.769 entradas de venezuelanos no Brasil. Destes, mais de 178 mil pessoas realizaram solicitações de refúgio e de residência temporária². A maioria dos migrantes venezuelanos entra no País por Roraima, e se concentram nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado. Na cidade de Boa Vista, se concentram as ações de documentação e acolhimento aos migrantes e solicitantes de refúgio e de residência temporária³.

Atualmente, Boa Vista conta com 11 abrigos oficiais para acolhimento temporário a 6,3 mil migrantes e refugiados, de acordo com os dados institucionais que estimam que uma média de 32 mil venezuelanos estejam residindo em Boa Vista, muitos vivendo em aluguéis coletivos e aproximadamente 1,5 mil pessoas morando em situação de rua na capital⁴. Estas cifras revelam que a Amazônia se encontra profundamente marcada pela Mobilidade Humana, e tem sido desafiada a acolher, compartilhar, cuidar e integrar os migrantes e refugiados que atualmente alcançam cifras inimagináveis e “representam um lixo humano” de difícil reciclagem (BAUMAN, 2017, p. 47).

- 1 Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais. O Inventário de Migração Internacional 2019, é um conjunto de dados divulgados pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) da ONU, fornece as últimas estimativas sobre o número de migrantes internacionais por idade, sexo e origem, para todos os países em todas as áreas do mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais/> Consultado em 15/05/2020.
- 2 Dados informados na página oficial da UNICEF no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Consultado em 15/05/2020.
- 3 Definição apresentada na página oficial da Operação Acolhida no site do Governo Federal disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/> Consultado em 15/05/2020.
- 4 Informes atualizados da UNICEF no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Consultado em 15/05/2020.

Oliveira (2016) informa que a partir de 2010, a Amazônia passou a figurar entre as regiões com maior mobilidade interna e internacional na América Latina. As novas rotas migratórias, que circulam no sul da América Latina e que passam pela Amazônia, representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países transfronteiriços. Representam também a abertura de novas rotas migratórias, nas quais “as fronteiras da Amazônia” são vistas pelos migrantes como a entrada para o Brasil “pelos portos dos fundos” (OLIVEIRA, 2016, p. 19). O Estado de Roraima, de maneira especial, figura nesses itinerários migratórios como lugar de entrada no Brasil de grandes contingentes migratórios oriundos da Venezuela e como lugar de passagem para países vizinhos, notadamente Guiana Francesa, Argentina e Chile⁵.

Essa nova conjuntura migratória na Amazônia oportuniza a atualização dos estudos migratórios e da sociologia dos deslocamentos humanos e destaca o papel que a região passa a ocupar na conjuntura internacional num processo de adaptação à nova Lei de Migrações⁶, lei Nº. 13.445/2017, que orienta a elaboração de políticas públicas migratórias e determina que a ausência delas por parte dos estados nacionais e dos governos locais representa grave violação aos direitos humanos. A falta de políticas migratórias abre precedentes para atuação de grupos especializados na exploração de migrantes em situação vulnerável submetidos a condições subumanas de trabalho, muitas vezes análogo ao escravo. Nesse contexto as rotas do tráfico humano têm aumentado de forma exponente na Amazônia, atingindo crianças migrantes e, principalmente mulheres, para fins de exploração sexual comercial nas suas mais variadas modalidades⁷.

A presença mais expressiva dos migrantes nas ruas das cidades de Roraima tem revelado atitudes discriminatórias relacionadas ao racismo, discriminação de classe, sexismos e xenofobia. Observa-se um cotidiano de relações tensas e conflituosas direta ou indiretamente influenciadas por discursos e iniciativas de representantes do poder local (político e econômico) que, em oposição ao que estabelecem os acordos e tratados internacionais assinados pelo Estado Brasileiro,

5 Sob o título “RR é passagem para imigrantes que querem chegar à Argentina” matéria afirma que a “A maioria prefere países economicamente estáveis e onde não tenha dificuldade com a língua”. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/noticia/RR-e-passagem-para-imigrantes-que-querem-chegar-a-Argentina-/41520>. Consultado em 09/09/2018.

6 BRASIL. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em: 05/11/2018.

7 De acordo com matéria publicada em <http://d.emtempo.com.br/amazonas-cidades/87498/trafico-de-pessoas-conheca-relatos-de-um-crime-silencioso-na-amazonia>. Acesso em 10/09/2018.

apregoam o fechamento da fronteira e a retirada dos venezuelanos das regiões centrais da capital e praticam atitudes de completa intolerância e xenofobia⁸.

A atual dinâmica migratória dessa região denuncia a existência de problemas sistêmicos, comuns ao processo histórico e permanente que acompanham as migrações em toda Pan-Amazônia, como o que ocorre com os deslocamentos dos Povos Indígenas⁹ devastados em seus territórios e deslocados para dar lugar a grandes projetos desenvolvimentistas e economicistas de grandes impactos ecológicos e socioambientais na Venezuela e em toda Pan-Amazônia.

Essa intensa dinâmica migratória também tem proporcionado à região uma reinterpretção da questão migratória reconhecendo que é inegável que os migrantes são portadores de mudanças importantes tanto no modo de vida das sociedades de origem quanto naqueles de destino migratório. Os migrantes contribuem para ampliar a visão do espaço amazônico para além das fronteiras brasileiras e relacioná-los com a ideia de simultaneidade de tempos e espaços.

Esses novos itinerários migratórios nas fronteiras amazônicas dão lugar às transformações simultâneas do espaço regional, nos quais as distâncias culturais se estreitam ou se escancaram e as diferenças passam por um processo de reelaboração ou exasperação das relações sociais. Nessa perspectiva, a fronteira representa um divisor de águas determinante para a construção de relações que extrapolam as próprias linhas geopolíticas e estendem-se por outras regiões a partir do momento em que os migrantes adentram os países limítrofes.

Percebe-se que nacionais e migrantes e as cidades que os recebem não ficam ilesos à migração. A propósito, ainda que não seja essa a representação hegemônica, é inegável a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento da Amazônia, uma vez que os deslocamentos de populações fazem circular novas bases de produção, transferências de tecnologias e conhecimentos enriquecendo, em maior ou menor grau, as relações culturais, sociais, políticas e econômicas (OLIVEIRA, 2016).

No recente período de campanhas eleitorais, tanto para o comandado federal (Presidente, Senadores e deputados federais), quanto para o executivo estadual (governo e deputados estaduais) e municipal (candidatos a prefeitura e vereadores), surgiram muitas atitudes antimigratórias, alimentadas por discursos políti-

8 Conflitos frequentes tem ocorrido entre brasileiros e Venezuelanos e revelam omissão por parte do Estado conforme matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/imigrantes-voltam-para-a-venezuela-apos-violencia-em-roraima.shtml>. Consultado em 10/09/2018.

9 Especialmente os Povos das etnias warao e e'ñepá, de acordo com informe da ONU disponível em: <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/warao.html>. Acesso em 09/09/2018.

cos ultraconservadores que, de forma irresponsável, criminalizam os migrantes ao invés de pensar políticas migratórias.

Entretanto, observa-se simultaneamente que prevalecem os gestos de acolhida dos moradores locais e das instituições nacionais, internacionais, confessionais e humanitárias tais como: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Centro de Migrações e Direitos Humanos (*CMDH*) da Diocese de Roraima, Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados (*SJMR*), Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano (CEPEETH) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Setor Mobilidade Humana da CNBB, Cáritas Brasileira, Conferência dos Religiosos dos Brasil (CRB), União Marista do Brasil (UMBRASIL), Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), Diocese de Roraima, pastorais sociais, paróquias, comunidades católicas e de outras igrejas. Surgem também pequenos grupos espontâneos de solidariedade, que se somam para conhecer os migrantes, acolhê-los nas comunidades, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, à luz da nova lei de migração brasileira e no contexto brasileiro das migrações (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2020).

Esses grupos e instituições reconhecem que a migração é uma oportunidade para analisar nossas diferenças e semelhanças e entender como estamos todos, de alguma forma, interligados. Observou-se na pesquisa de campo que os gestos de acolhida e respeito aos migrantes por mais singelos que sejam, são importantes para ajudar a combater a globalização da indiferença com a “cultura do encontro”¹⁰.

Nesse sentido, os migrantes e refugiados, longe de configurar-se como problema social, representam avanços importantes para a região. As migrações representam ainda uma chave de leitura da Amazônia, como fato positivo e de grande contribuição para interpretação dessa imensa região, tendo por referência o estado de Roraima, as fronteiras da Pam-Amazônia e suas dinâmicas migratórias contemporâneas (OLIVEIRA, 2016).

Nesse contexto marcado pelos deslocamentos internos e internacionais, esta pesquisa de iniciação científica teve como objetivo geral estudar as principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia contemporânea observando a sua importância para a compreensão dos processos de mudança sociais, políticas, econômicas e culturais nesta região fronteira, tendo como referência a constatação do aumento do deslocamento e a circulação das mulheres (OLIVEIRA, 2016). Nesta perspectiva, a proposta da pesquisa foi identificar os fatores que vêm definindo as migrações na Amazônia, tendo por base a abordagem teórica dos estudos migratórios que aprofundam o tema da ‘feminização das migrações’.

Identificamos na pesquisa que a feminização das migrações, dentre outros fatores, aponta a violência contra as mulheres migrantes também observado em recente estudo de Nóbrega (2021). De acordo com esta autora,

Identificamos na pesquisa as desigualdades e múltiplas discriminações que se cruzam e dificultam a inclusão e integração das mulheres migrantes venezuelanas na estrutura social brasileira e como o conceito de interseccionalidade contribui para dissecar com mais precisão as diferentes realidades em que essas mulheres se encontram. Por fim, evidenciamos nos dados colhidos nas instituições citadas o perfil das mulheres vítimas de violência atendidas e encaminhadas a outros órgãos do Estado, identificando as falhas no atendimento e a ausência de políticas públicas integradas de acolhimento que garantam as mulheres o conhecimento de seus direitos, incluindo o direito de viver uma vida livre de violência, bem como identificar as suas habilidades especiais e seu protagonismo na sociedade como mulheres migrantes (NÓBREGA, 2021, p. 16).

O tema da violência cometida contra as mulheres migrantes veio à tona em diversas abordagens, tanto nas pesquisas exploratórias, quanto nas entrevistas que recolheram narrativas que concordam com os estudos de Nóbrega (2021, p. 16) ao constatar que “muitas mulheres silenciam mediante a violência e não registram ou denunciam os agressores” justamente por causa da sua vulnerável condição migratória.

Nóbrega (2021) identifica que uma das vulnerabilidades das mulheres migrantes é a limitação da documentação. Muitas migrantes não possuem residência permanente, nem status de refúgio. Contam apenas com solicitação de residência ou pedido de refúgio. Esta condição de fragilidade documental, é muito utilizada pelos agressores para intimidar e manipular as mulheres oprimidas pela violência. Silenciadas, muitas não formalizam denúncia, o que pode colaborar para a impunidade e continuidade da violência. Nesta perspectiva, esta pesquisa buscou compreender e analisar os elementos intrínsecos à feminização das migrações em Roraima.

Fundamentada na metodologia qualitativa (GIL, 2012), foram realizadas entrevistas com mulheres migrantes que compartilharam suas memórias migratórias na forma de narrativas de 05 mulheres migrantes, residentes em Boa Vista, capital de Roraima. As narrativas foram registradas em pesquisas de campo intermediadas por tecnologias (via chamada telefônica), uma vez que encontramos dificuldades para pesquisa de campo presenciais por causa das restrições impostas pela pandemia do Coronavírus.

Oliveira (2016, p. 61) afirma que “enquanto ferramenta teórica, as narrativas permitem a necessária releitura dos processos migratórios apresentados sob a ótica dos próprios migrantes”. E alerta que a “subjetivação do migrante é bastante complexa”. Desta forma, as narrativas se convertem em elementos subjetivos carregados de força transformadora. Ao fazer memória das trajetórias migratórias, as migrantes reforçam seu protagonismo e reconhecem sua força diante das adversidades. As narrativas foram analisadas de acordo com Ricoeur (1994, p. 144) que afirma que “as narrativas constituem somente a classe dos testemunhos voluntários”, ou seja, representam fragmentos de memória de vidas compartilhadas na confiança, na escuta, na acolhida sincera.

Na relação de gênero, o fato de ser um homem estudando mulheres, em muitas situações representou um impedimento de aproximação e de laços de confiança. Foram necessárias diversas tentativas de aproximação com muitas mulheres, até encontrar as participantes desta pesquisa. Conclui-se que a relação de confiança que permite às mulheres compartilharem suas trajetórias de vida pode ser muito mais direta e imediata entre mulheres que pesquisam mulheres do que entre homens pesquisando mulheres¹¹.

As narrativas foram sistematizadas e analisadas à luz das teorias migratórias vinculadas à sociologia. Os resultados, discorrem sobre a conjuntura migratória nesta região acrescida da análise da perspectiva de gênero que é o olhar das mulheres sobre este contexto de migração.

A pesquisa foi dividida e desenvolvida em três fases fundamentadas na metodologia qualitativa com entrevistas individuais e análise das narrativas para melhor compreensão do conjunto das respostas e da sistematização da pesquisa exploratória (GIL, 2012).

Na primeira fase se priorizou o “estudo exploratório que implicou no estudo teórico desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas” (GIL, 2012, p. 50), com o objetivo de conhecer e aprofundar a temática abordada para elaboração de conceitos e definições fundamentadas nos estudos migratórios à luz das ciências humanas, de modo especial na área da sociologia aplicada às migrações. O alinhamento teórico nesta etapa foi de suma importância e proporcionou estudar a participação das mulheres nos processos migratórios e a sua contribuição para a elaboração do Perfil Migratório em Roraima.

Na segunda fase foi realizado um diagnóstico da realidade para apontar as principais características das migrações. Nessa fase foi aplicado o método do

11 Da mesma forma, acredita-se as pesquisadoras também podem encontrar barreiras para pesquisar homens, especialmente quando se trata de análises das subjetividades.

Diagnóstico Rápido Participativo – DRP (ANTUNES et al., 2018), que é um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem conhecer, identificar e definir ações, criar estratégias de empoderamento e fortalecimento dos grupos, identificar o protagonismo do grupo e estimular sua participação.

Apoiado em métodos mistos, o DRP permite conhecer para reconhecer, respeitar, compreender; favorece as trocas de saberes e conhecimentos; permite somar forças; articular e fortalecer os trabalhos já existentes (ANTUNES et al., 2018, p. 591). Desta forma, o DRP se constitui, como estrutura de pesquisa de natureza mista realizada em diversas fases. As fases de início e contato são primordiais para a efetivação da pesquisa de campo, uma vez que as práticas participativas para o delineamento da pesquisa, escolha de métodos e ferramentas, devem ser pautadas na participação ativa dos participantes.

Na proposta do projeto de pesquisa foi planejado aplicar o DRP em grupos de migrantes residentes em Boa Vista, capital de Roraima, em situação de aluguel ou preferencialmente em áreas de ocupações urbanas onde residem de forma coletiva. Desta forma, o DRP contribuiria para identificar elementos que apontariam o protagonismo feminino e as vulnerabilidades da feminização das migrações em Roraima. Entretanto, com a persistência do distanciamento social e as medidas de restrições por causa da pandemia, a aplicação do DRP se deu apenas no estudo exploratório e no levantamento das informações realizadas diretamente nas entrevistas. Foram observadas todas as orientações sanitárias e priorizou-se a pesquisa mediada por tecnologia.

Salvo os primeiros contatos realizados para convidar as participantes para a pesquisa, todo o processo de escuta foi realizado através de mediação tecnológica através de chamadas telefônicas, videochamadas por WhatsApp e outras redes sociais. O diagnóstico ficou prejudicado por causa da redução dos participantes da pesquisa previstos no início do projeto. Entre os primeiros contatos até a definição das participantes da pesquisa, foram realizados uma média de 30 contatos prévios. Todos forneceram indicações importantes para o diagnóstico.

Na terceira fase da pesquisa os dados foram sistematizados e analisados. Uma das narrativas revelou a temática do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial como delito de ordem mundial estreitamente ligado à feminização das migrações. Dadas as restrições para realização das pesquisas de campo, não foi possível realizar estudos de caso mais detalhados, nem análise documental ou de relatórios de registro de casos no Departamento de Migração

da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima. Diante destes impedimentos, a pesquisa foi reduzida a uma narrativa extensa de uma migrante assistida em uma instituição de acolhimento aos migrantes.

CONTEXTO MIGRATÓRIO EM RORAIMA

Roraima é um estado fundado por sucessivos processos migratórios internos e internacionais. No caso das migrações internas, muitos grupos foram deslocados de outras regiões, especialmente dos estados do Pará e Maranhão, com discursos de promessas e enganos por parte de políticos e militares encarregados de promover a ocupação do Estado. A este respeito, Nogueira et al. (2013, p. 5), informa que,

Até os primeiros anos da década de 1980, o Território Federal de Roraima tinha apenas dois municípios, a saber: Boa Vista e Caracarái, portanto, foi graças ao processo migratório que milhares de migrantes foram atraídos para Roraima. Como já mencionado, este aumento no fluxo migratório contou com uma significativa atuação por parte da elite política, a qual visava transformar o Território em estado. Esta intervenção por parte da classe política local é perceptível através do discurso de posse do Brigadeiro da Aeronáutica Ottomar de Souza Pinto, como governador, em 1979, quando este afirmou a necessidade de incentivar a migração. Santos (2004, p. 142) destaca a fala de Ottomar “(...) que venham, sem demora, nossos irmãos do Centro-Sul e do Nordeste! Que tragam seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo, extraordinários fermentos, que farão crescer e crescer muito o bolo de nossa economia (...)”.

Ainda de acordo com os mesmos autores, ao chegar ao estado, a grande maioria dos migrantes foi abandonada à própria sorte, sem nenhuma assistência por parte do estado. Esta violência institucional praticada pelos agentes políticos que atuaram no recrutamento dos migrantes marcou de forma negativa os migrantes. No final da década de 1970 e durante toda a década seguinte, muito migrantes se viram empurrados para os garimpos ilegais por falta de alternativas de emprego e sobrevivência.

Nogueira et al (2013, p. 11) informa ainda que os sucessivos grupos políticos da “era Ottomar” criaram verdadeiros “currais eleitorais” nos quais foi “possível manter a base do discurso da defesa das “Terras de Roraima”, isto é, contra a demarcação das Terras Indígenas e pela permanência dos garimpos. Além disso, de mantiveram uma política populista, por meio do assistencialismo”.

Da mesma forma, Cardoso (2019, p. 23) reforça o nível de violência a que foram submetidos os migrantes, especialmente os camponeses, por parte das instituições do estado:

A inserção da Amazônia no circuito internacional do capital é configurada pela violência e efetivamente é a partir desse momento que a região aprofunda o seu caráter de exploração externa, justificando o recorte temporal dessa pesquisa para os anos 1970. Dessa maneira, o capital ingressa na produção agropecuária e de mineração na região, passa-se para uma nova etapa histórica em que a Amazônia não apenas serve à acumulação “externa”, mas passa a viver, um processo de desenvolvimento local. Essa etapa da Amazônia foi marcada pelos conflitos pela posse e uso da terra, especialmente pelos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, parceiros ou não de fazendeiros e do poder local, que se aproveitavam da fragilidade do sistema de posse de terras da região para expropriar camponeses, posseiros, ribeirinhos e indígenas. Dessa forma, a grilagem de terras causou um forte impacto na região Setentrional brasileira.

O autor observa que a ocupação de Roraima está vinculada com a acumulação do capital e a produção institucional das desigualdades sociais impostas aos migrantes que vieram para a região em busca de melhores condições de vida. O autor informa os conflitos socioambientais que empurraram muitas famílias camponesas para as cidades em novos ciclos migratórios internos. Esse histórico marcado pela violência institucional contra os migrantes internos se reproduz atualmente com os migrantes internacionais.

A migração recente em Roraima caracteriza-se pelas novas dinâmicas migratórias das últimas décadas que têm aumentado significativamente na América Latina e Caribe. Parte desse crescimento deve-se às políticas restritivas dos países europeus, do Japão e dos Estados Unidos que até então eram os principais receptores de boa parte dos migrantes movidos, especialmente pelo trabalho (BAENINGER et al., 2018).

A porta de entrada dos migrantes também mudou de lugar. Ao invés da convencional entrada pelo Atlântico, as novas entradas são pelas fronteiras, de maneira especial as fronteiras da Amazônia (RODRIGUES, 2014). Uma característica importante das novas dinâmicas migratórias na Amazônia é o deslocamento e a circulação das mulheres (OLIVEIRA, 2016).

Das 05 mulheres que participaram da pesquisa nas entrevistas pode-se constatar que a migração não foi opção de nenhuma delas. O que houve foi

uma imposição de deslocamento em busca de sobrevivência. Conforme Nóbrega (2021, p. 32) “as principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, estudo e conquista da independência em relação à opressão e à violência”. Nesse sentido, a pesquisa confirma que o deslocamento eminentemente forçado de mulheres venezuelanas se dá num processo de emergência humanitária e evidencia o protagonismo destas migrantes.

O recorte sobre o perfil migratório identificado na pesquisa exploratória aponta que a Venezuela sofre uma crise política e econômica que já perdura por mais de 10 anos de embargo econômico e como consequência dessa crise enfrenta o deslocamento em larga escala da população para outros países¹². Neste momento o Brasil se destaca como um dos principais destinos dos migrantes e solicitantes de refúgio da Venezuela. Isso se deve ao fato da proximidade entre os dois países e das históricas relações transfronteiriças.

De acordo com o mapa dos deslocamentos, desde 2015 os venezuelanos se vêm obrigados e buscar alternativas de sobrevivência em outros países. Nóbrega (2021, p. 42-43) assegura que

Os migrantes venezuelanos trazem consigo toda sua identidade cultural com diversas variáveis como a língua, os costumes, cultura e, sobretudo, o próprio reconhecimento, consciente, do indivíduo de que ele pertence a determinada comunidade ou etnia e passaram a viver no Brasil os novos desafios culturais. Esses deslocamentos forçados causados por uma pluralidade de fatores trazem à luz a fragilidade e a condição provisória da identidade.

Com relação ao perfil, os migrantes que vieram para o Brasil, um estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta “que mais da metade são mulheres e crianças, 32% têm ensino superior completo e 60% estavam empregados em alguma atividade remunerada na Venezuela; pesquisa aponta ainda ações para a inserção deste grupo no Brasil, a partir de políticas migratórias em sete países”¹³. Os homens representam a faixa etária laboral com faixa etária entre 20 e 46 anos.

12 Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. Estudos mostram impacto econômico dos embargos contra o país desde 2014; eleições deste ano acirram tensão com os EUA. Matéria assinada por Michele de Melo para o Jornal Brasil de Fato em 08 de Outubro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em 01/08/2021.

13 Artigo ‘Entenda qual o perfil dos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil’. Estudo completo disponível em: <http://dapp.fgv.br/entenda-qual-o-perfil-dos-imigrantes-venezuelanos-que-chegam-ao-brasil/>.

Compreendeu-se nesta pesquisa que muitos fatores corroboram para redesenhar as novas rotas das migrações nessa região. As questões políticas e econômicas, o aumento dos conflitos socioambientais e da violência agrária contra camponeses e povos indígenas, o desemprego e os crimes ambientais e climáticos têm sido preponderantes para os novos e mais recentes deslocamentos internacionais e inter-regionais muito presentes em Roraima.

Figura 01: Mapa dos deslocamentos migratórios da Venezuela



Fonte: <https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/8ano/geografia/o-exodo-venezuelano/5991>

A migração venezuelana, também representa a precarização das migrações nas dinâmicas migratórias transfronteiriças realizadas entre os países mais próximos. Na última década, o Brasil que historicamente recebeu importantes deslocamentos de migrantes bolivianos, peruanos, chilenos e paraguaios, passou a receber milhares de migrantes colombianos, haitianos e, mais recentemente, venezuelanos.

A pesquisa confirma que “as migrações em Roraima abriram novos debates em torno do papel que a Amazônia ocupa na nova conjuntura internacional” (OLIVEIRA; DIAS, 2020, p. 61). Por suas dimensões transcontinentais e por sua condição transfronteiriça, representa uma região em si, cobiçada por seus recursos naturais, buscada como refúgio ou como região de passagem e interligação para outras regiões.

A FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO EM RORAIMA

Dentre as categorias migratórias mais presentes neste novo contexto de deslocamento, as mulheres têm sido preponderantes, especialmente nesta última etapa migratória analisada nos dois últimos anos em Roraima. Do ponto de vista qualitativo, a feminização da migração indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias. Isso não significa que antes elas não migravam e sim que passaram a ser contabilizadas e mensuradas pelos indicadores das migrações enquanto dinâmica específica.

O conceito “[...] feminização pode ser usado para indicar uma mudança com viés de gênero, uma ação, um processo de se tornar mais feminina, mais comum ou intensa entre as mulheres ou em domicílios chefiados por mulheres [...]” (YANNOULAS, 2011, p. 22). Ainda de acordo com a mesma autora, a feminização “é a ação ou efeito de feminizar, tornar feminino e refere-se ainda ao conceito de feminização das profissões e ocupações, a que correspondem metodologias e técnicas diferentes para a coleta e análise de informação: significado quantitativo ou feminização”.

Do ponto de vista conceitual, a feminização pode referir-se ao “[...] aumento do peso relativo do sexo feminino, na composição de uma categoria social [...]” (YANNOULAS, 2011, p. 23). Nessa perspectiva, o termo feminização refere-se à desigualdade de direitos sociais entre homens e mulheres como ocorre com os estudos sobre a feminização da pobreza no qual o conceito ‘feminização’ representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens.

Miranda (2009, p. 24) entende “[...] a feminização da migração como o resultado de uma recomposição do capital à escala mundial [...]” em que as mulheres passaram a ocupar os novos postos de trabalho em novos setores da sociedade, principalmente o trabalho de tempo parcial, o trabalho temporário na agricultura, a prestação de serviços sexuais e o trabalho na área dos cuidados aos idosos e crianças. A feminização está relacionada, ainda, com a condição

da mulher reinterpretada por muitos autores como uma “[...] condição subjugada nas relações de dominação de gênero[...]” reproduzidas também nas composições migratórias (OLIVEIRA 2016, p. 147).

Morokivasic (1984), apresenta os primeiros estudos sobre a temática da feminização da migração e observa que “a partir da década de 1980, nos países do norte da Europa, o número de mulheres migrantes superava o dos homens, obrigando os estudos migratórios a considerar a variável de gênero nas abordagens das migrações internacionais” (p. 886). Para a referida autora, as mulheres sempre migraram, mas, nem sempre foram contabilizadas estatisticamente nas teorias migratórias.

Sassen (2016) chama a atenção para os movimentos migratórios de mulheres em contextos específicos, muitas vezes marcados por guerras, epidemias, fome, catástrofes naturais ou crises econômicas e políticas. Nesses contextos, quase sempre é a mulher, na condição de mãe, filha, irmã ou esposa, que “encabeça o deslocamento mediante emergências que colocam em risco a vida da família” (OLIVEIRA; COSTA, 2018, p. 96).

O reconhecimento do papel desempenhado pela mulher em contextos migratórios, aos poucos, “vem provocando importantes rupturas nos paradigmas das teorias migratórias baseadas na Economia, na Sociologia e na História que apresentavam as mulheres economicamente inativas e indiferentes às dinâmicas migratórias” (MIRANDA, 2009, p. 23).

Para Morokivasic (1984, p. 888), “a predominância até a década de 1980, nas teorias migratórias, da ideia de que o migrante típico era o homem e a migração feminina era alvo de pouca atenção está estreitamente vinculada ao modelo de família patriarcal”, no qual o homem figurava como o chefe de família e responsável pelo sustento do lar, conseqüentemente, autor e sujeito dos projetos migratórios quase sempre familiares. A feminização das migrações, no entanto, problematiza estes marcos históricos nos contextos de mobilidade humana (OLIVEIRA; COSTA, 2018) e exigem abordagens específicas baseadas nos estudos da perspectiva de gênero (TORRALBO; MATOS; MARTÍNEZ, 2019).

Morokivasic (1984), apresenta os primeiros estudos sobre a temática da feminização da migração e observa que “a partir da década de 1980, nos países do norte da Europa, o número de mulheres migrantes superava o dos homens, obrigando os estudos migratórios a considerar a variável de gênero nas abordagens das migrações internacionais” (p. 886).

As informações recolhidas nas entrevistas realizadas com migrantes venezuelanas na cidade de Boa Vista, permitiram identificar o aumento do número de

mulheres que estão à frente do movimento migratório assumindo todo protagonismo e cada vez mais participando na defesa de seus direitos como pessoas que não migraram porque quiseram, mas tem o direito de migrar e estar em qualquer parte do globo terrestre com respeito e dignidade.

A feminização da migração também representa uma categoria de análise e indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias. Ao mesmo tempo, o conceito “feminização” refere-se à desigualdade de direitos sociais entre homens e mulheres também nas rotas migratórias marcadas pelas diversas formas de violência contra as mulheres (OLIVEIRA, 2016).

A violência psicológica, que inicia com a opressão e perseguição sofrida no país de origem em razão do gênero; o duplo grau de vitimização na condição de mulher e migrante ou refugiada, o que aumenta o grau de vulnerabilidade pelo medo, isolamento, dificuldades de integração, estigmatização social. A violência sexual, talvez a mais perversa de todas, com recorrente prática do estupro, a exploração sexual e o tráfico a mulheres e meninas para fins sexuais, o assédio no local de trabalho, são apenas alguns tipos de violência que as mulheres migrantes podem sofrer (NÓ-BREGA, 2021, p. 44).

Na narrativa da participante da pesquisa 03, o percurso migratório encontra-se muito marcado pela violência sexual, analisada nesta pesquisa como exploração sexual comercial. A narrativa indica também a existência do tráfico de mulheres nos percursos migratórios.

Em julho de 2015, meu irmão me convidou para morar com ele na antiga casa da minha mãe. Logo nos primeiros dias ele me falou que estava levando peças de reposição de máquinas para garimpos nos arredores de El Callao e eu comecei a viajar com ele para ajudar na logística das viagens pela Troncal 10. Logo na primeira viagem conheci um bar no centro da cidade que estava com uma vaga para dançarina de polidance. Falei com meu irmão e ele disse que precisávamos de dinheiro e que por ele, não havia problema eu trabalhar ali. Ele sabia que nos fundos do bar funcionava um prostíbulo e que logo eu estaria fazendo programa com garimpeiros. Mas, parecia não se importar, já que a necessidade de dinheiro era maior. Assim eu comecei na prostituição. Logo na primeira semana de trabalho como dançarina, fiz meus primeiros programas nos fundos do bar. As meninas pagavam um taxa para o dono do bar cada vez que usavam os quartos para atender os clientes. Durante a semana era um preço e nos finais de semana era o dobro. Às vezes recebiam em dólares, mas, na maioria das vezes exigiam pagamento em ouro. Eu não tinha muita noção dos valores.

Quase tudo que eu ganhava nos programas, pagava nas taxas e nas roupas que precisava. Os negócios não iam bem para meu irmão e ele começou a ficar mais tempo nos garimpos dos “brasileiros” no povoado Las Claritas ao sul do estado. No início de 2016 ele me chamou para ir junto com ele porque haveria uma festa e eu poderia ganhar um dinheiro extra no polidance. No fundo ele sabia que eu ganhava mesmo era com os programas. Ficamos lá uma semana depois da festa, mas, estava muito difícil, muitos garimpeiros indo embora, conflitos com os indígenas dos arredores, muita violência e pouco dinheiro. Foi quando meu irmão conversou com uns amigos brasileiros que o chamaram para trabalhar nos garimpos do lado brasileiro. Estávamos quase sem dinheiro, mas, conseguimos pagar a passagem até Boa Vista. Aqui o dinheiro acabou de vez. Ficamos na casa deste amigo do meu irmão uns dias, mas, não deu certo. A esposa dele é evangélica e quando descobriu que eu fazia programas, pediu para eu ir embora no mesmo dia. Meu irmão tinha ido para um destes garimpos e eu não tinha para onde ir. Acabei morando na rua, nas proximidades da rodoviária. Era tempo de chuva e foram dias muito difíceis. Até que conheci uma amiga que me convidou para morar com ela num quarto alugado no Bairro Pricumã; ela fazia programa e eu comecei a ir com ela para a “praça”. Nas primeiras semanas só ganhei o suficiente para ajudar com as despesas do quarto. Nas semanas seguintes foi melhorando. Logo percebi que a “praça” estava muito disputada e saturada com a chegada das venezuelanas e brasileiras que retornavam dos mesmos garimpos e pelos mesmos motivos que eu (Pesquisa de Campo n. 03, janeiro de 2021).

Neste recorte da narrativa da participante 03, é possível identificar que a feminização da migração está relacionada, ainda, com a condição da mulher reinterpretada por muitos autores e autoras como uma “[...] condição subjugada nas relações de dominação de gênero[...]” reproduzidas também nas composições migratórias (OLIVEIRA 2016, p. 147).

Neste caso concreto, aliciado no sistema do patriarcado, o aliciador é o próprio irmão que reproduz as relações de dominação do pai sobre a irmã mais nova com o adicional da exploração sexual comercial. Mesmo que a participante não informe que o irmão ficava com parte do dinheiro da prostituição, só o fato dele a manter no circuito da prostituição nos garimpos, já o insere no campo da exploração direta da sua irmã.

A narrativa revela a relação de parceria entre as mulheres inseridas no circuito da exploração sexual comercial. Ao mesmo tempo, revela que esta sororidade entre elas não lhes garante proteção contra a violência a que são submetidas nas rotas da exploração sexual comercial. Elas não têm autonomia na prostituição

porque estão inseridas num mercado ligado ao que Oliveira e Costa (2018), denominam de “indústria internacional do sexo” e esclarecem que

Uma das questões envolvidas na feminização da migração é a inserção das mulheres migrantes nas rotas internacionais do tráfico e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial que se tornaram um dos crimes da ordem transnacional com maior rentabilidade e em pleno crescimento hoje. Esta modalidade do crime transnacional alimenta a indústria do sexo. Nas teorias marxistas, a indústria surge como um conceito moderno que participa do modo de produção capitalista e entende as atividades transformação de matérias-primas em produtos feitos de em massa nas fábricas. Tudo o que é produzido nas fábricas é inserida no mercado que é responsável por promover a circulação de mercadoria transformando o produto em dinheiro (OLIVEIRA; COSTA, 2018, p. 93).

Na pesquisa em questão se confirma essa reprodução da “indústria do sexo” nos garimpos ilegais espalhados pela Pan-Amazônia. A condição de ilegalidade dos garimpos torna igualmente ilegal a indústria do sexo que passa a elaborar suas leis próprias para gerir e controlar, além da “lavra”¹⁴, a exploração sexual comercial marcada também pela violência contra as mulheres migrantes.

Da mesma forma que para Nogueira et al. (2013) os desempregados são empurrados para o garimpo como alternativa de sobrevivência, a narrativa da participante 03 também indica que a prostituição não é uma opção. Pelo contrário. É a total ausência de alternativas de sobrevivência e se reconhece no circuito da prostituição vinculada aos garimpo que historicamente circulam homens e mulheres da Pan-Amazônia numa atividade completamente ilegal, incentivada por políticos locais e com grandes impactos sociais e ambientais.

Estas relações foram identificadas na narrativa de outra participante da pesquisa que afirma que “as questões políticas e econômicas, sem dúvida, têm grande peso na decisão de migrar. Entretanto, a violência doméstica também contribui para pensarmos que a migração pode ser uma possibilidade de libertação do sofrimento que vivemos (Pesquisa de Campo n. 05, janeiro de 2021).

14 A **lavra** garimpeira é um regime de extração de substâncias minerais com aproveitamento imediato do jazimento mineral de pequeno volume e distribuição irregular do bem mineral extraído de forma não industrial. Por vezes a lavra acontece em locais onde há um filão irregular (um caminho feito pelo ouro em épocas remotas) nesses locais formam-se várias frentes de serviços, verdadeiras vilas são montadas para dar “suporte” aos trabalhadores, muita bebida e prostituição são alguns dos serviços ofertados para deixar os dias desses trabalhadores menos pior. Na exploração legalizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral a **lavra** é a última parte de um processo longo e caro.

Em outra narrativa, a participante 04 recorda o abandono por parte do primeiro marido, do segundo companheiro e por parte do Estado:

Eu vivia em San Felix com meu primeiro marido. Ele foi embora para o Equador em 2015 e nunca mais retornou nem enviou nenhum recurso para alimentar as três crianças com menos de 5 anos. Com enormes dificuldades de sobrevivência, decidi vir para o Brasil. Foi muito difícil e ainda continua muito dramática a minha situação. Chegando em Boa Vista, morei dois meses nas ruas com as crianças. Sobrevivemos das doações. Nas ruas conheci meu segundo companheiro. Logo engravidei do quarto filho. Por causa da gravidez fomos acolhidos em um abrigo. Nasceu uma menina. Então veio uma oportunidade de interiorização só para homens solteiros e ele foi embora sem nem avisar para a gente. Foi um encarregado do abrigo que veio me avisar que ele tinha viajado de avião para o sul do Brasil e nunca mais deu notícias para mim nem para a filha dele. E eu continuo sozinha com as crianças no abrigo. Eu sei que é muito difícil conseguir viajar para outro estado com quatro crianças pequenas. Também não posso trabalhar com as pequenas. Mas, essa vida no abrigo é muito triste especialmente para as crianças que passam todos os dias aqui como numa prisão. Eu fico muito angustiada, mas, ainda não posso fazer nada para mudar esta situação. Quando a pequena completar um ano eu vou procurar uma creche para elas e vou trabalhar e ter nossa casa, mesmo que seja muito humilde porque toda pessoa tem direito a viver na sua casa (Pesquisa de Campo n. 04, janeiro de 2021).

Esta narrativa confirma a violência do abandono sofrida por muitas mulheres nos percursos migratórios. Por parte do Estado, a narrativa aponta a violência da fome e da miséria que faz com que uma mãe se desloque em busca de sobrevivência para sua família. Mesmo que na narrativa a participante afirme que “não pode fazer nada”, o simples fato de sair em busca de sobrevivência revela a coragem e o protagonismo desta mulher que parte sozinha em busca de melhores condições de sobrevivência para seus filhos. Outras pesquisas observam o abandono como uma forma de violência contra as migrantes.

A partir de minhas observações, pude perceber que, além do protagonismo, a responsabilidade e vínculo com a família apareceu de maneira mais intensa, mesmo que estivessem em dificuldade na cidade de Manaus. Elas passavam por privações – o relato de abandono de ex-maridos e companheiros apareceu no discurso de 90% das entrevistadas –, mas, apesar das dificuldades, elas não se eximiram da tarefa de contribuir com outras mulheres, oferecendo apoio emocional e até mesmo financeiro, na ausência de

dinheiro, elas se articulavam para compartilhar comida, dividir a moradia e trabalhar colaborativamente entre si (FREITAS, 2021, p. 183).

Como acena Freitas (2021), o abandono emerge nas narrativas quando as mulheres são perguntadas sobre seus maiores sofrimentos e dificuldades nas trajetórias migratórias. O abandono pode estar relacionado com a pressão que a migração exerce sobre homens e mulheres e a resposta diferente por parte dos homens e das mulheres. Para os homens, o abandono sinaliza para a continuidade dos traslados migratórios sem maiores impedimentos. Para as mulheres, um peso maior, uma vez que precisam garantir sozinhas o processo migratório com a responsabilidade de sustentar sozinhas os filhos. A maioria reclama que o abandono enquanto separação não foi planejado nem decidido pelo casal e representa uma iniciativa ou decisão unicamente do ex-parceiro sem a participação das mulheres. Por isso Freitas classifica como abandono e estamos totalmente de acordo com esta categoria de análise ainda pouco explorada nas teorias migratórias.

Da mesma forma que o abandono se impõe sobre elas, as migrações também são interpretadas por elas como uma imposição que não lhes permitem elaborar um projeto migratório nem o direito de decidir sobre as circunstâncias das migrações. A participante da pesquisa 01 aponta em sua narrativa que “a iniciativa da migração está condicionada a processos de deslocamentos que não nos permitem decidir pela migração, senão, nos colocar a caminho, sem ter garantido o direito de não migrar” (Pesquisa de Campo n. 01, janeiro de 2021).

Sassen (2016) chama a atenção para os movimentos migratórios de mulheres em contextos específicos, muitas vezes marcados por guerras, epidemias, fome, catástrofes naturais ou crises econômicas e políticas. Este contexto se confirma na narrativa 02 na qual a participante afirma que “a crise econômica sem precedentes na Venezuela, transformou o país em um porto de saída, num caminho sem volta, marcado pela fome e a miséria de milhares de pessoas obrigadas a sair do país” (Pesquisa de Campo n. 02, janeiro de 2021).

Freitas (2021), entretanto, insiste que, mesmo em processos de deslocamentos forçados, as mulheres não deixam de exercer seu protagonismo. Porém, a autora acredita que se trata de um protagonismo que ainda precisa ser inscrito nas teorias migratórias e indaga:

Pode a mulher migrante falar? Sobre esse aspecto podemos nos questionar por quais razões o protagonismo presente no processo migratório de mulheres não é legitimado e visibilizado. Assim, observa-se a necessidade de compreender como foi construída a “categoria protagonismo” que aparece

na contramão do processo histórico de silenciamento. Vale salientar que a abordagem da categoria protagonismo, não é uma tentativa de romantizar as dinâmicas migratórias de mulheres, mas apresentar um olhar que vai além das vulnerabilidades, sob uma ótica que não sujeite, enquadre ou simplesmente classifique a mulher migrante (FREITAS, 2021, p. 39).

Da mesma forma, em nossa pesquisa, a categoria protagonismo passa a ser observada com grande potência nas suas narrativas. Elas não fazem do protagonismo uma distinção nem percebem seu exercício de forma clara. Apenas narram um cotidiano de sofrimentos e responsabilidades que as fazem avançar com a vida e seus desafios a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses contextos marcados pelas diversas formas de expulsões, quase sempre é a mulher, na condição de mãe, filha, irmã ou esposa, que “encabeça o deslocamento mediante emergências que colocam em risco a vida da família” (OLIVEIRA; DIAS, 2019, p. 7).

Compreendeu-se nesta pesquisa que muitos fatores corroboram para redesenhar as novas rotas das migrações nessa região. As questões políticas e econômicas, o aumento dos conflitos socioambientais e da violência agrária contra camponeses e povos indígenas, o desemprego e os crimes ambientais e climáticos têm sido preponderantes para os novos e mais recentes deslocamentos inter-regionais muito presentes em Roraima.

Países como o Brasil que historicamente recebeu importantes deslocamentos de migrantes bolivianos, peruanos, chilenos e paraguaios, passou a receber milhares de migrantes colombianos, haitianos e, mais recentemente, venezuelanos.

Dentre as categorias migratórias mais presentes neste novo contexto de deslocamento, as mulheres têm sido preponderantes, especialmente nesta última etapa migratória analisada nos dois últimos anos em Roraima, objeto desta pesquisa.

Por fim, a realização da pesquisa revelou a força transformadora das narrativas conforme pontua Ricoeur (1994). As narrativas possibilitaram às mulheres realizar releituras de suas trajetórias migratórias e se reconhecerem protagonistas dos processos históricos.

Muitos outros elementos levantados nesta pesquisa não foram suficientemente aprofundados neste relatório e poderão orientar outros trabalhos sobre esta temática da feminização das migrações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jeferson; SILVA, Abigay Fernandes da; SILVA, Ana Clarice Bezerra de Araújo; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. Diagnóstico rápido participativo como método de pesquisa em educação. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 03, p. 590-610, nov. 2018.

BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª edição. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2017.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. **A Comissão Pastoral da Terra Roraima: lançando sementes e caminhando junto 1976-2018**. 2019. 118 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FREITAS, Maria Inah de Almeida. **De Vivências e Conversas: o protagonismo feminino na migração venezuelana**. 2021. 199 p. Dissertação (Maestria em Ciências Humanas) - PPGICH- Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MIRANDA, J. **Mulheres Migrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida**. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), 2009.

MOROKIVASIC, M. *Birds of Passage are also women*. **Internacional Migration Review**, v. XVIII, n. 4, p. 886-907, 1984.

NÓBREGA, Débora Gomes de Figueirêdo. **Feminização das migrações e violência contra as mulheres venezuelanas em Roraima**. 2021. 93 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SOUZA, Carla Monteiro de. **Roraima no contexto das migrações: impressões da (re) configuração espacial entre 1980 a 1991**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPHU: Conhecimento Histórico e diálogo social. Natal, RN: 22ª 26 de julho de 2013.

OLIVEIRA, Ebenézer Marcelo Marques de; SAMPAIO, Cyntia. **Estrangeiro, nunca mais! Migrante como sujeito de direito e a importância do advocacy pela Nova Lei de Migração Brasileira.** São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2020.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea.** São Carlos: Editora Scienza, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Feminização das migrações nas fronteiras da Amazônia. In: 13º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES & SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11. **Caderno de Anais.** Florianópolis: UFSC, 2017.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; COSTA, Willas Dias da. Feminización de la migración, tráfico y trata de mujeres en la Amazonía. In: ALBOR-CHADID, L.; COTINGUIBA, M. L. Pimentel; FERNÁNDEZ-MATOS, D. C.; COTINGUIBA, G. Castro (Comp). **Reflexiones sobre las migraciones en América Latina.** Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018. p. 91-136.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. **Interfaces da mobilidade humana contemporânea na fronteira amazônica.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa.** Constança Marcondes Cesar (trad.). Campinas: Papirus, 1994. Tomo I.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no Pensamento Social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana.** Manaus: EDUA, 2014.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000.** Belém, 2004. 270 p. Tese (Doutorado em História). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2004.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

TORRALBO, H. González; MATOS, D. C. Fernández; MARTÍNEZ, M. N. González (Compiladoras). **Migración con ojos de mujer. Una mirada interseccional.** Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2019.

YANNOULAS, S.C. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Revista Temporalis.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília (DF), ano 11, v. 2, n. 22, p.271-292, jul./dez. 2011.

A SOLIDÃO DE MULHERES MIGRANTES

*Maria Inah de Almeida
Lúcia Marina Puga Ferreira*

INTRODUÇÃO

“... E agora aqui estava ela,
num país estrangeiro,
sem amigos,
fora os filhos...”
Buchi Emecheta, 2019, p.175

O presente estudo é de natureza qualitativa e abordagem etnográfica, no qual apresentaremos uma análise sobre a solidão de mulheres em realidade migratória através de suas próprias narrativas, destacando os principais elementos que colaboram para o surgimento desse sentimento¹.

Em trabalho de campo² realizado no ano de 2020 (durante os meses de maio a outubro) com mulheres venezuelanas que vivem na cidade de Manaus/AM, o tema da solidão chamou-nos a atenção, pois foi manifestado durante conversas

- 1 De acordo com Moreira (2006), a solidão pode ser compreendida a partir de diferentes perspectivas, tanto como fruto da dor da perda, quanto da capacidade de sentir-se só diante da ausência do outro. Ainda conforme a autora, o termo solidão, pode ser compreendido e estudado segundo diversas disciplinas (filosofia, sociologia e psicologia). Dessa maneira, o conceito da Psicologia definido por Moreira (2006) aponta a solidão como a ausência do outro. Esse processo está diretamente relacionado com o sentimento e a sensação de sentir-se só, podendo emergir mesmo que o sujeito esteja próximo geograficamente de outras pessoas.
- 2 Os dados aqui apresentados são parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA), por Maria Inah Almeida, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Puga, no ano de 2020, intitulado “De vivências e Conversas: O Protagonismo Feminino na Migração Venezuelana”. A pesquisa foi aprovada pelo CEP-CONEP, CAAE 31771420.80000.5016.

informais e em entrevistas. Ao longo dessa trajetória, pudemos perceber que a solidão era um ponto em comum entre as colaboradoras, apesar de estarem, na maioria das vezes, acompanhadas de conhecidos e, até mesmo, de alguns familiares. Contudo, nos momentos de desafios, essas mulheres sentiam-se sozinhas.

A temática da solidão emergiu nas narrativas tanto de maneira implícita, quanto explícita. Algumas entrevistadas falaram abertamente sobre esse sentimento, enquanto outras não faziam uso dessa terminologia, mas, a partir dos relatos, foi possível notar que a solidão também fazia parte daquela fala. Dessa maneira, identificamos alguns aspectos relevantes que contribuíram para o surgimento do sentimento de solidão no contexto estudado.

As migrantes que estão em Manaus com os filhos, afirmam que se sentem sozinhas, pois não podem demonstrar seu sofrimento para que eles também não sofram. Em contraponto, outras mulheres se sentem sós porque os filhos não estão aqui, e a dor da saudade é constante. O fato de ser migrante e chegar a um local desconhecido, cujo idioma é diferente da língua materna, também foi mencionado como causa de solidão.

A narrativa das colaboradoras³ foi de grande relevância para pensar a categoria solidão. À medida que compartilharam conosco as suas histórias de vida, observamos o caminho solitário que essas mulheres percorreram quando se tornaram migrantes. Nesse sentido, a solidão perpassou o projeto migratório, ao chegarem na sociedade de acolhida, as estratégias e as dinâmicas de adaptação à nova realidade migratória.

Buchi Emecheta (2019), autora da epígrafe utilizada nesta introdução, em **Cidadã de Segunda Classe**, faz uso da narrativa ficcional para contar a sua história, dando destaque aos desafios vivenciados por mulheres e como estes são intensificados em contextos migratórios.

Através da personagem Adah, a solidão da mulher migrante ganha visibilidade, pois, mesmo tendo a “companhia” dos filhos e do marido, observa-se que o peso das responsabilidades com os cuidados e o sustento da família tornam-se elementos que contribuem para o surgimento do sentimento de solidão.

A sobrecarga de tarefas e compromissos fazem Adah lembrar que não conta com o apoio de outras pessoas para partilhar essas atribuições. A personagem não tem com quem desabafar e dividir as dores, nem mesmo alguém que lhe seque as lágrimas. A história de Adah confunde-se com a de tantas outras mulheres em contextos migratórios diversos, inclusive com a da própria Buchi Emecheta, escritora nigeriana cuja vida serviu de matéria-prima para a construção de seus personagens.

3 Participaram deste estudo três mulheres migrantes, maiores de 18 anos que residem na cidade de Manaus. Elas foram escolhidas dentre um grupo de 10 mulheres, pois a questão da solidão apareceu de maneira intensa nas suas narrativas.

O autor Celso Castro (2001) nos apresenta um panorama da temática da solidão, partindo de diversos aspectos. Para o ele, o sentimento de solidão pode ser considerado como algo universal, já que todos nós podemos vivenciá-lo em distintos momentos, contextos e em diferentes intensidades, pois, além de nos sentirmos solitários de acordo com a ocasião, também temos consciência da existência de outras pessoas solitárias.

Desse modo, o autor nos apresenta variados tipos de solitários (solitários religiosos e solitários com aversão ao convívio social), e, sobre esse aspecto, apresenta-nos a ideia de *homo solitarius*, destacando a importância de distingui-lo daquele tipo de solitário que se afasta da convivência social por alguma razão peculiar.

No caso do *homo solitarius*, encontramos sujeitos que fazem parte de alguma sociedade ou grupo social, mas a interação com os outros indivíduos podem ser suspensa, intermitente ou pouco densa. Em consonância com o pensamento de Castro (1994), podemos contar com a contribuição do autor Yves de La Taille (2020) que, a partir de sua obra **Paisagens da Solidão**, nos apresenta outras categorias de solidão.

Assim como Castro, Taille distingue as categorias da solidão, as quais denomina como paisagens da solidão, e nos demonstra como essa categoria difere de acordo com a paisagem (contexto e circunstância) da qual faz parte. Dessa maneira, o autor salienta que solidão não pode ser considerada como ausência da presença física ou distância física, pois, para a ele, a relação está diretamente vinculada ao acolhimento, aos tipos de relacionamentos estabelecidos e ao contexto no qual o sujeito está inserido.

Diante do universo existente de significados e implicações que a temática da solidão pode suscitar, se faz necessário situar a realidade das mulheres migrantes nesse debate. Nesse sentido, é importante compreender o lugar e o papel das mulheres na sociedade atual, a fim de trilharmos o caminho que nos aponte as razões que culminam no processo solitário vivenciado diariamente pelas mulheres migrantes, como é o caso das venezuelanas colaboradoras desta pesquisa. Sobre esse aspecto é urgente destacar que mulheres em contextos migratórios são duplamente vulneráveis, primeiro pela condição do gênero e segundo, por serem migrantes (OLIVEIRA; PINTO, 2011).

Para pensar a questão da solidão de acordo com uma perspectiva de gênero, é necessário lançar um olhar sobre as exigências que recaem sobre as mulheres atualmente. Nesse sentido, a mulher, que nos séculos passados era relegada apenas aos afazeres domésticos, vive um processo de sobrecarga de responsabilidades tanto na questão laboral, quanto no âmbito familiar. Com o

aumento de mães solas e mulheres chefes de família, cabe à mulher dar conta de uma série de demandas (familiar, social, emocional e econômica) sozinhas.

Esse cenário reflete também na realidade de mulheres migrantes que, além de vivenciarem desafios na sociedade de destino, também são encarregadas de cuidar da família (no caso daquelas que migram acompanhadas por familiares) e de enviar remessas financeiras para parentes que permaneceram no país de origem.

A partir desse estudo, pudemos constatar que o contexto migratório intensifica e é responsável, em alguns casos, pelo surgimento do sentimento de solidão apresentado por mulheres migrantes.

É fato que a situação econômica precária obriga as mulheres venezuelanas a se separarem dos seus entes queridos, pois nem sempre o recurso financeiro disponível é suficiente para que os familiares emigrem juntos. Logo, a chegada à cidade de Manaus se torna mais desafiadora, o processo de adaptação à nova cultura e à nova realidade leva tempo, assim como a inserção em redes migratórias e, até que elas se sintam parte desse novo contexto, a solidão também se faz presente.

Além disso, a diferença de idioma dificulta o processo de comunicação, o que as impede de expressarem os seus sentimentos ou compartilharem suas angústias com os sujeitos locais.

Vale salientar que mesmo as mulheres que conseguem migrar em companhia de familiares e principalmente dos filhos em determinados momentos são acometidas pelo sentimento de solidão. Nesses casos, a responsabilidade em cuidar da família e tentar tornar a migração para os filhos um processo menos impactante, faz com que essas mulheres fiquem sozinhas para lidar com as suas angústias e desafios internos, pois, a todo momento, elas tentam proteger os filhos da dura realidade migratória. Nessa categoria, também podemos acrescentar as mulheres que são responsáveis por cuidar dos seus pais já idosos, elas também tentam afastá-los o quanto podem das dificuldades provenientes da migração.

Dessa maneira, é visível a importância da temática e da necessidade de trazer à tona essas questões, a fim de se pensar em estratégias em nível de políticas públicas que atuem na promoção de acolhimento e apoio específico a mulheres migrantes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Manaus-AM, entre os meses de maio a outubro de 2020. O trabalho de campo foi desenvolvido a partir da abordagem etnográfica, que nos possibilitou a construção de vínculo de colaboração entre pesquisadoras e participantes (consideradas aqui como colaboradas). Através de

vivências, conversas e observações, as pesquisadoras conseguiram fazer parte de situações sociais diversas nas quais as colaboradoras estavam inseridas.

Nesse aspecto, Mariza Peirano (2014) afirma que o fazer etnográfico pretende lançar um olhar sobre a realidade estudada, sem pré-definições ou paradigmas pré-estabelecidos, na qual o pesquisador tem que realizar a tarefa de transformar em texto as ações vividas. As relações construídas a partir da abordagem etnográfica permitem ao pesquisador realizar reflexões e narrativas como um ator que faz parte do cenário estudado.

Logo, a pesquisa se desenvolveu por intermédio de encontros presenciais e conversas via WhatsApp, pois, por conta da pandemia e da rotina de trabalho intensa das colaboradoras, foi necessário adequar os encontros (virtuais e/ou presenciais) à realidade delas. As entrevistas presenciais foram realizadas na Praça de São Sebastião, local de referência para muitas mulheres migrantes tanto para atividades laborais, quanto para encontros casuais.

Cabe ressaltar que acompanhamos essas mulheres ao longo de 5 meses, então as entrevistas e os dados do presente estudo, não foram coletados em apenas uma entrevista, mas ao longo do processo, do compartilhamento de relatos, conversas, vivências e observações do cotidiano das participantes.

NO SÉ SI SOLA, SINO UN POCO CANSADA: MULHERES MIGRANTES MANTENEDORAS DA FAMÍLIA

Nos séculos passados, as mulheres migrantes foram ocultadas dos relatos e registro históricos, sua presença, nos diversos movimentos migratórios, quando registrada, era vinculada à figura do homem (marido, pai ou filhos), relegando as mulheres migrantes a uma posição de inferioridade (MAGLIANO, 2007). Apenas na década de 80, especificamente no ano de 1984, iniciou-se um processo de entrada das mulheres migrantes nas pesquisas e produções científicas (OLIVEIRA, 2016).

Dessa maneira, as mulheres migrantes vêm alcançando um lugar de relevo nas pesquisas acadêmicas, nas quais destacam-se a importância da sua presença nos diversos movimentos de mobilidade humana e as vulnerabilidades acentuadas pelo contextos migratórios, (OLIVEIRA; PINTO 2011). Dentro desse cenário, também emerge uma perspectiva e uma forma de fazer pesquisas sobre mulheres migrantes que corresponde a “feminização das migrações”, processo no qual os estudos são realizados levando em consideração as demandas e interseccionalidades pertinentes ao gênero (OLIVEIRA, 2016).

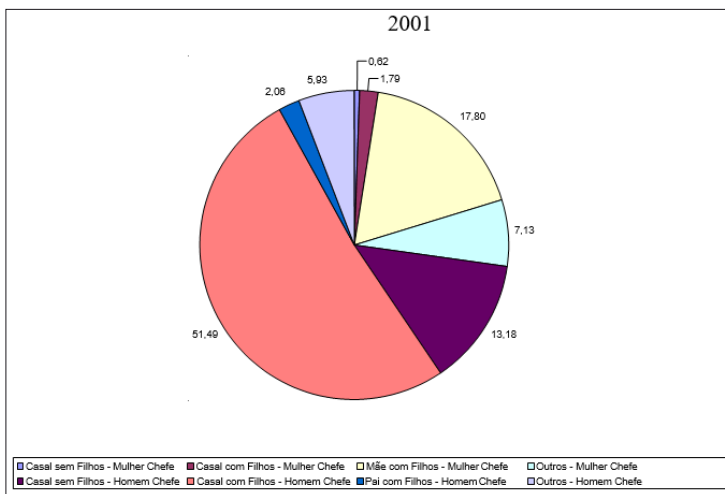
Dessa maneira, é necessário lançar um olhar sobre o novo *status* da mulher na sociedade atual, as responsabilidades e as demandas com as quais precisam lidar atualmente. As mulheres migrantes venezuelanas que participaram da pesquisa são mulheres solteiras, de faixa etária entre 30 e 55 anos, responsáveis por manter a integridade familiar, pois, além da questão financeira, cabe a elas dar conta também das questões emocionais e cotidianas (trabalhos domésticos de cuidados com os filhos e com a casa). Para adentrar essa temática, vamos iniciar a discussão pelo cenário das mulheres brasileiras “chefes de família”.

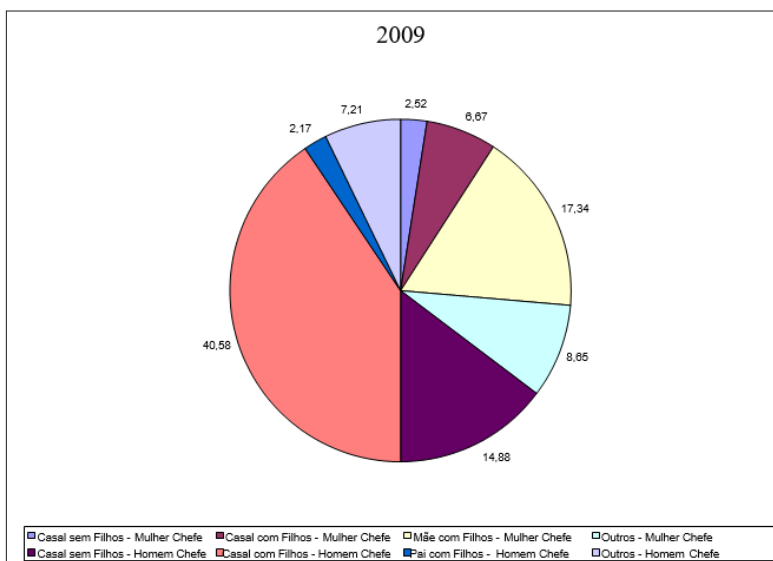
Entre os anos de 2001 e 2009, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA realizou uma pesquisa sobre o crescimento de lares chefiados por mulheres. O intuito da análise, intitulada Pesquisando a Chefia Feminina, objetivou identificar o perfil, o nível de escolaridade e as possíveis razões que contribuíram para o aumento do quantitativo de mulheres chefes de família. De acordo com a pesquisa, a denominação chefe de família corresponde a:

O reconhecimento como chefe da família pode ser dado a quem assume a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos ou, ainda, a quem responde mais fortemente pela manutenção econômica do lar (IPEA, 2010, p.7).

Os dados apresentados pelo IPEA (2010) apontam que, durante o período de (2001-2009), o número de mulheres chefes de família subiu de 27% para 35%.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das famílias por tipo e sexo da pessoa de referência – Brasil, 2001 e 2009 (em %).





Fonte: Cadernos do Ipea (IPEA, 2010, p. 6)

Observou-se que, apesar dessa ascensão, a mulher permanece em situação de disparidade salarial em relação ao homem, mesmo possuindo a mesma escolaridade e grau de instrução. Um ponto de grande relevância descrito pelos pesquisadores foi a detecção da utilização do conceito “pessoa de referência” no lugar de “chefe de domicílio”, sendo considerado proveniente de uma matriz cultural dominante.

De acordo com os gráficos acima, podemos observar mudanças nas configurações familiares, transformando os dados sociodemográficos como: diminuição da taxa de fecundidade, redução do tamanho das famílias e maior expectativa de vida para as mulheres em comparação aos homens, dentre outros. É importante observar que o gráfico nos apresenta um panorama para além das informações estatísticas, desse modo, como consta no Cadernos do Ipea N° 65, (IPEA, 2010) podemos salientar a mudança de atribuições que são delegadas às mulheres, ressaltando a sobrecarga de trabalho, tanto no caso das mulheres solteiras quanto das casadas, as quais precisam lidar com o aumento das tarefas domésticas e laborais acumuladas, levando-as a lidarem com uma dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa.

A quantidade de mulheres chefes de família aumenta constantemente. Em 2015, segundo IPEA, 40% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres.

Atualmente, com a chegada da pandemia do COVID 19 (2020), essa realidade veio à tona de maneira significativa, exemplo disso corresponde ao Auxílio Emergencial Liberado pelo Governo Federal para atender as famílias que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade. Nesse aspecto, o Governo Federal considerou como prioridade as mulheres chefes de família, incluindo as mulheres migrantes. Estima-se que 6 milhões de mulheres receberam o auxílio durante a pandemia (GOV.BR, 2020).

Sobre a questão do acúmulo de trabalho que acomete as mulheres na sociedade ocidental contemporânea, Londa Schiebinger (2001), através do seu livro intitulado *O Feminismo Mudou a Ciência?*, nos apresenta uma análise sobre o conceito de feminismo e suas diferentes correntes, além de situar o papel das mulheres no âmbito profissional (destaque para mulheres cientistas e o seu papel na academia) e doméstico, ressaltando as discrepâncias ainda existentes entre homens e mulheres, pois os homens ainda permanecem em posição de privilégio. Nesse sentido, a autora salienta:

Uma mulher que se encarrega da vida doméstica pode competir profissionalmente com um homem ou mulher que não o fazem? À medida que as mulheres começaram a tomar seus lugares nas profissões, certos aspectos da vida profissional foram reformados. A esfera doméstica, entretanto, nunca foi submetida à ação afirmativa ou emendas legislativas que requerem a redistribuição do trabalho doméstico. As mulheres em relações heterossexuais geralmente permanecem – de modo relutante ou não – encarregadas da família e do lar. Em consequência, as mulheres que saem para trabalhar acrescentam uma profissão exigente ao que costumava ser considerado um trabalho de tempo integral (SCHIEBINGER, 2001, p. 182)

A partir da perspectiva apresentada por Schiebinger, podemos identificar como a estrutura patriarcal permanece vigente e, assim como acontece com as mulheres brasileiras, também podemos observar as mulheres migrantes venezuelanas submetidas a esse sistema desigual.

A sobrecarga de trabalho e os cuidados com a família, sem alguém para dividir as despesas e responsabilidades familiares, também foi identificado (em trabalho de campo) como elementos que fazem parte do cotidiano das mulheres migrantes colaboradoras desta pesquisa. Mesmo vivendo com a Pandemia da COVID19, essas mulheres se desdobram e seguem sozinhas, batalhando pelo sustento da família.

EL ENCUENTRO CON LA SOLEDAD

No ano de 2016, foi criado, na Inglaterra, pela deputada Hellen Joanne, o Ministério da Solidão, o qual foi efetivado em 2018 por Theresa May (Primeira Ministra). A justificativa para a efetivação de tal projeto foi o impacto da solidão sobre a saúde, pois, segundo as estatísticas, em um intervalo de 30 dias, mais de um quinto das pessoas não se comunicavam com outras.

Desse modo, a primeira-ministra inglesa demonstrou preocupação, identificando este como um fenômeno de extrema importância social que não escolhe público ou classe social, podendo atingir qualquer pessoa. Assim, torna-se uma emergência em saúde (LA TAILLE, 2020).

O autor também nos chama a atenção para a Inglaterra, onde, atualmente, existe a necessidade de se discutir a temática da solidão, nas esferas psicológica, sociológica, antropológica e filosófica, mas também como uma demanda de saúde e relevância social. Dessa forma, na mais recente obra do autor, denominada **Paisagens da Solidão**, La Taille nos apresenta diferentes circunstâncias e contextos em que a solidão pode ser encontrada e vivenciada. Inclusive, o autor nos alerta:

O contrário de solidão, portanto não é presença física, do mesmo modo que distância física não é necessariamente solidão. Nesse sentido, solidão e acolhimento são os pontos extremos da tensão elementar do ser humano. É a incomensurável rede de elementos culturais que se incorporam a nós e constituem o que os alemães designam como *Heimat*, ou seja, o lugar onde as pessoas se sentem em casa, acolhidas, partilhando sentimentos comuns. Daí a razão de dizer que a morte não nos leva apenas alguém, mas também um pedaço da gente da qual sempre sentiremos falta. (2020, p. 165)

La Taille dialoga com Bauman (2007) quando se refere à liquidez das relações sociais e afetivas, estabelecidas na contemporaneidade. Segundo La Taille, rompem-se “laços permanentes, sinceros e desinteressados de solidariedade”. Com essa afirmação, o autor se refere às relações atuais que estão sendo pautadas nos interesses econômicos e materiais:

A pandemia da solidão é o sinal de alerta de que fomos longe demais com o materialismo egoísta e interesseiro que tornou o ser humano não só subserviente, mas supérfluo, como objetos qualquer, as pessoas se tornam descartáveis, marginais, solitárias (2020, p. 178)

Perante essa perspectiva, La Taille faz uma distinção importante entre o conceito de *solitud*, o qual, segundo ele, corresponde a um momento individual de estar só por escolha, um momento que é vivenciado por sentimentos de satisfação, e solidão, a qual está vinculada à dor, à tristeza do vazio, à carência de autoridade. O sentir-se só da solidão gera o sentimento de tristeza.

Segundo Castro (2001), o sentimento de solidão é algo universal que pode ser sentido em diferentes proporções, entretanto todos nós o conhecemos, sentimo-nos solitários em determinados momentos da vida, pois, em todas as sociedades humanas, existem momentos específicos em que o indivíduo está só, no sentido de estar distante dos seus semelhantes (rituais religiosos ou rituais presentes em sociedades primitivas).

O autor quer dizer que a solidão, nesses casos, é predeterminada e momentânea, tem um prazo para acontecer. Ao contrário do que podemos pensar da solidão na modernidade, na qual podemos observar indivíduos que, apesar de fazerem parte de determinada sociedade e de terem convívio social, ainda assim sente-se só. Castro (2001) relata que:

Não é dessa experiência que estamos falando. Nossa ideia moderna de solidão envolve a possibilidade de que, mesmo no decorrer normal da vida cotidiana a interação com outros indivíduos seja suspensa ou ocorra de forma intermitente, pouco densa. Para alguns, a ausência de interações com um razoável grau de intimidade parece ser crônica, permanente. Esse é o indivíduo solitário por excelência, aquele que, disso gostando ou não, sente-se como o solitário. (p. 01)

Sobre esta alegação, Castro inicia a discussão sobre o conceito de *homo solitarius*, o qual, segundo o autor, difere de outros conceitos de solitários: os religiosos (que se isolam da sociedade com um determinado objetivo, cumprir rituais ou realizar atividades espirituais) e os que evitam a sociedade por ódio ou aversão (sujeitos que evitam o convívio ou as relações sociais por escolha). Segundo o autor, para compreendermos o *homo solitarius* é importante observar a relação entre individualismo e solidão. Um dos alimentos da sociedade moderna é o aparecimento do individualismo como processo histórico e, por conta disso, a solidão passa a adquirir um novo aspecto.

Nesse sentido, ela não está mais restrita a espaços, como bibliotecas, mosteiros, dentre outros, ou a períodos determinados, como ocorria nos séculos passados. Ela agora está estritamente vinculada à dinâmica das relações cotidianas dos indivíduos, que, em maior ou menor proporção, está presente

na vida de todos. Os desafios impostos pela sociedade atual levam o homem metropolitano a desenvolver estratégias para se preservar desses desafios, evitando envolvimento emocional e interações sociais. O autor salienta que:

Quando falamos em *homo solitarius* estamos nos referindo, portanto, a diferentes graus de intensidade e intimidade vivenciados nas interações sociais, e não à ausência de interações. Esse fato é essencial para compreendermos o mundo do solitário. (p. 08)

A partir da perspectiva do *homo solitarius*, podemos pensar a solidão de acordo com a realidade das mulheres migrantes, na qual as interações com outros indivíduos são comprometidas por circunstâncias específicas (diversidade: cultural, linguística, hábitos e costumes).

La Taille considera a solidão também como falta de acolhimento e definiu uma paisagem da solidão específica que descreve a solidão vivenciada por migrantes, os quais ele denominou “os que são de lá”. Segundo ele, esse grupo social sofre de um tipo de solidão específica que ele denomina como solidão intelectual:

A solidão intelectual pode decorrer não de carências, e sim da posse de conhecimentos que não podem ser compartilhados pelo grupo social no qual se vive. Por exemplo, imaginemos alguém com bons conhecimentos em música, mas que não encontra ninguém em seu entorno com quem estabelecer trocas intelectuais a respeito desse tema. (2020, p. 462).

A solidão intelectual apresentada pelo autor não tem relação com capacidades cognitivas ou nível de escolaridade. O autor utilizou esse exemplo para demonstrar como o imigrante se sente ao chegar em uma nova sociedade. Inicialmente, eles não conseguem compartilhar elementos habituais de sua cultura – como música –, e a ausência de pessoas com quem conversar sobre esses assuntos pode gerar o sentimento de não pertencimento.

Segundo o conceito de solidão estabelecido por La Taille e Castro, podemos identificar a solidão através da narrativa das mulheres migrantes venezuelanas que participaram desse trabalho.

No ano de 2017, a cidade de Manaus recebe uma quantidade expressiva de migrantes Venezuelanos, provenientes de diversas regiões da Venezuela, homens, mulheres, idosos e crianças foram obrigados a deixar o seu país de origem para tentar uma melhor qualidade de vida na cidade brasileira (GODINHO,

2018). A chegada dos venezuelanos à cidade nos chamou atenção pela relevante presença feminina, foi possível observá-la, aos poucos, conquistando espaço em diversos contextos. Inicialmente acampadas na Rodoviária, em sinais de trânsito, na companhia dos seus filhos, pedindo dinheiro ou qualquer tipo de ajuda.

Com o passar do tempo, tornou-se possível encontrar essas mulheres também em supermercados, lanchonetes, salões de beleza, no centro da cidade vendendo diferentes tipos de produtos. Foi essa forte presença que nos inquietou e nos levou a realizar o presente estudo. Dessa maneira, durante o trabalho de campo, pudemos acompanhar a rotina intensa de trabalho dessas mulheres e a preocupação com seus entes queridos. Tornando-se claro, nos encontros, que, entre a saudade dos seus familiares que ficaram na Venezuela e a necessidade de prover a família, a solidão esteve presente em muitos momentos, como podemos vislumbrar nas narrativas que se seguem de Nelysmar, Daniela e Angélica.

Nelysmar, 53 anos, uma jovem senhora formada em direito e educação, solitante de refúgio e residente da cidade de Manaus, é um exemplo de “pessoa de referência”. Ela era casada, mãe de 3 filhos adultos (25, 28 e 30 anos) espalhados em diferentes países, a mais nova estava na Venezuela, o do meio na Colômbia e o mais velho em Boa Vista, mas, ao final da entrevista, ele havia chegado em Manaus. É importante ressaltar que, além da questão da crise econômica, o que a levou a migrar foi a falência do matrimônio.

Inicialmente, Nelysmar viveu um período em Boa Vista, depois decidiu ir a Manaus, onde construiu um vínculo de colaboração com outros três migrantes, dois homens e uma mulher, os quais se propuseram a dividir o apartamento com ela. Apesar disso, ela se sentia sozinha, e a estratégia utilizada por ela foi trabalhar à exaustão para, ao chegar em casa, dormir sem ter tempo de lembrar da solidão. Também o fato de dividir o apartamento a incomoda, pois ela sente que sua privacidade é invadida, e tenta resolver isso colocando um lençol para separar seu espaço.

Em 2016, ela veio ao Brasil de férias, retornando de vez em 2017, quando fixou residência no país. Em Manaus, ela trabalha como autônoma, vendendo café e outras bebidas. Seu trabalho, porém, é diferenciado de outros vendedores, pois, ela oferece o café e sua atenção ao seu cliente, conversando e ofertando um momento único a ele ou ela. Inclusive, tomar café tornou-se um verdadeiro ritual antes das entrevistas, já que, antes de nossos encontros ela sempre oferecido café, o qual era compartilhado tanto por Nelysmar quanto por sua companheira de carrinho, também venezuelana. Só após o primeiro gole de café, iniciavam-se nossas conversas. E podemos observar que outras pessoas também iam lá para

conversar. Esse eram os momentos em que ela não se sentia sozinha, pois tinha sempre alguém para compartilhar suas vivências e suas histórias. Entretanto, o retorno para casa era sempre algo doloroso, pois a solidão a acompanhava.

Durante as entrevistas com Nelysmar, as quais foram de relevante importância para o presente trabalho, a demanda da solidão apareceu de forma bastante intensa, tanto na narrativa quanto na observação de sua rotina. Observamos que o sentimento de solidão foi intensificado quando ela se deparou com as contingências migratórias, pois ela já vivia em solidão na Venezuela, por conta de um casamento infeliz, porém, ao migrar, esse sentimento foi intensificado.

Nelysmar vive em um bairro próximo à Praça São Sebastião (cerca de 20 minutos de distância) e subia a ladeira, todos os dias, com um carrinho no qual ela vendia bebidas, refrigerante, suco, água e café — o seu produto principal. O carro era pesado e ela contava, muitas vezes, com a ajuda de seu colega, uma das quatro pessoas com quem dividia a moradia. O percurso até a praça era cansativo, principalmente no horário de meio-dia. Na praça, ela se acomodava próximo a outros ambulantes venezuelanos e ficava de meio-dia até às 22h.

Ao me contar sobre sua vida, pude perceber que o sentimento de solidão faz parte de sua realidade, como podemos perceber na fala a seguir:

[...] momento fuerte verme llegar en las noches a un sitio donde nadie te está esperando. A veces añoras estar solo. Pero una cosa es soledad y otra cosa es estar solo en la mente. Entonces me saturaba de trabajo. Yo trabajaba en Boa Vista, en la plaza de El Agua. Llegaba a la habitación a eso de las diez y media de la noche, a bañarme y acostarme a dormir para no pensar que estaba sola en Brasil. Y cuando estaba viviendo en la feria de la Banana [...] con mi otro compañero [...] Salíamos por allí a buscar sopa, salíamos a buscar meriendas, hablábamos, reíamos igual llegábamos tarde a la habitación, porque es como una alegría falsa. Por fuera te distrae un poco cuando llegas a la habitación te das cuenta que estás sola. (NELYS-MAR, julho, 2020)

Assim como Nelysmar, Daniela, jovem de 32 anos, proveniente de Maturín, residente (possui residência temporária) migrou para a cidade de Manaus sozinha, pois não via mais possibilidade de crescimento e melhora na remuneração para a atividade que desempenhava em seu país.

Daniela era professora no Liceu e, por conta do regime político de seu país, decidiu migrar para o Brasil em 2019. Sua irmã por parte de pai tinha vindo anteriormente e a convidou para que viesse também. Nas diversas oportunidades de encontro com Daniela, ela relatou como se sentia só para lidar com os problemas

que surgiam em seu dia a dia. Dessa forma, quando questionada sobre o sentimento da solidão, ela respondeu da seguinte maneira:

Bueno, María, es así como tú sabes mi historia. Yo emigré, ya mi hermana me estaba esperando aquí, pero una vez que yo conseguí empleo, prácticamente yo me distancié de mi hermana. Ella trajo a su familia, también a su esposo y, que broma, yo no podía estar en la misma casa. Aparte que yo soy un tipo de persona que me gusta ser independiente y no me gusta molestar a las demás personas. Pues entonces por eso yo no quería estar. Tenía. Quería tener mi espacio. Bueno, con respecto a que, si me sentía sola, sí muchas veces, yo aún me siento sola. Pero es por ese mismo motivo de extrañar a la familia y otras cosas, lo que interfiere con uno como emigrante cuando uno está comenzando. Imagina la situación en la que está Latinoamérica. Uno precisa una ayuda, ¿no?, ayuda porque es más fácil compartir los gastos con otra persona y así tú ahorras un poco más, y te da más para ayudar a otras personas, como ejemplo, en mi caso mi familia, pues entonces. Este, sí, en realidad sí, sí, sí, muchas veces me sentí, ¿no? No sé si sola, sino un poco cansada, pues, y debido a esa cuestión, pero el cansancio es más que todo un cansancio mental, te pones a pensar así, si consiguiera otra persona, o por ejemplo, si tuvieras un marido, o si tuviera una persona que viviera contigo, que te ayudara más en los gastos, en la cuestión de la luz y todo eso, sería más fácil para uno como emigrante. [...] Otro tipo de soledad sería aquella la cual experimentas cuando sientes que no hay nadie allí de tu familia, de tu mamá, de tu hermano, de toda tu familia en general, sobre sobre todo los que más convivieron contigo. Entonces muchas veces te pones a pensar eso y eso a veces te genera un cierto tipo, como que no me siento sola, sobre todo también en las fechas y especiales, como por ejemplo Natal Semana Santa, que son fechas donde más la familia se encuentra unida, y es así en un domingo. Ese tipo de soledad también. Yo considero que hay dos tipos de soledad que aquella en mi caso, que, si a veces me siento como que sola en el que necesito una ayuda, no sé si me estás entendiendo. Y también aquel tipo de soledad en el cual quieres ver a tu familia, compartir con tu familia o vivir aquellos momentos que alguna vez en tu vida viviste con tu familia. Entonces es eso lo que yo he sentido (DANIELA, agosto, 2020).

Angélica, 38 anos, proveniente de Valência, também residente da cidade de Manaus, quando migrou, em 2017, para o Brasil, teve que deixar seus três filhos na Venezuela. Desde nossos primeiros encontros, ela sempre falava com tristeza desse momento de separação. Ao começar a trabalhar, Angélica começou a juntar dinheiro para trazer seus filhos (de 18, 16 e 10 anos) para o Brasil. Durante nossos encontros, sempre que Angélica narrava um problema ou situação

desafiadora, ela repetia a frase *yo estoy sola*. Essa afirmação era expressa como forma de protesto, pois ela achava tudo mais difícil por se sentir sozinha para solucionar os problemas. Ao ser questionada sobre sua situação de solidão, ela fez o seguinte relato:

con respecto a la soledad, las mujeres inmigrantes sí, yo me he sentido sola, porque cuando eres inmigrante y vas a otro país, en especial las mujeres, que somos un poco más sentimentales que los hombres, dejamos en Venezuela nuestra familia, dejamos en Venezuela a nuestros amigos, dejamos en Venezuela a nuestros compañeros de trabajo, dejamos en Venezuela nuestros recuerdos. Entonces sí, sí me he sentido sola, ¿no? Bueno, como mencioné anteriormente, sí me he sentido sola porque en Venezuela ya yo tenía mi vida, pues fue donde nací, donde me crié y ya tenía mis amistades sinceras, tenía mi familia, mis hijos. En mi caso tenía mi casa donde siempre viví, que me gustaba mucho. Tenía mis amigas de la infancia, tenía el trabajo que me gustaba. Son cosas que ni con dinero tú puedes llenar, pues entonces siempre vas a tender a sentirte sola.

Si la mayoría de inmigrantes se sienten solas y debido a la situación de Venezuela, que el dinero muchas veces no alcanza para que salga la inmigrante con su familia completa o con su esposo, entonces este es. Muchas inmigrantes llegan solas aquí sin su familia. Como en mi caso que yo llegué sola. Estuve aquí sola por un año y medio y después fue que solamente pude traerme a mi hijo José. Entonces, la mayoría de las inmigrantes por lo general siempre vienen con su esposo y dejan a sus hijos en Venezuela y los traen después. O simple y llanamente se tienen que venir ellas primero, porque es más fácil para las mujeres conseguir trabajo y cambiar todo su entorno de vida, sus costumbres, su casa, su condición social, todo eso. Se sienten bastante solas.

¿Si la soledad es una realidad?, es una realidad latente que crea muchas veces problemas emocionales, problemas psicológicos, porque a esto se une la ansiedad, la depresión. Por ejemplo, en mi caso, que soy bastante equilibrada y aunque me he esforzado por ayudar a otras personas, que eso llena un gran vacío en mí, Pero la mayoría de las inmigrantes, si sienten esa realidad de sentirse sola. Porque como te mencione, esto de la migración no solamente afecta a la parte económica, sino también la parte emocional, lo que tiene que ver con los sentimientos (ANGÉLICA, outubro, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de 5 meses, acompanhamos Nelysmar, Daniela e Angélica. Nelysmar e Daniela com menor frequência. Já Angélica, com maior frequência, compartilhando diversas situações e vivências cotidianas. Essas mulheres têm

em comum a responsabilidade de manterem financeiramente as suas famílias. Tanto Nelysmar quanto Angélica possuem filhos que estão com elas no Brasil e outros deixados no país de origem. Daniela não tem filhos, mas é responsável por enviar ajuda financeira para a família na Venezuela.

Todas possuem uma rotina difícil, sempre preocupadas em enviar remessas⁴ para as famílias, além de se preocuparem com os impactos da migração em seus filhos e familiares. Então podemos mapear que a solidão faz parte da vida delas nas seguintes dimensões: individual, emocional, familiar e cultural.

Assim como as chefes de família brasileiras, as migrantes venezuelanas acumulam atividades laborais e domésticas. Pensando em preservar a família, quando sentem-se tristes ou apresentam algum tipo de emoção negativa, elas não contam com o apoio dos familiares, pois passam a impressão de que tudo está bem e sob controle, sofrendo sozinhas.

Outro aspecto importante é a dimensão familiar, na qual também existem problemas, com companheiros ou filhos, e, como elas estão sem uma rede de apoio, a demanda se torna muito solitária, pois, apesar de fazerem amizades aqui, não se sentem à vontade para compartilhar situações mais íntimas. Para aquelas que vieram sozinhas, tem também a saudade dos familiares que ficaram na Venezuela.

Sobre as dimensões social e cultural, as migrantes sentem falta de determinados eventos e datas comemorativas de seu país, de escutar músicas específicas que não encontram nas rádios brasileiras, e a falta desses elementos culturais também ocasiona a solidão, além da dificuldade enfrentada por aquelas que não falam bem o português e não fazem parte de nenhuma rede de apoio migratório e sentem-se só por não conseguirem estabelecer relações sociais.

Logo, a realidade das mulheres migrantes venezuelanas em Manaus apresenta uma importante representação da mulher contemporânea, a qual precisa dar conta de diversas demandas, tanto no âmbito profissional quanto pessoal, porém, verificamos que essas questões são intensificadas quando observamos a realidade das mulheres migrantes venezuelanas chefes de família. Nesse sentido, essa realidade torna-se propícia a desenvolver situações que culminam com a solidão como sentimento presente na vida cotidiana dessas mulheres. Portanto, é notável

4 As remessas financeiras são quantias específicas de dinheiro que são enviadas para familiares que permaneceram nos seus países de origem. As remessas movimentam a economia tanto do destino migratório quanto do país de origem, inclusive alguns países como El Salvador dependem das remessas financeiras que são fornecidas pelos Salvadorenos que imigraram, dessa forma essas remessas são responsáveis pelo Produto Interno Bruto do País (VITORINO, 2012).

a necessidade de suscitar discussões e reflexões sobre a temática da solidão presente no contexto migratório de mulheres, observando os impactos causados por esse sentimento, a fim de se pensar em estratégias a nível de políticas públicas que atuem na promoção de acolhimento e apoio específico a mulheres migrantes.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

CASTRO, Celso. Homo solitarius: notas sobre a gênese da solidão moderna. **Interseções – R.de Est. Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v.3, nº 1, p.79-90, jan./jun.2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6791/461.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 de jul. 2019.

EMECHETA, Buchi. **Cidadã de Segunda Classe**. Trad. Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. 06 mar. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526&-catid=10&Itemid=9. Acesso em: 01 jul. 2019.

GODINHO, Luiz Fernando. **Manaus Reabre Abrigo Público para Acolher Venezuelanos Vindos de Boa Vista**. ACNUR Brasil, 5 set. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/23/oito-filmes-para-entender-os-desafios-enfrentados-pelos-refugiados/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

LA TAILLE, Yves. **Paisagens da Solidão**. Aamericana- SP: Editora Adonis, 2020.

MAGLIANO, Maria José. Mujeres, Migración y Roles de género. El caso de la migración boliviana hacia Argentina. **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História**. Tucumán, 2007. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-108/162>. Acesso em: 01 jul. 2019.

OLIVEIRA, Márcia Maria. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria; PINTO, Renan Freitas. Feminização e Vulnerabilidades da Migração Internacional da Tríplice Fronteira, Brasil, Peru e Colômbia. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente (orgs.). **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é Método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul. /Dez, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNAD 2009 – Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. **Comunicados do Ipea**, nº 65. 11 nov. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

GOV.BR. Gobierno do Brasil. **Seis milhões de mulheres chefes de família receberão Auxílio Emergencial**. 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/04/seis-milhoes-de-mulheres-chefe-de-familia-receberao-auxilio-emergencial>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru/SP: EDUSC, 2001

TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente. (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

VITORINO, Juliana Mércia Guilherme. **O Papel das Remessas Familiares na Economia de El Salvador: Um Dimensão de Gênero**. 2012. 100 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas-UFPE, Recife, 2012.

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA DO CENÁRIO AO ACOLHIMENTO: CONTEXTO INICIAL, RESPOSTAS BRASILEIRAS À DIÁSPORA VENEZUELANA E ANÁLISES TEÓRICAS DE FATORES DE PERPETUAÇÃO¹

*Denise Figueiró Mendes
Regina de Paula Medeiros
Duval Magalhães Fernandes*

INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório internacional, na contemporaneidade, cresceu em complexidade e amplitude (NOLASCO, 2016) e em heterogeneidade (MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018), evoluindo para outros enquadramentos legais e para novas motivações, não só para os indivíduos que decidem embarcar nesse processo, mas, também, para instituições e empresas, seja por algum tipo de oportunidade ou para dar auxílio e acolhimento àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O século XXI – considerado o século das migrações – novas mobilidades da migração internacional emergiram-se, “com novas fases e faces da migração internacional, tais como a migração de retorno e a reemigração” (MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018, p. 82).

Contribuindo, Braga (2011, p.84) cita que “os movimentos de população sofreram profundas alterações ao mesmo tempo em que se assistia importantes transformações na realidade econômica, política e social em parte significativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento”, fazendo-se necessário produzir informações “para que se possa construir um melhor conhecimento a respeito do comportamento das migrações nos últimos anos, sejam esses deslocamentos de caráter interno ou internacional”.

1 Esse estudo é um recorte da comunicação de pesquisa realizada para qualificação da Tese de Doutorado da autora, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG, tendo os coautores como orientadora e coorientador, respectivamente.

Assim, para Nolasco (2016), a mobilidade tem consequências sociais, pois altera os contextos de relacionamento social do indivíduo migrante, modificando seu estatuto social e jurídico, e, também, exibindo relações sociais de vários tipos (MANDERSHEID, 2014), além desse processo ser interpretado de diferentes maneiras, devido suas novas formas, variação de fluxos, intensidades e direcionalidades.

Isso é contemplado por Nail (2015) ao assegurar que os migrantes não são semelhantes em seus movimentos; enquanto que para alguns o movimento pode oferecer uma oportunidade, recreação e lucro – de configuração temporária –, para outros pode ter um caráter restrito e arriscado – de configuração mais rigorosa e permanente. Para o autor, na contemporaneidade, grande parte das pessoas se enquadram nas duas configurações e compartilham, em algum momento, a experiência que seu movimento resulta: um certo grau de expulsão do seu *status* territorial, político, jurídico ou econômico; complementando, ainda, que a migração é sempre um risco, pois o processo pode resultar em algum tipo de perda.

Sobre os estudos migratórios internacionais, Gomes (2005, p. 275) assinou que grande parte do seu foco está em análises demográficas, econômicas e sociológicas: “os modelos de explicação causal se concentram exclusivamente nos efeitos que as flutuações do mercado de trabalho, as taxas de crescimento demográfico e a criação de redes sociais trazem para a variação das taxas de imigração”; e que os objetivos dos trabalhos acadêmicos sobre as migrações internacionais se limitam a entender as razões que levam o indivíduo a emigrar, “contentando em descobrir quais são os fatores capazes de puxar o imigrante para a comunidade de adoção, a ponto de ter a vontade de aí estabelecer uma residência” (GOMES, 2005, p. 279).

De forma similar, Nolasco (2016) corrobora que as teorias mais recorrentes sobre migração tratam suas causas e consequências, sendo necessário sugerir uma teoria geral das migrações que, como já ponderado por Baganha (2001a): uma só teoria, coerente e articulada, que integre os fatores microestruturais (o contexto de recepção ou o capital social dos imigrantes nos diversos modos de incorporação na sociedade de acolhimento), e, também, macroestruturais (principalmente o papel que o capitalismo tem a nível global no desencadear de fluxos migratórios ou a regulação estatal desses mesmos fluxos). Porém, para a autora, devido à complexidade e dinâmica das migrações internacionais é pouco provável que uma teoria geral venha a ser elaborada.

Em consonância com Baganha (2001a), Nolasco (2016, p. 12), indica que “...leituras teóricas das migrações, desde as interpretações clássicas às que observam as novas formas de mobilidade (...)” se complementam entre micro e

macroleituras e pontos de interseção disciplinares. Assim, ao propor um “mapa tipológico das migrações”², o autor afirma que a variável ‘espaço’ deve ser cruzada com a variável ‘tempo’ e as várias camadas da espessura social, dando origem a diversos tipos de migrações.

Silva (2015) também concorda que as diferentes teorias que surgiram para explicar as migrações se complementam, e alega que:

O desenvolvimento teórico do tema migrações permeou as mais diversas ciências de base humana, contando com análises ora econômicas, ora sociológicas, ora geográficas. Mudava-se a tradição científica para entendimento do fenômeno, mas o objetivo era sempre o mesmo, compreender a complexidade do movimento humano pelo espaço (SILVA, 2015, p. 36).

Também para Massey, Arango, Hugo, Kouaouci, Pellegrino e Taylor (2005), as diversas propostas das teorias migratórias explicam o mesmo fenômeno, mas por perspectivas diferentes, o que não invalida suas possibilidades analíticas.

A migração é um processo relacional que implica deslocamentos e interações sociais entre as pessoas que compõem o contexto do país de origem e do país receptor. Nessa perspectiva, é um projeto coletivo de trocas sociais.

Nesse artigo a nossa proposta é apresentar o panorama da situação política socioeconômica da Venezuela que motivou a emigração, a recepção no Brasil com base no Programa de Interiorização do governo federal – um dos pilares da “Operação Acolhida” –, a atuação e contribuições das principais instituições e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e analisar a migração venezuelana sob a perspectiva das teorias Dos Sistemas Migratórios, Do Capital Social e Transnacional.

A partir das principais ideias apresentadas por essas teorias e o contexto social da Venezuela, buscou-se relacioná-las a migração venezuelana, articulando fatores micro e macroestruturais, e como algumas das principais instituições e organizações envolvidas nesse contexto se organizam e se conectam para receber, amparar e acolher os imigrantes e refugiados venezuelanos que aderem ao Programa de Interiorização do governo federal, na sociedade de destino final.

RUIM LÁ, MELHOR AQUI! (?)

A Venezuela sempre foi um país tradicionalmente de imigrantes, acolhendo migrações de todo o mundo (muitos de países europeus e da América Latina), e,

2 Ver “Mapa Tipológico das Migrações”, Nolasco (2016, p. 8).

nas últimas duas décadas, devido à crise que se estabeleceu no país, “resultado combinado de quase duas décadas de má gestão econômica, queda dos preços do petróleo, deterioração das instituições democráticas e insegurança” (PÁEZ, 2017, s/p) [tradução nossa], reverteu-se em um país de emigração, representando uma ruptura incomum na sua tradição histórica.

Páez (2017) salienta que as raízes econômicas da crise que abarcou a Venezuela vêm do modelo de socialismo do século 21 – imposto pelo presidente Hugo Chávez (1999-2013) – sucedido por Nicolás Maduro (2013-atual) que, em grande parte, continuou com o seu projeto político, mantendo a mesma situação com: deterioração dos salários e do poder de compra; escassez de alimentos e medicamentos; aumento drástico da inflação (resultando preços altíssimos de bens básicos e, conseqüentemente, na fome e desnutrição generalizadas³); queda do emprego privado, o que fez com que aumentasse o desemprego e o trabalho informal; queda acelerada dos índices de liberdade de expressão e propriedade privada (PÁEZ, 2013), dentre outras, gerando “efeitos paralisantes na vida dos venezuelanos comuns”. Conforme o autor, “a situação venezuelana é melhor resumida em uma frase dolorosa popular nas redes sociais: ‘A única geladeira cheia é a do necrotério’” (PÁEZ, 2017, s/p).

Peñalver e Páez (2017), através do projeto de pesquisa intitulado ‘*La Voz de la Diáspora*’, realizaram um estudo que caracterizou a diáspora venezuelana em três fases: 1) os imigrantes que saíram do seu país em busca de uma melhor vida e que, devido a sua alta capacidade e competência profissional têm conseguido melhores oportunidades nos países de destino; 2) os que saíram e continuam a sair numa condição forçada – de expulsão –, composta por uma população com menos ou nenhuma qualificação profissional; 3) os que continuam a sair e que chegam em destinos diversos em condições de alta vulnerabilidade⁴.

3 A “Pesquisa Nacional de Condições de Vida 2019-2020”, do Projeto Encuesta Nacional de Condiciones de Vida - ENCOVI, detectou que em cada quatro famílias venezuelanas, em pelo menos uma, a Insegurança Alimentar (IAS) é grave. Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acesso em 15/8/2021.

4 Em notícia publicada no dia 29/7/2021 pelo jornal venezuelano “Descifrado”, um grupo de trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Crise dos Migrantes e Refugiados da Venezuela, publicou um relatório sobre a existência de migrantes e refugiados venezuelanos que percorrem mais de 3.500 quilômetros a pé, muitas vezes descalços (conhecidos como “**caminhantes**”), que expressaram terem sido forçados a abandonar o seu país, essencialmente por cinco razões: emergência humanitária complexa, violação sistemática dos direitos humanos, insegurança, colapso de serviços básicos e alto custo de vida. Notícia disponível em: <https://www.descifrado.com/2021/07/29/advierten-que-exodo-venezolano-podria-alcanzar-los-7-millones-para-inicio-del-2022/>. Acesso em 15/8/2021.

A primeira fase, ocorrida no período de 2000 a 2012, denominada ‘Em busca de novas oportunidades’ revelou que a emigração venezuelana foi formada por profissionais de renda média e alta, com alto nível de escolaridade, empresários e estudantes, que deixaram seu país por razões de insegurança, sistema político, redução das oportunidades econômicas e degradação social geral. Essas pessoas tiveram como destino, principalmente, os Estados Unidos, Espanha, Itália e Portugal. A segunda fase, denominada ‘Crescente desesperança’, ocorreu entre 2012 e 2015, formada por uma população de renda média misturada com as de baixa renda, que deixaram o país devido à crise econômica, insegurança, repressão política e início de carências de alimentos e medicamentos, tendo como destinos: Estados Unidos, Europa, Colômbia, Panamá e República Dominicana. A terceira fase, de 2015 até os dias atuais, foi denominada de ‘Migração de desespero’, com todos os estratos sociais, porém cada vez mais pobres⁵ e de baixa renda, por motivos de escassez de alimentos e medicamentos, fome, desnutrição, insegurança e desesperança política. Os destinos permaneceram entre Europa e Estados Unidos, mas outros países ganharam popularidade, como: Colômbia, países da América do Sul, Caribe, Panamá e República Dominicana.

De acordo com os autores, na fase ‘Migração de desespero’ os imigrantes

[...] fogem em resposta à crescente crise humanitária, caracterizada por escassez aguda de alimentos e medicamentos, inflação disparada e um forte aumento da violência e repressão. Eles são geralmente mais pobres e menos qualificados do que as ondas anteriores de migrantes e estão mais desesperados para fugir. Essa população da diáspora inclui estudantes que vivem nas ruas de Madri, balseros (jangadas para passagem de imigrantes pelo mar) que se aventuram nas ilhas vizinhas do Caribe e mulheres que ingressam em grupos de prostituição na Colômbia e no Panamá. Esses migrantes tendem a ter menos recursos quando fogem e redes mais fracas na chegada para seus países de destino (PEÑALVER; PÁEZ, 2017, p. 3). [tradução nossa].

Ainda nessa última e atual onda de migrantes da Venezuela, além de haver uma reorientação nos destinos preferenciais marcados pela proximidade geográfica,

5 Atualmente, a Venezuela é considerada o país mais pobre da América do Sul, segundo dados noticiados por “El País” - Internacional, em 08/7/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-09/pobreza-extrema-beira-80-na-venezuela.html>. Acesso em 15/8/2021; e uma outra pesquisa do Projeto ENCOVI para conhecer a situação social da população venezuelana, denominada “Pesquisa Nacional de Condições de Vida 2019-2020”, revelando que 96% dos domicílios se encontra em situação de pobreza e 79,3% em extrema pobreza. Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acesso em 15/8/2021.

dentre eles o Brasil que, mesmo aparecendo como uma opção, tem sua fronteira considerada mais inóspita do que a Colômbia, além da diferença do idioma, “está sob a ‘Síndrome de Ulysses’, uma síndrome de tensões crônicas e múltiplas relacionadas à natureza de sua emigração forçada, incluindo o medo de serem deportados e muitas outras adversidades associadas a deixar o país sob difíceis condições” (PEÑALVER; PÁEZ, 2017, p. 31) [tradução nossa].

Aliado à diáspora venezuelana, outras circunstâncias têm contribuído na perda populacional do país, conforme afirma Anitza Freitz, diretora do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Universidade Católica Andrés Bello em Caracas, dentre elas: a emigração em massa, a queda da natalidade, o aumento da mortalidade⁶, a diminuição significativa da força de trabalho (cerca de 60% dos emigrantes venezuelanos estão na faixa etária entre 15 e 50 anos), implicando, ainda, no aumento do peso da população mais velha sobre as contas públicas⁷.

No caso da migração para o Brasil, vale ressaltar que a entrada dos imigrantes venezuelanos é pelo estado de Roraima, no Norte do Brasil, através da fronteira terrestre entre as cidades de Pacaraima (BR) com o município de Santa Elena de Uairén (VE). Esse processo gerou um ineditismo nos fluxos migratórios internacionais e demandou uma resposta emergencial manifestada por um discurso de segurança nacional – pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-atual, sem partido) –, e de segurança pública, pelos governos estaduais: ex-governadora Suely Campos (2015-2018, Partido Progressista), e o atual Antônio Denarium (2019-atual, Partido Social Liberal, de 2018 a 2020, seguindo sem partido à partir de maio de 2020).

A manutenção do olhar securitário das políticas migratórias brasileiras sobre os imigrantes vigorou ainda no Governo Michel Temer (2016-2019), através do Estatuto do Estrangeiro (1980-2017), no qual apresentava uma proposta de segurança nacional, onde o termo ‘estrangeiro’ predominou nos textos legais com uma linguagem denotativa da condição de alteridade do imigrante. Posteriormente, e como uma resposta emergencial ao grande fluxo de venezuelanos que entraram no país, em 24 de maio de 2017, esse governo sancionou a Lei nº

6 A onda de violência, barbárie, abusos e ódio tomou conta das ruas da Venezuela, fato que fez com que a Conferência Episcopal da Venezuela (CEV) pronunciasse sobre “a situação de violência em Caracas e outras regiões do país”. Notícia publicada pelo jornal “Descifrado”, em 10/7/2021, disponível em: <https://www.descifrado.com/2021/07/10/cev-el-estado-fracaso-como-garante-de-la-seguridad-y-la-paz/>. Acesso em: 15/8/2021.

7 Matéria publicada por BBC News, em 10/8/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/10/pais-de-velhos-e-criancas-migracao-em-massa-aprofunda-crise-na-venezuela.ghtml>. Acesso em 10/8/2021.

13.445 (Lei de Migração), abrindo um novo momento na política migratória brasileira, dispendo sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regulando sua entrada e estada no País.

No Governo Jair Bolsonaro (2019-atual), uma de suas primeiras propostas a tomar posse foi, além de tentar revogar a nova Lei de Migração, a de anunciar a retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular (aderido no final do Governo Michel Temer). O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo – até então Embaixador – classificou o Pacto como um ‘instrumento inadequado para lidar com o problema (migratório)’, defendendo que “imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país”⁸. Além disso, em 26 de julho de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ainda sob o comando de Sérgio Moro, publicou a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 666, de 25/7/2019, no qual dá uma conotação que o imigrante é uma ‘pessoa perigosa’, sendo revogada em 14 de outubro de 2019, pela Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 770, de 11/10/2019, devido a utilização de termos polêmicos, como “deportação sumária”⁹.

A ex-governadora Suely Campos declarou situação de emergência social publicando, em 4 de dezembro de 2017, o Decreto nº 24.469-E¹⁰, inclusive solicitando ao governo federal o fechamento e controle da fronteira com a Venezuela¹¹. Antes desse ocorrido, a mesma já declarara emergência em saúde pública de importância nacional na Rede Pública de Saúde Estadual, nos

8 Disponível em: <https://www.correiometropolitano.com.br/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu/>. Acesso em 18/11/2020.

9 Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,797397/moro-altera-texto-da-portaria-n-666-sobre-deportacao-de-estrangeiros.shtml. Acesso em 18/11/2020.

10 Roraima. Decreto n. 24.469-E, de 4 de dez. de 2017. Decreta “situação de emergência social, no estado de Roraima, afetado por intenso processo de imigração, ocasionado pela crise social-econômica na Venezuela”.

11 Governadora de Roraima determina controle da fronteira venezuelana (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/governadora-de-roraima-determina-controle-da-fronteira-venezuelana>) – publicado em 01/08/2018; Roraima entra com ação no STF para pedir fechamento da fronteira com a Venezuela (<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/roraima-anuncia-acao-no-stf-para-pedir-para-fechar-fronteira-na-venezuela.ghtml>) – publicado em 13/04/2018; Roraima pede fechamento da fronteira com Venezuela (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/roraima-pede-ao-stf-que-determine-fechamento-da-fronteira-com-venezuela>) – publicado em 13/04/2018; Governadora pede que STF determine fechamento da fronteira com a Venezuela (<https://folhadv.com.br/noticia/Governadora-pede-que-STF-determine--fechamento-da-fronteira-com-Venezuela/38760>) – publicado em 14/04/2018.

Municípios de Pacaraima e Boa Vista, através do Decreto nº 22.199, de 6 de dezembro de 2016¹².

Já o atual governador da Antônio Denarium, contrário aos Direitos Humanos (DH)¹³, ainda em campanha – ocorrida em pleno aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima –, manifestou um discurso negativo de que a circulação de “estrangeiros” no estado seria uma ameaça, atribuindo a eles o aumento da violência, produzindo uma identidade ao venezuelano como sendo “indesejável” por grande parte da população local e defendendo o fechamento da fronteira com a Venezuela, reforçando que os migrantes evocam diversas imagens implicadas por desagregação social, guetos e criminalidade (SASAKI; ASSIS, 2000) e desordens sociais (doenças, sujeira, promiscuidade) (CALDEIRA, 2000).

Os primeiros fluxos migratórios observados no estado foram da etnia Warao (indígena da Venezuela), no ano de 2014. “A chegada dos Warao ao Brasil trata-se de um tipo migratório peculiar, uma vez que não há relatos de deslocamentos de indígenas em situação de refúgio para o Brasil” (MOREIRA; CAMARGO, 2017, p. 52). Porém, essa situação modificou e tem se intensificado nos últimos dois anos, tendo sido identificado a presença dessa etnia, não somente nas regiões Norte e Nordeste do país, mas, também no Sudeste (a partir do 2ºsem/2019) e Sul (em 2020 e 2021) (ACNUR, 2021).

A presença de grupos Warao dentro do território nacional vem mostrando desafios, visto revelarem “aspectos culturais ainda pouco conhecidos e estudados no país”, associado, ainda, “à imprevisibilidade na movimentação de tais grupos no território brasileiro” (ACNUR, 2021, p. 7). Segundo Relatório¹⁴ do ACNUR,

12 Roraima. Decreto n. 22.199-E, de 6 de dez, de 2016. Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN nos municípios de Pacaraima e Boa Vista em decorrência dos impactos ocasionados pelo intenso e constante fluxo migratório no Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.

13 Notícias disponíveis em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/10/30/interna-brasil,716316/governador-eleito-de-roraima-quer-mais-controle-fronteira-venezuela.shtml>; <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/restricao-imigrantes-e-bandeira-de-governador-eleito-em-roraima>; <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/08/23/discurso-contra-imigracao-domina-roraima.ghtml>; <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/23/antonio-denarium-roraima-venezuelanos-jair-bolsonaro.htm>. Acessos em: 05/8/2021.

14 Brasil: Relatório do ACNUR de Atividades para Populações Indígenas – setembro de 2020. Disponível em: https://www.r4v.info/es/search-global?f%5B0%5D=global_content_type%3Adocument&search_text=n%C3%BAmero%20de%20ind%C3%ADgenas%20solicitantes%20de%20ref%C3%BAgio. Acesso em: 14/6/2021.

até setembro de 2020, dos 5.055¹⁵ indígenas registrados no ProGresV4¹⁶, 65% são da etnia Warao; porém, esse número pode ser muito além já que suas movências são continuamente em grupos e demonstram uma certa independência. Na capital mineira, por exemplo, existe um Grupo de Trabalho (GT Warao Belo Horizonte) destinado a dar suporte e atendimento a esses indígenas, a maioria de passagem pela cidade, evidenciando não desejarem dependência ou ajuda de órgãos públicos ou instituições; preferindo, às vezes, manterem-se nas ruas, especificamente nas proximidades da rodoviária. Situação esta que nos remete ao que Medeiros (2019, p. 151) identifica não se tratar “de um lugar de moradia fixa e definitiva, é um ponto de registro e de orientação, de ancoragem, de repouso ou de trégua”.

Junto ao aumento desse fluxo migratório específico, têm-se o notório crescimento de venezuelanos não indígenas, principalmente a partir de 2017, ocasionando impactos não só para a sociedade roraimense, mas também para as autoridades municipais, estadual e federal, que dialogavam de forma fragmentada, demonstrando uma “incapacidade das autoridades de lidar com a situação, por conta das dificuldades político-institucionais (...)”, fazendo com que a governança desse fluxo “fosse entregue às forças armadas” (CASTRO; FERNANDES; GALVÃO, 2018, p. 449).

O contínuo discurso negativo das autoridades locais, somado ao discurso do medo mundo afora (provido pelo terrorismo), cerceada ainda pela ideia de quebra de fronteiras e de pluralidades de direitos – indicadas pela globalização –, de que passaríamos a viver numa “aldeia global” com a possibilidade de exercer o direito de ir e vir, na verdade fortaleceu o controle e diminuiu a liberdade.

O Estado, além do uso do aparato jurídico e policial, lança mão da “circulação do medo”, promovendo uma guerra global, em nome do combate ao terrorista, potencial ou real, e desencadeia um poder de polícia em escala mundial, fazendo circular por todos os cantos do mundo o medo como sentimento de contenção das pessoas (NASCIMENTO, 2019, s/p).

Em deferência a imigração venezuelana no Norte do Brasil, especificamente no estado de Roraima, Rodrigues e Silva (2017) alegam que uma característica importante dessa região é a sua área fronteira, destacando intensa circulação cultural, compreendendo vários ciclos migratórios internacionais e migrações

15 Destes, 3.224 solicitantes de refúgio; 100 com *status* de refugiado; 1.713 com outros *status* legais.

16 Sistema de Registro e Gerenciamento de Identidade.

internas, podendo se configurar tanto como lugar de controle, quanto de transgressão. A proximidade com a Venezuela e sua distância dos demais estados brasileiros faz com que Roraima tenha uma relação e um vínculo muito mais forte com esse país do que propriamente com o Brasil.

A literatura aponta que nas décadas de 1970, 1980 e 1990, houve um fluxo migratório constante de brasileiros para a Venezuela (SILVA; ABRAHÃO, 2020; FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017; RODRIGUES, 2006), sendo que para essa última autora o movimento de brasileiros para a Venezuela, a partir dos meados dos anos 1970, foi bem maior do que a dos venezuelanos para o Brasil devido a estabilidade econômica do país vizinho. Os brasileiros se estabeleceram no ramo do comércio vinculado à mineração, especificamente no garimpo (SILVA; ABRAHÃO, 2020), ocorrência que perdurou nos fins dos anos 1980 e início dos anos 1990. Já no início da década de 2000 os brasileiros emigravam para atuar no comércio local e em atividades ilegais como tráfico de mulheres, contrabando de combustível e câmbio ilegal de moeda (RODRIGUES, 2006), relacionadas às atividades de fronteira (SILVA; ABRAHÃO, 2020).

Diferentemente das motivações dos brasileiros, os migrantes venezuelanos se deslocam numa situação forçada, com intensão de conseguir serviços básicos como alimentação, saúde e trabalho, mesmo que em condições estafantes e precárias (questões relacionadas à sobrevivência e falta de estabilidade), manifestada, ainda, pela possibilidade de ficar próximo do seu país e enviar ou levar mantimentos para familiares que ficaram na Venezuela. Essa mobilidade e constância de entradas e saídas dos nacionais venezuelanos no estado de Roraima se caracteriza como uma migração pendular e consolida o Brasil como um país de trânsito (SILVA; ABRAHÃO, 2020).

A complexidade e a distintividade apresentada pela emigração venezuelana para o Brasil, têm trazido desafios para estudiosos, pesquisadores, bem como para as políticas migratórias brasileiras e a governança desse fluxo devido a: num primeiro momento o país se tornou mais um local de trânsito do que de permanência dos venezuelanos; em segundo, apresentou expressivo aumento de solicitação de refúgio por parte destes; no terceiro momento, exibiu uma migração interna dirigida, com forte presença do Estado tratando uma questão humanitária através de uma abordagem militarizada, idealizada pela segurança nacional, onde o destino desses imigrantes, na maioria das vezes, é escolhido, mas não pelos protagonistas (uma migração interna, das migrações internacionais). Por último, o uso da pandemia da COVID-19 para justificar a falta e a retirada de direitos, e implementar políticas “refratárias” para esses imigrantes e aqueles que requerem o refúgio.

RESPOSTAS BRASILEIRAS À DIÁSPORA VENEZUELANA - O PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Segundo Ruseishvili, Carvalho e Nogueira (2018), até o final de 2017, a migração de venezuelanos para Roraima não era vista como uma “crise” ou uma “emergência”. Assim, para os autores, “as noções sobre o estado de emergência e a assistência humanitária formam um conjunto de significados socialmente construídos que refletem uma maneira com a qual pensamos os processos sociais concretos” (RUSEISHVILI *et al*, 2018, p. 65).

A dificuldade do governo local em manter a ordem e anunciar emergência em saúde pública e social em Roraima, em conjunto com as diferentes reações por parte de brasileiros que vivem em Pacaraima e em Boa Vista – ocorrendo, inclusive, situações de conflitos entre brasileiros e venezuelanos –, fizeram com que o governo federal iniciasse a “Operação Acolhida”.

A “Operação Acolhida”, oficialmente de caráter temporário, definida ao amparo do Decreto nº 9.286, de 15/2/2018, é coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, tendo a participação de dezesseis Ministérios, Forças Armadas, agências do Sistema Organização das Nações Unidas (ONU) e de OSCs. Uma das ações da ‘Operação’ foi de retirar os venezuelanos das ruas das cidades de Pacaraima e Boa Vista, colocando-os em abrigos gerenciados pelas Forças Armadas brasileiras e, posteriormente, direcionando-os para outros estados e regiões do Brasil, através de um dos seus pilares: o Programa de Interiorização, que teve seu início em 05 de abril de 2018.

Essa “Operação” envolve o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, e se norteia em três frentes de atuação: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização (VASCONCELOS, 2020).

O ordenamento de fronteira caracteriza-se pela primeira recepção dos imigrantes, ainda à beira da estrada, antes mesmo de sua entrada na zona urbana de Pacaraima. O exército brasileiro e as demais forças em parceria com órgãos federais e agências internacionais identificam e controlam o fluxo migratório. (VASCONCELOS, 2020, p. 105).

Segundo a autora, o abrigamento é, certamente, “o aspecto mais visível da atenção militar para os solicitantes de refúgio” (p. 106), e envolve: infraestrutura de recepção, alimentação, acomodações, instalações sanitárias, assistência médica, lavanderia, coleta de lixo e uma área de convivência, facilitando, ainda, a organização do terceiro objetivo da Operação Acolhida, que é a interiorização, no

qual a predisposição em participar é estabelecido como ingresso nos abrigos, que até dezembro de 2020 totalizavam 14, sendo 2 em Pacaraima e 12 em Boa Vista.

Como já exposto, o Programa de Interiorização articula um segundo movimento migratório dos nacionais da Venezuela em solo brasileiro que, de forma “voluntária” são encaminhados para outros estados e regiões e, mesmo com apoio de organismos internacionais e de OSCs, principalmente as ligadas a Igreja Católica, para acolhimento e integração desses imigrantes nas sociedades de destino final, há indícios de que não existam políticas públicas específicas e suficientes para acolhimento e integração nessas localidades, o que resulta em não resolver um “problema” mas, sim, deslocá-lo para outro local.

Para acelerar o processo de interiorização dos venezuelanos, o governo federal, no dia 02 de outubro de 2019 assinou dois acordos¹⁷: um primeiro que se refere a uma Cooperação Técnica com a Fundação Banco do Brasil, no intuito de criar um fundo privado para receber doações para a Operação Acolhida; um segundo, que é um Protocolo de Intenções, visando incentivar municípios brasileiros a receberem esses imigrantes, tendo duração de um ano, possível de prorrogação. Em 05 de dezembro de 2019, aprovou, de uma só vez, 21.432 solicitações de refúgio de venezuelanos que, somados aos 11.231 já concedidos (para diferentes nacionalidades), o total de refugiados quase triplicou¹⁸; e, em 31 de janeiro de 2020, mais 17.000 venezuelanos tiveram o *status* de refugiado concedido¹⁹. O site do Ministério da Justiça e Segurança Pública²⁰ informa que de janeiro de 2016 a abril de 2021, 46.923 nacionais da Venezuela tiveram o *status* de refugiado reconhecidos.

Para serem interiorizados, precisam estar em condição de regularização migratória junto a Polícia Federal; ou seja: feita a solicitação de refúgio ou residência temporária, ser portador de documentação regularizada, submeter a exames de saúde e estar vacinados, podendo ser interiorizados por meio de quatro modalidades: Vaga de Emprego Sinalizada (VES), abrigamento (saem dos abrigos em Roraima e vão para abrigos nas sociedades de destino), reunificação familiar ou reunião social (quando existe um familiar ou amigo que possa receber no destino).

17 Notícia disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/61414-governo-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-acolhida-para-acelerar-interiorizacao-de-venezuelanos>. Acesso em 09/12/2019.

18 Divulgado pela imprensa, disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-12/acnur-concessao-de-refugio-venezuelanos-pelo-brasil-e-um-marco>. Acesso em 06/12/2019.

19 Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/31/brasil-reconhece-em-bloco-17-mil-venezuelanos-como-refugiados.ghtml>. Acesso em 16/6/2020.

20 Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros/> Acesso em: 25/5/2021.

No mês de abril de 2021, o número de venezuelanos interiorizados alcançou a marca de 50 mil (51.735²¹), tendo sido celebrado pelo Ministério da Cidadania²² e pelo ACNUR²³, como sendo um modelo que oferece dignidade e esperança aos mesmos. Nesse ponto, é relevante destacar a modalidade de VES que, consequentemente poderia indicar uma certa integração dos imigrantes e refugiados nas cidades de destino final e sua “independência” para uma nova vida, desde o início do Programa de Interiorização se manteve muito baixa (em torno de 10%), em poucos períodos chegando a 15%.

REDES SOCIAIS CONSTRUINDO RELAÇÕES SOCIAIS

Nesse tópico, pretende-se contextualizar a atuação de algumas das principais instituições e OSCs, que se inserem como redes, atuando em conjunto com órgãos dos governos federal, estadual e municipal, ou em parcerias com outros atores e instituições envolvidas no processo migratório, ou, ainda, operando de forma autônoma.

Conforme Braga (2011), analisar quem são os principais atores e instituições envolvidas no suporte à migração, o tipo de auxílio recebido na origem e no destino do movimento, a percepção sobre a existência de uma ou mais redes atuando nesse processo e quais tipos de redes envolvidas, são aspectos importantes para os estudos migratórios internacionais na atualidade.

No caso das redes que abrangem a migração venezuelana, é possível observar não somente indivíduos com vínculos familiares e de amizade, mas, principalmente, muitas instituições que se articulam na ajuda ao ato de migrar, motivam a imigração e dão suporte e apoio, principalmente na cidade de destino final.

Segundo Castro, Fernandes e Galvão (2018), os imigrantes venezuelanos tiveram apoio de organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e das OSCs, principalmente as ligadas a Igreja Católica.

Isso reforça o que Braga (2002, apud SOARES, 2002, p. 19), indicou em seus estudos sobre a migração, como um “processo social concreto, incluiria redes institucionais e de pessoas que, operando entre esferas micro e macro,

21 Fonte: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em: 30/4/2021.

22 Notícia disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-04/interiorizacao-e-esperanca-para-mais-de-50-mil-venezuelanos-no-brasil>. Acesso em: 29/4/2021.

23 Notícia disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>. Acesso em 29/4/2021.

organizariam, de fato, a migração”. Nota-se que a participação de instituições e organizações não governamentais e da sociedade civil no atendimento, recebimento e acolhimento de imigrantes e refugiados venezuelanos, se deve à carência de políticas públicas migratórias nas esferas municipal, estadual e federal, trazendo, desta forma, limitações nas atuações dos governos e explicitando a importância do apoio das mesmas (MENDES; FERNANDES, 2020).

Visto a dificuldade em descrever sobre todas as instituições e organizações que, oficialmente, estão envolvidas na migração venezuelana, será evidenciado, na Tabela 1, as principais, que atuam em âmbito nacional e que, de alguma forma, estão envolvidas no Programa de Interiorização do governo federal.

Tabela 1 – Instituições e organizações envolvidas na imigração venezuelana, conforme natureza

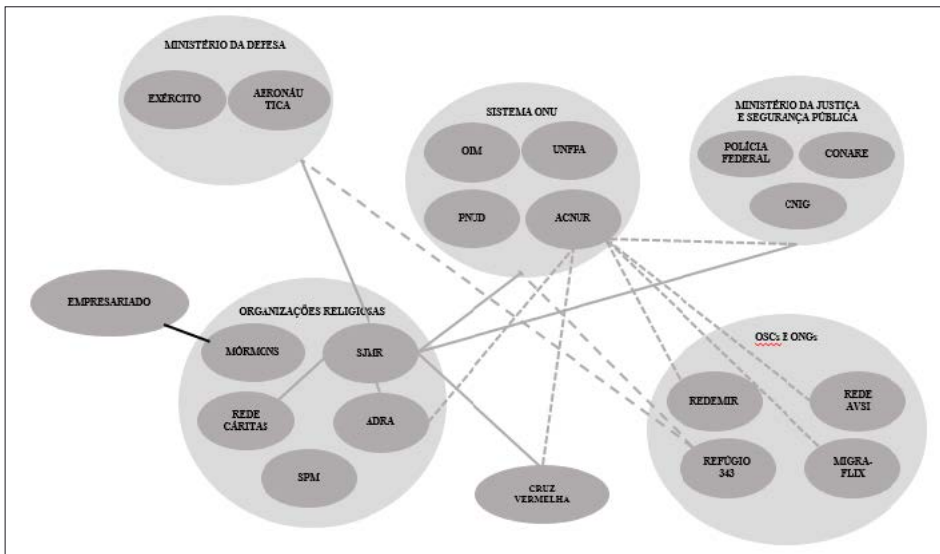
Vinculadas ao Sistema das Nações Unidas/ONU
<ul style="list-style-type: none"> • Organização Internacional para as Migrações/OIM • Fundo de População das Nações Unidas/UNFPA • Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD • Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados/ACNUR
Vinculadas ao Ministério da Defesa
<ul style="list-style-type: none"> • Exército Brasileiro • Força Aérea Brasileira
Vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública*
<ul style="list-style-type: none"> • Polícia Federal • Comitê Nacional para Refugiados/CONARE • Conselho Nacional de Migração/CNIg
Organizações Religiosas
<ul style="list-style-type: none"> • Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias/MÓRMONS • Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados/SJMR • Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais/ADRA • Serviço Pastoral dos Migrantes/SPM • Rede Cáritas
Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Refúgio 343 • Migraflifx • Rede Solidária para Migrantes e Refugiados/RedeMiR • Associação Voluntários para o Serviço Internacional/Rede AVSI
Outras
<ul style="list-style-type: none"> • Cruz Vermelha do Brasil

Fonte: Elaborada pelos autores.

*Instituições governamentais regulatórias.

Essas instituições e organizações proporcionam apoio e acolhimento aos imigrantes e refugiados venezuelanos quando os mesmos chegam no Brasil, pela cidade de Pacaraima/RR, e contribuem para facilitar a inserção social dos mesmos nas cidades e regiões de destino final. Além das instituições regulatórias – que auxiliam na emissão de documentos, providenciam exames de saúde e registros de solicitação de refúgio ou visto temporário –, as demais se constituem para garantir os direitos básicos desses imigrantes no território brasileiro, proporcionando moradia e alimentação (por um período, conforme disponibilidade de cada organização, que pode variar de três meses a 1 ano); intermediação e encaminhamento laboral; acesso a serviços públicos (de educação: matrículas das crianças em escolas das redes municipais e estaduais; de saúde: inscrição no Sistema Único de Saúde (SUS); e inscrição em programas sociais: encaminhamento ao CADUnico); além de cursos de português e da cultura brasileira, auxílio para abertura de contas em bancos, e assistência jurídica e psicológica. Essas instituições e organizações atuam em configuração de “redes” para conduzir o processo de interiorização e amparar esses imigrantes e refugiados nas sociedades de destino final, o que Vasconcelos (2021, p.48) denominou de “indústria migratória”.

Figura 1 – Redes de instituições e organizações envolvidas na migração venezuelana / Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores.

Além de nas redes circularem importantes informações que contribuem para a decisão de migrar, as mesmas ajudam no deslocamento dos migrantes e na inserção econômica deles, na cidade de destino final, contribuindo, assim, para a redução dos riscos vinculados à migração (SOARES, 2002).

Vale ressaltar, no caso dos venezuelanos, que a decisão de sair de Roraima e ir para outros estados brasileiros, não é do imigrante. Alguns fatores são determinantes, como a disponibilidade de acolhimento e apoio dos governos estaduais e municipais. Quando não há disposição dos órgãos governamentais, cabe às OSCs esse apoio. Para participar do Programa de Interiorização, os imigrantes assinam um termo de voluntariedade e não recebem informações sobre a cidade de destino. Contam, apenas, com o auxílio dessas instituições e organizações, nas regiões e estados onde atuam, sendo levados para casas de passagens, abrigos ou para residências custeadas por essas organizações, podendo ocorrer, também, através das redes sociais que abrangem indivíduos com vínculos familiares e de amizade, já que, grande parte desses imigrantes possuem vínculos pessoais no Brasil. Para Soares (2002, p. 21),

A teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória. Essa rede tende a se tornar autossuficiente com o tempo, por causa do capital social, que faculta, aos migrantes em potencial, contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos; oferecem aos migrantes oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira no destino.

É fato, portanto, a existência de uma dinâmica social, vislumbrada no processo migratório de venezuelanos, em se tratando de análise de redes, em que muitos atores/agentes, instituições e organizações estão envolvidas, trazendo consequências de transformações estruturais (MASSEY *et al.*, 2005; SOARES, 2002; SASAKI, ASSIS, 2000), e evidenciando que os movimentos migratórios impactam na realidade social de origem e de destino, seja negativa ou positivamente.

COMPREENDENDO E ANALISANDO A MIGRAÇÃO VENEZUELANA SOB A PERSPECTIVA DAS TEORIAS DE FATORES DE PERPETUAÇÃO

O fluxo migratório venezuelano para o Brasil apresenta um ineditismo e uma distintividade e, sem querer sugerir uma teoria “emergencial” ou

“emergente” que abarque todas as características desse fluxo – e mesmo porque uma teoria geral das migrações é, além de impossível, indesejada (NOLASCO, 2016; CASTLES, 2010; BAGANHA, 2001a). Para dar conta desse complexo processo micro e macroestrutural, partimos das principais ideias apresentadas pelas teorias de Fatores de Perpetuação, sendo elas: Dos Sistemas Migratórios, Do Capital Social – na perspectiva das Redes Sociais –, e Transnacional que, conforme Massey *et al* (2005) as migrações podem começar por várias razões, mas as condições que iniciam o movimento podem ser diferentes daquelas que o perpetuam.

TEORIA DOS SISTEMAS DE MIGRAÇÃO

A Teoria dos Sistemas de Migração pressupõe que as condições sociais, culturais, institucionais e econômicas, na origem e no destino do indivíduo migrante, são alteradas. Para Nolasco (2016, p. 24):

Esta teoria parte da constatação de que um conjunto de países, com afinidades diversas e vínculos que perduram no tempo, estabelecem entre si um sistema de trocas variadas, nas quais estão incluídos os movimentos migratórios. Esses vínculos normalmente resultam da partilha de elementos culturais e de contextos históricos específicos, o que confere à relação de trocas entre países as características de um sistema.

Para o autor, “o que aproxima os países são ligações diversas, nomeadamente processos de um passado colonial comum, ou aspetos de índole cultural, político, económico, tecnológico, entre outros” (NOLASCO, 2016, p. 24), que fazem com que os fluxos migratórios ocorram em paralelo a outros fluxos, existindo uma tendência a criação de redes, onde os “migrantes iniciais dão as informações e criam condições de acolhimento no país de destino” (NOLASCO, 2016, p. 25).

Para Fawcett (1989, apud SANTOS, BARBIERI, CARVALHO e MACHADO, 2010, p. 64), “a noção básica de sistema migratório é a de dois ou mais lugares ligados por fluxos e contrafluxos de pessoas” onde as redes de parentesco têm papel fundamental no processo de perpetuação dos fluxos migratórios.

De Haas (2010) reforça que essa teoria se relaciona aos pressupostos da Teoria de Redes Sociais, o que permite constituir a migração como um projeto social e coletivo, que pode ser operacionalizado através de um sistema e estruturado através de redes sociais, sendo estas as potencializadoras dos fluxos migratórios (SOARES, 2002).

Santos *et al* (2010) e Peixoto (2004), mencionam, também, o papel das instituições e organizações que atuam nesse ‘sistema’, que pode ser tanto de promotoras do fluxo migratório, quanto de suporte e acompanhamento no percurso migratório.

Outra questão apontada por Nolasco (2016), é que essa teoria apresenta uma análise micro e macro das migrações, sendo, portanto, considerada uma súpula de outros enquadramentos teóricos, às quais recorre para descrever e caracterizar sistemas, e não tanto para os analisar.

Analisando o contexto da migração venezuelana na perspectiva da Teoria dos Sistemas Migratórios, o Brasil e a Venezuela compartilham de passados coloniais – Brasil colonizado pelo Império Português, e a Venezuela pelo Império Espanhol – e, mesmo não apresentando vínculos culturais, existe expressiva presença de etnias indígenas nas regiões próximas à fronteira *entre e nos* dois países, além de apresentarem uma população bastante miscigenada. É visível o papel da família e de amigos que, já instalados em terras brasileiras, mantêm contatos com outros que ficaram no seu país de origem e, além de proporcionarem o acolhimento, caso esses familiares decidam aderir a ideia de emigrar, passam todas as informações necessárias, inclusive das instituições e organizações que podem auxiliá-los nessa empreitada. Importante ressaltar que existe um número significativo de instituições e organizações, públicas e privadas, nacionais e internacionais, e da sociedade civil envolvidas no apoio e acolhimento dos nacionais venezuelanos no Brasil.

Outro aspecto que pode ser analisado sob essa perspectiva é a relação de dependência parcial do estado de Roraima da energia elétrica vinda do país vizinho, e também econômica, já que existe uma relação comercial, principalmente nas cidades de fronteira e, mesmo havendo relação tensa entre o presidente brasileiro (Jair Bolsonaro), e o presidente venezuelano (Nicolás Maduro), como pode constatar que em plena Pandemia da COVID-19, o governo venezuelano encaminhou, nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, doações de cilindros de oxigênio para o estado e grande parte para Manaus, capital do Amazonas, diante da crise de saúde pública enfrentada por aquele estado²⁴.

24 Notícias disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/01/20/venezuela-confirma-chegada-de-5-caminhoes-de-oxigenio-do-pais-a-manau>; <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/68131/venezuela-planeja-mandar-ao-brasil-pelo-menos-8-caminhoes-com-18-toneladas-de-oxigenio-cada>; <https://www.moneytimes.com.br/maduro-diz-que-venezuela-enviara-mais-oxigenio-ao-brasil/>; <https://www.poder360.com.br/coronavirus/venezuela-enviara-3-caminhoes-de-oxigenio-ao-brasil-diz-maduro/>. Acessos em: 24/2/2021.

TEORIA DO CAPITAL SOCIAL – PERSPECTIVA DE REDES SOCIAIS

A Teoria do Capital Social é baseada nas redes de migrantes, retornados e não migrantes que motivam e viabilizam o processo migratório. Para Massey *et al.* (2005) e Braga (2011), essa teoria vem sendo muito abordada pelos pesquisadores na atualidade, “sobretudo por meio de duas vertentes: rede migratória e instituições de suporte²⁵” (SILVA, 2015, p. 54). Segundo Braga (2011, p. 16) “os estudos migratórios orientados pela perspectiva das redes têm ganhado força no cenário acadêmico internacional e brasileiro nos últimos anos, abrindo um campo novo para formulação de hipóteses e aplicação de metodologias”.

Sasaki e Assis (2000) complementam que a migração, analisada pela perspectiva de redes sociais, pode indicar tendências nos fluxos migratórios dos quais grupos migram para lugares onde possuem contatos prévios, como amigos, parentes e conterrâneos; além da chegada no país de destino ser recepcionada por algum dos elos que caracteriza a teia de relações da rede social do emigrante. Também, Massey *et al.* (2005) afirmam que a Teoria das Redes – baseada nas interações sociais –, explica a preferência de fluxos de migrantes por estabelecerem laços que conectam origem e destino, modificando o ambiente social em ambos os locais, além de diminuir os custos e riscos da migração e permitir acumulação de um conhecimento específico do qual os autores chamam de capital social migratório. Desta forma, “o processo de transformação identificado pela teoria das redes não se limita apenas aos potenciais migrantes, pois a perpetuação do sistema de migração altera todo ambiente social e econômico da origem...” (SOUSA, 2016, p.5) e do destino, o que sugere características transnacionais, além das redes sociais enfatizarem a solidariedade entre os migrantes e fornecer informações sobre apoios à deslocação e à fixação definitiva.

Como processo social e coletivo, a migração pode ser analisada e operacionalizada sob a perspectiva de redes no qual se articula um sistema integrado por fatores como além das redes sociais, as instituições e organizações de mercado, dentre outras condições e representações que evidenciam interações sociais e institucionais entre os vários atores envolvidos no processo migratório na contemporaneidade.

A análise da Teoria do Capital Social no contexto migratório venezuelano é evidenciada pela participação e influência dos familiares, dos amigos e das

25 Instituições privadas e organizações voluntárias tendem a surgir para reduzir as barreiras do processo migratório complementando as redes migratórias. As barreiras impostas pelos países de destino podem criar um nicho de mercado lucrativo para empresários e instituições que se dedicam a auxiliar o processo migratório (SILVA, 2015, p. 45).

instituições e organizações que, de forma autônoma ou em parceria com o governo federal, contribuem, acompanham e promovem a mobilidade e o deslocamento dos venezuelanos, de abrigos no estado de Roraima, para diversas outras regiões e estados do Brasil.

Um exemplo de instituição que atua de forma autônoma, junto à emigração de venezuelanos, destaca-se a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecida como Igreja Mórmon. Os Mórmons são uma organização religiosa que acolhe famílias de imigrantes venezuelanos – eventualmente, recebem indivíduos, com preferência para os que já têm vínculos afetivos ou sociais –, com prioridade as que fazem parte da congregação, proporcionando apoio, principalmente, no local de destino. Através da interação entre bispos da congregação na Venezuela e outros pelo Brasil – que, em número de fiéis, é a segunda maior do mundo, ficando atrás da comunidade nos Estados Unidos, sede da igreja, na cidade de Salt Lake City – selecionam famílias de imigrantes venezuelanos e empreendem a interiorização destes para várias regiões do Brasil, com apoio de empresários vinculados à congregação.

Já em parceria com o governo federal, tem-se o apoio de instituições e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, principalmente das OSCs e das ONGs já destacadas no tópico anterior (SJMR, ADRA, o Refúgio 343, o SPM, a Rede Caritas, a RedeMiR, a Rede AVSI), dentre outras, que atuam, nacionalmente e/ou localmente e, através da nova Lei de Migração brasileira, são respaldadas para interiorizarem os imigrantes e refugiados venezuelanos e desenvolver ações de acolhimento e de assistência aos mesmos; além da Lei nº 13.019, de 31/7/2014, que proporciona as OSCs, participarem e receberem recursos do governo para contribuir em ações de interesse público.

Dentre as modalidades de interiorização, até o ano de 2019, a mobilidade que mais se destacou foi a de abrigo, ficando sempre acima de 60%. No início da pandemia do COVID-19, nos meses de fevereiro e março de 2020, essa mesma modalidade ficou em torno de 40%, destacando um crescimento nas modalidades de reunificação familiar (em torno de 30%) e reunião social (20%), sendo que, no mesmo ano, com o agravamento da pandemia, especificamente a partir de setembro, a modalidade abrigo ficou em torno de 20%, a reunificação familiar manteve uma média de 15%, havendo expressivo aumento na modalidade de reunião social que passou para uma média de 60%. No ano de 2021, os dados informados pelo Subcomitê Federal para Interiorização²⁶ mostrou que a modalidade de reunião social (nos meses de janeiro, fevereiro e março), permaneceu

26 Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/82930>. Acesso em 29/4/2021.

com a média de 60%, aumentando para 66% em abril. A modalidade de trabalho, durante os períodos aqui destacados, manteve entre 10% e 15%.

Vale destacar que a emigração de venezuelanos para o Brasil, a partir da segunda quinzena de março de 2020, teve restrição excepcional e temporária imposta pela Portaria Interministerial nº 120²⁷, de 17/3/2020, vigorada pela recente Portaria Interministerial nº 654, de 28/5/2021²⁸, implicando num fluxo de circulação mais interna: um segundo fluxo migratório, cominado pelo Programa de Interiorização, donde a atuação e articulação das redes sociais, institucionais e da sociedade civil se faz permanente e visível.

TEORIA TRANSNACIONAL

As teorias dessa perspectiva apresentam a migração num contexto dinâmico, sistêmico, situacional e relacional, pois integra diferentes atores (indivíduos, família, comunidades, lugares e espaços), eventos demográficos (crescimento populacional, mortalidade, envelhecimento, dentre outros) e econômicos. Para Baganha (2001b), o transnacionalismo é um modelo emergente, onde os imigrantes exploram as vantagens comparativas proporcionadas pela globalização, permitindo criar teias de vínculos transnacionais. Isso é reforçado por Bohórquez-Montoya (2009, p. 276) ao afirmar que:

O transnacionalismo tem múltiplos significados que demarcam diversas perspectivas e apontam para campos de pesquisa muito diferentes: relações sociais que atravessam fronteiras, redes e fluxos de pessoas, ideias e informações, diásporas, reprodução de processos culturais em escala global, reconfiguração e expansão do capital em todo o mundo e movimentos sociais que articulam o local e o global no que foi chamado de espaço social transnacional” [tradução nossa]

Para o autor, somente pode ser considerado um migrante transnacional aquele que constrói campos sociais que vinculam o país de origem ao de destino, mantendo múltiplos relacionamentos, e que esses relacionamentos contribuem para ampliar e unir as fronteiras e reconfigurar o cotidiano de quem emigra – “seu trabalho, seu gênero e identidade de classe, seus relacionamentos com o espaço

27 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>. Acesso em: 2/3/2021.

28 Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-654-21-ccv.htm. Acesso em: 9/6/2021.

público e privado, seus códigos e símbolos sociais, entre outros” [tradução nossa] (BOHÓRQUEZ-MONYOYA, 2009, p. 280) – uma analogia “bifocal”, pois existe uma relação estabelecida com a sociedade de origem e as que são características da sociedade de destino, da “nova sociedade”.

Portes (2005), complementa que, mesmo sendo uma perspectiva individual, o transnacionalismo tem consequências macrosociais devido às decisões pessoais acabarem se tornando “uma ‘exportação’ chave das nações de onde partem e um meio fundamental para manter sua integração na economia mundial” (PORTES, 2005, p.6), – se referindo às remessas enviadas ao país de origem e compras de imóveis no país de destino.

A análise da migração venezuelana na perspectiva do transnacionalismo é evidenciada pela forte atuação das redes sociais e institucionais, pelos vínculos com seu país de origem e de assentamento, pelos movimentos pendulares apresentado por esses imigrantes (SILVA; ABRAHÃO, 2020), pela reconfiguração dos hábitos e de seu *status* (já que muitos imigrantes venezuelanos qualificados acabam por ter que assumir trabalhos com menor qualificação), pela economia das remessas, pois enviam dinheiro para familiares que ficaram no seu país no intuito de ajuda-los a se manterem, e pelo contexto transfronteiriço e de racionalidades (VASCONCELOS, 2021).

Outra questão que reforça a análise do transnacionalismo no contexto da migração venezuelana é no plano legal que através da publicação da Resolução Normativa nº 126, de 02/3/2017, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), concedeu aos residentes na América do Sul, as mesmas prerrogativas contidas no acordo de Livre Trânsito do Mercosul²⁹, favorecendo venezuelanos e nacionais de outros países da América do Sul e, também, a celeridade na concessão do *status* de refugiado. Como dito pela professora Rosana Baeninger³⁰: “...a fronteira do Brasil... que antes era de ‘vizinhança’, baseada na segurança nacional, passa a ser uma fronteira transnacional...”.

Como colocado por Castles (2010, p. 26) a possibilidade de uma teoria de médio alcance sobre migrações poderia permitir “a análise das regularidades e

29 Art. 1º - Poderá ser concedida residência temporária, pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados.

30 Em palestra proferida no VI Simpósio Internacional sobre Migração e Religião - Acolher, Proteger, Promover, Integrar: Conjunturas e Desafios das Migrações na América Latina, Painel 2: “Panorama da Migração no Brasil”, realizado no dia 08/6/2021, pela plataforma “even3.com.br”, disponível também na plataforma YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=fYPd4_lqHaE.

variações em tipos específicos de migrações que compartilham algumas características em comum” (no caso venezuelano, a necessidade de sobrevivência, por exemplo), poder reunir conhecimentos de diferentes ciências que tratam a temática, sem estabelecer regras para sua análise, trazendo para a explicação teórica quatro elementos básicos imprescindíveis: as forças estruturais que promovem a emigração de países em desenvolvimento; a caracterização das forças estruturais que atraem imigrantes para países desenvolvidos; a consideração das motivações, metas e aspirações das pessoas que respondem a essas forças estruturais se tornando migrantes internacionais; e o tratamento das estruturas sociais e econômicas que surgem a fim de conectar áreas de emigração e imigração (CASTLES, 2010). A esses quatro elementos básicos, somaria as experiências dos imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo, em análise sobre a imigração venezuelana, elucidou o quão diferenciado está o processo e o fluxo migratório internacional na contemporaneidade, trazendo a necessidade de contextualizá-los situacionalmente, em decorrência da complexidade e heterogeneidade que implicam.

No caso da diáspora venezuelana, para Páez (2017, s/p), só exacerba os problemas sociais e econômicos que o país vem enfrentando, além da forte pressão que “os perseguidos politicamente, os demitidos da indústria do petróleo e os tratados como cidadãos de segunda classe em seu próprio país – entre eles profissionais de saúde, trabalhadores do setor cultural, jornalistas e comunicadores sociais”, estão sofrendo para sair.

Como dito por Silva e Abrahão (2020, p. 272): “a migração venezuelana é a migração pela sobrevivência”, existindo, ainda, muitos outros fatores e especificidades, por exemplo: políticas públicas, ações e estratégias que se formaram em torno desse fluxo migratório, além do forte envolvimento das OSCs, principalmente as religiosas, e, também, de organismos internacionais, aparentemente em crescimento com esse grupo de migrantes.

O fluxo migratório venezuelano para o Brasil, tem evidenciado transformações na realidade econômica, política e social do país, nos estados e regiões de destino final desses imigrantes, seja pela atuação das redes institucionais e organizacionais – que estão envolvidas nesse processo –, ou pelas condições diferenciadas que esse fluxo vem apresentando; pois, os deslocamentos não ocorrem somente da Venezuela para Roraima, mas também para outros estados e regiões brasileiras, através do Programa de Interiorização do governo federal.

Se tratando das análises das teorias que tratam a temática, a imigração venezuelana se apresenta notoriamente relacionada aos fatores de perpetuação, com uma configuração interdisciplinar, apresentando aspectos que podem ser analisados através da Teoria dos Sistemas de Migração (condições sociais, culturais, institucionais e econômicas alteradas); da Teoria do Capital Social (rede migratória e instituições de suporte); e da Teoria Transnacional que complementa a análise, no sentido da migração venezuelana apresentar uma perspectiva relacional, a partir das interações sociais entre indivíduos e organizações sociais, redes e fluxos de pessoas, ideias e informações, movimentos pendulares, bem como reprodução de processos culturais em escala global. Além de se complementarem nos aspectos micro e macro, trazem em comum: a criação de redes sociais e institucionais como potencializadoras dos fluxos migratórios, a ideia de alterações nas sociedades tanto de origem como de destino, e a manutenção dos vínculos com o país de origem que, apesar de saírem numa condição forçada, muitos de seus familiares ficaram. Esse vínculo com seu país pode sugerir que, num momento futuro, quando a estabilidade econômica e política da Venezuela se restabelecer, haverá um fluxo de retorno, apontando não mais para um Programa de Interiorização, mas um Programa de “Devolução” ou “Retorno”.

Por fim, a presença das variadas redes contribui organizando a produção e mobilidade internacional e nacional dos venezuelanos, em que podemos insinuar que a interiorização destes induz a um diferente tipo de mobilidade, por caracterizar-se por uma migração dirigida, com forte presença do estado, onde seu destino é escolhido, mas não pelos protagonistas.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para refugiados. Atuação do ACNUR junto às redes locais em apoio à população indígena Warao no Sudeste e Sul do Brasil: boas práticas e lições aprendidas [**Relatório**]. Novembro/2019 a março/2021, São Paulo, 2021. 14 p. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531_ACNUR_RelatorioWarao.pdf. Acesso em 2/6/2021.

BAGANHA, Maria Ioannis. A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. *In*: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Globalização, Fatalidade ou Utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2001a. p.135-159.

_____. *Alejandro Portes. Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação. (Resenha). Análise Social*, vol. XXXVI (Outono), 2001b, p.820-822.

BOHÓRQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. **Papel Político**, vol. 14, núm. 1, enero-junio. Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia 2009. p. 273-301.

BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil**. 2011. 129 p. Tese de (Doutorado em Demografia).- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 21/12/2020.

_____. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 04/12/2020.

_____. **Portaria nº 770**, de 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>. Acesso em: 12/1/2021.

_____. **Portaria nº 666**, de 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acesso em: 12/1/2021.

_____. **Resolução Normativa nº 126/ CNIg**, de 2 de março de 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20819083/do1-2017-03-03-resolucao-normativa-n-126-de-2-de-marco-de-2017-20819043. Acesso em: 13/2/2021.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. São Paulo. Três padrões de segregação espacial. *In: Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU** - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 18, n. 35, jul-dez., 2010. p. 11-43.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; FERNANDES, Duval; GALVÃO, Jonnathan Martins. Fluxos Migratórios na Fronteira e os desafios para a assistência social: instrumentos e políticas. *In*: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (coord.); SILVA, João Carlos Jarochinski et al. (Org.). **Migrações Fronteiriças**. Campinas, São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 436-451.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, 44(1). 2010. p.227-264.

FIGUEIREDO, Luiz O.; ZANELATTO, João H. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**. Maringá, v.39. n.1, p. 77-90, Jan-Apr, 2017.

GOMES, Charles P. Os estudos de imigração: sobre algumas implicações políticas do método. *In*: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.275-296.

JIMÉNEZ, Cecilia Inés. Transnacionalismo y migraciones: aportaciones desde la teoría de Pierre Bourdieu. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. n.20, julio-diciembre, 2010. p. 13-38.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU**, Revista. Interdisciplinar da mobilidade humana, Brasília, v. 26, n. 52, abr. 2018, p. 75-94.

MANDERSHEID, Katharina. Criticising the solitary mobile subject: researching relational mobilities and reflecting on mobile methods. **Mobilities** vol. 9, n. 2, 2014. p. 188-219.

MASSEY, Douglas; ARANGO, Joaquin; HUGO, Graeme; KOUAOUCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, Edward. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the Millennium**. IUSSP, New York: Oxfordpress. 2005.

MEDEIROS, Regina de Paula. Entre as andanças e as travessias nas ruas da cidade - Territórios e uso de drogas pelos moradores de rua. [Dossiê]. **Civitas**. v. 19, n. 1, Porto Alegre, jan.-abr. 2019. p. 142-158.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval. Migração venezuelana e a interiorização: respostas aos fluxos migratórios recentes e as redes sociais em Minas Gerais. In: **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.15, n.15. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2020. p. 69-88.

MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Júlia Faria. Pesquisa qualitativa. In: Gustavo da Frota Simões (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. p. 49-82.

NASCIMENTO, Mariângela. Um muro chamado soberania nacional. **Teoria e Debate**. ed. 181, fev., 2019. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2019/02/05/um-muro-chamado-soberania-nacional/> Acesso em: 27/4/2021.

NAIL, Thomas. **The figure of the migrant**. Stanford University Press. Stanford, California, 2015.

NOLASCO, Carlos. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Oficina do CES nº 434, março de 2016. **Centro de Estudos Sociais** – Laboratório Associado: Universidade de Coimbra, 2016.

PÁEZ, Tomás. Amid Economic Crisis and Political Turmoil, Venezuelans Form a New Exodus. **The online journal of the Migration Policy Institute**. 14 de jun., 2017. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/amid-economic-crisis-and-political-turmoil-venezuelans-form-new-exodus>. Acesso em 04/8/2021.

_____. Libertad de expresión, democracia y propiedad. *Derecom*. No. 12. **Nueva Época**. Diciembre-Febrero, 2013. p. 33-51. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337674129>. Acesso em 03/8/2021.

PEIXOTO, João. As Teorias Explicativas das Migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações**. n. 11. Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004. 36 p.

PEÑALVER, Leonardo Vivas; PÁEZ, Tomás. The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis? **Research**. May 2017. 34p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317099053>. Acesso em 02/8/2021.

PORTES, Alejandro. Convergencias teóricas y evidencias empíricas en el estudio del transnacionalismo de los inmigrantes. **Migración y Desarrollo**, n. 4, primer semestre, Mexico, 2005. p. 2-19.

RODRIGUES, Fernando da S.; SILVA, Erica S. da. Estudos sobre colonização e imigração no Norte do Brasil (1840-1930). **Revista de História Regional**. 22(1), 2017. P. 53-73. Disponível em <http://www.revista2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 03/9/2018.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Programa de Pós-Graduação sobre as Américas-CEPPAC**. Estudos avançados (20)57. UnB, 2006. p.197-207.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C. de; NOGUEIRA, Mariana F.S. Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O Decreto Estadual nº 24.469-E como divisor de águas. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coords.); VON ZUBEN, Catarina et al. (Org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 57-67.

SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 18p.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das migrações internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP**. Caxambu, outubro de 2000.

SILVA, João Carlos Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. **MONÇÕES – Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v.8. n.16, jul./dez., 2020. p. 255-278. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em 07/06/2021.

SILVA, Romerito Valeriano da. **Por que, apesar da crise, alguns voltam e outros ficam?** Uma análise comparativa da imigração de retorno de Portugal para o Brasil. 2015, 253 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2015.

SOARES, Weber. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 2002. 344 p. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2002. 344 p.

SOUSA, Leonardo Gomes de. **Redes Sociais, Mercado e Cultura Migratória** – Um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na Microrregião de Governador Valadares no Século XXI. 2016, 154 p. Tese (Doutorado em demografia) - **Universidade Federal de Minas Gerais**, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 2016.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **“Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencia-
lidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no
Amazonas**. 2021. 293 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universi-
dade Federal de São Carlos. São Carlos, 2021.

_____. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. *In*: MACHADO, Igor José de Renó (org.). **Etnografias do refúgio no Brasil**. São Carlos: EduFScar, 2020. p. 104-117.

ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NA FRONTEIRA BRASIL/ GUIANA FRANCESA

Talyta Pontes Monteiro

INTRODUÇÃO

Escrever sobre tráfico humano em região de fronteiras, não é uma tarefa fácil. Considerando o aumento do tráfico de pessoas em todas as partes do mundo, em especial em regiões de fronteira, surge a necessidade de se discutir e refletir mais sobre as interações cotidianas da fronteira e as práticas de tráfico de pessoas que se constituem nesse espaço.

Diante desse desafio o presente artigo tem por objetivo integral analisar os aspectos do enfrentamento ao tráfico de pessoas na fronteira, descrevendo o conceito de fronteira e de tráfico de pessoas com a finalidade estabelecer a conexão entre ambos e sobre o papel do Estado no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Também busca compreender o significado das ações de enfrentamento ao tráfico, bem como, entender os seus desafios em relação à fronteira.

O desenho metodológico foi estruturado a partir do aprofundamento das bases teóricas composta pela pesquisa bibliográfica, descritiva das temáticas condizentes com foco de interesse do estudo. Como efeito observou-se que a abordagem de fronteira apresenta interpretações diferenciadas que em sua maioria a relacionam a limite e demarcação de território e a soberania do Estado Nacional e o tráfico de pessoas se configura na violação dos direitos e da dignidade humana, tendo na fronteira o lugar de passagem utilizado pela rede do crime organizado.

Nesse sentido, o enfrentamento ao tráfico de pessoas na fronteira representa um conjunto de ações de combate, controle, repressão e prevenção em territórios fronteiriços dessa modalidade de crime e que tem como desafio principal superar a alta complexidade de execução de ações dessa natureza na fronteira devida a sua característica singular e a falta de prioridade dada a esse problema na fronteira.

Ao tratar do assunto referente fronteira surge uma série de questões a respeito dos novos mecanismos que se configuram nesse espaço, como a licitude de condições e deslocamentos de pessoas, que em alguns casos trata-se da ação de redes especializadas no tráfico de pessoas para fins de exploração que viola os direitos humanos, fere protocolos e acordos internacionais, colocando em debate a temática da soberania nacional e à segurança da população.

A fronteira é o resultado de um processo histórico de divisão do território, que nem sempre ocorreu pacificamente, porém a fronteira representa a preocupação do Estado com a preservação da sua soberania e principalmente da segurança da população do seu território (BRASIL, 2013).

A dinâmica do movimento na fronteira é diferente, a clandestinidade se torna um elemento comum devido a diversos fatores peculiares que vão desde condições irregulares de migração, ineficiência no controle do tráfego de pessoas e condições geográficas que se tornam facilitadores para a concretização da ação de traficantes (TERESI; HEALY, 2012).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o tráfico de pessoas é uma das piores formas de violações da garantia de direito do ser humano. Conforme informação da Organização Internacional da Migração (OIM) por ano cerca de 4 milhões de pessoas são traficadas em todo o mundo, sendo mulheres as maiores vítimas desse crime (JÚNIOR, 2010).

Essa violação aos direitos humanos fez emergir uma demanda por políticas públicas que possam englobar o Estado em todas as suas competências. Diante disso o Brasil e outros vários países passaram a aderir a medidas de combate ao tráfico de pessoas com abordagem em três dimensões: proteção, repressão e prevenção (GUERALDI; DIAS, 2012).

Em se tratando das medidas adotadas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, as ações devem ser aplicadas de maneira adequada e analisadas segundo a perspectiva dos direitos humanos. A abordagem adotada pelos direitos humanos tem como principais parâmetros o respeito, proteção, cumprimento e promoção. Levando sempre em conta o reconhecimento e a pessoa traficada como o centro da atividade de políticas voltadas para o seu enfrentamento (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013).

Ao refletir sobre a questão do tráfico de pessoas, as políticas de enfrentamento desse problema e toda a complexidade que permeia esse assunto no âmbito da fronteira, buscou-se a fundamentação que norteou as metas para o desenvolvimento desta pesquisa, que teve como objetivo principal analisar os aspectos do enfrentamento ao tráfico de pessoas na fronteira e nesse sentido descrever

o conceito de fronteira e de tráfico de pessoas estabelecendo a conexão entre ambos, bem como, compreender o significado das ações e o papel do estado no enfrentamento ao tráfico de pessoas, pontuando os seus desafios em relação à fronteira.

Para estruturação e desenvolvimento desta pesquisa realizou-se a organização e a operacionalização dos conceitos centrais, importantes para a construção do artigo fundamentado em uma pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa. Desse modo, foi feito um levantamento bibliográfico, procurando estabelecer o referencial teórico-metodológico da pesquisa, embasado em materiais técnicos e científicos que apresentavam conteúdo sobre a temática central do estudo, a fronteira, o tráfico de pessoas, a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o papel do estado e os desafios das ações de enfrentamento ao tráfico em região fronteiriça.

O tráfico de pessoas é uma prática criminosa que viola diretamente os direitos humanos e que acabou se tornando muito rentável para os aliciadores e traficantes que cometem tal crime, fato esse que fez com que o mundo todo voltasse a sua atenção para referida conduta criminosa, pois o tráfico de pessoas foi uma das atividades ilegais que mais se expandiu no século XXI, os criminosos estão sempre aperfeiçoando suas ações para captar mais e mais vítimas, nos últimos anos os aliciadores vêm usado também as redes sociais para captar suas vítimas.

Tanto no Brasil, como no mundo todo, o tráfico de pessoas ampliou os seus caminhos, suas rotas, tornando a circulação das vítimas mais intenso e fácil, fazendo com que o crime seja praticado em diversos lugares, aumentando o volume das movimentações financeiras dos criminosos. O tráfico de pessoas é a terceira atividade ilícita mais rentável do mundo, ficando atrás do tráfico de armas e do tráfico de drogas.

Porém, atualmente os criminosos estão ampliando seu ramo de atuação, é comum nas negociações ou transferência das vítimas quando são vendidas e/ou transportadas para outros países, eles aproveitam e fazem com que as pessoas traficadas levem em suas bagagens drogas e/ou armas, fazendo assim uma espécie de “combo do tráfico”.

Apesar das mulheres, crianças e adolescentes serem as principais vítimas do tráfico de pessoas, todos os indivíduos estão à mercê dos criminosos, pois ele não exclui ninguém e é suscetível de ocorrer em todos os países. Porém, os países com maior ocorrência do crime de tráfico de pessoas e, conseqüentemente, da exploração sexual, que é uma das finalidades do tráfico de seres humanos, são os países mais pobres, onde não há nenhuma perspectiva de futuro para os jovens

e poucas ofertas de empregos, sem educação, países cheios de desigualdades socioeconômicas e instabilidades políticas.

A FRONTEIRA

Existem conceitos de fronteira que a relacionam com limites ou demarcações de espaços que separa nações ou regiões e serve para estabelecer domínios ou a demarcação de territórios (HISSA, 2002).

Sobre a premissa da relação conceitual de fronteira como limite em seus estudos Machado (2000; 2005) defende que existe distinção entre o que é fronteira e o que é limite. Neste sentido a fronteira é caracterizada como o lugar de comunicação e troca podendo ser compreendida como um fator de integração, por outro lado o limite é apenas uma abstração jurídica de controle efetivo do território pelo Estado, representando um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, ou seja, o limite é um fator de separação.

A luz da geógrafa Rodrigues (2015) explica que o conceito de fronteira não se dissocia de outras categorias de análise do espaço, uma vez que a fronteira ocorre no espaço geográfico, identificada como a área que separa dois espaços geográficos com aspectos naturais e humanos distintos.

No Brasil durante o século XX no período do governo militar a fronteira era tida sob a ótica da segurança nacional para qual se instituiu uma política de fronteira pautada na vigilância e proteção, de modo a assegurar crescimento demográfico e econômico do país. (RODRIGUES, 2015; FERRARI, 2014).

Borba (2013) discorre que a fronteira terrestre brasileira é conceituada predominantemente de duas formas. A primeira caracterizada como fronteira linha (limite) linha imaginária (natural ou artificial) delimitada por traçado estabelecido em tratados internacionais. A segunda tipificada como faixa de fronteira, área que abrange a região ao longo da linha de fronteira é uma faixa de até 150 km estabelecida com finalidade de preservar os interesses e defesa da soberania nacional, regida por normas de ocupação, trânsito e exploração econômica.

Em se tratando da denominação de faixa de fronteira a Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Art. 20, § 2º a define da seguinte forma:

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Interpretando a Constituição depreende-se que fronteira marca o limite da soberania do estado nacional brasileiro e faixa de fronteira é o espaço territorial criado para instrumentalizar normas de usos e funções da fronteira.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional a região da faixa de fronteira brasileira apresenta as seguintes características:

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Essa área corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes (BRASIL, 2009, p.11).

Nota-se que o Brasil possui uma região de fronteira extensa que compreende um número considerável de municípios distribuídos no território de 11 Estados, fato que gera complexidade no que tange a diversidade de interações e problemas existentes nestes espaços. Por isso, a compreensão de fronteira, limite e faixa de fronteira se faz necessária para análise da questão referente ao tráfico de pessoas, sendo este tipo de crime materializado na transferência de pessoa de um território para outro com fins de: exploração sexual; trabalho forçado, adoção ilegal, remoção de órgãos e tecidos dentre outros aspectos que violam os direitos humanos, condição que perpassa pelo trânsito dessas pessoas pela fronteira.

Nesse sentido, Teresi e Healy (2012) enfatizam que nas áreas de fronteira identificar ou reconhecer uma situação de tráfico de pessoas é muito mais complexo, justamente por considerarem a fronteira o “lugar de passagem” “lugar” de começo das possibilidades de saída e efeito da migração. O Brasil por possuir um abrangente espaço territorial e uma vasta comunidade populacional se tornou um dos países mais representativos no requisito de origem de vítimas do tráfico de pessoas e em menor índice o trânsito e destino para pessoas traficadas.

A designação de tráfico de pessoas a qual se faz referência é a descrita no Decreto N. 5.948 de 26 de outubro de 2006 que regulamenta a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil e para efeitos desta adota no Art.2 a expressão:

“tráfico de pessoas” conforme o protocolo Adicional à conversão das nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Representação e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, que a define como o recrutamento, o transporte,

a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2006).

O tráfico de pessoas para Albuquerque e Albuquerque (2013) caracteriza-se como uma forma de escravidão, constituída através do deslocamento de homens, mulheres, adolescente e crianças por meio de rapto, engano, fraude, abuso de autoridade, ameaça, coesão e ilusão de uma vida melhor. Tem como finalidade a exploração de trabalho, exploração sexual, exploração nos casos de delitos, servidão doméstica, adoção ilegal, casamento servil e remoção de órgão.

O tráfico de pessoas trata-se de uma atividade ilícita que viola os direitos humanos e a fronteira brasileira com toda sua abrangência requer um cuidado especial devida à alta complexidade do problema relacionado ao tráfico de pessoas nessa região, onde as condições geográficas geralmente se configuram em elementos facilitadores desse tipo de crime.

O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E SEUS DESAFIOS NA REGIÃO DE FRONTEIRA

A soberania do Estado Nacional endossa aos países constituídos o direito de domínio e administração das suas áreas de fronteira. Nesse contexto, o Estado pode tomar suas próprias medidas cautelares para impedir e prevenir o tráfico de pessoas na fronteira ou em qualquer parte de seu território, desde que suas ações sejam condizentes com os princípios estabelecidos pelos direitos humanos.

No Brasil o marco das ações de combate do tráfico de pessoas se estabeleceu com a elaboração da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas promulgado pelo Decreto n.5.948 de 2006 que culminou na execução do Plano Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que busca intensificar as ações firmados na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em seus três eixos estratégicos: prevenção ao tráfico, repressão e responsabilização dos seus autores e atenção às vítimas.

O II Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP), foi instituído em 2013 através do Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013 que

também instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2013-2016).

Já o III Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2018-2022), através do Decreto nº 9.440, de 3 de julho de 2018, institui o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do III Plano, Decreto nº 9.796, de 20 de maio de 2019. Quanto ao atual III Plano em seu primeiro eixo das metas para a gestão da política de enfrentamento em dois pontos é feita menção para atuação na fronteira:

Aprimorar a articulação das operações de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas esferas federativa, estadual, distrital e municipal, em especial nas zonas de fronteira, com observância da sincronia entre as ações deste Plano e as agendas e planos nacionais das políticas públicas, de modo a permitir acordos de fluxos de atendimento, assistência e responsabilização, ações e projetos de cooperação entre a República Federativa do Brasil e os países fronteiriços. Fortalecer e expandir a Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e os Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, com atenção às zonas de fronteira (BRASIL, 2018. – grifos nossos).

Diante do exposto, nota-se que o estabelecimento da política e do plano nacional de enfrentamento ao tráfico são ineptos na atenção dada ao combate do tráfico nas fronteiras brasileiras.

Sobre o enfrentamento ao tráfico na fronteira Scandola, Pauleti e Rodrigues (2014) defendem a necessidade de investimento nos territórios fronteiriços, a desmistificação e o enfrentamento da fronteira nas suas formas reais de sinergia e estruturação. Enfatizam ainda, obrigatoriedades quanto ao fortalecimento das estruturas locais e da autonomia econômica, política e cultural das populações fronteiriças vulneráveis a situação de tráfico.

Direcionando para a análise dos desafios para o enfrentamento ao tráfico humano na fronteira estudos apontam como principal dificuldade a falta de conhecimento das singularidades existentes nas diferentes fronteiras. Em sua pesquisa Teixeira e Almeida (2014) evidenciam a fronteira como um espaço fragilizado que demanda maior atenção em relação ao tráfico de pessoas.

Nesse cenário, Scandola, Pauleti e Rodrigues (2014) corroboram uma adversidade para enfrentamento ao tráfico em região de fronteira está na própria política brasileira que estabeleceu à *faixa de fronteira, dando centralidade a segurança nacional*, sem priorizar a pluralidade dos territórios fronteiriços.

Outra situação problemática do tráfico de pessoas segundo Santos (2015) consiste na decorrência de várias dinâmicas que o marcam, tornando complexa a compreensão deste fenômeno que em muitos casos pode ser confundido, por exemplo, com o contrabando de migrantes, prostituição, turismo sexual e processos migratórios.

Sobre essa premissa o Ministério da Justiça reforça que:

O tráfico de pessoas na área de fronteira é um tema dinâmico, que ainda experimenta vicissitudes em termos de definições conceituais e seus entendimentos. Tais conflitos ocorrem, principalmente, quando da formulação de políticas públicas. Há ainda uma certa dificuldade dos atores estratégicos em diferenciar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual da exploração sexual sem tráfico; a prostituição do tráfico para fins de exploração sexual e do que alguns chamam de “prostituição forçada”; e até mesmo tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual da exploração sexual de crianças e adolescentes, sem que necessariamente tenha sido caracterizado o tráfico. (BRASIL, 2013, p.132).

Desta questão pontua-se a subnotificação dos casos que acaba favorecendo as quadrilhas, sem a notificações adequadas para cada modalidade não haverá interesse do estado para fiscalizar, monitorar e investigar os casos suspeitos. Essa não identificação da vítima é extremamente prejudicial e colabora para o enfraquecimento do combate ao tráfico de pessoas principalmente nas regiões de fronteiras. A respeito disso MCADAM (2014) em seu estudo ressalta que:

Identificar as vítimas do tráfico faz parte dos pilares na luta contra os efeitos do tráfico. é importante observar que “o problema de identificação suscita uma série de questões complexas pragmáticas, em especial quanto à forma de como e quem deve ser identificado. [...] Os agentes das fronteiras são capazes de identificar os sinais de pessoas que foram exploradas, mas quando as vítimas ou vítimas em potencial para o tráfico são interceptadas na fronteira é extremamente difícil identificar. [...] Em essência, identificar uma vítima do tráfico que ainda não foi explorada exige dos agentes de fronteira, não simplesmente a identificação das pessoas ajudadas por terceiros, mas também, a identificação da intenção de explorar. Desafios que determinam a gravidade das vítimas do tráfico são proativos na detecção nas fronteiras quando os imigrantes acreditam ser ilegais ou contrabandeados, e não reconhecem as possibilidades de serem traficados (MCADAM, 2014, p.13,17).

Teixeira e Almeida (2014, p.77) complementam a discussão destacando que: "mesmo quando há indícios do caso ser de tráfico, a vítima raramente se vê como tal, dificultando ainda mais o seu acompanhamento e quando compreende a situação não deseja ser identificada como tal, pois isso de certa forma a estigmatiza".

O Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira resultante da Pesquisa do ENAFRON feita pelo Ministério da Justiça, também faz apontamentos dos desafios ao enfrentamento do tráfico na fronteira, alegando problemas referentes à identificação e registro do crime de tráfico como apontado pelos autores citados. Também, a ausência de estatísticas e informações coerentes das ocorrências nesses espaços para efeito da avaliação e monitoramento da modalidade e finalidade do crime.

Ademais o relatório do Ministério põe em questão a não priorização nas agendas políticas dos problemas vinculados ao tráfico na fronteira, assim como, em algumas unidades da federação brasileira até a própria sociedade civil se mostra alheia aos fatos. Tudo isso demonstra que o tráfico de pessoas é um fenômeno que está sendo secundarizado e que talvez colocá-lo em evidência seja o seu maior desafio.

CONCEITO DE ESTADO

De acordo com o site Wikipédia, a palavra Estado deriva do latim *status*, que significa condição, modo de estar, condição. Surgiu no século XIII e diz respeito a qualquer país soberano, que seja politicamente organizado e que tenha estrutura própria, bem como se refere ao conjunto de instituições que controlam e administram uma nação.¹

Para Max Weber (1982, p. 98), Estado é "aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o 'território', faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima".

Segundo Ernesto Aldo Isuani (1984):

Podem-se encontrar três noções básicas de Estado na literatura da teoria política: a) como uma associação ou comunidade envolvendo uma instituição do governo; b) como uma dimensão da sociedade, abrangendo ou se opondo a outras dimensões sociais; c) como um aparato para o governo, a administração e a coerção. (p. 36).

1 WIKIPÉDIA, a Enciclopédia livre. *Estado*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado#cite_ref-1>. Acesso em: 28 mai 2021.

Nas lições de Pedro Lenza (2018, p. 54), “a organização e a estrutura do Estado podem ser analisadas sob três aspectos: forma de governo: República ou Monarquia; sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo; forma de Estado: Estado unitário *ou* federação”. Ainda nas lições do referido autor, “o Brasil adotou a forma republicana e o sistema presidencialista de governo, bem como a forma federativa de Estado”.

O TRÁFICO DE PESSOAS

Apesar de ser bastante atual, o tráfico de pessoas é praticado desde o início das civilizações. De acordo com Julia Ignacio (2018, s/p), “quando voltamos os olhos para a história percebemos que o tráfico de seres humanos, para distintas finalidades, está presente em diversas fases do desenvolvimento da humanidade”. Continua a referida autora afirmando que:

Existem relatos da comercialização de pessoas para trabalho escravo na Idade Média (de 476 a 1453), durante a república romana. Com as lutas entre diferentes povos para conquistar novas terras, os vencedores passavam a possuir formas de dominar os perdedores, que eram transformados em escravos para atuar na construção de cidades, na realização de serviços domésticos, dentre outras atividades.

Durante os séculos das grandes navegações e das colonizações (XV a XVII), o trabalho escravo se tornou fundamental pois novas terras precisavam ser conquistadas e visando lucro rápido ao menor custo, a utilização do trabalho escravo era a saída ideal. O tráfico negreiro representa, portanto, o mais notório tráfico de pessoas com fins lucrativos. Por aproximadamente 400 anos (1501 a 1875), foi uma das principais atividades comerciais administradas pelos impérios inglês, português, francês, espanhol, holandês e dinamarquês. Durante essa fase, os negros africanos foram trazidos da África para serem suprimento da mão-de-obra não remunerada em diversas colônias, como ocorrido no Brasil, onde a escravidão foi base da economia durante os quatro séculos (2018, s/p).

Existem várias definições que podem ser dadas ao tráfico de pessoas, que também é conhecido como tráfico humano. Essas definições podem sofrer alterações conforme o surgimento de novas modalidades de tráfico. De acordo com o Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do ano de 2010 (BRASIL, 2010, P. 21), o tráfico de pessoas “não só apresenta diversos meios de ser praticado, como também congrega diversos

fins aos quais se destina, tais como o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, para fins de remoção de órgãos e também para fins de exploração do trabalho”, ou seja, “da servidão, escravização e trabalhos forçados, de uma maneira geral”.

A definição de tráfico de pessoas pode ser extraída do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional para Prevenir, Reprimir e Sancionar o Tráfico de Pessoas, especialmente o de Mulheres e Crianças, conhecido também como Protocolo de Palermo que foi elaborado em 2000 e só entrou em vigor em 2003. Referido protocolo, que foi promulgado pelo Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, pelo Brasil, leciona que:

A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004).

Para Julia Ignacio (2018), em um contexto geral, “o tráfico de pessoas consiste no ato de comercializar, escravizar, explorar e privar vidas, caracterizando-se como uma forma de violação dos direitos humanos por ter impacto diretamente na vida dos indivíduos”. De acordo com a supracitada autora, “se houver transporte, exploração ou cassação de direitos, o crime pode ser classificado como tráfico de pessoas, não importa se há supostamente um consentimento por parte da vítima”.

E essa é uma problemática de precisamos conscientizar não só as vítimas, mais também as autoridades de segurança e principalmente as que atuam nas fronteiras, aeroportos e portos. Muitos desconhecem a legislação sobre o tráfico de pessoas, mesmo que a vítima tenha dado consentimento isso não vai desconfigurar o crime, ou reduzir a penalidade dos criminosos, a vítima sempre deverá ser amparada e acolhida em sua fragilidade.

No crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a desigualdade de gênero, existente nas relações de poder entre homens e mulheres, é um dos principais componentes dessa prática criminosa, pois a maioria das vítimas

são meninas, adolescentes e mulheres. De acordo com o Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do ano de 2010:

As mulheres, crianças e adolescentes são introduzidas no universo do tráfico para fins de exploração sexual, geralmente, por aliciadores, que, em muitos casos, são pessoas próximas às vítimas, como familiares, amigos ou colegas. Elas são deslocadas para outras regiões ou países mais prósperos, para trabalharem em boates e casas noturnas como prostitutas. Muitas dessas pessoas, especialmente crianças e adolescentes, são raptadas para esses lugares, presas e drogadas, enquanto outras são enganadas com promessas de atividades diversas da prostituição, como garçonete, manicure, empregada doméstica, babá (BRASIL, 2010, P. 23).

Já no tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo, vários fatores contribuem para a sua prática. No cenário mundial, atualmente, existem alguns aspectos que fizeram com que esse crime se expandisse, que são os efeitos estruturais da globalização, que entre eles estão, de acordo com o Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do ano de 2010, “a terceirização desregrada de partes do processo produtivo, a perda de valor do trabalho e a circulação de produtos entre países trouxeram como consequência a ‘precarização’ das relações de trabalho” (BRASIL, 2010, P. 25).

Quanto ao tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos, há uma alta complexidade na sua execução, visto que o crime, além das vítimas serem jovens e que estejam com uma boa saúde, envolve instituições de saúde que detenham um excelente porte tecnológico e profissionais altamente qualificados.

Segundo o Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, “um dos casos mais relevantes ocorridos no país acerca do assunto, ocasionou a chamada ‘Operação Bisturi’, uma investigação realizada pela Polícia Federal (PF), ocorrida em dezembro de 2003, em Recife” (BRASIL, 2010, P. 25). De acordo com o que consta no referido relatório:

O comprador: um dos maiores pólos médicos do mundo, em Durban, na África do Sul. Os fornecedores: moradores da periferia do Recife. O valor: até US\$ 10 mil por unidade. O produto: rins humanos. Esse é o resumo do maior caso de tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos no Brasil, descoberto pela Polícia Federal, que prendeu 11

peessoas, inclusive dois israelenses. A ação transformou em inquérito uma das mais temidas lendas urbanas, a da máfia de retirada de órgãos humanos. (BRASIL, 2010, P. 25).

O tráfico de criança para adoção ilegal é uma realidade no Brasil e no Mundo, temos casos de adoção ilegal dentro do país e as que as crianças foram para outros países, como aconteceu neste caso recente que a Polícia Federal do Rio de Janeiro fez uma operação contra o tráfico internacional em junho de 2021, onde a mãe vendeu duas vezes a mesma criança, mais não entregou a criança e depois vendeu por um valor muito maior. Essa criança saiu do país e foi para a Alemanha com uma certidão de nascimento falsa.

O tráfico de pessoas resulta de uma série de problemas sociais, tais como as desigualdades existentes na sociedade, a pobreza, o analfabetismo, visto que a maioria das vítimas se encontra em situação de vulnerabilidade, o que faz com que as vítimas se tornem alvos fáceis para os criminosos, que prometem a elas uma vida melhor, bem distante da realidade que elas se encontram.

TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL

Desde a década de 2000, o Brasil vem desenvolvendo um papel fundamental no enfrentamento ao tráfico de pessoas, criando uma Política e um Plano Nacional e, por intermédio do Ministério da Justiça, executando ações que são realizadas através de acordos de cooperação com mecanismos internacionais.

O ponto de partida para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil foi o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional para Prevenir, Reprimir e Sancionar o Tráfico de Pessoas, especialmente o de Mulheres e Crianças, mais conhecido como Protocolo de Palermo, do qual o Brasil é signatário desde dezembro de 2004.

Anteriormente, segundo o escritório no Brasil da Organização Internacional do Trabalho, o conceito de tráfico de pessoas “estava restrito ao artigo 231 do Código Penal, que tipificava o tráfico internacional de pessoas para a prostituição. No entanto, a conceituação do Protocolo de Palermo incorpora também o tráfico de pessoas para trabalho forçado e tráfico de órgãos”.(OIT, 2012).

Nesse sentido, o legislador brasileiro editou a Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código

de Processo Penal) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Após a entrada em vigor da referida lei, o Código Penal passou a vigorar com o art. 149-A, dispondo que:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I – remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II – submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III – submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV – adoção ilegal; ou

V – exploração sexual.

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I – o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II – o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III – o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

IV – a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa (BRASIL, 1940).

De acordo com o Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do ano de 2010, o Plano Nacional estabeleceu 100 (cem) metas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, que foram distribuídas por prioridades, quais sejam:

a) Prioridade nº 1: levantar, sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas, informações e experiências sobre o tráfico de pessoas;

b) Prioridade nº 2: capacitar e formar atores envolvidos, direta ou indiretamente, com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva dos direitos humanos;

c) Prioridade nº 3: mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidades em geral sobre o tema do tráfico de pessoas;

d) Prioridade nº 4: diminuir a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas de grupos sociais específicos;

- e) Prioridade nº 5: articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas de tráfico;
- f) Prioridade nº 6: aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos;
- g) Prioridade nº 7: ampliar e aperfeiçoar o conhecimento sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas instâncias e órgãos envolvidos na repressão ao crime e responsabilização dos autores;
- h) Prioridade nº 8: fomentar a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação articulada na repressão a esse tipo de tráfico e responsabilização de seus autores;
- i) Prioridade nº 9: criar e aprimorar instrumentos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas;(BRASIL, 2010, P. 33-34)

Assim, ainda de acordo com o supracitado relatório, procurou-se “obedecer ao estabelecido na Política Nacional, compreendendo o enfrentamento como a interdependência de ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, de responsabilização de seus autores, assim como de atendimento às vítimas” (BRASIL, 2010, P. 33-34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise é possível captar alguns aspectos cruciais relativos ao tema a exemplo, os apontamentos da fronteira como um espaço de fragilidade para o enfrentamento ao tráfico de pessoas que tem necessidade de construção e implementação de uma rede de atuação efetiva na fronteira e claro seja estruturada considerando as diferenças presentes em cada território fronteiriço.

Concomitantemente, é preciso buscar soluções específicas para as regiões de fronteira o que significa entre outras ações ter conhecimento, profundo e detalhado dessa problemática que ainda é vista como um fenômeno complexo que gera contradições e equívocos que favorecem a rede de crime organizado.

Portanto, para gerar mecanismos eficazes de combate e prevenção ao tráfico faz-se necessário primeiramente compreender a fronteira, distinguir o tráfico humano de outras modalidades de crime que também ocorrem na fronteira e finalmente entender todos os fatores que conectam a fronteira a essa tipologia de crime e os agentes envolvidos na ação tanto do lado de quem combate quanto de quem o comete.

Precisamos fortalecer a política de enfrentamento através de conscientização não só das possíveis vítimas, mais dos agentes de segurança que atuam na região de fronteira, nos aeroportos, portos e rodoviárias para que consiga identificar quaisquer possível vítima ou estar atentos as redes de criminosos que atuam fortemente nesses lugares, promover formação de profissionais da área da saúde que atuam principalmente nas regiões fronteiriças.

E finalmente buscar modelos de desenvolvimento regional que tornem a fronteira espaços estratégicos para cooperação e integração de interesses comuns que possam culminar em acordos bilaterais entre as regiões fronteiriças para o enfrentamento ao tráfico com a máxima colaboração de todos os atores envolvidos direta ou indiretamente.

O tráfico de pessoas, também chamado de tráfico humano, é uma conduta criminosa que fere diretamente os direitos humanos e que se tornou muito rentável para as pessoas que cometem tal crime, fato esse que fez com que o mundo todo voltasse a sua atenção para referida prática criminosa, pois o tráfico de pessoas foi uma das atividades ilegais que mais se expandiu no século XXI.

No Brasil e no mundo, o tráfico de pessoas ampliou os seus caminhos, suas rotas, tornando a circulação das vítimas mais intenso e fácil, fazendo com que o crime seja praticado em diversos lugares, aumentando o volume das movimentações financeiras dos criminosos, o que elevou o tráfico de pessoas para a terceira posição entre as atividades ilícitas mais rentáveis do mundo, ficando atrás apenas do tráfico de armas e de drogas.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho era explanar sobre o papel do Estado no enfrentamento ao tráfico de pessoas e, com o desenvolvimento da presente pesquisa, verificou-se que o Brasil, desde o ano 2004, vem desenvolvendo um papel fundamental no enfrentamento ao tráfico de pessoas, criando uma Política e um Plano Nacional e, por intermédio do Ministério da Justiça, executando ações que são realizadas através de acordos de cooperação com mecanismos internacionais.

Demonstrou-se com o presente trabalho que o Brasil estabeleceu, através do Plano Nacional, 100 metas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, como por exemplo, levantar, sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas, informações e experiências sobre o tráfico de pessoas; articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas de tráfico; aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos e criar e aprimorar instrumentos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, e estruturar centro de

apoio as vítimas de tráfico de pessoas e seus familiares, inclusive para evitar que essa pessoas seja aliciada novamente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Glyzia Nogueira Pereira de; ALBUQUERQUE, **Pedro Henrique Rodrigues de. Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.** 3 ed. Olinda: Asseplan, 2013.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p.59-78, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Institui o Estado Democrático da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

_____. **Decreto n. 5948, de 26 de outubro de 2006.** Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2008.

_____. **Decreto n. 9440, de 03 de julho de 2018.** III Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2018.

_____. Ministério da integração nacional. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF.** Brasília: Secretaria de Programas Regionais – SPR, 2009.

_____. Ministério da justiça. **Pesquisa ENAFRON: Diagnóstico Sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira.** Brasília: Secretária Nacional de Justiça, 2013.

BRASIL. **Relatório Final de Execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça. 1ª ed. Brasília: 2010.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**. V.9, n.10, p.1-25, 2014.

GUERALDI, Michele; DIAS, Joelson. **Em Busca do Éden**: tráfico de pessoas e direitos humanos, experiência brasileira. São Paulo: Max Limonad, 2012.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Mobilidade das fronteiras**: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

IGNACIO, Julia. Tráfico de Pessoas: Como é Feito no Brasil e no Mundo? **Politize!**, [SL], 22 de março de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/trafico-de-pessoas-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 28 mai 2021.

ISUANI, Ernesto Aldo. Três Enfoques Sobre o Conceito de Estado. **Revista de ciência política**, Vol. 27, Nº 1. Rio de Janeiro: jan-abr de 1984. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/60372>. Acesso em 28 mai 2021.

JÚNIOR, Laerte I. Marzagão. **Tráfico de pessoas**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LENZA, Pedro (Coord.). **OAB Esquematizado**. Primeira Fase – Volume Único. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas**: globalização e territórios na América Latina. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. In: **Território**. n.8, Jan/Jun. LAGET/UFERJ, 2000.

MCADAM, Marika. ‘Quem é Quem nas Fronteiras?’ “Identificando o tráfico humano nas fronteiras internacionais sob a perspectiva de direitos”. In. **Tráfico interno no Brasil**. GUERALDI, Michelle-(Org.). Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p. 11-27.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil (2004-2011)**: Avaliações e Sugestões de Aprimoramento de Legislação e Políticas Públicas. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho; Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas (GTIP) - Brasília: OIT, 2012.

PIOVESAN, Flávia; KAMIMURA, Akemi. Tráfico de pessoas sob a perspectiva de direitos humanos: prevenção, combate, proteção às vítimas e cooperação internacional. In: **Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos**. ANJOS, Fernanda Alves dos. (Org.) [et al]. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e Território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica**. Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA, n. 2, p. 139-157, Dez. 2015.

SANTOS, Alessandra Rufino. Tráfico humano e contrabando de migrantes em regiões de fronteiras. **TEXTOS&DEBATES**, Boa Vista, n.27, v.2., p. 349-367, jan./jun. 2015.

SCANDOLA, Estela Márcia Rondina; PAULETI, Maucir; RODRIGUES, Yane Saara. Territórios fronteiriços e tráfico de pessoas em Mato Grosso do Sul. **MPMS**, [SL], jan./dez. 2014.

TEIXEIRA, Lilian Aguilar; ALMEIDA Luciane Pinho de. Discutindo os desafios para a rede de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas na fronteira do Mato Grosso do Sul. In. **Tráfico interno no Brasil**. GUERALDI, Michelle-(Org.). Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p.68-91.

TERESI, Verônica Maria; HEALY, Claire. **Guia de referência para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OS DESAFIOS PARA PROTEÇÃO À INFÂNCIA MIGRANTE

Gheysa Daniele Pereira Moura

INTRODUÇÃO

Os estudos migratórios não são uma novidade no meio acadêmico brasileiro, já que desde o final do século XIX e início do século XX pesquisadores se dedicam a analisar esse fenômeno humano, principalmente no período correspondente à passagem da mão-de-obra escrava para a assalariada. De acordo com Luís Reznik (2020, p. 07) “o tema da imigração ganhou renovado impulso pelas novas correntes migratórias que o Brasil vem recebendo”, sem dúvida esse fôlego renovado não apenas impulsionou novos estudos, mas também levou a ampliar as análises para além da categoria trabalho, com recortes etários, de gênero, de raça, religiosos, etc. No entanto, apesar dos avanços dos estudos sobre as migrações no Brasil, ainda se observa uma escassez de trabalhos que se dedicam a analisar a migração infantil.

Essa escassez pode ser justificada pela dificuldade de obtenção de dados oficiais sobre o processo que envolve a mobilidade das crianças¹ e pela difícil conceituação da infância migrante. Entende-se que para uma possível conceituação da infância migrante, se faz necessário voltar no tempo e compreender o processo que levou ao reconhecimento da criança como cidadã e como sujeito de direitos.

Quando se pensa na migração infantil, há uma tendência a centralizar as análises em seu processo de integração social no ambiente escolar, ou como uma variante que caracteriza a migração feminina. No entanto, deve-se considerar que as crianças possuem um fluxo migratório próprio, mesmo quando acompanhadas da unidade familiar, não apenas pelas características do deslocamento, mas

1 Neste estudo, quando utilizamos o termo “criança”, estamos considerando todos os indivíduos com idades entre 0 e 17 anos, ou seja, crianças e adolescentes.

porque a migração infantil não limita a travessia de uma fronteira transnacional, trata-se de um processo de experimentação da mobilidade humana.

A criança migrante experimenta a migração espacialmente e emocionalmente, de forma que durante essa experimentação se constrói sua identidade e sua utilidade para a sociedade, lhe garantindo o direito à existência, a cidadania e a dignidade humana. A negação à dignidade humana e à cidadania, representado pela falta de moradia, alimento e acesso a outros direitos como saúde, educação e Assistência Social, condena essas crianças a “inexistência social”, apresentando aspectos específicos que exigem ações protetivas que desafiam o Sistema de Proteção e Garantia de Direitos brasileiro.

Para falarmos sobre os desafios para proteção à infância, precisamos lançar um olhar global sobre a questão migratória e entender o que de fato estamos protegendo. Migrar é um direito humano, esse direito implica não somente a ação de deslocar-se geograficamente, mas no reconhecimento de que toda e qualquer pessoa que decida migrar ou que seja forçada a deixar seu local de nascimento, tem o direito de ser respeitada enquanto ser humano, lhe sendo garantido o direito à cidadania e a digna humana. Nesse sentido, este artigo visa discutir o direito à cidadania e a dignidade humana das crianças migrantes no Brasil, considerando as políticas de proteção e os desafios à proteção e garantia de direitos à infância migrante.

UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE A INFÂNCIA MIGRANTE

Só podemos pensar em uma infância migrante, se reconhecermos a existência de uma infância estabelecida, que perpassa pela compreensão conceitual da criança e da infância. A definição do que se compreende conceitualmente como criança e infância não é uma invenção da sociologia moderna, uma vez que desde o século XV já se discutia na Europa o que seria a infância, conseqüentemente, quem eram as pessoas que poderiam ser consideradas crianças.

No final do século XVIII, as crianças deixaram de ser reconhecidas como “pequenos adultos”, passaram a ter certo “valor humano”, embora ainda continuassem sendo reconhecidas como um objeto cujos pais eram seus proprietários. No século XIX, a criança era vista como receptora de orientações cognitivas que objetivavam a manutenção dos sistemas sociais, apesar da ampliação de discussões acerca da necessidade de proteção à criança, que implicava no reconhecimento da criança como ser humano. No século XX, período que corresponde ao interstício das grandes guerras, a criança passou a ser reconhecida

como indivíduos com a ampliação do debate e de compreensão da importância da infância para o desenvolvimento psicossocial dos sujeitos.

Embora não se tenha um número exato de quantas crianças ficaram totalmente desacompanhadas ou que foram forçadas a se separar das famílias em decorrência dos conflitos, esse período marca a ampliação do debate sobre a proteção à infância, não porque se compreendia a importância dessa fase da vida para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos, mas porque essas crianças representavam um problema para os governos europeus.

Zelimar Soares Bidarra e Luciana Vargas Netto Oliveira (2008, p. 158) afirmam que “à medida em que a criança foi adquirindo o status de pessoa, também obteve gradualmente o direito à proteção e à autodeterminação”. O reconhecimento gradual do direito à proteção da infância acompanhou o aprofundamento dos estudos sociológicos e antropológicos sobre o significado da infância e da própria criança.

Entre as principais obras que procuraram conceituar o que seria a criança e a infância, destacamos autores como Margaret Mead e seu marido Gregory Bateson (1942), que buscaram compreender como as crianças assimilaram o que se considerava necessário para a vida adulta e a manutenção da sociedade. Phillipe Ariès (1981) entende a infância como uma construção social e heterogênea, rompendo com a visão de Jean-Jacques Rousseau de infância pura e sacralizada que a sociedade corrompe, permitindo o aprofundamento dos debates antropológicos e sociológicos da infância.

Outro autor que não pode deixar de ser citado é William Corsaro (2011), por propor uma nova metodologia para realização de estudos sobre a infância, sugerindo que o investigador deve buscar uma maior aproximação com universo da criança, a partir da observação e participação direta nas formas de interação social e brincadeiras da criança. Corsaro defende que as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, produtoras de cultura sem deixar de receber e reproduzir os códigos éticos e morais das sociedades adultas.

No Brasil, destaca-se o livro “A Antropologia da Criança” de Clarice Cohn (2005), que marca um amadurecimento dos estudos sobre a infância no país. A autora propõe que a infância seja analisada com base nos sentimentos experimentados em um determinado momento da vida, reconhecendo a criança como um cidadão ativo e efetivo, que interage com os adultos, com outras crianças e com o mundo.

Marisa Lajolo lembra que durante o processo de desenvolvimento das sociedades o tema da infância foi tratado e concebido de diferentes formas:

O Vocabolario della lingua italiana, por exemplo, define infanzia como o periodo della vita che va dalla nascita ai dodici anni, enquanto que

o dicionário Webster define *infancy* como *early childhood*, ao passo que um dicionário latim-português estabelece limites etários precisos no verbete *infans*, antes, ao dizer que aos sete anos é que se considera terminado o período em que a criança era incapaz de falar (LAJOLO, 2016, p. 325)

Como podemos perceber o tema da infância precisa estar em constante reflexão, uma vez que a compreensão dos fenômenos, das coisas, da utilidade dos sujeitos está em constante transformação. Assim, cada sociedade vai observar e definir os significados dos termos a partir das realidades observadas.

Esse breve resgate histórico dos estudos sobre a infância e a criança ainda não nos aponta diretamente o que seria a infância migrante, mas nos permite dizer que o significado dos termos infância e criança se sustentam em práticas de interação social característicos de uma determinada fase da vida. Sob essa perspectiva, questiona-se o que caracterizaria a infância migrante?

Pablo Ceriani Cerdenas, Lila Garcia e Ana Gómez Salas (2014, p. 10-11) apontam as seguintes características:

- a. Crianças e adolescentes que permanecem em seu país de origem e os pais migram para outro país;
- b. Crianças e adolescentes nascidas no país e destino, e no caso do país adotar o princípio do *ius sanguinis* ou *jus soli*, essas crianças teriam o direito de possuir a nacionalidade do país de destino e do país de origem dos pais;
- c. Crianças e adolescentes retornados, que seriam aquelas nascidas em um país de destino dos migrantes, que retornam ao país de origem dos pais, sozinhos ou acompanhados, independente da forma como se dão o retorno (voluntariado, deportação ou repatriação);
- d. Crianças e adolescentes que migram com a unidade familiar ou somente com um dos pais de forma regular ou irregular;
- e. Crianças e adolescentes que migram desacompanhadas da companhia de um adulto, por diversos motivos;
- f. Crianças e adolescentes separadas, que migram acompanhadas de um membro da família extensiva, geralmente dos avós.

Essa caracterização mescla a ação de deslocar-se geograficamente e o posicionamento da criança no contexto migratório, destacando que as crianças migrantes não se limitaram aquelas que cruzam as fronteiras nacionais, ao incluir

todas as crianças que de alguma forma vivenciam a migração, mas, não contempla uma conceituação do que seria uma infância migrante.

Se seguirmos a perspectiva dos estudos sobre a infância migrante em ambiente escolar, nos centraremos nas práticas sociais da criança migrante em comparação com a criança estabelecida, veremos que ambas possuem um elemento lúdico é um elemento emocional, que deve ser pensada a partir do espaço-tempo, mas que a forma como essas práticas se manifestam diferem em detrimento da forma como a criança reconhece emocionalmente o espaço social: espaço-medo, espaço-alegria, espaço-tristeza, espaço-igualdade, etc.

Marcelo Lopes de Souza (2004, p. 23) afirma que “as ações humanas não são independentes do espaço social, ao contrário, existe uma dimensão espacial da sociedade que se relaciona de forma implícita e outras de forma mais explícita, como aspectos da identidade e de organização”. Nesse sentido, não podemos supor que a infância migrante seria isenta da influência do espaço social, ao contrário, deve-se considerar como a subjetivação e determinação da infância migrante no imaginário social se relaciona a sua prática social nos espaços sociais e a sua institucionalização.

A institucionalização da infância migrante não significa o confinamento da criança que se encontra em espaços de acolhimento, mas ao reconhecimento da existência de uma identidade normativa de uma criança que se encontra em movimento interno e transnacional, através de arranjos sistêmicos ou de convenções sociais, que lhes garanta o direito a proteção, à cidadania e a dignidade humana.

A criança com base na sua interpretação de mundo, vivenciando ou não as migrações, sempre vai expressar seu sentimento e experiências através de suas práticas sociais, que mesclam elementos que caracterizam e identificam a sociedade de origem da criança, com práticas próprias das sociedades receptoras, produzindo uma nova herança cultural, devendo essas práticas sociais serem interpretadas como ações que demonstram o protagonismo da criança em sua própria história, sem ignorar a necessidade de sua proteção. Razão pela qual a discussão conceitual da infância, embora possa ser vista como um tema superado por alguns, ainda se mostra em aberto quando se pensa em uma infância migrante.

MIGRAÇÃO INFANTIL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A infância migrante se mostra multifacetada, no entanto, se observa uma tendência dos pesquisadores da infância na contemporaneidade em concentrar-se nos fatores que o adulto considera como sendo de maior vulnerabilidade e risco

pessoal e social, com o conseqüente reconhecimento institucional da criança migrante como um sujeito vulnerável ou hipervulnerável.

Podemos dizer que a infância migrante não seria um conceito que se esgota em si, mas uma experiência individual que se reflete na construção sócio-histórica e cultural coletiva de subjetivação e institucionalização da criança migrante, que só seria percebida quando suspensa a análise, ao mesmo tempo em que se encontra as bases para existência da criança migrante na própria Declaração dos Direitos Humanos.

A Declaração dos Direitos Humanos², reafirma direitos que objetivam a garantia da promoção das condições dignas de vida ou “sobrevivência” de todas as pessoas, compreendendo o ser humano de forma integral, nas palavras de André de Carvalho Ramos (2015, p. 39) “os direitos humanos asseguram uma vida digna, na qual o indivíduo possui condições adequadas de existência, participando ativamente da vida de sua comunidade”. Isto é, na gênese da humanidade os seres humanos possuem direitos que lhes são inerentes desde o nascimento, que são assegurados internacionalmente e em cada Estado Nação, por meio de legislações que versam sobre aquilo que se mostra fundamental para garantia de liberdades individuais, igualdade entre todos os seres humanos e a dignidade humana.

No plano internacional, os Direitos Humanos se subdividem em três ramos de proteção: o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), o Direito Internacional Humanitário (DIH), e o Direito Internacional dos Refugiados (DIR),

a inter-relação entre esses ramos é a seguinte: ao DIDH incumbe a proteção do ser humano em todos os aspectos, englobando direitos civis e políticos e também sociais, econômicos e culturais; já o DIH foca na proteção do ser humano na situação específica dos conflitos armados (internacionais e não internacionais); finalmente, o DIR age na proteção do refugiado, desde a saída do seu local de residência, trânsito de um país a outro, concessão do refúgio no país de acolhimento e seu eventual término. (RAMOS, 2015, p. 67)

2 Após a Segunda Guerra Mundial, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como uma forma de impedir que houvesse novos casos de genocídios e torturas, afirmando em seu preâmbulo que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade”, não resumindo esses atos bárbaros a violência extrema, mas a ausência e/ou negação de direitos. Para mais informações, ler: **Declaração dos Direitos Humanos - 1948**. Disponível em https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf Acesso em 06 de set de 2021.

O ponto de convergência entre os três ramos de proteção internacional é exatamente o direito à cidadania. Quando falamos em cidadania, não nos referimos a nacionalidade, mas do direito ao acesso às condições materiais e subjetivas que formam o complexo social (habitação, mobilidade urbana, lazer, cultura, serviços públicos de qualidade, etc), devendo o Estado assegurar uma vida justa e digna para todos, e não apenas para os que detêm o capital.

O debate acerca da cidadania compreende o ponto central das relações sociais, sobretudo, da relação sociedade civil x Estado. Envolvendo todo o sistema político, econômico e social, materializando-se nas formas de relação e interação dos indivíduos com as famílias, as comunidades, a sociedade e o Estado. Portanto, a cidadania seria um direito que implica necessariamente em uma participação ativa e efetiva dos indivíduos na vida da sociedade, sem participação não há cidadania.

Duncan Green (2009, p. 24) afirma que os direitos de forma geral estão “naturalmente vinculados às noções de cidadania, participação e poder”. No entanto, não podemos esquecer que alguns grupos como as crianças, são o elo “fraco” das relações de poder, que podem ser entendidas como relações de dominação: política; econômica; religiosa; social; cultural; etc. Que se manifestam de diversas formas, mas é através da negação de direitos da criança e sua consequente invisibilização que essa relação ganha materialidade.

A correlação de forças se dá entre a criança e o adulto; a criança e a sociedade; e a criança e o Estado, sendo percebida pelo aumento dos casos de violências físicas e sexual, homicídios, tortura, maus tratos, negligências e abandono da criança; exploração da mão de obra e da imagem da criança; dificuldade de acesso aos serviços públicos e negação de direitos, que são agudizados quando se trata da criança migrante pela sua condição de invisibilidade social.

Apesar de toda essa discussão sobre cidadania e dignidade humana a partir da Declaração dos Direitos Humanos, a criança só foi reconhecida, verdadeiramente como humana em 1989 quando houve a aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que define como criança todo ser humano menor de 18 anos de idade, mas ressalvando que deve ser resguardada as situações em que a lei aplicável em cada Estado Parte permita que a criança alcance a maioridade antecipadamente.

No entanto, em seu preâmbulo e em muitos dos seus artigos, a referida convenção define os direitos da criança num sentido próximo ao da Declaração dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas de 1959, ou seja, apenas como direito a uma proteção especial e não um direito humano.

Porém, em outros pontos a Convenção sobre os Direitos da Criança apresentam avanços acrescentando que esse “direito à proteção especial” se inclui outros tipos de direitos:

Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança capaz de formar seus próprios pontos de vista o direito de expressar essas opiniões livremente em todos os assuntos que afetam a criança, sendo as opiniões da criança devidas peso de acordo com a idade e maturidade da criança.

Artigo 13 - A criança tem direito à liberdade de expressão; este direito deve incluir a liberdade de buscar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, seja oralmente, por escrito ou impressa, na forma de arte ou em qualquer outro meio de escolha da criança.

Artigo 14 - Os Estados Partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, consciência e religião.

Artigo 15 - Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade pacífica conjunto.

Dos Artigos 12 ao 15 da Convenção dos Direitos da Criança pressupõe certo grau de capacidade reflexiva e de responsabilidade, isto é, pressupõem as crianças como sujeitos titulares de direitos essencialmente autônomos, mas com capacidade limitada de exercício da sua liberdade e dos seus direitos.

Para efetivação da Convenção sobre os Direitos da Criança por parte dos Estados Nação signatários, entre eles o Brasil, entende-se importante que sejam observados os seguintes princípios: Não discriminação; Interesse superior da criança; Direitos à sobrevivência e ao desenvolvimento; e o Respeito à opinião da criança.

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL,1988), em seu artigo 1º inciso II e III apresentam como fundamento do Estado o respeito à cidadania e a dignidade humana, não necessitando de legislação específica para ser garantido como direito, pois devem estar presente em todas as legislações e ações do Estado brasileiro.

Deve-se ter em mente que aquilo que é fundamental a existência humana não se limita a necessidades materiais, abrange o próprio direito de existir enquanto ser humano, com a garantia da proteção integral e de reconhecimento da cidadania de todos os aqueles que nasceram ou tenham o Brasil como local de residência habitual.

Os constituintes buscaram assegurar o direito à cidadania e a dignidade humana na CF/1988, no Capítulo VII, artigo 227 definindo que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O referido dispositivo constitucional foi regulamentado por meio da Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), reforçando o papel da família como elemento imprescindível para proteção integral da criança, mas que a proteção integral e garantia de direitos desse segmento, também é de responsabilidade da sociedade e do Estado.

O referido estatuto não define uma criança migrante, mesmo trazendo em seu artigo 3º parágrafo único o direito a não “discriminação de nascimento”:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990).

Como podemos observar o termo “sem discriminação de nascimento” se mostra extremamente abstrato, tanto pode ser utilizado para se referir a modalidade do parto (natural, cesáreo, domiciliar, em unidade hospitalar, dentro do rio, etc), como ao local de nascimento (no Brasil ou em outro país). Na prática, a criança migrante foi invisibilizada nesse importante instrumento jurídico, reforçando a sua posição de não-cidadania, dependendo diretamente da vontade política e da interpretação dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos para ter assegurado o seu direito à cidadania e a dignidade humana, presentes em todos os dispositivos da Lei 8.069/1990.

O ECA objetiva instituir, articular e integrar todas as políticas públicas destinadas à proteção e garantia de direitos, sob a perspectiva da prioridade absoluta

e do melhor interesse da criança. O parágrafo único do artigo 4º, define que a garantia da prioridade absoluta deve compreender:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

A prioridade absoluta não significa ordem de preferência de atendimento, mas que em toda e qualquer ação do Estado, deve-se priorizar a garantia do direito da criança à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Juridicamente, o Brasil apresenta um conjunto legal de maior amplitude no que se refere a proteção e de instituições que visam a garantia de direitos da criança, mas nem sempre se traduz na garantia efetiva de direitos desse segmento, no caso da infância migrante, antes mesmo da negação do direito à regularização documental, a primeira violação de direitos observada na realidade concreta é a falta de moradia.

A falta de moradia, principalmente quando da chegada das crianças ao Brasil, mostra-se como um aspecto extremamente angustiante, como aponta o estudo organizado por Gioconda Herrera, Soledad Álvarez Velasco e Gabriela Cabezas *Voces y experiencias de la niñez y adolescencia venezolana migrante en Brasil, Colombia, Ecuador y Perú*:

Los niños y adolescentes que viven en ocupaciones o en las calles presentan también, problemas emocionales, cuadros depresivos y sensaciones perennes de tristeza, ansiedad y rabia [...] Los niños y adolescentes llegan de Venezuela tras haber experimentado situaciones muy difíciles y ahora en Brasil experimentan los problemas derivados de no tener un lugar donde dormir, donde permanecer y alimentarse correctamente (HERRERA, VELASCO e CABEZAS, 2020, p. 75)

As migrações possuem classe social, observa-se que diferentemente dos migrantes oriundos do continente Norte Americano, Europa e/ou executivos de multinacionais asiáticas, os venezuelanos migram sem recursos financeiros para alugar ou comprar uma moradia, tendem a ocupar logradouros

públicos e terrenos baldios, esses migrantes passam a ser reconhecidos pelo senso comum como um “objeto de desarmonização do espaço”. Se cria uma imagem negativa dessa população, categorizando os sujeitos entre primeira e segunda classe, sendo a condição de domiciliado uma prerrogativa do direito à cidadania, isto é, aqueles que vivem em situação de rua, não são reconhecidos socialmente como cidadãos, muitas vezes lhes retirando a condição de humano.

Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (2019, p. 18), em sua dissertação de mestrado, salienta que “o uso da denominação ‘situação de rua’, em vez de ‘pessoa de rua’, evita a naturalização com que se encara, muitas vezes, a existência de pessoas (sobre)vivendo nas ruas, demonstrando que não existem “pessoas da rua”. Isto é, existem seres humanos que podem diversos fatores psicossociais e econômicos, foram forçados a viver em situação de rua, em uma condição de não-cidadania.

O crescimento no número de migrantes venezuelanos, incluindo crianças, vivendo em situação de rua em diversas cidades brasileiras, sobretudo em Pacaraima, se mostra uma constante desde 2016.

Conforme os dados divulgados pela Organização Internacional para Migrações (OIM, 2021a), em seu informe de agosto de 2021, havia um total de 4.015 venezuelanos vivendo fora de abrigos da Operação Acolhida na cidade de Pacaraima, Estado de Roraima, estando 2.065 em situação de rua, das quais 500 eram crianças, e 1.950 em espaços de ocupações espontâneas em áreas públicas e privadas, destas 850 eram crianças, totalizando 1.350 crianças migrantes vivendo em condições subumanas. Entre as crianças que estavam vivendo nos espaços de ocupação espontânea, 423 eram meninos e 427 eram meninas, 21 estavam desacompanhadas de um adulto.

Na cidade de Boa Vista, capital de Roraima e que apresenta o maior número de abrigos da Operação Acolhida, o informe de agosto de 2021 (OIM, 2021b), indicava que haviam um total de 1.854 venezuelanos vivendo fora de abrigos da Operação Acolhida, das quais 646 eram crianças, 11 viviam em situação de rua, 315 em espaços de ocupação espontânea em áreas públicas e privadas, e 312 encontravam-se no Posto de Recepção e Apoio (PRA) da Operação Acolhida, localizado nas proximidades do Terminal Rodoviário da cidade.

Das 315 crianças que viviam nos espaços de ocupação na cidade de Boa Vista, 171 eram meninos e 153 eram meninas, havendo 4 crianças desacompanhadas. Já entre as crianças que estavam no PRA, 159 eram meninos e 153 eram meninas, não havendo nenhuma criança desacompanhada.

A condição de não domiciliado, leva a diferenças no acesso a Direitos, como por exemplo o Direito à educação entre as cidades de Boa Vista e Pacaraima, “tanto por la región donde se vive como por las condiciones que permiten o no tener conocimiento y los recursos para trasladarse a determinado lugar” (HERRERA; VELASCO; CABEZAS, 2020, p. 86). Essas dificuldades relacionam-se tanto com a disponibilidade de vagas nas escolas da rede pública de ensino municipal e estadual, como com a falta de documentação que comprovem o histórico escolar da criança e a condição de transitoriedade das unidades familiares.

Conforme o informe de agosto de 2021 da OIM (2021a), entre as crianças em idade escolar (5 a 17 anos) que estavam vivendo nos espaços de ocupação espontânea em áreas públicas e privadas na cidade de Pacaraima, 76% estavam inseridas na rede pública de ensino municipal ou estadual. Entre as crianças em idade escolar que viviam em áreas de ocupação na cidade de Boa Vista, esse percentual aumenta para 81%, em contrapartida o percentual de inserção na rede pública de ensino municipal ou estadual das crianças em idade escolar, que encontravam-se no PRA, cai para 12%, por duas razões principais: as famílias que vivem no PRA possui uma característica de transitoriedade e, uma vez que o referido espaço não possui a classificação de abrigo, o endereço não pode ser utilizado para fins de comprovação de domicílio da criança no ato da matrícula.

Os informes da OIM (2021a) indicam haver 25 adolescentes e mulheres grávidas e 106 lactantes vivendo em espaços de ocupação espontânea na cidade de Pacaraima; 19 adolescentes e mulheres grávidas e 34 lactantes em áreas de ocupação espontânea, bem como 30 adolescentes e mulheres grávidas e 65 lactantes no Posto de Recepção e Apoio (PRA) na cidade de Boa Vista. Contudo, os informes não trazem o quantitativo exato de quantas adolescentes estariam grávidas ou na condição de lactante, o que as invisibiliza em suas necessidades específicas. Esta invisibilização estatística, simbolicamente pode ser interpretada como uma transição imediata da vida infantil para vida adulta, desconsiderando os fatores psicossociais que orbitam o entorno dessa mãe-adolescente e que agravam a sua situação de não-cidadania.

Os informes da OIM não apresentam números concretos que possam dimensionar o acesso às crianças imigrantes e refugiadas venezuelanas ao atendimento médico hospitalar e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que entre os equipamentos da Assistência Social, figura como a principal porta de acesso da população que vive em espaços de ocupação espontânea e em situação de rua à cidadania, já que apresenta um leque de programas e projetos que visam a proteção integral dos sujeitos.

Evidente que a realidade brasileira demonstra a dinâmica de transformações sociais no país que levaram a um processo de aprofundamento da não-cidadania e de violação de direitos, com maior gravidade em relação a população migrante, evidenciado pelo desmantelamento das políticas de proteção social, e a falta de políticas públicas (programas e projetos) que atendam as demandas específicas dessa população, o que obriga a população migrante a judicializar ações para ter reconhecido o seu direito à cidadania e a dignidade humana.

A PROTEÇÃO À INFÂNCIA MIGRANTE NO BRASIL

No Brasil, tanto a criança nata quanto a migrante não gozam plenamente de seus direitos, porém, as crianças migrantes, independente do status migratório³, são os que apresentam as maiores dificuldades, principalmente as crianças por comporem um grupo que apresenta múltiplos fatores de vulnerabilidades, permitindo a sua classificação como hipervulnerável, ou seja, são sujeitos cujas capacidades de resistência e superação são inferiores aos múltiplos fatores riscos pessoais e sociais que se apresentam de forma particularizada, ainda que observados e analisados em contextos como os migratórios, em que a coletivo se sobrepõe ao individual, apesar dos diversos instrumentos e estatutos jurídicos internacionais e internos de proteção.

Precisamos compreender que a proteção não é palpável, ela se encontra no campo das abstrações e dos sentimentos, uma vez que somente se materializa por meio de ações que contribuem para que os indivíduos se sintam seguros, ou seja, a necessidade de segurança decorre da existência do medo, que seria experimentado distintamente pelos seres humanos.

A Política de Proteção Social pode ser entendida como o resultado de um conjunto de determinantes econômico, político e culturais inerentes ao aprofundamento do capital, e resultado da mediação do Estado ante o conflito entre as classes, sendo a teoria da pobreza e das mazelas sociais o “pano de fundo” da discussão acerca das Políticas de Seguridade Social, muitas vezes reconhecidas exclusivamente por meio de políticas de transferência direta de renda ou de acolhimento institucional.

3 A Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, define os diversos tipos de visto de ingresso no Brasil e status migratório, entre eles: apátridas, residentes temporários, residentes permanentes, fronteiriço, etc. Salvaguardando em seu artigo 2º “as normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares”. Para mais informações consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm

Maria Luzia Mestriner (2008, p. 17) afirma que “longe de assumir o formato de política social, a proteção social desenrolou-se como doação de auxílios sem superar o caráter benemerente”, uma vez que, a face imediatista de um grande número de políticas sociais apenas reproduz a pobreza e a desigualdade social, por serem operacionalizadas de forma descontinuada e/ou pontuais.

Potyara Amazoneida Pereira (2011, p. 16) definiu proteção social como um “sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos”. Nesse sentido as Políticas de Proteção Social deveriam garantir a emancipação do cidadão.

Em relação a proteção à infância no Brasil, mesmo com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Criança e dos Adolescentes assegurando o direito à cidadania e a dignidade humana às crianças, e que se tenha avançado em muitos aspectos relacionados a proteção à infância nos últimos 30 anos no Brasil, são inúmeros os desafios aos gestores, legisladores e profissionais que atuam diretamente na atenção a esse segmento, sobretudo, quando voltamos nosso olhar a migração infantil.

O primeiro aspecto desafiador a ser considerado refere-se ao fato de não haver igualdade entre os fluxos migratórios infantis, apenas similitudes entre os motivadores para a tomada de decisão pela migração transnacional.

A migração infantil venezuelana apresenta algumas características gerais, que podem ser considerados ponto de partida para compreensão dessa similitude:

- Cruzam as fronteiras transnacionais na condição de regularidade ou irregularidade, ou seja, nem todas passam pelo controle migratório dos países. Além da falta de documentação de viagem ou até mesmo da certidão de nascimento;
- Migram com suas famílias nucleares ou com algum cuidador conhecido da família, membro da família extensiva (principalmente avó), com “guias” (coyotes), ou de maneira autônoma, não acompanhada, principalmente os adolescentes, ou ainda por meio das redes de tráfico de pessoas;
- A violência, pobreza, os conflitos políticos, a violação de seus direitos previstos na Convenção dos Direitos da Criança, e a possibilidade de reunificar-se com seus pais são as causas mais recorrentes o que poderia explicar o movimento transnacional de crianças e adolescentes na região;
- Nas migrações familiares as crianças e adolescentes são apresentadas como principal motivador para o deslocamento (garantir um futuro

aos filhos), porém na grande maioria das vezes, os pais não consideram a vontade dos filhos para a tomada de decisão, que poucas vezes são informados sobre o destino e para que estão deixando o país de origem. Dessa forma a experiência dessas crianças e adolescentes passam a ser distintas da dos pais ou do adulto que se apresenta como cuidador;

- No caso de crianças desacompanhadas e/ou separadas de suas famílias, deve-se ter profunda atenção, uma vez que os vínculos familiares estão fragilizados ou foram rompidos, ou seja, foram deixados para trás por seus pais, parentes, ou cuidador adulto conhecido da família. Tornando-os mais vulneráveis às ações da rede de tráfico de pessoas e outros aliciadores;
- Entre os adolescentes que migram na companhia de um adulto, sobretudo meninas a partir dos 12 anos, mostra-se comum a incidência do casamento infantil. Muitas vezes, com homens com grandes diferenças geracionais, que conheceram enquanto trabalhavam em espaços degradantes ou eram exploradas sexualmente. Nesses casos, a justificativa das(os) adolescentes para migração geralmente é a de trabalhar para ajudar o companheiro(a), sendo observado o que podemos chamar de dominação geracional (HERRERA; VELASCO; CABEZAS, 2020, p. 26)

Essas características gerais também representam aspectos da hipervulnerabilidade da infância migrante, que se particularizam em gênero, identidade de gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade, religião, condição de saúde física e mental, etc., de acordo com a criança em movimento migratório.

Compreende-se que as medidas protetivas destinadas à criança e adolescente imigrante e refugiada dependem diretamente da identificação das distintas situações de vulnerabilidade e risco pessoal ou social, que podem ser permanentes ou eventuais, exigindo dos gestores públicos ações de monitoramento articuladas, uma vez que a vulnerabilidade não se restringe a aspectos materiais, está relacionada diretamente ao princípio da dignidade humana e ao reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos.

O que nos leva ao segundo aspecto desafiador a ser considerado: a invisibilidade da criança migrante. Essa invisibilidade numérica da criança migrante nos relatórios e diagnósticos sobre as migrações, não se apresenta como um problema contemporâneo, os próprios estudos sobre a história social da infância no Brasil já indicam uma dificuldade de obtenção de dados, principalmente sobre a infância migrante. Miriam L. Moreira Leite (2016, p. 33) afirma que “no caso de dados quantitativos, as crianças são geralmente ocultas no interior dos grupos

familiares”. Isto é, se analisa a criança no conjunto familiar, independente da sua configuração, partindo de indicadores como domicílio, parentesco ou relações afetivas, o que pode nos levar a reflexões ambíguas por esconderem outros fatores como o racismo e as diferenças de classe, que também são experienciada pelas crianças de forma particular e coletivamente.

A quase ausência de diagnósticos sociais e indicadores de vulnerabilidade específicos da migração infantil no Brasil, se revela como um efetivo obstáculo para a proteção e garantia de direitos da criança migrante. Nota-se que as ações estatais são imediatistas e emergenciais, quase que restrita ao abrigo, inserção na rede pública de ensino e atendimento eventual de saúde, em muitos casos não superando o caráter assistencialista e benemerente. São atendimentos que geram dados, mas que não refletem em sua totalidade o acesso aos direitos a médio e longo prazo.

Sabe-se também que “a seleção de um indicador e não de outro, do ponto de vista conceitual, é um ato de escolha, é uma atribuição de valor, sendo, portanto, um processo não apenas técnico, mas sobretudo político” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 148). Assim, os dados sobre a infância migrante são coletados e sistematizados de acordo com interesses políticos e econômicos, ou seja, de acordo com o que se pretende alcançar com a divulgação das informações, por exemplo: utilização desses dados para fins de arrecadação de recursos financeiros para determinada instituição, ou para ilustrar o “colapso” dos serviços públicos sob a pecha de culpabilização da migração que terminam por fomentar discursos e ações xenofóbicos.

O Brasil ainda carece de uma Política Nacional de Migração e um sistema que possa consolidar, por exemplo, os indicadores da saúde, educação e assistência social, de forma a permitir o melhor direcionamento das ações estatais no atendimento às situações de vulnerabilidade da infância migrante.

Compreende-se que os serviços públicos oferecidos ao migrante dependem diretamente da identificação das distintas situações de vulnerabilidade e risco pessoal ou social, que podem ser permanentes ou eventuais, exigindo dos gestores públicos ações de monitoramento articuladas, de forma que o serviço ofertado ultrapasse o gerenciamento de incertezas individuais, e promova a autonomia e emancipação da população imigrante e refugiada. Uma vez que a vulnerabilidade não se restringe a aspectos materiais, está relacionada diretamente ao princípio da dignidade humana, ao reconhecimento dessas pessoas como cidadãos com direitos e necessidades próprias da diversidade que caracteriza seu deslocamento.

Deve-se considerar que o Brasil está na vanguarda em termos de legislação migratória, buscando atender de forma mais humana e equitativa imigrantes e refugiados, e no que concerne aos direitos da criança e do adolescente uma legislação e política protetiva mais completas do mundo, não apenas por particularizar cada fase da infância, mas por definir o papel de cada ator estatal e os procedimentos a serem adotados para proteção e garantia de direitos desse segmento.

Acredita-se que o grande desafio, sem dúvida, seja integrar a rede sociojurídica e socioassistencial de forma interdisciplinar, sobretudo, para minorar os efeitos negativos do processo migratório e de outras formas de violência, aos quais as crianças possam ter sido vítimas tanto no país de origem quanto no Brasil.

Nesse sentido, as políticas de proteção social tornam-se fundamentais no que tange a proteção à infância, embora se reconheça que as ações estatais ainda são insuficientes quando se trata da proteção à infância migrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui apresentadas demonstram o quão necessário se faz a geração de dados sobre a migração infantil por parte dos equipamentos públicos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. A invisibilidade institucional das crianças migrantes, levam a não-cidadania desse grupo populacional hipervulnerável, já que suas necessidades específicas deixam de ser atendidas pelo Estado. Evidente que a invisibilidade acadêmica também corrobora com a manutenção da criança na condição de não-cidadã, já que deixa de provocar o poder público e a sociedade para a realidade vivenciada por esse segmento.

Não estamos dizendo que se deixou de pesquisar sobre a migração infantil no Brasil, no entanto, esses estudos se centraram no aspecto da inserção da criança no ambiente escolar, e inserida nas discussões sobre a feminização das migrações, ignorando outros aspectos existentes para além das escolas, que também contribuem para a formação da identidade da criança, como a receptividade da sociedade estabelecida, a religiosidade, as emoções, a sua percepção sobre o espaço social, as suas relações familiares no Brasil e no país de origem, os mecanismos de repasse e manutenção da herança cultural, etc., e que nos permite pensar a infância migrante no plural.

Para além da necessidade de geração de dados e produção de estudos sobre a infância migrante, não se pode deixar de observar o processo de rupturas dos vínculos familiares, fraternos e com o mundo que as crianças migrantes conhecem, e dependendo dos fatores motivadores e as condições do processo

de deslocamento, como a experiência da migração pode ser traumática para esse grupo populacional, cujos reflexos só serão percebidos na vida adulta.

O contexto em que se insere a infância migrante exige do Sistema de Garantia de Direitos a adoção de mecanismos que ultrapassem o caráter emergencial, com a construção do que podemos chamar de uma *network* organizacional de proteção, com o desenvolvimento de planos de ação de curto, médio e longo prazo. Isso quer dizer, o atendimento imediato se faz necessário, pois aquele que chega encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade, porém precisa se estabelecer ações que estimulem as potencialidades de indivíduos e famílias de forma a garantir de fato que a criança migrante terá seu direito à cidadania e a dignidade humana respeitados.

REFERÊNCIAS

AGUERRI, Carola Carbajal; WANDERLEY, Mariangela Belfiori. A Vulnerabilidade Social é Atributo da Pobreza in: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXX, nº 97, Cortez, p. 143-165, Jan/Mar 2009

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese Character. A Photographic Analysis**. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.

BIDARRA, Zelimar Soares; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Infância e Adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais in: **Revista Serviço Social & Sociedade: Exame de Proficiência em Debate**, São Paulo, ano XXIX, nº 94, Cortez, p. 154 – 175, junho 2008.

BRASIL, República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20 de setembro de 2021.

BRASIL, República Federativa. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 20 de setembro de 2021.

BRASIL, República Federativa. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm Acesso em 25 de setembro de 2021.

CERDENAS, P.C; GARCIA, L.; SALAS, A.G. Niñez y Adolescencia en el Contexto de la Migración: Principios, Avances y Desafíos en la Protección de sus Derechos en América Latina y Caribe. In: **REMHU** – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Brasília, Ano XXII, nº 42, p. 9-28, 2014. Disponível em <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/429> Acesso em 09 de setembro de 2021.

CONH, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Tradução de Lia Gabriele Rejus Reis. São Paulo: Artmed, 2011.

ONU. **Declaração dos Direitos Humanos - 1948**. Disponível em https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf Acesso em 06 de set de 2021.

GREEN, Duncan. **Da Pobreza ao Poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo**. São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam International, 2009.

HERRERA, Gioconda; VELASCO, Soledad Álvarez; CABEZAS, Gabriela (Org). **Voces y experiencias de la niñez y adolescencia venezolana migrante en Brasil, Colombia, Ecuador y Perú**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da Infância no Brasil**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2016, p. 31-68.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da Infância no Brasil**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MESTRINER, Maria Luzia. **O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da Desigualdade**. (Trad) Maria Lacerda de Moura. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf> Acesso em 17 setembro de 2020.

OLIVEIRA, Renan. V. S. M. **Defensoria Pública na Rua: Limites e possibilidades de acesso à Justiça à população em situação de rua**. 2019, 108 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

OIM – Organização Internacional para Migrações. **Informe Desabrigados Pacaraima – agosto 2021a**. Disponível em OIM-0821-informe-desabrigados-pacaraima-acolhida-1.pdf Acesso em 23 de setembro de 2021.

OIM – Organização Internacional para Migrações. **Informe Desabrigados Boa Vista – agosto 2021b**. Disponível em OIM-0821-informe-desabrigados-boa-vista-rodoviaria-acolhida-1.pdf Acesso em 23 de setembro de 2021.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

REZNIK, Luis. **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: **Revista Cidades**. Vol. 7, n.11, p. 13 – 47, 2010.

MENORES IMIGRANTES NÃO ACOMPANHADOS NO FOTOJORNALISMO ITALIANO

Rosa Maria Martins Silva
Simonetta Persichetti

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte do terceiro capítulo da Dissertação de Mestrado¹ desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Cásper Líbero, na Linha de Pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento. Seu objetivo foi investigar a representação de Menores Estrangeiros não acompanhados no fotojornalismo italiano no contexto das migrações atuais, por meio de fotografias publicadas pela *Agenzia Nazionale Stampa Associata (ANSA)*, principal agência de notícias da Itália, e pelo *Corriere della Sera*, jornal de estilo conservador e atuante no território italiano desde 1876.

No campo metodológico se trabalhou com a interpretação iconográfica das imagens a partir da obra de Boris Kossoy (2002, 2014, 2016), visando uma busca aprofundada da história por trás da imagem. Essa metodologia apoiada numa dinâmica interdisciplinar entre comunicação, antropologia, sociologia, história e geografia, permitiu compreender melhor os processos de imigração e a dinâmica de vida e inserção dos imigrantes menores desacompanhados. Foram aprofundadas as questões de memória, identidade, territorialidade, espaço e o lugar do ser humano no mundo a partir das experiências migratórias.

A pesquisa de campo foi realizada entre 2016 e 2018 em cidades italianas onde é marcante o fluxo de menores. Ao norte, em Roma e na Toscana (Lucca,

1 A Dissertação intitulada 'Menores estrangeiros não acompanhados – uma análise da representação no fotojornalismo italiano' foi a vencedora da 53ª edição dos Prêmios de Comunicação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na categoria Papa Francisco (Pesquisas). Publicado em: <https://www.revistamissoes.org.br/2021/12/ajoelhar-agradecer-e-sorrir/>. Acesso em 11/12/2021.

Porcari, Massa Macinaia), ao sul (Napoli, Reggio Calabria, Lamezia Terme, Catania, Messina, Siracusa, Lampedusa). Vale justificar a ausência das menores neste estudo. O contato com elas não foi possível por três razões principais: a dificuldade de acesso as casas de acolhida devido proteção; a diminuição do fluxo de imigração das menores no decorrer da pesquisa devido aos riscos atrelados a gênero; a intimidação do grupo de meninas acompanhadas por parte do parceiro, suposto marido ou parente, para não falarem sobre suas vidas.

No decorrer do capítulo se realiza uma espécie de iconografia da imigração dessas crianças e adolescentes oriundos de países emergentes ou subdesenvolvidos, que buscam melhores condições de vida na Europa. Analisamos por meio das imagens divulgadas pela imprensa aqueles aspectos menos trabalhados em relação ao fazer fotojornalístico e à travessia em massa retratada nos jornais de 2009 a 2017. Ademais, refletimos sobre aspectos até então não mencionados em relação à representação fotojornalística, como a questão da visibilidade – dada ou não a esses menores –, do papel e do lugar da fotojornalismo neste fenômeno e, ainda, a visão que provavelmente têm esses imigrados sobre o país que os acolhe, procurando tornar visível a posição destes menores no campo político-cultural da Itália.

A isso se somará uma outra reflexão sobre o papel desempenhado através do olhar e da perspectiva do fotógrafo na representação visual da realidade, ou seja: o que veem? Como veem? Há uma dramatização da realidade? De que forma os cenários são esteticamente aproveitados? Há alguma alteração no realismo físico da natureza e das coisas? Há omissão ou alteração de detalhes importantes? Manipulação da verdade dos fatos em seu agir fotográfico?

As novas tecnologias de comunicação têm favorecido a exposição do ser humano de maneira mais pontual por meio da imagem. O fácil acesso a um dispositivo fotográfico tem facilitado a visibilidade do indivíduo por meio das imagens publicadas nas redes sociais ou nos jornais *online*. A disseminação de imagens na sua fluidez e rapidez antecipa o conhecimento de fenômenos multiculturais e multiétnicos como o de menores em situação de refúgio, por meio da rede mundial de computadores.

ANÁLISE FOTOGRÁFICA E SUAS INTENCIONALIDADES

Nem sempre o discurso fotográfico e fotojornalístico narra a realidade de forma fidedigna, pois há um contexto histórico, cultural e social que envolve a imagem e todo um processo de produção da fotografia que não é isento de ideologias. No ato de fotografar, a narrativa sempre estará aquém do objeto e do

real, pois o objeto, como afirma François Soulages (2010), é “infotografável”. Ele alega em entrevista à *Revista Zum*:

Quando tiro uma foto com minha câmera analógica e olho pelo buraco, não estou olhando a realidade. O que está enquadrado já é uma imagem da realidade. Tanto que alguns grandes fotógrafos, como Edouard Boubat, diziam: “quando vejo em meu visor uma foto que se assemelha a Henri Cartier-Bresson ou a Robert Frank, não disparo, não faço a foto”. Insisto que não *tiramos* [capturamos] uma foto, mas sim a *fazemos* [produzimos] (SOULAGES, 2017, 16).

Partindo deste pressuposto, narrar as histórias dos sujeitos, deixando ecoar seu próprio discurso e representá-lo de forma mais fidedigna possível, na era da circulação, se torna uma tarefa ímproba. Ademais, “não raro nos defrontamos com imagens que a história oficial, a imprensa, ou grupos interessados se encarregam de atribuir um determinado significado com o propósito de criarem realidades e verdades” (KOSSOY, 2016, p. 22). Os fatos noticiados tendem a convergir para a espetacularização, devido ao meio social e à parcialidade do sujeito que conta a história, seja de maneira escrita ou fotografada. Orlandi (2002) ao tratar da análise do discurso considera que:

Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 2007, p. 17).

O sujeito que fotografa está inserido em determinado meio e em um contexto histórico pessoal e social, que influenciará, sem imparcialidades, o discurso expresso na foto revelada por ele. É nesse sentido que François Soulages afirma que em toda imagem está contido um “isto foi encenado” (2010, p. 75).

(...) Ocorre um jogo dialético, na maioria das vezes inconsciente, entre seu *ego*, que visa dominar e prever, seu *id* que exprime maciçamente suas pulsões e suas tendências para com a exterioridade (...) e seu *superego* que é habitado pela identificação problemática do fotógrafo com “grandes” fotógrafos, e, portanto, com regras e modelos estéticos, estilísticos ou técnicos; todo fotógrafo é encenado e dirigido, atraído e paralisado por esses modelos, mesmo – e sobretudo – se quiser se distanciar deles (SOULAGES, 2010, p. 75).

A representação do real *a priori* de sua revelação é efetiva na mente do fotógrafo a partir de sentimentos, emoções, conceitos pré-estabelecidos e história pessoal. De antemão, todos esses elementos compõem uma cena sobre a reprodução do factual na mente daquele que fotografa algo. Sendo assim, “a fotografia implica uma transposição de realidades: é a transposição do fato visual do assunto selecionado no contexto da vida (primeira realidade), para a realidade da representação fotográfica: segunda realidade” (KOSSOY, 2016, p. 38).

A representação fotográfica não corresponde necessariamente à verdade histórica, mas apenas ao registro expressivo da aparência. Suas informações abrem portas para diferentes leituras que cada receptor faz dela em dado momento.

Isto porque a ‘fotograficidade’ não acontece de maneira autônoma e independente em vista da apreensão do ser do objeto a ser fotografado. Em cada ato de fotografar algo, a representação vem a se confirmar, pois aquele ou aquilo que se fotografa posa mais de uma vez: “pose fotográfica e afetação mundana, cultural e social” (SOULAGES, 2010, p. 71). Isso significa “encenação”, pois nesse caso a foto não se constitui como prova do real, mas um encadeamento de dramas, desejos e tensões. É uma “encenação”, porque a foto se torna uma decorrência do fotógrafo e de sua imaginação sobre o objeto a ser apreendido na imagem, ou seja, o que ele acredita ser. Nesse sentido, a fotografia se aproxima do teatro em essência. A fotografia é essencialmente uma representação.

O fotógrafo passa a ser, parafraseando Soulages, “o Deus de um instante”, porque a encenação para ele pressupõe invenção, criatividade, autoria, composição, arte, técnica, ideologias (SOULAGES, 2010). Neste caso, “a ficção talvez seja o melhor meio de se compreender a realidade” (p. 78). Dessa relação entre fotógrafo e a coisa a ser representada nascerão outras tantas relações quando a obra realizada, no caso a foto, for exposta. Kossoy considera que:

A imagem enfatizada plasticamente – seja no seu todo, seja em algumas partes: a) no momento do registro; b) durante o processamento em laboratório (hoje, praticamente abandonado em função da fotografia digital) – (...) provoca nos receptores um determinado impacto ou impressão que ultrapassa o conteúdo, dramatiza a mensagem, cria uma atmosfera, serena ou tensa (conforme a intenção do operador), reforçando ou criando estereótipos, alimentando mitos no imaginário coletivo, contribuindo, assim, para a construção de uma outra realidade (KOSSOY, 2014, p. 51).

A foto é linguagem, é código, que deve ser decifrada e cada intérprete faz a interpretação que lhe compete a partir de seu arcabouço histórico, psicológico e

vivencial. É nesse sentido que Soulages afirma a importância tanto do fotógrafo como do receptor. “(...) o receptor também o é, pois é ele que fará uma imagem a partir de tudo isso. A última imagem criada é a imagem que faremos em nossa cabeça” (SOULAGES, 2017, 16).

Partindo da afirmação de Soulages, trazemos a seguir, imagens fotojornalísticas de jornais italianos que retratam a situação de menores africanos chegando ao sul da Itália e de crianças em situação de desespero em meio a um grupo de policiais. Essas imagens são estímulo para que o receptor crie outras imagens em sua memória a partir do seu arcabouço teórico, sociocultural e psíquico. Como tantas outras, essas são imagens que acabam reforçando estereótipos e preconceitos em relação às pessoas em condição de refúgio.

Ao analisar os meios de comunicação e sua relação com os imigrantes, em seu editorial *Noi e gli altri. L'immagine dell'immigrazione e degli immigrati sui mass-media italiani*, Maurizio Corte faz alusão ao artigo de Gian Maria Fara (2002) sobre a espetacularização da notícia italiana nos jornais.

O sentimento é que os jornais se tornaram tão autorreferenciais que podem fazer mesmo sem a realidade que deveriam descrever. A história já não parte dos fatos, mas do que você quer dizer e os fatos precisam se adaptar. Precisão, representação correta, totalidade, seriedade, forma, honestidade agora são experimentados como inimigos. Triunfam, ao invés, a superficialidade, a negligência, a ignorância, a arrogância, o “triumfo” (FARA, 2002, *apud* CORTE, 2003)².

Diversas fotorreportagens tendem a tratar os/as refugiados/as como grupo, todos amontoados, como se fossem mais vulneráveis e sofredores do que aquilo que já lhes impõe a própria história de deslocamento, o que, por sua vez, fortalece estereótipos e preconceitos. Para a pesquisadora sobre os discursos geopolíticos da mídia, Margarethe Steinberger, isso acontece por conta do papel sociopolítico e institucional da mídia. Ela sustenta que:

No espaço da mídia desenvolvem-se práticas políticas e ideológicas. Seu discurso é instrumento de expressão e transformação de práticas políticas

2 Tradução livre. Original: “La sensazione è che i giornali siano diventati così tanto autoreferenziali da poter fare a meno anche della realtà che invece dovrebbero descrivere. Il racconto non parte più dai fatti, ma da quello che si vuole raccontare e i fatti devono adeguarsi. L'accuratezza, la corretta rappresentazione, la completezza, la serietà, la forma, l'onestà sono vissute ormai come nemiche. Trionfano, invece, la superficialità, la sciatteria, l'ignoranza, l'arroganza, la faziosità”. Disponível em: <<https://www.peacelink.it/migranti/a/121.html>> Acesso em 12 jan. 2018.

e ideológicas. A mídia desempenha um papel, nessa perspectiva de agente social que pressiona, através da formação da opinião pública, para que os fatos gerem os efeitos desejados pelos que dela se utilizam. Atua, portanto, como instrumento de práticas ideológicas. No plano internacional, por exemplo, a mídia tem o poder de construir a imagem de determinados países, governos ou organizações junto à opinião pública ocidental. É o caso da nova imagem do Iraque, da imagem de países africanos, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 210).

Figura 1: Imigrantes na Travessia do Mediterrâneo³



Fonte: Google imagens – Foto de Luigi Piero Martina
Acervo da pesquisadora

Partindo do pensamento de Steinberger, podemos observar que esse tipo de fotografia – vista aos milhares nas reportagens virtuais sobre refugiados africanos e sírios – favorece a “fulanização” do imigrante. Essa forma de retratar os refugiados distancia o leitor das reais histórias de vida, de origens, desejos, sonhos e experiências que estes migrantes portam consigo, passando a considerá-los “fulanos” ou “mais um” entre tantos milhões que superlotam embarcações para chegarem à terra firme. Steinberger vai mais além e enfatiza que:

A mídia é o palco, portanto, de uma espécie de geopolítica da imagem internacional que sofre relativo grau de volatilização (...). Trata-se de um

3 A imagem foi usada por sua beleza e significado, porém não se encontra em nenhum site específico, somente na página do Google. Foi usada primeiramente para um artigo acadêmico.

espaço onde se organizam imagens dos países do mundo segundo suas relações com os Estados Unidos e as principais potências do mundo, ou segundo sua situação com respeito aos Direitos Humanos, ou ainda dependendo de seu grau de imunidade à crise econômica internacional, etc. Esta pequena geopolítica da imagem internacional faz parte de uma outra, muito maior, que estrutura as relações sociais e os comportamentos humanos do ponto de vista de como eles são representados pela mídia. É a *geopolítica da mídia* (ou lógica social da mídia) (STEINBERGER, 2005, p. 212).

Figura 2: Menores Refugiados não Acompanhados



Fonte: A imagem, tirada pelo fotojornalista macedônio Georgi Licovski, da agência EPA, foi escolhida como vencedora do concurso UNICEF. Foto des Jahres “Foto do Ano” em 2015.

Boris Kossoy acena para o poder da fotografia sobre a concepção de mundo, do outro, quando alega:

A fotografia estabelece em nossa memória um arquivo visual de referência insubstituível para o conhecimento do mundo. Essas imagens, entretanto, uma vez assimiladas em nossas mentes, deixam de ser estáticas; tornam-se dinâmicas e fluidas e mesclam-se ao que somos, pensamos e fazemos. Nosso imaginário reage diante das imagens visuais de acordo com nossas concepções de vida, situação socioeconômica, ideologia, conceitos e pré-conceitos (KOSSOY, 2014, p. 46).

A interpretação do discurso fotográfico (contido na foto) dependerá da abertura, como também da história, dos sentimentos e das emoções de quem vê ou interpreta. Kossoy considera, ainda, que:

Estamos diante de um constante exercício de decifração (...) necessitamos ir além quando falamos em desmontagem da representação, em busca do circunscrito, do subcutâneo à face externa da imagem. (...) o significado das imagens reside exatamente nesse seu passado, isto é, em sua história própria, nas finalidades que motivaram a sua existência, em suas condições de produção, nos fatos que marcaram sua trajetória ao longo do tempo (KOSSOY, 2014, p. 53).

Nem tudo sobre o indivíduo ou situação fotografada pode ser lido e traduzido naquela imagem, pois ela é um recorte no tempo e no espaço, um pedaço da história do sujeito. Esse recorte, feito por meio da foto revelada, é o que faz parte dessa história permanecer no tempo. Para Kossoy, nenhum fotógrafo está isento da interferência pessoal na arte de fotografar.

As possibilidades de o fotógrafo interferir na imagem – e, portanto, na configuração própria do assunto no contexto da realidade – existem desde a invenção da fotografia. Dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência de seus retratados, alterando o realismo físico da natureza e das coisas, omitindo ou introduzindo detalhes, o fotógrafo sempre manipulou seus temas de alguma forma. (...) Entre o assunto e sua representação ocorrem uma sucessão de interferências ao nível da expressão que alteram a informação primeira (KOSSOY, 2016, p. 32).

Toda representação é marcada pela influência da forma de ver, ou seja, da percepção de seus autores. Com a fotografia não é diferente. Para Kossoy (2016, p. 32), “a imagem fotográfica é antes de tudo uma representação a partir do real, segundo o olhar e a ideologia de seu autor”. O ato de fotografar é, assim, perpassado pelo modo de ver do fotógrafo, de enxergar e interpretar a realidade. Para se ter o sentido, isto é, “a relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história” (ORLANDI, 1999, p.46), é preciso interpretar e a interpretação, por sua vez, requer um sujeito e não há sujeito sem ideologia. Eni Orlandi em análise do discurso enfatiza:

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da

questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência. (...) podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI, 1999, p. 46).

Embora Orlandi esteja se referindo ao texto, seu conceito pode ser aplicado à fotografia. Outrossim, também o profissional da fotografia é afetado pela forma como a própria sociedade encara e vê uma determinada realidade. O trabalho realizado pelo fotógrafo, imerso num determinado contexto, revelará, também, a visão da sociedade sobre aquele determinado assunto.

O professor e pesquisador da Universidade de Torino, Peppino Ortoleva (1991), em sua obra “Una fonte difficile. La fotografia e la storia dell’emigrazione”, alega:

Quando os autores da fotografia não são os mesmos sujeitos a serem fotografados – para se auto representar e para exibir a sua própria imagem num álbum familiar – mas ao contrário são os profissionais que observam o mundo da imigração de fora, as imagens resultam profundamente influenciadas pelo modo com o qual é percebida a diversidade do imigrante (ORTOLEVA, 1991, p. 122 -123)⁴.

Nessa perspectiva, o jornalista registra e documenta uma realidade e passa a difundir-la como verdadeira e real. Neste sentido, Kossoy (2016, p. 33) assegura:

O documento fotográfico não pode ser compreendido independentemente do processo de construção da representação em que se originou. A materialização da imagem ocorre enquanto etapa final e produto de um complexo processo de criação técnico, estético, cultural elaborado pelo fotógrafo. Temos na imagem fotográfica um documento criado, construído, razão porque a relação documento/representação é indissociável.

4 Tradução livre. Original: “Quando gli autori delle fotografie non sono gli stessi soggetti che si mettono in posa – per autorappresentarsi e per esibire i propri ritratti nella corrispondenza epistolare o nelle álbum familiar – ma sono i professionisti dell’obbiettivo che osservano il mondo dell’immigrazione dall’esterno, le immagini risultano profondamente influenzate dal modo in cui viene percepita la diversità dell’imigrante”. Fonte: ORTOLEVA, P. Una fonte difficile. La fotografia e la storia dell’emigrazione. *Altretalia*, n. 5, ano III, p. 121-157, aprile 1991.

Diante de um fenômeno com tamanha relevância, como é o caso dos imigrantes em geral e dos menores estrangeiros não acompanhados que chegam constantemente, em massa, na Itália, e têm se tornado pauta da imprensa mundial, dada a sua relevância, a partir do seu lugar de fala, próximos da chegada destes imigrados, mas distantes de seus sonhos, desejos e razões pelas quais deixaram sua terra natal, o fotógrafo que pretende registrar o fato é um sujeito de uma outra cultura, que está numa outra posição, observando a alteridade. Acompanham de perto a rota destes imigrantes antes, durante e depois da chegada e, talvez, até aprovem as medidas tomadas pelas autoridades em termos de rejeição do processo migratório, os quais embora sejam seres humanos, pertencem a culturas totalmente diferentes.

Corti (2010, p. 12) enfatiza que os fotojornalistas no passado, ao fotografarem os imigrantes italianos nos Estados Unidos (EUA) “nutriam uma profunda desaprovação para com a política da Itália pós-bélica e, por isso, alimentavam um profundo pessimismo sobre a adaptação dos italianos no novo contexto” (CORTI, 2010, p. 12).

Pesquisadores(as) que tratam de migração e meios de comunicação de massa italianos como Maurizio Corte, Giada Frana, dentre outros, têm dado ênfase e chamado a atenção para a forma como a imprensa, e conseqüentemente o fotojornalismo, tem tratado os imigrantes – vistos e retratados como ‘um bando’, sem levar em conta a sua individualidade, seus projetos pessoais, seu ser humano, suas histórias de vida; e quando estes têm a voz na mídia é para reforçar a ideologia dominante e confirmar seus argumentos preconceituosos. Em seu artigo, *Noi e gli altri. L’immagine dell’immigrazione e degli immigrati sui mass-media italiani*, Maurizio Corte (2003) enfatiza:

A mídia de massa considera os imigrantes como um todo. As pessoas diferentes são tratadas como um bloco de indivíduos indistinguíveis que pressionam as fronteiras: não há impulso para conhecer as diferentes culturas, as necessidades das quais os migrantes são portadores, até a gravação de suas opiniões. Por outro lado, quando as lentes dos jornais se aproximam para observar os imigrantes individuais, muitas vezes só o fazem com o objetivo de espetacularizar as notícias. O que lhes interessa são histórias de ficção, episódios que podem abrandar o coração do leitor (quando os protagonistas são crianças) ou movê-lo (quando o imigrante está morto ou em falência perseguindo um sonho de redenção). Os “outros”, os imigrantes não são apresentados em sua particularidade, em sua singularidade, em seu valor como portadores de cultura, de diferentes identidades. Em vez disso, eles são canalizados de

acordo com uma rotina da mídia em que o que apenas conta é programa de notícias-espetáculo (CORTE, 2003, p. 12-13)⁵.

O imigrante, segundo Viglongo, Grossi e Belluati (1995), de fato “é notícia, especialmente se estiver envolvido em episódios de crime ou for objeto de ação institucional; raramente se torna protagonista da reportagem jornalística como expressão de um mundo, de uma cultura, de uma vida diferente que entra em contato com a nossa realidade” (VIGLONGO; GROSSI; BELLUATI, 1995). Diante desse debate, a proposta deste capítulo é demonstrar como as imagens de chegada dos menores estrangeiros não acompanhados têm sido utilizadas pelos jornais desde 2009 de maneira contínua – possibilitando uma leitura fotográfica em sequência, quando, segundo dados da imprensa, a chegada de menores no país se intensificou.

Do ponto de vista da pesquisa, uma análise do fotojornalismo sobre a imigração de crianças, que se colocam sozinhas, sem a tutela de nenhum parente ou conhecido é uma grande fonte documental sobre este fenômeno tão novo no século XXI. Nesse processo queremos visualizar como os jornalistas e a imprensa têm gestado e contribuído para enfatizar mensagens alarmistas e preconceituosas na comunicação midiática sobre o tema em questão.

A pesquisadora e escritora Rossella Lodigiani (1996, p. 94) considera que a “percepção da imigração atual é bem diversa daquela dos tempos de outrora devido ao jogo de espelhos que são comuns entre a política e a mídia”. A imprensa, segundo a autora, “é capaz de antecipar a percepção de uma sociedade inteira sobre a imigração contemporânea”.

5 Tradução livre. Original: “I *mass media* considerano gli immigrati come un tutto unico. Le differenti persone sono trattate come un blocco di individui indistinguibili che premono alle frontiere: non vi è spinta alla conoscenza delle differenti culture, delle esigenze di cui i migranti sono portatori, alla registrazione delle loro opinioni. 13 Dall'altra parte, quando la lente dei giornali si avvicina per osservare i singoli immigrati, lo fa spesso soltanto in un'ottica di spettacolarizzazione della notizia. Ad interessare sono le storie strappalacrime, le vicende romanzate, gli episodi che possono intenerire il cuore del lettore (quando protagonisti sono i bambini) o commuoverlo (quando l'immigrato è morto o fallito inseguendo un sogno di riscatto). Gli “Altri”, l' “Altro”, l'immigrato non sono colti e presentati nella loro particolarità, nella loro singolarità, nel loro valore di portatori di cultura, di identità differenti. Essi sono invece incanalati secondo una routine dei mezzi d'informazione dove conta soltanto la notizia-spettacolo.” Disponível em: <http://www.archivio.oltreoccidente.org/sito_oltre/scuola/migrazioni/08media_corte_articolo-univr.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Nessa representação a síndrome da invasão é transmitida ao leitor em imagens de massa que cancelam de várias formas a identidade dos sujeitos fotografados. Isso é “analisado com a ajuda de *layouts* nos quais o impacto visual é conjugado à difusão verbal que despessoaliza ainda mais os migrantes”, reforçando os já inquietantes conteúdos da mensagem comunicativa (LODIGIANI, 1996, p. 94).

Maurizio Corte (2003) elucubra que no contexto da imigração em massa para a Itália, o jornalismo italiano não tem tratado com a devida seriedade o tema, favorecendo a discriminação e a invisibilidade. Uma pesquisa feita no Centro de Estudos Interculturais da Universidade de Verona (1998 e 1999) revelou um jornalismo parcial, que dois, três anos mais tarde manteve o mesmo discurso em relação ao imigrante.

A imprensa italiana, de fato, não mudou a forma de se relacionar com o imigrante “Outro”. É verdade que, com algumas exceções, os jornais não associam mais a imigração com o crime, como aconteceu no início de 1999; no entanto, nos jornais e na TV existem alguns estereótipos e preconceitos contra o “Outro” imigrante, especialmente quando ele é de uma religião diferente (CORTE, 2003, p. 1)⁶.

Cammisotto (2017, p. 68), por sua vez, enfatiza o lugar da imprensa no contexto da imigração e afirma que os meios de comunicação conseguem influenciar e constituir a opinião pública, transmitindo a ela um sentido imediato e irracional de medo: como consequência, os estereótipos se espalham. Os empreendedores morais nos fornecem uma imagem de migrantes como um “problema”, ou “ameaça”, um rótulo construído e comunicado pela mídia⁷.

6 Tradução nossa. Original “La stampa italiana, infatti, non ha cambiato modo di rapportarsi rispetto dell’ “Altro” immigrato. È vero che, tranne qualche eccezione, i giornali non associano più l’immigrazione alla criminalità, com’era accaduto agli inizi del 1999; tuttavia, sui giornali e in Tv resistono alcuni stereotipi e pregiudizi nei confronti dell’ “Altro” immigrato, specie quand’egli è di religione diversa. Maurizio Corte. Noi e gli altri. L’immagine dell’immigrazione e degli immigrati sui mass-media italiani.” Disponível em: <http://www.archivio.oltreoccidente.org/sito_oltre/scuola/migrazioni/08media_corte-articolo-univr.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

7 Tradução livre. Original: “I mezzi di comunicazione, secondo il pensiero di Dal Lago (2009), riescono ad influenzare ed a costituire l’opinione pubblica trasmettendo alla stessa un immediato ed irrazionale senso di paura: di conseguenza, la stereotipizzazione dilaga. Gli imprenditori morali ci forniscono un’immagine dei migranti come “problema”, “piega” o “minaccia”, etichetta costruita e comunicata dagli organi di informazione”.

UMA CÂMERA NA MÃO E UMA IDEIA NA CABEÇA. PARA UMA ESTÉTICA DO ‘ISTO FOI ENCENADO’

Numa perspectiva mais antropológica, filosófica e sociológica da fotografia, que permite pensar a possibilidade da permanência e do fotojornalismo como documentação histórica da imigração, vale envolver neste diálogo François Soulages. O pensador francês poderá ajudar a pensar sobre o que em relação ao fenômeno da imigração poderá permanecer na história e o que se poderá perder nesse processo de produção de uma iconografia da travessia, ou seja, fazer uma documentação histórica da imigração de menores será contar com o trabalho do fotojornalismo, permitindo-nos colocar a questão da estética do “isto foi encenado”, para aprofundarmos até que ponto o fotógrafo deu conta de captar a essência da história da imigração de menores ou a fotografia permaneceu na encenação, na representação.

François Soulages (2010) em sua obra, *Fotografia: perda e permanência* parece recorrer à filosofia e fazer uma ontologia da imagem fotográfica quando trata da questão do ser do fotografado, indagando onde fica a essência e como ela se articula neste jogo entre o fotógrafo e o objeto. Partindo deste pensamento vale perguntar se o fotojornalismo não se encaixa na ordem do “isto foi encenado” – tratando-se do nosso tema que é exclusivamente uma questão antropológica, por estarmos tratando de seres humanos em trânsito – e se a inapreensibilidade do objeto a ser fotografado se torna possível nesse exercício fotográfico.

Soulages (2010) ao perguntar se no retrato o objeto a ser fotografado é atingido ou se na reportagem é inapreensível (SOULAGES, 2010, p.65), parece estar ao mesmo tempo afirmando que a encenação é parte indissociável do fotojornalismo devido à sua incapacidade de apreensão do objeto em sua essência além disso, por mais uma razão, que é a representação *a priori* do ato de fotografar, parafraseando Glauber Rocha, “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”.

Ao tratar da estética do “isto foi encenado”, Soulages questiona até que ponto o *eu* do fotografado poder ser realmente apreendido, porque uma vez já articulada a representação, o

objeto tende a ficar esquecido, aumentando a distância entre ele e o profissional em questão. Soulages questiona:

Pode-se fotografar o *eu* de uma pessoa? Para tal seria preciso que o eu existisse de maneira permanente e idêntica. O que é o eu?, pergunta Pascal. Todas as tentativas de resposta que ele apresenta - o corpo, a beleza, o julgamento etc. - fracassam: “Onde está, portanto, esse *eu*, se não está

nem no corpo, nem na alma? Não será ele umas das três personagens do segundo tópico de Freud? Consequentemente não será ele mutante e diferente? Na falta do eu devemos “fotografar o psíquico”? Não se estará sempre diante de um corpo ou, em todo caso, diante de uma matéria? Mas esse corpo é o sintoma, o vestígio ou o índice de que? Do eu? Mas de qual eu? Do aparelho psíquico? Seria melhor dizer que a fotografia nos põe diante do *id* do outro. Esse *id* afirma-se como deslocado em relação ao eu permanente impossível. Esse *id* é representado por si mesmo e por sua posição dialética no interior do aparelho psíquico. Cada foto nos indica que o *id* foi representado e somos representados. O livre arbítrio não é aceito em fotografia: é preciso que seja substituído pelo jogo da necessidade, a necessidade das relações de teatro que constituem a vida (SOULAGES, 2010, p. 74-75).

“A ideia na cabeça” de que falava Glauber me faz pensar na representação fotográfica como suprimento da falta do *eu*, pois como afirma Antonio Damasio (1999)⁸, “a percepção visual capta e registra a imagem de forma ativa. É no cérebro de quem percebe que se estruturam e se organizam as representações do mundo físico, sob a forma de padrões neuronais para mapear os diferentes aspectos de um objeto” (DAMASIO, 1999, p. 40). “A ideia na cabeça” é, assim, a própria representação formulada, que dará corpo à fotografia técnica.

“A ideia na cabeça” parece ser esta articulação prévia da mente do fotógrafo ou do artista, com o objeto a ser fotografado. Isso parece muito pertinente quando imaginamos, por exemplo, um fotojornalista preocupado em cobrir uma travessia no Mediterrâneo. A primeira coisa que ele precisa fazer ao receber a notícia do desembarque é ativar em sua mente a ideia do que e como fotografará, ou seja, articular *a priori* a representação, a encenação. Para Soulages,

Todo mundo se engana ou pode ser enganado em fotografia – o fotografado, o fotógrafo e aquele que olha a fotografia. Este pode achar que a fotografia é a prova do real, enquanto é apenas o índice de um jogo. Diante de qualquer foto somos enganados. Isso foi encenado, porque isso ocorreu e porque isso ocorre num lugar diferente daquele que se acredita. Como no teatro, em fotografia, o referente não está onde se pensa, nem onde se está, nem onde se acredita que esteja. Talvez a fotografia não se refira senão a ela mesma: é, aliás, a única condição de possibilidade de sua autonomia (SOULAGES, 2010, p. 75-76).

8 Antônio Damasio é professor de neurociência, psicologia e filosofia, português-americano, da Universidade da Califórnia.

A ausência ou dinamicidade e a inapreensibilidade do ser, ou do objeto fotográfico, leva o fotógrafo, diante da sua impotência – na incapacidade de apreender o objeto –, a fazer da imagem nada mais que simples veículo das ideias, de representações. Kossoy (2002) enfatiza que “as diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e da consequente formação e manipulação da opinião pública” (KOSSOY, 2002, p. 20). Além do mais, afirma Soulages,

Qualquer foto pode ser manipulada na revelação, como as fotos de publicidade. Enfim, ela é sempre feita por um homem que é, ele próprio, trabalhado e dominado inconscientemente por modelos a serem reproduzidos ou a serem evitados, por pulsões e desejos. Todo fotógrafo é, portanto, quer queira quer não, um encenador, o Deus de um instante. Toda fotografia é teatralizante (SOULAGES, 2010, p. 76).

E o autor acresce ainda que o objeto a ser fotografado é passível de apreensão. A pergunta sobre o ser das coisas captadas pela câmera em seu dinamismo metafísico, sempre deixará o fotógrafo e aquele que gosta da foto à mercê da sua essência.

A fotografia dos seres humanos não deve fazer crer que ela pode fotografar o ser a fotografar: ela sempre o perde, fotografando apenas uma aparência visual que depende do ponto de vista de um sujeito e de uma aparelhagem técnica. “Nós vemos, mas, não sabemos nada”, escreve Lemagny (SOULAGES, 2010, p. 76)⁹.

Para Soulages (2010), no campo da reportagem percebe-se que diante da impossibilidade de apreensão do objeto, a fotografia trabalha com encenações. Ele justifica:

Às vezes, a encenação da realidade política e social é de tal forma interiorizada por seus atores, ajudados por seus assessores de imagem e comunicação, que as fotos não são mais do que fotos das aparências da comédia social e não têm, pois, nenhum valor de verdade, de crítica ou de questionamento. A fotografia é, então, apenas uma das engrenagens do sistema geral que tem por objetivo o poder e o ter, e não algum tipo de saber (SOULAGES, 2010, p. 36).

9 Texto de introdução de *Cahiers de la Photographie*, n.1. Paris, 1981.

O fotógrafo e pensador Boris Kossoy, em seu livro, “Os tempos da fotografia, o efêmero e o perpétuo” (2014), chama a atenção para o papel cultural da fotografia. Para ele, a fotografia sempre exerceu um papel fascinante na história por seu poder de emocionar, de conservar a memória histórica, mas por outro lado tem potência suficiente para reforçar ideologias, e estar a serviço de interesses próprios.

O seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular. Instrumento ambíguo de conhecimento, ela exerce contínuo fascínio sobre os homens. Ao mesmo tempo em que tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentado os feitos cotidianos do homem e das sociedades em suas múltiplas ações, fixando, enfim, a memória histórica, ela também se prestou – e se presta – aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos (KOSSOY, 2014, p. 31).

O fotojornalismo, assim como a matéria escrita, tem um papel fundamental nos processos históricos. Para Kossoy (2014, p. 31-32), esse “papel é decisivo, assim como decisivas são as palavras. As imagens estão relacionadas ao universo das mentalidades e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória”. Isso porque é na esteira dos pensamentos, dos desejos, da vontade e da imaginação que são arquitetadas e bem articuladas as ideologias, que por sua vez terão incidência concreta na história. Eni Orlandi (1999, p. 40), em “Análise do discurso”, descreve o lugar que a imagem ocupa na formação discursiva:

Todos os mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos (ORLANDI, 1999, p. 40).

Neste sentido, a imagem deixa seu caráter de inamovibilidade e se dinamiza no plano da flexibilidade, pois uma vez representado na imagem ou nas palavras – porque as palavras se articulam também no vestígio da imaginação, podemos dizer não há fala sem imagem – o fato ganhará movimento na mente de quem se depara com a representação. A fala só articula em consonância com este vestígio, tal como um vislumbre, um laivo da imagem que se movimenta primeiro na mente, antes do balbuciar das palavras.

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota do nada”: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. Por isso a análise do discurso é importante, pois com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e para além delas (ORLANDI, 1999, p. 42).

Esse detalhe é fundamental, pois a imagem fotográfica tem o poder de estimular a imaginação na mente do indivíduo levando-o a elaborar, no recôndito do seu intelecto, uma infinidade de outras imagens as quais terão uma função metodológica na *práxis* cotidiana, interferindo assim na construção da história, seja a que está por trás daquela foto técnica, seja a sociocultural do contexto em que ele está inserido.

Se nos deslocamos com a nossa imaginação, por exemplo, para o porto de Augusta ou Lampedusa, na Sicília, a nossa forma de lidar – seja em pensamento ou conceituações – com o fenômeno do desembarque de menores, estará intrinsecamente ligada com as experiências imagéticas que já fizemos quando pela primeira vez tomamos conhecimento do fato por meio dos jornais. Isso significa, como afirma Kossoy (2016, p. 46), que, “não obstante todo conhecimento e experiência que temos acumulado ao longo de nossas vidas – que injetamos quando de nossa leitura das imagens – necessitamos recorrer à imaginação”.

Ao mesmo tempo, ao nos depararmos com a realidade, teremos uma gama de possibilidades de ilustrações mentais, imagéticas, que serão geradas em nosso intelecto devido ao potencial emocional e sensível do qual somos dotados como seres humanos. A realidade nua e crua da chegada de crianças indefesas, cansadas, machucadas – física e psicologicamente – pelas viagens no deserto, passagem pela escravidão na Líbia, atrocidades dos atravessadores, sarnas acometidas pelo caminho e pela dor vista nos olhos e nos corpos das meninas que engravidaram depois de passarem por violências sexuais no trajeto; esta realidade que nos olha (DIDI-HUBERMAN, 2013), nos choca, nos afeta e, dificilmente, não cairá uma lágrima dos olhos de quem se permitiu afetar por ela. Sobre este modo singular de ver, Didi-Huberman explica:

O ato de ver não é o ato de uma máquina de perceber o real enquanto composto de evidências tautológicas. O ato de dar a ver não é o ato de dar evidências visíveis a pares de olhos que se apoderam unilateralmente

do “dom visual” para se satisfazer unilateralmente com ele. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto, uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 77).

Um exemplo desta questão é o senhor Giuseppe Latina, membro da proteção civil, que atua há mais ou menos 20 anos no Porto de Augusta, Siracusa, na Sicília. Em entrevista à pesquisadora, ele narrou o seguinte:

Logo após o desembarque, esses imigrantes permanecem conosco aqui no porto por sete dias. Nós os alimentamos, cuidamos das suas feridas, fazemos amizade com eles. Todos os dias, na hora do café, eu passava por uma senhora que ficava sempre ali no cantinho da parede – apontou para uma das barracas onde os imigrantes dormem – e lhe dava gentilmente o café e ela se abria para mim, olhava nos meus olhos e sorria para mim. Um dia resolvi perguntar-lhe o que ela via em mim que sempre estava sorridente comigo. Ao que ela me respondeu: “Quando olho para você me lembro do meu pai e tenho saudades dele, você se parece com meu pai”. Ele continuou, já com os olhos lacrimejados. Naquela hora, não me contive, chorei, mas fiquei feliz por dar esta alegria a ela (Giuseppe Latina - Pesquisa de Campo: Entrevista)¹⁰.

Experiências como a do senhor Giuseppe podem ser relacionadas ao pensamento de Kossoy. Quando afirma que “somos seres carregados de emoção. E, felizmente nossas emoções não são programadas, nossas reações emocionais podem ser, em função dos estímulos externos, imprevisíveis. Ainda bem que é assim, caso contrário seríamos robôs, replicantes” (KOSSOY, 2016, p. 46).

É possível, a partir dessa ideia, compreender as diferentes reações diante dos fatos, pois, “o conteúdo das imagens visuais provoca em cada um de nós impactos diferentes; em função disso, também, é impossível haver ‘interpretações-padrão’ sobre o que se vê registrado nas imagens” (KOSSOY, 2016, p. 46). São as fantasias e as ambições, os desejos, as nossas ideologias que darão a moldura para essa realidade representada na fotografia.

A imagem fotográfica é o relê que aciona a imaginação para dentro de um mundo representado (tangível ou intangível), fixo na sua condição de registro documental do mundo visível, do aparente, porém moldável de acordo com nossas imagens mentais, nossas fantasias e ambições, nossas

10 Giuseppe Latina, membro da Proteção Civil do Porto de Augusta-Siracusa (Sicília, Itália), durante entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2017.

ficções. A imagem fotográfica ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa (KOSSOY, 2016, p. 47).

Por ser este “para além do que representa” é que ela tem o poder de permanecer na história e nela se perpetuar. Nesse sentido, o início dos anos 90, constituiu um momento particular de significado para a interpretação da representação dos imigrantes na Itália, seja pela consagração simbólica da parte de observadores de prestígio indiscutível, seja por motivos ligados ao modo como foi compreendida a presença dos estrangeiros e a transformação das relações entre esses e a sociedade italiana.

Figura 03: A imigração no Fotojornalismo italiano

Focus Accoglienza e bambini

Il rapporto L'organizzazione non governativa «Save the children» presenta oggi il dossier sui minori stranieri

L'odissea Arrivano, spesso sui barconi, da Marocco, Egitto, Afghanistan. Un migliaio sono fuggiti dai centri di assistenza

Il mistero degli immigrati under 18

Oltre 6000 ragazzi non accompagnati censiti in Italia
Ma il numero reale è più alto: forse il doppio

I numeri

862.453	% nel totale degli stranieri
6.587	% nel totale degli stranieri
1.119	% nel totale degli stranieri

LE PRIME 5 PROVINCE

Emilia	81.487
Campania	24.176
Apulia	21.142
Lombardy	16.388
Marche	16.711

La psicologia
Prostituzione e traffico d'organo

Il rischio?
C'è il rischio che arriva in un momento in cui il sistema di accoglienza è già saturato. I minori stranieri non accompagnati (MSA) sono fuggiti dai centri di assistenza e sono rimasti in Italia, dove sono stati censiti. Ma il numero reale è più alto: forse il doppio.

AVVISO A TUTTI GLI SCIATORI

SI INFORMA CHE LE VOCI SUI COSTI TROPPO ELEVATI DELLE SETTIMANE BIANCHE SONO FALSE E PRIVE DI OGNI FONDAMENTO

SETTIMANA BIANCA 135 €

TRENTINO, SARNONICO - HOTEL 3 STELLE - PERNOTTAMENTO E PRIMA COLAZIONE

QUESTO È SOLO UN ESEMPIO. CHIAMA IL NUMERO VERDE E SCOPRI ANCHE TUTTE LE ALTRE OFFERTE

GO Well
solo il bello del low-cost

Numero Verde
800-218077

LUNEDÌ 9-20 SANNO E PRESTINO 9-18
GRATUITO ANCHE DA RETE MOBILE

Jornal italiano: (Corriere della Sera, 16 dez. 2009).

Disponível em: <http://archivio.corriere.it/Archivio/interface/view.shtml#!/>

MjovZXmvaXQvcnNzZGF0aW1ldGhvZGUGxL0AxMTY2NTU%3D. Acesso em: 15 ago. 2018.

O fotojornalista ao fazer uso da fotografia, conta histórias, informa sobre acontecimentos. Para Sousa, “ele não apenas reporta as notícias como também as cria: as (foto) notícias são um fabrico construído por força de mecanismos pessoais, sociais (incluindo econômicos), ideológicos, históricos, culturais e tecnológicos” (SOUSA, 2000). Revela a capacidade do fotojornalismo de narrar os fatos dando a estes um significado social, enfatizando a noticiabilidade de alguns eventos em detrimentos de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cremos que este trabalho nos ajudou a compreender dois elementos fundamentais em relação à fotografia: a) as suas dimensões de fato e foto. O primeiro se refere ao real apreendido pela câmera fotográfica. O segundo é representação do real e, como tal, é criadora de uma imensidão de realidades que a cada novo interpretar, novas realidades e ficções são criadas. b) O invisível, não fotografável da imagem, que se revela e se esconde, que dá magia e fascínio ao ato de fotografar.

É o que diferencia o ser da foto da sua aparência. O mundo sensível lida com a aparência das coisas e com a imagem não é diferente. Isso nos certifica que tudo é representação. Durante a nossa pesquisa refletimos sobre como o ato de representar através da imagem e do fotojornalismo se articula com a vida concreta.

Após esse longo percurso nos perguntamos: uma vez que a fotografia como representação lida com a aparência, teria o fotojornalismo, inserido na sociedade do espetáculo e do consumo, possibilidades de dar visibilidade à real história dos menores? Seria o hiato entre a aparência e a essência o não-lugar da fotografia? Que lugar ocuparão os menores na história do fotojornalismo italiano a partir do fechamento das fronteiras? Até que ponto um pesquisador, na ansiedade pela busca de respostas às suas indagações pode analisar na vida de um ser humano, e um ser tão vulnerável como a criança estrangeira não acompanhada, aquilo que há de mais privado e sagrado no recôndito da sua memória? A fotografia ao funcionar como gatilho da memória, não teria também um papel curador e psicoterapêutico na vida de seus interlocutores?

Não poderíamos encerrar sem dar a palavra aos protagonistas dessa pesquisa¹¹:

- “...Somos fortes sim, mas mais forte é o nosso Deus que fez tudo isso por nós” (Musa, 17 anos - referindo-se à travessia no mediterrâneo).

11 Frases ditas em entrevistas fornecidas à pesquisadora entre setembro e outubro de 2018 na Itália.

- “Nós conseguimos fugir do campo de tortura, mas eu deixei meus amigos presos lá...” (Mbaarak, 16 anos - referindo-se à sua passagem pela Líbia, no campo de tortura).
- “Acho que deveriam sempre voar alto e fotografar os imigrantes no mar para conseguirem salvar as suas vidas” (Musa, 17 anos - sobre o trabalho dos fotojornalistas).
- “Acho que eles devem entender o sentido da palavra empatia” (Egzon, 17 anos - referindo-se à comunidade italiana de Lucca).
- “Eu vi tantos corpos mortos no deserto, de mulheres, crianças, homens... Eu pensava que também iria morrer” (Mammadou, 15 anos).
- “Tive medo da morte e que o barco voltasse, pensava sempre que quando eu chegasse do outro lado, tudo iria se tornar passado. Apesar da crueldade, eu serei abençoado com uma vida feliz, humanidade e bom tratamento. Esquecer o mar e suas ondas e esperar ansiosamente para chegar ao outro lado” (Ayman, 14 anos - referindo-se à travessia no mediterrâneo).
- “Enquanto me batiam, ligavam para meus familiares para transferirem o dinheiro nas suas contas (...). Eu decidi escrever esta história para o mundo inteiro, para que saiba que muitos de nós estamos na prisão” (Mammadou, 17 anos - sobre a vida no campo de tortura na Líbia).

REFERÊNCIAS

CAMMISOTTO, Antonio. *Aspetti socio-criminologici dell’immigrazione: il caso di Rosarno*. Dissertação (Mestrado em Criminologia). Bologna, 2017.

CORTE, Maurizio. **Noi e gli altri. L’immagine dell’immigrazione e degli immigrati sui mass media italiani**. 2003. Disponível em: <<https://www.peacelink.it/migranti/a/121.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CORTI, Paola. Emigranti e immigrati nelle rappresentazioni di fotografi e fotojornalisti. **I quaderni dei Museo dell’immigrazione**, n. 43, ed. Umbra, 2010.

DAMASIO, Antônio. **O sentimento de si**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2000.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOSSOY, Boris. **Tempos da fotografia**. O efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LODIGIANI Rossella. La rappresentazione dei rapporti interetnici nella stampa locale. In: M. Ambrosini, **Immigrazione e società multietnica in Lombardia**. Milão: Fondazione Cariplo-Ismu, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORTOLEVA, Peppino. Una fonte difficile. La fotografia e la storia dell'emigrazione. **Altretalie**, n. 5, ano III, p. 121-157, aprile 1991.

SOULAGES, François. Entrevista: o filósofo François Soulages e a estética da fotografia na era digital. **Revista Zum**, São Paulo, 2 out. 2017. Entrevista concedida a Bruno Zorzal & Gabriel Menotti. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/entrevistas/entrevista-francois-soulages-2/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SOULAGES, François. **Fotografia. Perda e permanência**. São Paulo: Senac, 2010.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. Fapesp/Educ/Cortez, 2005.

VIGLONGO, Eleonora; GROSSI, Giorgio; BELLUATI, Marinella. **Mass media e società multietnica**. Milão: Anabasi, 1995.

HISTÓRIA E MEMÓRIAS DOS MESTRES DO BOI ESTRELA DO VALE

Francisco Marcos Mendes Nogueira

“O Bumba-meu-boi maranhense é tradicionalmente realizado na intenção de São João [...], o boi funciona como veículo de comunicação espiritual, como ponte de ligação entre o Santo e o devotos”
Maria Michol Pinho de Carvalho, 1995, p. 40.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por base a pesquisa de nível de doutorado no Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Prof^a Dr.^a Regina Weber. A pesquisa aconteceu entre os anos de 2016 e 2020 e, na oportunidade, contou com a concessão da Bolsa de estudos por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual me possibilitou dedicar ao doutorado e, por conseguinte, a pesquisa de campo que se deu nos estados do Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima¹ (NOGUEIRA, 2021). Desta feita, o texto tem por recorte temático a história e as memórias dos migrantes maranhenses que são os Mestres e os Cantadores do *Bumba-meu-boi Estrela Vale*, Augusto Vieira da Silva e José Vieira Costa, mais conhecidos por **Melancia** e **Cazuza**².

Melancia (SILVA, 2018) diz que, antes de vir para Roraima, morava em Zé Doca, estado do Maranhão. Segundo o narrador quando o “Brigadeiro Ottomar” assumiu o governo do então Território Federal de Roraima (1979-1983), ele logo

1 Cf. LUME (Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) através do link <http://hdl.handle.net/10183/222974>

2 Doravante os dois, Augusto Vieira da Silva e José Vieira Costa, vão aparecer ao longo do texto pela forma como são reconhecidos e tratados pelos brincantes de Bumba-meu-boi, respectivamente por Melancia e Cazuza.

contratou uma pessoa da cidade de Zé Doca que seria o “encarregado para trazer as pessoas [até Roraima]. A promessa do governador [dita pelo representante] era que ele sustentaria [com cestas básicas] as famílias durante um ano”. Foi a partir dessas promessas que o Melancia resolveu migrar para Roraima. Ele garante que, neste período, tinham dois ônibus “grandes” à disposição para “levar as pessoas até a cidade de Belém, no estado do Pará, e lá os migrantes pegavam o barco da Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA) em direção a Manaus” e depois “pegavam um ônibus com destino final, Roraima”.

Nelvio Paulo Dutra Santos (2013) infere que Ottomar de Sousa Pinto deu “inteiro apoio aos migrantes” e que tinha por finalidade montar uma base de apoio e, conseqüentemente, sustentação política, para isso, lançou mão da distribuição de lotes em áreas de colonização, cestas básicas, dentre outros benefícios. Em grande medida, foi graças a essas “políticas” de incentivo e apoio migratório que, em meados da década de 1980, Roraima passou por um forte fluxo migratório, associado a “generosidade” do governador e, também, ao *boom* do garimpo.

Já o migrante Cazuzu discorre que veio sem ajuda de nenhum governante ou político. Ele recorda que sua “única filha” veio morar em Roraima acompanhando o marido. Então, no mês de fevereiro de 1995, resolveu visitá-la para “saber como estavam e se precisam de alguma coisa, pois ela estava com uma criança”. Ao retornar para o Maranhão, no mês de outubro do mesmo ano, conversou com a esposa sobre a possibilidade virem a Roraima para ajudar a filha, pois ela já era mãe e desejava estudar, mas não tinha condições. Assim, decidiram vir e passar 4 anos e “acabamos ficando!”.

A partir dessa perspectiva, o texto pode (e deve) ser lido doravante pela ótica da História do Tempo Presente, pois o próprio pesquisador/escritor é contemporâneo dos seus interlocutores, os quais podem ser interpretados como “memórias vivas”. Para isso, tomar-se a história oral como metodologia para a constituição de fontes através de entrevistas, especialmente ao considerá-las testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões e contextos, dentre elas: “[...] factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartilhamento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (DELGADO, 2006, p. 15-16).

Neste caso, a memória é a principal fonte e que se materializa com a gravação das narrativas das fontes orais. Segundo Ecléa Bosi (2003, p. 15) “a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. Isso não significa dizer que a “memória” é o retrato fiel ou a “verdade” da realidade, pois “a memória oral tem

seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade” (BOSI, 2003, p. 18).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 16) discorre:

o passado espelhado no presente reproduz, através das narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente

Como é possível perceber o ato *mnemônico* não pode ser simplificado a “recordação do passado”. Ele é uma ação da memória que atualiza e ressignifica no tempo presente as experiências pretéritas. No entanto, Michael Pollak (1989) observou que na memória existem fronteiras, as quais se desvelam nos “silêncios”, “não-ditos” ou daquilo que se pode dizer ou não é “dizível”. Por conseguinte, o autor reforça a necessidade de,

distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto (POLLAK, 1989, p. 6).

Há, portanto, uma relação na representação do passado, a qual é construída no presente. Desse modo, o conhecimento histórico produzido sobre o passado tem uma íntima relação entre História e memórias. No nosso caso, sobre **o urro do bumba-meu-boi no extremo norte do país**, as fontes orais desvelaram como os sujeitos ressignificam a identidade pessoal por meio de uma relação de intimidade com a dimensão religiosa e cultural que se fazem presentes nas brincadeiras do Boi Estrela do Vale.

Quanto às entrevistas se faz necessário tecer algumas observações que julgo importantes, especialmente para o leitor compreender melhor a sua dinâmica, pois as entrevistas levaram em consideração a dimensão dialógica entre pesquisador e seus interlocutores, na qual ficou latente o encontro de intencionalidades de ambos, pesquisador e sujeitos participantes.

A este respeito, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (2013, p. 74) assevera:

o pesquisador organiza a pesquisa para o conhecimento de um dado aspecto da realidade, escolhe os entrevistados e fará uso das informações obtidas. **O entrevistado, em sua fala, recorre a memória e constrói o**

passado com os valores do presente e com as experiências vivenciadas. Sua narrativa pode conter esquecimentos e omissões deliberadas ou não. O entrevistado tem uma imagem de si opiniões que quer transmitir (Grifo nosso).

Logo, o texto produzido pelo pesquisador com auxílio das fontes orais é constituído da interação, intencionalidade, empatia e subjetividade entre o pesquisador com seus interlocutores. Neste caso, vale destacar que Melancia, Cazuzo e eu, somos migrantes maranhenses e que com a pesquisa de campo nossos caminhos se cruzaram e, assim, foi possível estabelecer uma relação de dialogicidade. Para isso, busquei respeitar as “narrativas baseadas na memória” e, por extensão, não omiti a participação e a fala deles dentro do próprio texto. Ademais, a análise e a interpretação das entrevistas somam-se as observações feitas durante as entrevistas e na pesquisa de campo bem como a utilização de fotos e toadas cantadas pelos Mestres e Cantadores. Até porque como argumenta Lang (2013, p. 77), “a interpretação requer o exercício da intuição e da imaginação, que se somam à experiência e formação do pesquisador. Não há receita pronta”.

Posto isso, o presente texto está dividido em duas partes que buscam dialogar entre si e ao mesmo se complementarem, a saber: a História do tempo presente na perspectiva da intersecção passado-presente e o urro do Bumba-meu-boi maranhense no Extremo norte, Roraima. Dessa relação, desejamos que leitor possa encontrar no texto mais camadas, significados e versões do passado do que propriamente a “história tal como aconteceu”. Isso se faz necessário porque são os nossos interlocutores através de suas narrativas que devem sobressair em detrimento do autor que assina este texto, pois como afirmou Alessandro Portelli (2016, p. 21), a oralidade não é apenas o veículo que carrega informações, nela existem significados que por vezes se expressam a partir da tonalidade e das ênfases presentes no discurso oral. A oralidade carrega “[...] a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes”.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A INTERSECÇÃO PASSADO-PRESENTE

Antes de adentrarmos na História e nas memórias dos Mestres e Cantadores do Bumba-meu-boi maranhense Estrela do Vale se faz necessário uma breve discussão sobre a contribuição da História do Tempo Presente para as pesquisas da/na contemporaneidade, pois como assinali anteriormente, o pesquisador/escritor desse texto é contemporâneo dos seus interlocutores, Melancia e Cazuzo.

Os estudos, os quais tem por influência a História do Tempo Presente, não são nenhuma novidade ou, como afirmou Marieta de Moraes Ferreira (2000), “a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática” A título de exemplo a autora cita Heródoto e Tucídides, os quais viam na História um repositório de exemplos, especialmente com a exposição dos fatos através dos testemunhos diretos.

No entanto, Ferreira infere que, no século XIX, aconteceu a institucionalização da disciplina de História que separou e dicotomizou os historiadores universitários dos chamados “historiadores amadores”. A partir desse momento, “o desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos”, acrescentando que “esse campo dos estudos históricos acabou transformando-se em monopólio dos historiadores amadores” (FERREIRA, 2000, p. 115).

Além de ser um monopólio dos “historiadores amadores”, ela passou, então, a ser um problema. Para Ferreira (2000), até o início do século XX, o pensamento predominante era o dos historiadores universitários, que os temas “contemporâneos” poderiam ser objeto das Ciências Sociais e sua função tinha o caráter pedagógico. Isso implica dizer que, a história era pensada a partir do geral e o contemporâneo exemplificava a singularidade, ou seja, o particular.

François Dosse (2012, p. 8) acrescenta:

Quando a história se profissionalizou no século XIX com a escola metódica, os historiadores privilegiaram, ao contrário, as fontes escritas e insistiram na necessidade de uma objetivação que passou pelo estabelecimento de uma ruptura entre o passado e o presente. As fontes documentais disponíveis nos arquivos foram produzidas há mais de cinquenta anos, em função dos prazos de guarda da documentação permanente. Isso resulta em uma desqualificação da história imediata.

Por esta razão, para Dosse (2012) a categoria história do tempo presente remete a uma noção que foi por muito tempo banalizada, acabou gerando controvérsias, mas, no entender do autor, sua essência consiste na reflexão sobre o tempo, pois nela há uma intersecção do tempo presente com o tempo de longa duração. Isso porque, segundo Dosse, o problema está em saber como o “presente é construído no tempo”. Sendo, portanto, uma construção, o autor advoga que “o tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p. 7).

Ademais, Dosse (2012, p. 12) discorre que a História, na atualidade, exige do historiador ou historiadora uma reflexão, pois ela não é uma simples *mimese* do fato real, “[...] puramente passiva, mas que ela resulta de uma tensão entre, de um lado o desejo de perceber o que aconteceu, como aconteceu”. E, acrescenta:

Hoje, o historiador é levado a explicitar de onde ele fala, a tornar mais transparente seu ofício, suas ferramentas, seu andaime, ou todas as mediações que lhe permitem a construção de sua trama. [...] a História é sempre um conhecimento feito de mediações, e se situa em um entre-dois, um entrelaçado. (DOSSE, 2012, p. 13).

Logo, a produção historiográfica não é neutra ou inócua, a problematização do objeto de pesquisa parte do presente para indagar o passado. Isso leva em consideração, na perspectiva de Dosse (2012, p. 13-14), que a história não é um jogo de espelhos, ela é na verdade um jogo de lacunas que se faz em um “entre-dois não estabilizado. Ao mesmo tempo, o historiador é de um lugar e de um tempo inscritos nas categorias de um ‘Aqui e Agora’ que vão desempenhar um papel importante no tipo de relato histórico”.

Talvez por isso o historiador ou historiadora que enverede pelos campos da pesquisa do Tempo Presente seja a todo momento confrontado a partir da sua opção e/ou problematização de pesquisa. Mas, não podemos perder de vista que uma singularidade dessa prática historiográfica é poder lançar mão do (s) testemunho (s) como elemento importante da construção do conhecimento histórico através da oralidade. No entanto, não podemos confundir ou pensar que a História do Tempo Presente seja sinônimo de História Oral ou, ainda, sacralizar a fonte oral como ocorreu com as “fontes escritas em um movimento de pêndulo excessivo” (DOSSE, 2012, p. 16).

A perspectiva, por fim, da História do Tempo Presente por nós adotada coaduna com a ideia de Eric Hobsbawm (1998, p. 244) quando discorreu: “todo historiador tem seu próprio tempo de ida, um poleiro particular a partir do qual sonda o mundo”. Assim, é deste “poleiro” que passar-se-á, no próximo tópico, a História e as memórias dos Mestres e Cantadores do Bumba-meu-boi, mas antes se faz necessário contextualizar o folguedo do Boi, o qual se diferencia das práticas da região norte com o Boi-bumbá Caprichoso e Garantido, ambos da cidade de Parintins, estado do Amazonas.

O URRO DO BUMBA-MEU-BOI MARANHENSE NO EXTREMO NORTE, RORAIMA

O urro do Bumba-meu-boi maranhense no Extremo Norte, em Roraima, se dá com a presença dos migrantes maranhenses, nos primeiros anos da década de 1970, onde hoje é a sede do município de Mucajaí (NOGUEIRA, 2021). Vale destacar que o foco central do texto não é discutir a gênese da brincadeira do Bumba-boi em solo roraimense, mas é destacar a brincadeira do Bumba-meu-boi maranhense **Estrela do Vale**, que “nasceu” no dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, de 2016, a partir do desejo do Melancia de “reviver” as brincadeiras do folgado que desde a infância acompanhava, lá no Maranhão (FOTO 1).

Foto 1 – Bumba-meu-boi Estrela do Vale, Boa Vista/RR



Foto: Acervo pessoal do próprio autor, 2017.

Melancia (SILVA, 2018; 2019) recorda que a ideia de fazer o Estrela do Vale se deu depois de participar do I Encontro de Mestres e Mestras da Cultura Popular do estado de Roraima, em dezembro de 2015. O encontro aconteceu na Comunidade Católica São Raimundo Nonato, bairro Santa Luzia, na cidade de Boa Vista (FOTO 2). Segundo Nogueira (2021) o encontro tinha por objetivos: fortalecer as redes estabelecidas pelos grupos culturais de matriz maranhense em Roraima; propiciar um espaço de brincadeira para o Bumba-meu-boi, o Lindô e a Reisada; e organizar as “brincadeiras culturais” de matriz maranhense.

Foto 2 – I Encontro de Mestres e Mestras da Cultura Popular do estado de Roraima



Foto: Acervo pessoal do próprio autor, 2015.

De acordo com Melancia (SILVA, 2018) estavam presentes vários “companheiros de boiada”, dentre eles: Armandina Di Manso, Antônia Ferreira dos Santos, Manoel Matias Almeida e Sinésio Silva (todos membros do Boi do município de Mucajaí); Raimundo Karin e Seu “Gasolina” (do Bumba-boi do município de Alto Alegre). Foi, portanto, a partir desse evento que “reacendeu” o desejo, em particular depois de cantar a toada: **“Adeus, adeus, eu digo adeus amor / Se despede até para o ano, se nós todos vivo for / Vou-me embora, vou-me embora como já eu disse que vou / Comprar cavalo eu não compro. Viajar a pé eu não vou!”** (grifo nosso). De acordo com o nosso interlocutor, essa toada é bastante utilizada na cidade de Santa Inês, no Maranhão. Ela demarca que a brincadeira do Bumba-meu-boi está sendo finalizada e, ao mesmo, a despedida da “tripulação”³ aos expectadores da brincadeira.

Retornando ao batizado do Boi Estrela do vale, segundo Melancia (SILVA, 2018), a data 13 de junho é bastante simbólica porque no Maranhão marca o início dos ensaios públicos do bumba-meu-boi. Assim, a escolha dessa data também

3 Tripulação, no estado do Maranhão, é uma das muitas maneiras de se referir ao grupo de brincantes do Bumba-meu-boi.

serviu para realizar o batizado do “recém-nascido” Boi Estrela do Vale, tendo por padrinhos, Pedro Costa e Catarina Ribeiro. A cerimônia contou com vários convidados e o ritual do batismo foi conduzido pelo próprio Melancia.

Antes de iniciar o ritual, segundo o narrador, é importante “preparar o ambiente celebrativo onde vai ocorrer o batizado”. Melancia acrescenta que o altar precisa ser ajeitado com enfeites, pois nele é colocado a imagem de São João, “**o verdadeiro dono do Boi. O boi não é meu. Ele é de São João São**” (Grifo nosso). Próximo a imagem do Santo é colocado uma bacia com água e um pouco de sal⁴. Depois de tudo pronto, segue-se com o batizado com as orações: Pai-nosso, Ave-Maria e a Ladainha. Após as orações, o narrador conta que pegou a bacia com a água (já benzida) e passou aspergir o “brinquedo de São João”⁵ proferindo as seguintes palavras: “*Eu te batizo Estrela do Vale com a tua ‘profissão’. Eu só não te dou os Santos óleos⁶ porque não és Cristão*”. Para finalizar, canta-se o Bendito de São João, cuja a letra diz:

Bendito louvado seja,
São João em seu altar.
Dizemos todos que viva,
São João na glória está.
Se São João bem soubesse
Quando era o seu dia.
Descia do céu a terra,
Com prazer e alegria.
São João tem grandes dores,
Também tem grande alegria,
Também tem sua capela
Dos festejos do seu dia.
São João pegou na cruz,
De um madeiro tão pesado.
Cada passo que Ele dava,
Gotas de sangue suava.
Senhora Santa Isabel,
Com sua toalha rendada.

4 No catolicismo popular o sal tem por função simbólica dar sabor e remete a passagem Bíblica que diz: “vós sois o sal da terra”, cf. Mateus 5,13.

5 Uma das muitas formas de se referir ao Boi.

6 Refere-se aos óleos do Crisma e dos Catecúmenos, utilizados nos sacramentos da Igreja Católica.

Feita de ouro incensada,
Onde São João se enxugava.
Bendito, louvado seja!
Oh! Que dia de alegria.
São João já está no céu,
Na pureza de Maria.
São João já está no céu,
Há muitos anos bastantes.
Tomou a Jesus por Pai,
Eterno por seu amante.
Bendito, louvado seja!
Oh! Meu padre, São João.
Botai-nos de lá do céu,
A Vossa santa benção.
Oferecemos este Bendito,
Ao Senhor daquela cruz.
Em louvor de São João,
Para sempre, Amém Jesus!

De acordo com os Mestres e brincantes é tradição essa ritualização, pois a partir desse momento o Bumba-meu-boi pode passar a condição de protegido por São João e, ao mesmo tempo, é autorizado a brincar nos terreiros e/ou nas festas públicas. Por esta razão Melancia (SILVA, 2018) ressaltou a necessidade de manter a tradição que recebeu e praticava no estado do Maranhão, e acrescenta: “foi nessa tradição de fé e respeito a São João que o boi Estrela do Vale nasceu [em 2016] e somente depois de ser ‘oficialmente’ batizado é que a gente saiu em cortejo para brincar e cantar no pátio da Igreja”. Durante o cortejo canta-se:

Lá vai, lá vai...
lá vai o boi pra quem quer ver
Eu vou levando o Estrela do Vale
Fazendo a terra tremer

Ainda sobre o ritual do batismo, vale frisar que há lugares em que o padre é chamado para conduzir o batizado do boi brinquedo ou na impossibilidade de o sacerdote presidir o ritual, passa-se para o padrinho a condução da cerimônia.

O outro Mestre e Cantador entrevistado, o Cazuzza, passou a cantar toadas junto as brincadeiras do Boi Estrela do Vale somente em 2017. Embora, o narrador reconheça que já conhecia a “fama” do Melancia desde o Maranhão, só o conheceu pessoalmente em 1996. Depois acabara se distanciando, ele foi morar no município de Amajari, enquanto o Melancia residia na região do Apiaú, município de Mucajaí. Como já assinali, o reencontro dos dois Mestres só aconteceu em 2017, por intermédio do Pedro Costa que era um dos coordenadores do Arraial dos Maranhenses, que ocorre, desde 2010, na Comunidade Católica São Raimundo Nonato, bairro Santa Luzia, na cidade de Boa Vista (NOGUEIRA; 2015; 2021).

Sobre cantar no Boi Estrela do Vale, Cazuzza (COSTA, 2020) compôs uma toada que denota o seu “compromisso” com o boi do Mestre Melancia,

Quando eu cheguei em Roraima, eu aboiei

São João me convidou

Me enviou logo para a fazenda

E logo me contratou

Estava faltando um vaqueiro

E Pindaré me mandou

Agora cela meu cavalo

E vamos **para o lavrado**

Tomar conta do gado

Que o Melancia comprou

(Grifo nosso)

A toada faz menção à relação pessoal que há entre o sujeito brincante e o folgado, a qual tem por perspectiva a dimensão da religiosidade popular com a devoção a São João. Neste “aboiar⁷”, para atender ao convite do Santo, se estreitam as espacialidades do município de Pindaré/MA com o “lavrado” roraimense por meio do “gado que Melancia comprou”. A referência ao comprar diz respeito ao fato de o Melancia ter comprado o couro que revestia o Bumba-boi que brincava em Santa Inês, no Maranhão. Ou seja, o Estrela do Vale do lavrado roraimense não só tem a cabeça do boi⁸ santa-ineense como também tem o couro que reveste

7 Conforme o Dicionário Aurélio, aboiar significa dirigir um canto monótono e triste a fim de reunir ou guiar o gado.

8 Entre os brincantes e os Amos do Bumba-meu-boi o ritual da morte do Boi. Como Melancia fazia parte do Grupo do Boi de Santa Inês, o qual tem por nome Estrela do vale, então ele pediu ao grupo para trazer a cabeça e assim fazer um boi em terras roraimenses, mas conectado ao grupo do Maranhão (Cf. NOGUEIRA, 2021).

a armação feita de taboca. Conforme Melancia (2018), o revestimento custou para ele cerca de seiscentos reais.

A BRINCADEIRA DO BUMBA-MEU-BOI E SUA RELAÇÃO MÍTICO-RELIGIOSO

Na brincadeira maranhense do Bumba-meu-boi existe uma relação muito forte entre a dimensão mítico e a religiosa. É a partir dessa relação que os dois Mes- tres, Melancia e Cazuzza, chegam a dizer que o Boi é “quase” uma religião, pois o cerne da brincadeira é a devoção dos membros da boiada a figura de São João, o verdadeiro dono da brincadeira e do boi. Cazuzza (COSTA, 2019) argumenta que “a fé é o adubo da religião. O que mais se vê nas brincadeiras de boi é a fé que é capaz de mover as pessoas [...]”. Aqui, o narrador deixa sobressair que a fé que move as pessoas é a fé do catolicismo popular, a qual se faz muito presente no cotidiano das pessoas e dos grupos, especialmente das pessoas mais velhas.

Essas práticas são entendidas pelos brincantes como “deveres” e obrigações” com São João. Elas retratam o entendimento da seriedade do compromisso assumido entre o sujeito-brincante e o Santo, pois no dizer do Melancia, “quando a gente faz um ‘negócio’ com o Santo, ele não confirma de imediato, a gente vai prestando atenção e quando vê que deu certo é preciso pagar a promessa. A gente não pode brincar com o São João. Ele ajuda as pessoas, basta ter fé”. Neste caso, a promessa é vista como um “negócio” já que se refere ao acordo estabelecido entre as partes, o devoto e o Santo.

Regina Prado (2007, p. 161) chama atenção para o “brincar por promessa” que, normalmente, se dá quando há uma ruptura da “ordem construída”. Entre essas rupturas a autora cita os casos de doenças que por vezes são percebidas como a “antessala da morte” (sic) ou ainda há casos ligados ao ciclo reprodutivo da vida (parto). Diante dessas realidades, os sujeitos, por vezes, se percebem sem o poder de controlar essa situação-limite. Diante da aflição, se apegam às crenças ou às devoções. A autora recorda que eis a razão pela qual São João é rogado, especialmente no meio dos brincantes do folguedo. O que está por trás é a certeza de que o Santo tem o poder de afastar, por exemplo, as doenças ou impedir as desgraças, por essa razão uma forma de conseguir a graça é “fazer a promessa”.

Prado (2007, p. 164-165) ao interpretar a relação do promesseiro com o Santo, observa que essa relação obedece à regra de reciprocidade. Neste caso,

se o santo me atender eu lhe *faço uma festa* ou *brinco boi* [...]. Importa, no entanto, perceber que numa e noutra maneira de quitar a dívida contraída com o santo, escolhe-se não uma ação qualquer, mas a única

e exclusivamente a brincadeira do bumba. Não há outra forma de pagar o senhor São João o benefício recebido [...] (PRADO, 2007, p. 164-165)

Para exemplificar a análise da Regina Prado, em 2018, por ocasião do Arraial dos Maranhenses, houve o pagamento de uma promessa feita a São João em favor da saúde da contratante, a qual assumiu o compromisso que caso obtivesse a cura de uma enfermidade, colocaria sobre a cabeça uma “vasilha” com velas acesas em frente ao brinquedo de São João. A pessoa em questão, viajou cerca de 300 km para poder pagar a promessa em favor da graça alcançada.

O ritual contou com orações do Pai Nosso, Ave Maria, Ladainha de todos os Santos, o canto do bendito de São João e cantoria de algumas toadas. Estavam presentes no interior da Igreja, além dos promesseiros, as testemunhas do pagamento da promessa, Mestre Cazuzu e os padrinhos do Boi Estrela do Vale, Catarina Ribeiro e Pedro Costa. Terminado o ritual, o segundo momento da promessa consistia na brincadeira pública no pátio da Igreja ao som de muitas toadas e o “aboiar” do Bumba-meu-boi (FOTO 3).

Foto 3 – Brincadeira no pátio da Igreja São Raimundo Nonato, bairro Santa Luzia, Boa Vista/RR



Foto: Acervo pessoal do próprio autor, 2018.

Sobre esse último ponto, a brincadeira pública no pátio da Igreja, Prado (2007) argumenta que é uma outra forma de pagar a promessa, ou seja, “a ação de brincar”. Segundo a autora, “o importante é cumprir fielmente todas as cláusulas do contrato estabelecido com o santo” (2007, p. 168). Além dessa prática, outro compromisso com São João, referendado pelas narrativas dos Mestres em destaque, acontece com a “obrigação” de “matar o boi”, pois de acordo com a tradição maranhense no “mês de junho a gente brinca de Bumba-boi, depois a gente mata o boi para levantar outro”, como explicou Melancia. Acontece que, para os mais antigos, essa prática não é uma coisa automática e mecânica. O boi brinca por três anos e depois acontece o ritual da morte, no qual há a crença de que por meio deste ato existe um fortalecimento da cultura e da brincadeira junto às pessoas.

Outro exemplo dessa relação mítico-religiosa foi quando acompanhei a brincadeira do Boi Estrela do Vale na Casa de Santa Bárbara⁹. A casa é local de práticas da Religião da Umbanda e tem como responsável do local e Pai de Santo¹⁰, o migrante piauiense Antônio Vitorino da Conceição¹¹ (mais conhecido por Totó). Melancia justificou a presença do Estrela do Vale na Casa por ser ele um frequentador há mais de trinta anos, e como havia ficado doente, chegando a pensar que iria morrer, resolveu levar o Boi para brincar por ocasião da festa de Santa Bárbara (FOTO 4).

Foto 4 – O Boi Estrela do Vale brinca na festa de Santa Bárbara, bairro Cambará, Boa Vista/RR



Foto: Acervo pessoal do próprio autor, 2018.

- 9 A casa está localizada à Rua Armando Nogueira, no bairro Cambará, na cidade de Boa Vista.
- 10 Na Umbanda e no Candomblé, os Pais de Santo ou Mães de Santo, são figuras paternas ou maternas para seus terreiros.
- 11 Nasceu na cidade Campo Maior, no Piauí, mas se criou no Maranhão. Tanto que ele diz que na maranhense conhecida por Zé Doca teve um Salão que funcionou por 20 anos e em Roraima já está há 38 com as portas abertas da Casa de Santa Bárbara.

Sobre essa relação sincrética, Reginaldo Prandi (2003) observa que a Umbanda (assim como o Candomblé) são consideradas religiões afro-brasileiras, as quais, no entender do autor, desde o início se fizeram sincréticas com paralelismo entre as divindades africanas e os santos católicos. Por essa razão, adotaram o calendário de festas do catolicismo, valorizando os ritos e sacramentos da igreja. O autor destaca, ainda, que tanto o Candomblé como a Umbanda são religiões que têm por características pequenos grupos que se “congregam em torno de uma mãe ou pai-de-santo, denominando-se terreiro cada um desses grupos. Embora se cultivem relações protocolares de parentesco iniciático entre terreiros, cada um deles é autônomo e autossuficiente (sic) [...]” (PRANDI, 2003, p. 24).

Retornando a motivação inicial de levar o Boi Estrela do Vale ao terreiro, Melancia (SILVA, 2019) diz que no período em que ficou internado acabou sentindo medo de morrer sozinho, já que ninguém apareceu para lhe visitar, e com um sorriso no rosto o narrador diz: “eu tive medo de morrer! Não sei o porquê já que uma pessoa como eu, com 93 anos já tá pagando hora extra”. Depois olhou pra mim e disse: “na verdade o medo que senti foi porque cheguei a pensar que nunca mais brincaria com o boi de São João. Eu também tive medo de não ser lembrado. Então, eu comecei a cantar, mesmo em cima da cama do hospital”,

Eu chorei, eu chorei, eu chorei
Eu chorei pelos meus companheiros
Mandei carta pra meu mano
E ele não me respondeu
Vou morrer falando seu nome
Por que vocês não falam no meu?

A letra da toada acima, revela dois sentimentos, a solidão e o abandono. Ao acompanhá-lo em sua casa juntamente com Cazuza, depois dele ter recebido alta hospitalar, pude ver o processo de sua recuperação, o qual foi lento devido a idade, mais de 90 anos. Foi compreensivo o sentimento de morrer sozinho já que passou “uma vida” junto com os companheiros nas boiadas e nas cantorias. Talvez seja por isso que desejou comemorar sua recuperação na brincadeira do Bumba-meu-boi, mas, agora, na Casa de Santa Bárbara onde participou (e participa) como praticante da Umbanda.

Além disso, nas brincadeiras de Bumba-meu-boi há uma certa liberdade e, também, tolerância religiosa, a qual permite esses encontros culturais, aqui

representados nas festas/brincadeiras, crenças, hábitos e tradições. É esse jeito com que os Mestres e Cantadores encontram para celebrar a vida. Assim, é possível inferir que a presença do Boi Estrela do Vale no terreiro da Casa de Santa Bárbara foi uma oportunidade ímpar para fortalecer a religiosidade dos Mestres e brincantes, reforçada pela dimensão da brincadeira com as práticas religiosas, neste caso, com o sincretismo religioso de elementos do Catolicismo e da Umbanda. Essa prática exercida no cotidiano do grupo de Bumba-meu-boi, por exemplo, consolida a referência religiosa que é marca registrada no universo do folguedo do boi, particularmente no estado do Maranhão.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, especialmente sobre a historiografia contemporânea, é comum ouvir ou ler sobre sua fragmentação através de uma gama de subespecialidades, as quais revelam uma miríade de tendências e/ou recortes temáticos, teóricos e metodológicos. A este respeito, José D'Assunção Barros (2008) compara a historiografia como um oceano que é povoado por um grande número de ilhas, sendo que cada qual tem sua flora e fauna bem singular.

Essa fragmentação é uma realidade que o historiador em sua práxis não pode negar. Mas também é verdade que a dinâmica social ou cultural, por exemplo, não é passível de ser enquadrada dentro de um único campo investigativo ou de uma única perspectiva teórica. Por consequência, Barros (2008, p. 16) alerta que a saída seja “não utilizar as classificações como limites ou pretexto para o isolamento”. Assim, é comum, hodiernamente, ver os mais diversos campos históricos estabelecerem diálogos inter, multi e transdisciplinar com outras ciências, especialmente ao considerar as dimensões (**modo de ver**), as abordagens (**modo de fazer**) e os domínios (**campo temático**) como fundamento prático da/na pesquisa.

Isso posto, a História e as memórias dos Mestres da brincadeira do Bumba-meu-boi Estrela do Vale, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, foi pensada e articulada a partir da História do Tempo Presente, a qual teve como recurso metodológico a utilização da História Oral, o uso de registros fotográficos e sonoros (toadas cantadas) e a pesquisa de campo. Vale registrar que o presente texto é um pequeno recorte, como já foi salientado na parte introdutória, da minha pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS).

Assim, por força dos limites desse texto, acabei por fazer recortes e seleções do que deveria ser abordado e do que foi suprimido. No entanto, é

possível verificar que a brincadeira do Bumba-meu-boi chegou ao Extremo Norte junto com a migração de maranhenses nos idos da década de 1970 (NOGUEIRA, 2021). Outrossim, o recorte temático possibilita ao leitor perceber a brincadeira do folguedo a partir da dimensão do território simbólico-cultural¹² em que os Mestres e brincantes recorrem a ela para as práticas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, demarcar sua identidade territorial, demarcação que se faz presente quando afirmam que “a brincadeira é do boi maranhense”.

Ressalta-se que no território coexistem elementos concretos e abstratos, objetivos e subjetivos, realidades territoriais dentro do território, portanto, o Território não é uma unidade fixa e imóvel, mas é múltiplo e como múltiplas funcionalidades. Para Saquet (2011, p. 80), “o território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com outros indivíduos, significando interação plural, multi-dimensional, multiforme e unidade na diversidade”. Assim, as territorialidades remetem às relações diárias dos indivíduos.

Outra dimensão desse território que o texto apresenta, é o caráter votivo que é estabelecido na brincadeira a partir da devoção aos santos católicos do ciclo joanino, a saber Santo Antônio (13); São João (24); São Pedro (29), em particular com São João que é considerado um Santo forte. De acordo com Melancia (SILVA, 2019), “[São João] é o verdadeiro dono da brincadeira. A gente recorre a ele porque **ele é o padrinho de Jesus**, por isso, o grupo que se preza deve ter um altar para que os brincantes demostrem sua devoção no santo” (Grifo nosso). Recorrer remete aos pedidos/promessas que os fiéis fazem ao santo de sua devoção.

Para além dessa dimensão votiva aos santos católicos, a brincadeira mostrou, a exemplo do que ocorre no Maranhão, uma relação proximal e também de crença com a religião de matriz afro-brasileira, a Umbanda. Essa relação ficou evidente quando os Mestres, Melancia e Cazuya, levaram o Bumba-meu-boi Estrela do Vale para brincar no terreiro de Santa Bárbara e, por consequência agradecer o restabelecimento da saúde do Melancia que havia ficado internado, e que, por um instante, teve medo de morrer, conforme relatou.

Essa prática é recorrente no interior das brincadeiras populares. No caso do Bumba-meu-boi não é diferente, nela existe um verdadeiro hibridismo cultural e religioso, pois ao mesmo tempo em que o Bumba-meu-boi é considerado quase uma religião, como forma de agradecer os santos do ciclo junino do calendário Católico, se dá com a organização de um boi ou em participar de algum

12 Embora conceito de Território não tenha sido explorado ou tenha sido utilizado ao logo do texto, entendemos que ele é uma importante chave de leitura para as práticas socioculturais que engendram o folguedo do boi maranhense.

já existente. Ademais, é recorrente ver alguns brincantes, como foi o caso dos Mestres Melancia e Cazuzá, professarem fé nas religiões de matriz afro-brasileira. Esse caráter mítico-religioso acaba por sustentar as relações de dependência e reciprocidades entre o Santos/Orixás e o fiel promesseiro/brincante, pois como sustentam os nossos interlocutores “a brincadeira do bumba-meu-boi é uma forma de demonstrar sua fé, sua devoção”.

Por fim, o presente texto não ensejou esgotar o assunto referente a brincadeira do Bumba-meu-boi em Roraima. Ao contrário. O nosso ponto de partida é, portanto, abrir o debate, pois nele se revela um cabedal de possibilidades, as quais podem avançar ainda mais através de novas pesquisas, novos problemas e novas abordagens, perfazendo, dessa maneira, rearranjos historiográficos e qualificando a historiografia local.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória** – ensaios de Psicologia Social. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidade e abordagens**. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, Maria Michol Pinho de. **Matracas que desafiam o tempo: é o bumba-boi do Maranhão um estudo da tradição/modernidade na cultura popular**. São Luís/MA: [s.n], 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2006.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. In: **Tempo & Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1 [jan/jun.], 2012, p. 05-22.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, [maio/jun.], 2000, p.111-124.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Trilhas da pesquisa, convicções e diversidades. In: **Depois da Utopia** – a história oral em seu tempo. São Paulo: Letra e Voz; Fapesp, 2013, p. 71-80.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. “O Maranhão é Aqui!”: territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista (1991-2010). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Roraima (UFRR). Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, Boa Vista/RR, 2015.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. **O bumba-meu-boi maranhense urrou em Roraima**: a (re) produção de um território simbólico-cultural (1975-2019). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre/RS, 2021.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: **Sobre História**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243-255.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo ano tem**: as festas na estrutura social camponesa. São Luís/MA: EDUFMA, 2007.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. In: **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 1, junho, 2003, pp. 15-33.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **Bumba-meu-boi**: o maior espetáculo popular do Maranhão. 2ed. Recife: Editora Massanga, 1984.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **O ABC do Bumba-boi do Maranhão**. 2ed. São Luís/MA: Fort Gráfica, 2008.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **Folguedos & Danças Juninas do Maranhão**. São Luís/MA: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e Poder na Amazônia**: o caso de Roraima (1970-2000). Boa Vista/RR: EdUFRR, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FONTES ORAI:

COSTA, José Vieira [Cazuza]. **Entrevista I.** [maio de 2017]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Boa Vista/RR, 2017. Arquivo mp3 (55min)

COSTA, José Vieira [Cazuza].. **Entrevista II.** [outubro de 2019]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Vicinal 10, município de Cantá/RR, 2019. Arquivo mp3 (2h 12m 29s).

COSTA, José Vieira [Cazuza]. **Entrevista III.** [outubro de 2020]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Vicinal 10, município de Cantá/RR, 2020. Arquivo mp3 (1h 15m 10s).

SILVA, Augusto Vieira da [Melancia]. **Entrevista I.** [maio de 2017]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Boa Vista/RR, 2017. Arquivo mp3 (55min)

SILVA, Augusto Vieira da [Melancia]. **Entrevista II.** [jul. de 2018]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Santa Inês/MA, 2018. Arquivo mp3 (45min)

SILVA, Augusto Vieira da [Melancia]. **Entrevista III.** [set. de 2018]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Boa Vista/RR, 2018. Arquivo mp3 (1h 20min)

SILVA, Augusto Vieira da [Melancia]. **Entrevista IV.** [fev. de 2019]. Entrevistador: Francisco Marcos Mendes Nogueira. Boa Vista/RR, 2018. Arquivo mp3 (52m 20s)

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RORAIMA: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

*Tháisy Nitis Mota Nattrodt
Maria das Graças Santos Dias*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir a violência contra mulher, a partir de uma retrospectiva histórica e conceitual, com aporte nas respectivas leis Maria da Penha e Lei do Feminicídio. Dessa forma, busca empoderar as mulheres que são vítimas da violência, a abolir a violência no lar, e, também, da importância para o ordenamento jurídico. Não obstante, essa problemática da violência contra as mulheres envolve as relações afetivas e econômicas. Nesse contexto, torna-se necessário somar esforços para o enfrentamento, numa perspectiva do exercício da cidadania.

Considera-se uma temática instigante, atual, entretanto sabemos que não é recente. São vítimas dessa violência milhares de mulheres no mundo inteiro. Essa violência decorre da desigualdade das relações de poder entre homens e mulheres, bem como a discriminação de gênero. Convém ressaltar que, mais recentemente, a partir da constitucionalização dos direitos humanos no Século XIX, passou-se a se aprofundar nessa discussão, um desafio a ser estudado pelas diversas áreas do conhecimento.

No Brasil, temos o marco para coibir essa violência com a criação da Lei Maria da Penha, em 2006, e a *posteriori* com a Lei do Feminicídio, em 2015. Entretanto, o mapa da violência no Brasil evidencia altos números, mostra-nos que não iremos resolver apenas com as leis, envolve toda uma questão cultural, o machismo, o patriarcado. Com efeito, torna-se imprescindível a discussão da violência baseada no gênero, decorrente das relações homens e mulheres, em uma relação na qual o masculino e o feminino são culturalmente construídos.

Entrementes, a violência doméstica é marcada por diferentes tipos, não apenas a física, pois temos a psicológica, sexual, patrimonial, entre outras, as quais atingem as mulheres no Brasil e em Roraima. Seu lar, que era para ser o lugar seguro, torna-se um lugar inseguro e de “medo” e de “risco”.

Diante do exposto, a metodologia utilizada neste artigo foi a da pesquisa qualitativa, além de ser uma pesquisa bibliográfica e documental. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2006, p.21) afirma que a mesma

trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

UMA REVISÃO TEÓRICA: GÊNERO, VIOLÊNCIA

Iniciamos a discussão com concepções de Gênero e Violência contra mulher. Nesse quadro, é importante discutir, *a priori*, o clássico Friedrich Engels (1984, p. 96), ao expor o surgimento da família, ao longo da história:

A princípio a família não se aplicava ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. [...] a expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.

Nessa senda, Chauí (2000, pp. 216-217), aborda que uma sociedade sempre começa por uma divisão e que essa divisão organiza todas as relações sociais que serão instituídas a seguir.

É a divisão social do trabalho. Os seres humanos, na luta pela sobrevivência, se agrupam para explorar os recursos da Natureza e dividem as tarefas. A partir dessa divisão, organizam a primeira instituição social: a **família**, na qualidade de pai, o homem adulto, torna-se chefe e domina a mulher adulta, sua esposa e mãe de seus filhos, os quais também são dominados pelo pai.

É fundamental enfatizar que o poder constitui algumas características. Destacamos aqui o

despótico ou **patriarcal**, que era exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligadas por laços de dependência econômica e militar, por alianças matrimoniais, numa relação pessoal em que o chefe garantia proteção e os súditos ofereciam lealdade e obediência, jurando cumprir a vontade do primeiro (CHAUI, 2000, p. 482).

Neste contexto da violência contra a mulher, sobre as questões de gênero, Silva e Torres (2019, p. 61) afirmam que

os estudos sob a perspectiva de gênero têm assumido grande relevância nos dias atuais, com grande potencial de análise, imprimindo um novo modo de pensar e fazer ciência, uma vez que historicamente a ciência tratou as mulheres e sua história às margens das grandes questões.

Com efeito, Mary Ferreira (2014, p. 365) aborda que “as relações de gênero, assim como as relações de classe, são construídas historicamente, a partir das hierarquias que transformam as diferenças em desigualdade, tanto sociais quanto políticas, na medida em que materializa a opressão das mulheres”.

Vislumbra-se uma análise do conceito de gênero, que permite relativizar as desigualdades entre homens e mulheres, e reconhecer essas diferenças possibilita legitimar a mulher como correlativa. Segundo Saffioti (2001, p. 107), “o conceito de gênero é uma categoria ontológica, construída socialmente, que não se reduz a categorias cartesianas biológicas e sexuais”.

Para Joan Scott (1990), no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traduzido para o Português, em 1990, o qual é considerado uma referência clássica em razão de sua abordagem histórico-cultural, incluindo as experiências pessoais e subjetivas na análise, a definição de gênero se estabelece segundo duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 14).

Ainda com aporte de Joan Scott (1990), no imenso universo sobre a questão mulher, observam-se três posições teóricas que as feministas empregam na análise de gênero: a teoria do patriarcado, a teoria marxista e a teoria psicanalítica. Nesse contexto, a teoria do patriarcado questiona a desigualdade entre homens e mulheres e localiza a opressão na manipulação masculina da

sexualidade feminina. A teoria marxista acredita que a opressão são frutos das estruturas sociais e econômicas da sociedade; e a teoria psicanalítica defende que a subjetividade feminina se constrói em uma cultura sexista.

Nesse quadro, a conceituação de Gênero, para Camurça e Gouveia (2004), significa uma relação, isto é, nas sociedades, o feminino e o masculino são considerados opostos e também complementares. Como na maioria das vezes, o masculino tem mais valor, as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de prestígio e autoridade entre as pessoas, de acordo com o seu sexo, implicando na situação em que as relações de gênero são consideradas como relações de poder.

Enveredando-se na perspectiva de violência, segundo Paviani (2016, p. 8), a “violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre os outros”.

Neste sentido, conceituar violência é um trabalho complexo, todavia, pode ser caracterizado como uma forma de sociabilidade, que tem como mecanismo a afirmação de poderes, que são legitimados mediante uma determinada norma social, ou seja, uma criação estabelecida pela própria sociedade e por ela alimentada. A sua forma expressa o excesso de poder que vai causar o impedimento do reconhecimento do outro, que seja pessoa, classe, gênero ou raça, onde se faz o uso da força ou da coerção, causando, dessa maneira, algum tipo de dano (MINAYO, 2006).

A esse respeito, convêm ainda mencionar Michelle Perrot (2005) e sua obra *As mulheres ou os silêncios da história*. A autora busca fazer um levantamento histórico, desde o Brasil Colônia até a atualidade, analisando por meio do tempo e fazendo menção sobre como as mulheres nasceram, viveram e morreram dentro do mundo e tempo que as cercavam. Já Mary Del Priore (2004), em *História das mulheres no Brasil*, busca fazer um panorama sobre o tema da mulher nos aspectos histórico-sociais, sendo uma ceulema de uma diversidade de artigos que estão vinculados à condição feminina na história. Nesta obra, percebe-se tanto a desenvoltura quanto à forma engendrada em que a autora estrutura, de maneira sociocultural, o processo de resistente ao tempo, no qual vem como mecanismo que não apenas submete as mulheres, mas mantém as mesmas em silêncio. Mostra ainda, com a obra, como se deu o processo de movimento feminino, desde sua saída da vida unicamente privada rumo às esferas públicas, possibilitando uma maior atuação na sociedade.

Dessa maneira, podemos perceber que, no Brasil, o termo “violência contra a mulher”, inicialmente, foi usado no final dos anos de 1970 e teve sua difusão

rápida, em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e a impunidade dos agressores, frequentemente, os próprios maridos, comumente absolvidos em nome da “defesa da honra” (GROSSI, 1998). Na década de 1980, as mobilizações se estenderam para a denúncia de casos de espancamentos e maus tratos do conjugue. Com isso, o termo “violência contra mulher” tornou-se como sinônimo de violência doméstica pela maior incidência deste tipo de violência ocorrer no espaço doméstico e/ou familiar (AZEVEDO, 1985).

A década de 1990 foi marcada pelo desenvolvimento dos estudos de gênero, alguns autores passaram a utilizar “violência de gênero” como um conceito amplo que “violência contra a mulher” (SAFIOTTI; ALMEIDA, 1995). Tal conceito (violência de gênero) abarcava não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, que também eram objeto da violência masculina.

Outro termo também utilizado é violência conjugal, por abarcar diferentes formas de violência, envolvendo relações de gênero e poder, tal como a violência estabelecida pelo homem contra a mulher, pela mulher contra o homem, entre mulheres e entre homens. Com base no afirmado acima, pode-se dizer que a violência exercida contra a mulher é uma das principais formas de violência de gênero (ARAUJO; MARTINS; SANTOS, 2004).

Percebe-se que, dentro do processo histórico, a violência sempre esteve presente. Rachel Soihet (2009, p. 159) descreve que “sem dúvida, a violência tem incidido com mais ênfases sobre as mulheres”. Nesse sentido, Neide Theml (2009, p 173) aponta violência como “um fenômeno social com poder de modificar o modo de vida coletivo e individual”.

Dentro do que se apresentou, pode-se definir o conceito de violência, segundo apresentado por Souza (2008, p. 2):

O vocábulo violência é composto pelo prefixo vis, que significa força em latim. Lembra ideias de vigor, potência e impulso. A etimologia da palavra violência, porém, mais do que uma simples força, a violência pode ser compreendida como o próprio abuso da força. Violência vem do latim *violenta*, que significa caráter violento ou bravo. O verbo *violare*, significa tratar com violência, profanar, transgredir.

Para Minayo (2006), a violência não é tipicamente um problema de Saúde, e sim um problema social que acompanha toda a história bem como as transformações da humanidade. Entretanto, a violência tem seus efeitos que passam para área da Saúde, no caso provoca: (a) morte, lesões e traumas físicos e um sem número de agravos mentais, emocionais e espirituais; (b) diminui a qualidade de

vida das pessoas e das coletividades; (c) questiona a adequação da organização tradicional dos serviços de saúde; (d) coloca novos problemas para o atendimento médico; (e) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos.

Nesse processo, far-se-á necessário mencionar o ano de 1993, no qual ocorre a Conferência de Direitos Humanos de Viena, sendo que pela primeira vez foi adotada uma definição oficial das Nações Unidas no que concerne à violência contra a mulher, a qual ficou definida como:

Todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada. (Economic and Social Council, 1992 apud HEISE *et al.*, 1994).

Dentro dessa visão, Gebrim e Borges (2014, p. 59) descrevem:

A violência contra a mulher por razões de gêneros é histórico e tem um caráter estrutural, que se perpetua devido à sua posição de subordinação na ordem sociocultural. Tal relação de poder, baseada em padrões de dominação, controle e opressão, leva à discriminação, ao individualismo, à exploração e a criação de estereótipos, os quais são transmitidos de uma geração para outra e produzidos tanto no âmbito público (governos, política, religião, escolas, meios de comunicação), como no âmbito privado (família, parentes, amigos).

Destarte, dados os conceitos acima, convém mencionar o conceito de feminicídio:

Segundo a socióloga Eleonora Menicucci, professora titular de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo e ministra das Políticas para as Mulheres entre 2012 e 2015, **femicídio é um crime de ódio e seu conceito surgiu na década de 1970 para reconhecer e dar visibilidade à morte violenta de mulheres resultante da discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemáticas.** “Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado. Ao contrário: faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam-se pelo uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas

de mutilação e de barbárie”, ressalta. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 11, *grifo nosso*)

Para possibilitar uma maior ênfase sobre o conceito de feminicídio, inferimos que

a pesquisadora mexicana Marcela Lagarde, antropóloga que argumenta sobre a importância de discutir a responsabilidade do Estado na continuidade dessas mortes, principalmente por sua omissão na investigação, identificação e responsabilização dos criminosos. Com o propósito de abarcar a impunidade penal como característica dessas mortes, a pesquisadora elaborou o conceito de feminicídio: “há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso, o feminicídio é um crime de Estado” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 59).

No campo da ideologia, segundo Chauí (2000, p. 222),

o senso comum social afirma que a mulher é um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as doçuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinada, por natureza, para a vida doméstica, o cuidado do marido e da família. Assim o “ser feminino” é colocado como causa da “função social feminina”.

Nesse contexto, surgiu a ideologia do “ser feminino” e da “função feminina” como naturais e não como históricos e sociais. Como se observa, uma vez implantada uma ideologia, passamos a tomar os efeitos pelas causas, a título de exemplo,

a ideologia afirma que o adultério é crime (tanto assim que homens que matam suas esposas e os amantes delas são considerados inocentes porque praticaram um ato em nome da honra), que a virgindade feminina é preciosa e que o homossexualismo é uma perversão e uma doença grave (CHAUÍ, 2000, p. 223)

Ainda nessa discussão ideológica, Chauí (2000, p. 223) diz que a

sociedade exige a procriação legítima e legal – a que se realiza pelos laços do casamento -, porque ela garante, para a classe dominante, a transmissão do capital aos herdeiros. Assim sendo, o adultério e a perda da virgindade

são perigosos para o capital e para a transmissão legal da riqueza; por isso, o adultério se torna crime e a virgindade é valorizada como virtude suprema das mulheres jovens.

Na obra de Rousseau (1993 *apud* BORON, 2006), o contrato social se edifica sobre mais uma desigualdade, convém mencionar:

O contrato se edifica sobre mais uma desigualdade, mas esta é diretamente silenciada e reprimida: a desigualdade entre os sexos (...) A diferença sexual leva as mulheres a uma situação de inevitável e irremissível dependência em relação ao homem (Cobo, 1995: 125). É claro que, em Rousseau, o estado de natureza é o referente do sujeito político de *O Contrato*, enquanto o referente da mulher é o estado pré-social da era patriarcal (...) Se para o indivíduo masculino, o sujeito político do contrato, o círculo se inicia no estado de natureza para culminar no ingresso à ordem política após a sua educação como homem e cidadão, para a mulher o estado de natureza, única liberdade que conhecerá como fêmea errante, deixa espaço para a reclusão doméstica que já não haverá de abandonar (...) sujeição das mulheres ao espaço privado em virtude do contrato sexual é prévia ao contrato político. Se o contrato político se edifica sobre o contrato sexual, a reclusão doméstica transformou, de maneira definitiva, as mulheres em guardiãs dos afetos e da prole. Reclusas no espaço doméstico, as mulheres são irrelevantes politicamente (...) o processo que culmina no pacto social somente inclui os homens, produzindo efeitos diferenciais em relação às formas de inclusão dos sexos no espaço público. Se em princípio todos os homens são iguais, não são as mulheres, mas sim os indivíduos masculinos os interpelados. No entanto, a ambiguidade da proclamação igualitária desataria as demandas políticas da primeira onda de revolucionárias e feministas (...) (ROUSSEAU, 1993 *apud* BORON, 2006, pp. 96-97).

Cabe salientar ainda, com aporte de Santos (2018, p. 50), que

a luta contra a apropriação e a violência é a luta pela completa libertação da regulação social colonial. Ao contrário da luta pela emancipação social no lado metropolitano da linha abissal, a luta pela libertação não visa uma forma melhor e mais inclusiva de regulação colonial. Visa, sim, a sua eliminação.

Urge continuarmos na luta pela vida das mulheres, visto que o machismo deve ser combatido, pois está fortemente presente na sociedade.

LEGISLAÇÃO: LEI MARIA DA PENHA E A LEI DO FEMINICÍDIO

A Lei Maria da Penha foi feita com o intuito de inibir a prática de violência contra a mulher, onde os direitos eram habitualmente violados, dentro do âmbito do gênero feminino. A referida Lei adveio como uma forma de punir e erradicar à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; também alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. O Artigo 1º da Lei 11.340/2006 traz a finalidade da sua criação:

Art. 1º - Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º, do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Para tanto, foram considerados os estudos que ocorreram em Roraima, sem deixar de citar algumas realidades e do restante do país. Nesse contexto, Cunha e Pinto (2019, p. 38), na obra *Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo*, apontam o seguinte:

A Lei 11.340/2006 extraiu do caldo da violência comum uma nova espécie, qual seja, aquela praticada contra a mulher (vítima própria), no seu ambiente doméstico, familiar ou de intimidade (art. 5.º). Nesses casos, a ofendida passa a contar com precioso estatuto, não somente de caráter repressivo, mas, sobretudo, **preventivo** e assistencial, criando mecanismos aptos a coibir essa modalidade de agressão.

Nessa perspectiva de mecanismos de proteção a mulher, foi introduzida a Lei de nº 13.104/15, a **Lei de Feminicídio**, garantindo maior efetividade para a norma jurídica. A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, altera o Art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º e o Art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

A nova Lei incluiu no paragrafo 2º, inciso VI e VII, o homicidio de feminicidio, além da previsão da pena. Ademais, prevê as características desse homicidio

no paragrafo 2º-A, incisos I e II, e os aumentos de pena do paragrafo 7º, incisos I, II, III e IV, ambos do Artigo 121 do Código Penal Brasileiro:

§ 2º (...)

Feminicídio

VI- contra a mulher por razões da condição de sexo feminino

VII- contra autoridade policial ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição:

Pena reclusão, de doze a trinta anos.

(...)

§ 2º -**A**. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - Violência doméstica e familiar;

II - Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

(...)

Aumento de pena

(...)

§ 7º- **A** pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.”

IV – em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.

Nessa discussão, o Art. 121, § 2º, inciso VI do Código Penal, descrevesse a previsão do crime de feminicídio, cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, tendo a pena de reclusão de 12 a 30 anos. Asseverasse que a razões da condição do sexo feminino, quando o crime envolve violência Doméstica e familiar.

Nesta direção, é importante destacar a Lei de nº 13.827/19, que vem tratando da aplicação de medida protetiva de urgência pelas autoridades policiais, da questão da criação de situações de prevenção que possibilitem que a violência contra a mulher seja coibida.

A lei 13.827, de 13 de maio de 2019, altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, da seguinte forma:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º O Capítulo III do Título III da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 12-C:

“Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do **caput** deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.”

Art. 3º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A:

Art. 38-A O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência.

Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas.

Com efeito, esse tipo de violência contra a mulher não tem classe social. Está presente em todas as camadas sociais, fruto de uma cultura machista, sexista, misógina, enraizada há anos na sociedade brasileira. As leis mencionadas acima são marcos importantes no avanço para coibir a violência contra mulher. Entretanto, os efeitos ainda são lentos; trata-se de problemas culturais, o Atlas da Violência (BRASIL, 2020) retrata muito bem essa questão.

BREVE HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é um problema social que ocorre em todo o mundo, não respeitando fronteiras, classe social, raça, etnia, religião, idade ou grau de escolaridade. Cavalcanti (2008) afirma que a violência doméstica é considerada um problema social e viola os direitos humanos das mulheres, sendo esta um fenômeno antigo e recorrente nas relações familiares. Existem diversos tratados de direitos humanos editado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organizações dos Estados Americanos), que visam à igualdade entre gêneros, bem como a repressão da violência doméstica. Dentre as vítimas de violência estão mulheres, crianças, adolescentes, idosos e deficientes. Para a referida autora, a origem da violência doméstica é um problema cultural, social, econômico e pessoal.

Os movimentos feministas no Brasil começam nos anos de 1970, frente a violência de gênero contra as mulheres que se materializa nos crimes cometidos contra as companheiras. Ressalta-se a defesa da honra, inconformados com o fim do relacionamento pela vítima, seus parceiros acabavam assassinando as mulheres. Crimes emblemáticos, assassinato da artista Ângela Diniz, em dezembro de 1976, posteriormente o assassinato de Eliane de Grammont, pelo seu ex-marido Lindomar Castilho, em março de 1981. Crimes de grande repercussão nacional chocaram o país. Motivação para a campanha “Quem ama não Mata” (SEGATO, 2006). Com o decorrer dos anos, os crimes de violência ainda continuam.

Segundo o mapa da violência (BRASIL, 2020), Roraima é um dos Estados mais violentos para as mulheres. Crime do patriarcado visto pelo controle do corpo e da capacidade punitiva sobre as mulheres. O feminicídio ou tentativa são crimes de ódio contra a mulher.

O Brasil vem avançando nas leis para combater essa violência contra a mulher, na direção da garantia dos direitos humanos das mulheres e na equidade de gêneros. Nesse contexto, a primeira Delegacia da Mulher foi criada na cidade de São Paulo, em 06 de agosto de 1985, sendo denominada DDM (Delegacia de Defesa da Mulher). A violência doméstica, no país, foi tipificada com maior rigor no ano de 2004, pela Lei 10.884 que aumentou na pena de lesão corporal para os casos de violência familiar, porém, apenas os delitos que ofendiam a saúde física e/ou mental poderiam ser considerados violência doméstica, com advento da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que visa coibir qualquer tipo de violência baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico sexual ou psicológico, moral ou patrimonial, houve um amparo maior da mulher.

PANORAMA DA VIOLÊNCIA RECENTE CONTRA AS MULHERES EM RORAIMA

De acordo com o Atlas da Violência (2020), no Brasil, em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. Houve uma redução no Brasil, entretanto, as taxas de homicídios de mulheres aumentaram no mesmo período, três Estados apresentaram um aumento superior a **20%: Roraima (93%)**, Ceará (26,4%) e Tocantins (21,4%). Roraima e Ceará também apresentaram as maiores taxas de homicídio feminino por 100 mil habitantes em 2018 – 20,5 e 10,2, respectivamente –; seguidos pelo Acre (8,4) e pelo Pará (7,7). Esses Estados também figuram entre aqueles com as maiores taxas gerais de homicídios no país, em 2018. No entanto, cabe ressaltar que, para os três Estados com os aumentos mais expressivos nas taxas de homicídios de mulheres, a tendência observada, em relação à taxa geral de homicídios, não é exatamente a mesma: em Roraima, o aumento foi de 51,3% no total de homicídios (contra 93% nos registros com vítimas mulheres). Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Em alguns Estados, a taxa de homicídios, em 2018, mais do que dobrou em relação a 2008: é o caso do Ceará, cujos homicídios de mulheres aumentaram 278,6%; de Roraima, que teve um crescimento de 186,8%; e do Acre, onde o aumento foi de 126,6%. Por seu turno, as maiores reduções no decênio ocorreram no Espírito Santo (52,2%), em São Paulo (36,3%) e no Paraná (35,1%).

Com efeito, ainda com a vigência das leis referidas acima, a violência continua a acontecer, o que é confirmada também pelo grande número de registros de

Boletim de Ocorrência na Delegacia Especializada da Mulher (DDM). Roraima é um dos Estados com maior índice de violência contra as mulheres, no Brasil, de acordo com os dados do relatório feito em 2017 pela ONG *Human Rights Watch*. As taxas de homicídios de mulheres, no Estado, cresceram 139%, entre 2010 e 2015, e atingindo 11,4 mortes para cada 100 mil mulheres, em 2015. Considera-se que a média nacional é de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. Nesse contexto, a taxa é uma das mais elevadas do mundo, de acordo com os dados do referido relatório.

A cultura do estupro e de outras violências contra mulher é muito presente na realidade brasileira, comprovada por denúncias em delegacias especializadas e pelo número de feminicídios que é crescente. Convém destacar que a maioria das mulheres é assassinada por parceiros e ex-parceiros; muitas mulheres sofrem abusos e violência doméstica durante anos, sem coragem para denunciar a violência que sofrem. O espaço familiar, no contexto da violência, torna-se uma prisão para a mulher que se encontra, muitas vezes, violentada de maneiras diversas e tem medo de reagir e denunciar seu agressor. A realidade citada está presente em muitos lares do Brasil e de Roraima.

O Estado de Roraima conta com a “Casa da Mulher Brasileira”, a qual está ancorada nas políticas de enfrentamento a violência contra a mulher. A mesma tem na natureza e missão o enfrentamento à violência, além de buscar empoderamento social e cultural da mulher. Convém mencionar, também, o projeto do Tribunal de Justiça de Roraima, em parceria com a Prefeitura Municipal de Boa Vista, denominado “Patrulha Maria da Penha”. Sua extensão atinge os municípios de Mucajaí e Caracarái, para monitoramento das mulheres vítimas de violência doméstica que receberam Medidas Protetivas de Urgência. O referido projeto incentiva, também, as mulheres denunciarem os agressores, além de dar maior visibilidade e difundir a atuação da rede de enfrentamento da violência doméstica.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES MIGRANTES

Neste contexto da violência, as migrantes mulheres, em Roraima, além das dificuldades enfrentadas por homens nesse processo de deslocamento para um país diferente, como as questões culturais, também sofrem com questões relacionadas a violências de gênero. Segundo Minayo (2006), violência não deveria ser tratada apenas no singular e sim numa perspectiva múltipla, pois não se caracteriza apenas em forma de violência na sociedade. Deste modo, a autora apresenta

três definições de violência dentro da nossa sociedade contemporânea que são: a violência física, econômica e moral. A violência física é entendida como aquela ação que atinge diretamente a integridade física da pessoa, causando homicídios, agressões, roubos e violações. A violência econômica caracteriza-se pela apropriação e desrespeito contra a vontade dos donos ou de forma agressiva de algo de sua propriedade ou bens. A violência simbólica ou moral traduz-se pela dominação cultural que agride e viola o direito de outras pessoas. Nesse contexto, com aporte no Código Penal Brasileiro (art. 322), a definição de violência propicia diversas considerações, pois descreve-se violência como:

(...) Constrangimento **físico ou ficto, exercido a vontade de alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem ou a consentir. Qualquer força material ou moral, empregada contra a vontade, ou liberdade, ou resistência de pessoa, ou coisa. O mesmo que coação. A violência diz-se: a) física material ou real (“viscorporalis”), quando há o emprego de força material ou de outros meios que impossibilitarem a resistência do paciente; b) moral ou ficto (“vis compulsiva”), quando o agente contra o paciente de os de intimidação por ameaça grave mal eminente, ou quando ele é juridicamente incapaz de livre consentimento; c) iminente, quando se manifesta com perigo atual ou instante, traduzido na ameaça de consumação imediata; d) arbitrária, a que é prática no exercício da função pública ou a pretexto de exercê-la (NUNES, 1999, p. 1082).**

De fato, percebe-se que as violências descritas estão previstas na legislação brasileiras, assegurando proteção, tanto para mulheres brasileiras quanto para as mulheres imigrantes. A grande maioria acredita que não são asseguradas pela legislação do Brasil por serem migrantes/imigrantes; **não possui conhecimento das leis brasileiras como**, por exemplo, a Lei Maria da Penha e do Feminicídio. Este desconhecimento impede que muitas mulheres busquem uma solução legal para a violência, vale ressaltar que os dados que chegam a polícia são decorrentes, muitas vezes, de denúncia de terceiros e não da mulher agredida.

Entrementes, trazendo o debate para violência doméstica dos migrantes venezuelanos, em Boa Vista, em análise o caso de um venezuelano de 32 anos, o qual foi flagrado ao espancar sua mulher, também venezuelana, pela Polícia Civil, por meio da equipe da DEAM/Delegacia Especializada de atendimento à mulher. O crime ocorreu no bairro Centenário, zona oeste da capital, onde ela morava com dois filhos menores. Com efeito, ao chegar em casa embriagado, foi questionado pela mulher sobre a bebedeira; ele passou a espancá-la com chutes e socos. Foi autuado na Lei Maria da Penha; foi lavrado um Auto de prisão em Flagrante,

pelo crime de lesão corporal, uma das formas de violência doméstica. O homem foi encaminhado à Audiência de Custódia, conforme dados do Jornal Folha de Boa Vista, de 29/01/2021. É importante destacar que este caso apresentado chegou às autoridades competentes graças a denúncia de terceiros.

A nova Lei de Migração está alicerçada nos direitos humanos, protegendo o sujeito da xenofobia e de outras formas de violência. Ela também aponta a necessidade do fortalecimento da integração cultural, política e social dos latinos americanos. Cabe ao Governo Brasileiro assegurar os direitos dos migrantes, por meio da Lei nº 13445, de 2017. Mas essa é uma realidade que desafia os movimentos de mulheres. Elas enfrentam o mesmo desafio das brasileiras que é aquele de romper o ciclo do machismo. Esse rompimento é essencial para promover o empoderamento feminino das mulheres.

Convêm ainda mencionar a violência de cunho xenofóbico, a título de exemplo. Duas manifestações, uma na cidade de Mucajaí e outra na capital do Estado de Roraima, Boa Vista. No município de Mucajaí, a população ateou fogo em objetos e expulsou venezuelanos de um prédio abandonado; o ato ocorreu durante um protesto contra a morte de um brasileiro que estava no mesmo local, onde houve uma briga entre venezuelanos. Um migrante também morreu na mesma situação. Segundo entrevista feita pelo G1, com um dos organizadores,

questionado sobre o fato de terem ateado fogo aos objetos dos venezuelanos, disse que não considerou ato de vandalismo ou crime: “Só ateamos fogo em roupas”. [...] outro líder do grupo, o pastor João Batista, se disse indignado com a presença dos imigrantes na cidade. “Não aguentamos mais a presença deles. Queremos que as autoridades façam alguma coisa. Há muitos roubos e furtos em nossa cidade” (MARQUES, 2018, n.p).

Nesse contexto, esse tipo de violência, a xenofobia é recorrente na cidade de Boa Vista/ Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, diversos autores foram analisados com a finalidade de permitir uma visão mais ampla sobre essa problemática grave que está presente no Brasil, e conseqüentemente, no Estado de Roraima, ou seja, a violência contra a mulher. Diante do contexto histórico, a mulher sempre foi submissa ao homem, em uma sociedade com heranças culturais do patriarcado colonial.

Não obstante, a Lei Maria da Penha entrou em vigor em 2006, criando mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher, e mais recentemente a Lei do Feminicídio, em 2015. Essas leis marcam o combate à violência contra a mulher e proporcionam assistência a vítima, com punição ao agressor. Com efeito, no decorrer da análise, a violência doméstica no Brasil ainda é considerada alta, pois envolve a questão cultural que demanda tempo. Vimos o Estado de Roraima dentre os Estados da federação brasileira como um dos mais violentos para as mulheres.

Por fim, deve-se continuar com as pesquisas (vigorosas análises) sobre essa temática, não podemos aceitar violência que humilha e fere a dignidade humana da mulher. Defendendo assim o debate, por meio da implementação de políticas públicas que promovam a igualdade entre homens e mulheres e combatam toda e qualquer forma de violência, fortalecendo o movimento feminista em termos de cidadania e empoderamento das mulheres.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M.F; MATTIOLI, O. (Org.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 17-35.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo, Cortez, 1985.

BORON, Atilio A.. **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx**. *En publicación: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

BRASIL. **Atlas da Violência IPEA 2020**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: www.ipea/atlas. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2016**. IPEA, Brasília, 2016.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1- mar. 2015.**

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.**

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA, Jose Francisco. **Violência na História.** Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2009.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero.** 4 ed. Recife: SOS corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2004.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica: análise artigo por artigo da Lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06.** 2ed. Alagoas: Jspodivim, 2008.

CHAUÍ, Marilene. **Convite à Filosofia.** Ed. Ática. São Paulo, 2000.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica Lei Maria da Penha – 11.340/2006: Comentada artigo por artigo.** 8 ed.- São Paulo: PODIVM, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado.** Tradução de José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984. 237 p.

FERREIRA, Mary. Movimento de mulheres e feministas e sua ação anticapitalista no Brasil e maranhão. Universidade federal do Maranhão-UFMA. **Revista de Políticas Públicas.** Julho, 2014, pp.359-367.

GEBRIM, Luciana Maibashi; BORGES, Paulo César Correa. Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/feminicídio? **Revista de informação legislativa,** v.51, n.202, p. 59-75, 2014.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: PEDRO, J.; GROSSI, M.P. (Org.), **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

HEISE, L.; PITANGUY, J.; GERMAIN, A.. **Violencia Contra la Mujer: La Carga Oculta sobre la Salud**. OPAS/OMS, Washington, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Um dia vou te matar” Impunidade em casos de violência doméstica no estado de Roraima**. Boa Vista, Junho, 2017.

LAGARDE, M. **Género y feminismo** – desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & Horas, 1996.

MARQUES, Marcelo. Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR. **G1 RR**, Boa Vista, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/moradores-ateiam-fogo-em-objetos-e-expulsam-venezuelanos-de-predio-em-cidade-no-interior-de-rr.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2021.

NUNES, Pedro. Dicionário de Tecnologia Jurídica. 13ª Edição, Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 1180 p.

PAVIANI, Jayme. **Conceitos e formas de violência**. In: MODENA, Maura Regina. Conceito e formas de violências, Caixas do Sul, RS: Educs, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: Ed. Edusc, 2005.

PRADO, D; SANEMATSU, M. **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão. 2017.

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. SÃO PAULO, Contexto, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 218p.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Contribuições Feministas para o estudo da violência doméstica de gênero. **Caderno Pagu**. no.16 Campinas, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim Do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Coimbra: 2018.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. **Caderno Pagu**, Nº.3. Campinas/SP, 1994.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SEGATO, Rita Laura. **Que és um feminicídio**. Notas para um debate emergente. Série Antropológica, N. 401. Brasília: UNB, 2006. Disponível em: www.patriciaGalvão.org.br/apc-aa-patriciaGalvão/home/noticias. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, Laize Santana. **Violência doméstica: impactos psicológicos e sociais na vida da mulher**. 2018. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde da Família) - Instituto de Ciências da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

SILVA, M. B. S; TORRES, I. C. Para uma fenomenologia da alma feminina: o protagonismo e a visibilidade da mulher. **Revista Somanlu**, ano 19, n.1 jan/jun. 2019.

SOIHET, R. Relações de Gênero e Formas de Violência. In: BUSTAMANTE, R.M. da C.; MOURA, J. F. de. (Org.). **Violência na História**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009, p. 159-172.

SOUZA, Valéria Pinheiro. **Violência contra mulher: crime de feminicídio**. (2008, p. 02). Disponível em: [https:// monografias.brasilecola.Direito](https://monografias.brasilecola.Direito). Acesso em: 20 jan. 2022.

TELML, Neyde. A Pólis dos Atenienses: Direito e Violência. In: Bustamante R.M. da C. e Moura J. F. de. (Org.). **Violência na História**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009, p.173-188.

MIGRAÇÕES E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM RORAIMA

*Alessandra Lima Medeiros
Márcia Maria de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Esse artigo é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso, no estilo monografia, realizado no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, como requisito para obtenção do título de Cientista Social com Habilitação em Sociologia. Por sua vez, é uma ampliação da pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Roraima (PIBIC/UFRR), que fez parte do projeto Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima, financiado pelo Edital Universal 2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCTI/CNPq) e Edital Pró-Pesquisa 2020/PRPPG/UFRR.

A pesquisa objetivou realizar um levantamento de demandas por educação intercultural no estado de Roraima, assim como, demonstrar como a ausência dessa abordagem intercultural, como parte das políticas públicas do Estado, implica nos direitos humanos dos imigrantes e se revela como um desafio estratégico para a sociedade na construção de novas relações identitárias. Inscrita no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação é uma ferramenta fundamental para proteger a dignidade humana.

A metodologia qualitativa permitiu entrevistar pais migrantes que revelaram o desejo de uma educação intercultural como um direito para seus filhos. As entrevistas contribuíram para que os pais refletissem sobre a educação dos filhos e se reconhecerem como sujeitos de direitos e confirmaram a grande demanda por educação diferenciada que respeite a cultura e a língua das crianças.

A maioria dos migrantes entrevistados não sabia que a educação intercultural é um direito dos migrantes e que pode ser debatida nos processos de acolhimento e integração.

O debate em torno do direito à educação intercultural tem gerado resistências nos processos de acolhimento aos migrantes principalmente porque existe um processo de criminalização das migrações que ocorre principalmente como fruto de um sistema econômico fundamentado no rechaço ao desconhecido. Estes mecanismos provocam xenofobia e todo tipo de violência contra os migrantes.

Os números atestam o crescimento quantitativo de matrículas de crianças e jovens migrantes venezuelanos nas escolas municipais e estaduais. Entretanto, o Censo Escolar não aponta se houve investimentos na formação docente nem na infraestrutura das escolas para acolher os alunos migrantes. A questão central neste debate é o desafio da educação intercultural no contexto transfronteiriço.

CONTEXTO DA PESQUISA

O contexto transfronteiriço e a histórica circulação de migrantes nessa região formada por migrantes internos e internacionais levam a questionar por que a educação intercultural ainda não faz parte das políticas públicas do Estado, da capital e dos municípios transfronteiriços?

Nas últimas décadas a Amazônia passou a figurar entre as regiões com maior mobilidade interna e internacional na América Latina. As novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Representa também a abertura de novas rotas migratórias denominadas pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” (BAENINGER *et al*, 2018, p. 14).

Estes dados reforçam que as instituições que atuam junto aos migrantes têm nessa região desafios estratégicos de atuação por se tratar de uma dinâmica migratória heterogênea que exige uma atuação multidisciplinar. No relatório do DESA/ONU (2019), um dado chama a atenção: 15% dos migrantes são crianças em idade escolar. Isso representa um grande desafio para as políticas migratórias, uma vez que, o direito à educação é, muitas vezes, subestimado – até ser removido.

Uma ferramenta indispensável para proteger a liberdade e a dignidade de todos os migrantes, a educação desempenha papel fundamental para permitir

que os recém-chegados se tornem membros plenos da sociedade à qual estão ingressando. É um interesse legítimo que se depara com obstáculos no local¹. Conforme o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação é a base para a proteção da dignidade humana:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos².

No caso dos migrantes a educação é um direito muitas vezes negligenciado pelas instituições que atuam na questão do acolhimento pautado no atendimento emergencial centrado na alimentação, saúde e hospedagem.

É evidente que os direitos humanos adquirem ainda mais significado quando sua materialização está em risco, por exemplo, quando as pessoas são forçadas a fugir de conflitos armados, perseguição ou devido ao desejo de melhorar suas posições socioeconômicas por meio da migração. Em seu país de chegada, suas situações educacionais pessoais podem ser inseguras.

Oliveira e Dias (2020, p. 8) insistem na “garantia dos direitos dos migrantes” no contexto migratório da Amazônia. Muito é exigido da comunidade internacional, entretanto, se pressupõe o firme compromisso e a forte vontade política de proteger aqueles que estão em situação vulnerável. “Se a essas crianças forem negadas uma educação básica de boa qualidade, toda uma geração pode ser perdida” (UNESCO, 2018).

1 Mensagem da UNESCO por ocasião do Dia Internacional dos Migrantes 2018. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-4/educacao-dos-migrantes-e-um-direito-humano-inalienavel>. Acesso em 04/04/2020.

2 Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01/10/2021.

EDUCAÇÃO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO

No contexto migratório, a educação desempenha um papel importante no acolhimento aos migrantes e tem a função imprescindível na sociedade de socializar e democratizar o acesso ao conhecimento e promover a construção moral e ética nos estudantes oferecendo uma formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade.

Nesse sentido, a educação cumpre papel imprescindível na sociedade de socializar e democratizar o acesso ao conhecimento e promover a construção moral e ética nos estudantes oferecendo uma formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade (CANDAUAU, 2011) e desempenha um papel importante no acolhimento aos migrantes.

Uma abordagem que contribuiu para entender o campo empírico no qual os migrantes lutam pela aquisição dos seus direitos foi explicitada a partir da concepção de Cortina (2020), que afirma que há um estigma universalizado na sociedade, caracterizado pela aversão ao migrante pobre. Para essa autora,

A aporofobia, é o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode entregar nada em troca, ou ao menos, parece não poder. E por isso é excluído de um mundo construído sobre o contrato político, econômico ou social desse mundo de dar e receber, no qual só podem entrar os que parecem ter algo de interessante para dar um retorno (CORTINA, 2020, p. 19).

Cortina problematiza o tema das migrações na dimensão das desigualdades sociais. O grande problema produzido no atual estágio do capitalismo é um processo de descarte humano através das migrações representam um sintoma das desigualdades sociais e da produção acelerada da pobreza. Esse tema também é discutido por Bauman (2017) que afirma que a pobreza é um processo de violência que produz a expulsão dos migrantes.

Desde o início dos tempos, pessoas batem à porta de outras, fugindo de seus países em função da violência da guerra ou da brutalidade da fome. Para os que estão de dentro, estes hóspedes indesejáveis são sempre estranhos, e estranhos tendem a gerar medo e ansiedade precisamente por serem o desconhecido (BAUMAN, 2017, p. 13)

No campo da sociologia das migrações, o referido autor problematiza a forma com que as sociedades produzem as migrações e lidam com os migrantes num processo de criminalização destes que são na sua maioria mulheres e crianças.

O que ocorre em Roraima é uma comprovação do debate que Bauman apresenta sobre a “securitização” imposta nas fronteiras como proteção contra os migrantes como se estes oferecessem riscos à sociedade de destino. Os Estados Nacionais apresentam as migrações como um “problema” e se beneficiam dela, de acordo a (BAUMAN, 2017, p. 46) “são reforçadas pelo número crescente de governos que endossam oficialmente o ‘pânico de segurança’ da população concentrando-se nas vítimas da tragédia dos refugiados, e não nas raízes globais de seu trágico destino”. Para esse autor,

A “securitização” é um truque de mágica, calculado para ser exatamente isso. Ela consiste em desviar a ansiedade de problemas que os governos são incapazes de enfrentar (ou não tem muito interesse em fazê-lo), para outros, com os quais os governantes – diariamente e em milhares de telas – aparecem lidando com energia e (por vezes) com sucesso. No primeiro tipo de problema encontram-se fatores fundamentais da condição humana, como a oferta de emprego de qualidade, a confiança e as estabilidade da condição social, a proteção efetiva contra a degradação social e a imunidade quanto à negação da dignidade – todos esses determinantes da segurança e do bem-estar que os governos, os quais antes prometiam pleno emprego e uma ampla previdência social, são hoje incapazes de anunciar, que dirá fornecer (BAUMAN, 2017, p. 34).

Todo o aparato da Operação Acolhida, que reúne agências internacionais encarregadas do atendimento aos migrantes e as instituições nacionais e não governamentais encarregadas de sua assistência, está totalmente fundamentado na securitização que resulta em criminalização dos migrantes e na produção institucional da xenofobia. A aversão aos migrantes também se reproduz pelo fato da Operação Acolhida estar gerenciada pelo Exército Brasileiro, o que incorre ainda na militarização dos sistemas de acolhimento. Por isso é tão complexo inserir o tema da educação, e ainda mais da educação intercultural, nesse debate que permanece no campo das emergências.

Oliveira, Valério e Sarmiento (2020) acenam que é muito difícil incluir temas como educação, cultura e interculturalidade num contexto marcado pelo atendimento emergencial que tende a tornar-se permanente no modelo de acolhimento que se estabeleceu na Operação Acolhida na Amazônia. Da mesma forma, Vasconcelos (2021, p. 58) afirma que,

A experiência da militarização do gerenciamento dos/as migrantes no norte do Brasil apresenta uma mudança na política migratória brasileira,

apontando para uma aproximação ao modelo de campo de refugiados aplicado mundo afora. Embora não sejam campos de refugiados *stricto sensu*, há uma série de aproximações que podemos realizar com os exemplos narrados pelos autores acima, indicando a constituição de um modelo híbrido de campo de refugiados sob a figura dos abrigos administrados pelos militares em Roraima e no Amazonas.

Na pesquisa de campo identificamos que a maioria dos migrantes venezuelanos que vivem em Boa Vista encontram-se em situação de extrema pobreza. De modo especial aqueles que estão abrigados em situação precária, muitos desde meados de 2018, o que vai dando um caráter de permanente numa atuação de acolhimento que deveria ser apenas emergencial. Esse contexto de precarização tem feito com que os migrantes se acomodem às ações emergenciais num processo de adaptação ao novo espaço de sobrevivência. As instituições que atendem os migrantes com ações emergenciais ainda não pautaram o direito à educação diferenciada porque as necessidades básicas de alimentação, documentação, trabalho, hospedagem e saúde são vistas como prioridades.

Oliveira, Valério e Sarmiento (2020) acenam que a educação, seria, seguramente uma forma de romper com o emergencial e avançar para a integração dos migrantes à sociedade numa relação de reciprocidade. No contexto migratório, entretanto, não faz sentido pensar a educação de forma genérica. Para estes autores e autoras, os migrantes, especialmente os indígenas, têm direito à educação intercultural que considere suas diferenças e seus processos de adaptação e integração à nova sociedade.

A demanda por uma escola intercultural é legítima e é um direito garantido em lei. O Brasil tem uma vasta legislação que garante aos povos indígenas o acesso à Educação Escolar Indígena Específica, Diferenciada, Intercultural, Bilíngue e Multilíngue, sendo a mais importante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº. 9.394/1996, que regulamenta a oferta da educação escolar indígena. Após a LDB nº. 9.394/1996, muitas foram as Resoluções e os Pareceres que tem procurado dialogar com a Educação Escolar Indígena brasileira, isto se for possível falar em uma única Educação Escolar Indígena no Brasil, tendo em vista a quantidade de etnias e línguas faladas [...]. Em 17 fevereiro de 2016, a Comissão de Direitos Humanos – CDH e Legislação Participativa aprovou o projeto PLS nº. 737/2015, que institui os Territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da Educação Escolar Indígena (OLIVEIRA, SARMENTO e VALERIO, 2020, p. 76).

Esse debate contribui para compreender a complexidade que envolve a educação intercultural e, ao mesmo tempo, a sua importância em contextos migratórios. Entretanto, no contexto atual das migrações em Roraima, a educação não tem conseguido ultrapassar a barreira do emergencial. Em nossa pesquisa de campo, a maioria dos migrantes entrevistados não sabe que a educação intercultural é um direito dos migrantes e que pode ser debatida nos processos de acolhimento e integração.

De acordo com Candau (2008) a interculturalidade na educação, enquanto categoria de análise, é uma proposta pedagógica, na qual se busca desenvolver atividades relacionadas às diferentes culturas, propondo o respeito mútuo e trocas de experiências em espaços de novas sociabilidades.

A educação intercultural se materializa num enfoque global que afeta diferentes âmbitos a partir da observação de um grupo específico no qual “o conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico – outro – um pensamento crítico de/desde outro modo” (CANDAUI, 2008, p. 52). Nessa perspectiva a educação intercultural seria também um processo de descolonialidade do pensamento e das práticas pedagógicas.

A luta pelos direitos humanos hoje supõe o exercício do diálogo intercultural que, por sua vez, exige o exercício da hermenêutica diatópica. Esta constitui uma tarefa complexa e desafiante, que está dando apenas seus primeiros passos. São poucos os autores e as iniciativas que se colocam nessa perspectiva. A análise da problemática dos direitos humanos e as práticas sociais orientadas a trabalhá-las ainda estão aprisionadas na matriz da modernidade. Além disso, as concepções dominantes sobre o diálogo intercultural situam-se, em geral, numa perspectiva liberal e focalizam com frequência as interações entre diferentes grupos socioculturais de modo superficial, sem enfrentar a temática das relações de poder que as perpassam (CANDAUI, 2008, p. 52-53).

Entendida nessa perspectiva, a educação intercultural ganha uma abrangência muito maior do que aparenta ser. Além de constituir-se uma questão de direitos humanos a ser assegurada, a interculturalidade apresenta-se com objetivos importantes quando é utilizada para orientar processos com base no reconhecimento do direito à diferença e na luta contra formas de discriminação e desigualdade social.

Dessa forma, a interculturalidade pode promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. A interculturalidade não ignora as relações que podem estar presentes nas relações sociais e interpessoais,

procura estratégias de superação das desigualdades e reconhece os conflitos e condições adequadas para enfrentá-los (CANDAU, 2008). Entretanto, a própria autora reconhece a complexidade que envolve o tema.

O desenvolvimento de uma educação intercultural na perspectiva apresentada neste texto é uma questão complexa, atravessada por tensões e desafios. Exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais. As relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical. Nesse sentido, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional. A perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do outro, o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. Uma educação para a negociação cultural, o que supõe exercitar o que Santos denomina hermenêutica diatópica. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008, p. 54).

Silva (2017) sugere a discussão sobre práticas pedagógicas interculturais como espaço para debates de temas que envolvam a preocupações, as tensões, os conflitos entre outros para promover a conquista dos diferentes grupos sociais que fazem parte do espaço escolar, potencializando-se o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e produtivo. Reconhecer a diferença cultural como expressão positiva é também função da escola. Promover ações que dialoguem com diversos conhecimentos, diferentes saberes e linguagens, distintas estratégias e recursos pedagógicos, evitando preconceitos para que possa coexistir de forma democrática.

Para Candau (2011), a educação cultural aparece como uma alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional, tornando-se necessária a problematização das diferentes práticas sociais educativas e havendo a necessidade do diálogo sobre a integração dos diferentes sujeitos sociocultural na sociedade em que vivemos.

Segundo Ramos (2007, p. 233), “a diversidade cultural está no centro do desenvolvimento humano[...], devendo a perspectiva intercultural e a diversidade ser integradas numa perspectiva mais ampla de construção da sociedade”. Para a autora, é necessária uma nova abordagem de cidadania, que englobe a dinâmica da diversidade cultural, promovendo educação, isonomia e diálogo através da inclusão, particularmente pelos minoritários.

Ramos (2007, p. 238) afirma que “a escola constitui também para as famílias migrantes ou de minorias étnico-culturais, como um espaço importante de contato e integração na sociedade e desempenha um papel fundamental”, pois eles depositam na escola suas esperanças e o êxito social. Entretanto, como a escola é um recorte da sociedade, nem sempre está inteiramente preparada para o acolhimento e a integração dos migrantes.

No entanto, na pesquisa de campo, identificamos que os migrantes não estão debatendo o tema da educação intercultural porque escutam o tempo inteiro que precisam se adequar ao que lhes é oferecido. O debate em torno do direito à educação intercultural tem gerado resistências nos processos de acolhimento aos migrantes principalmente porque existe um processo de criminalização das migrações que ocorre principalmente como fruto de um sistema econômico fundamentado no rechaço ao desconhecido. Estes mecanismos provocam xenofobia e todo tipo de violência contra os migrantes e precisam ser considerados na nossa abordagem teórica, atesta Sassen (2016) que traz para o debate a violência presente nas expulsões dos migrantes.

As mães entrevistadas acreditam que a escola pode ser uma das possibilidades de romper com a homogeneidade e orientar-se pela lógica da diversidade, provocar e facilitar a reconstrução dos conhecimentos, atitudes e formas de conduta, numa reelaboração crítica e reflexiva da cultura dominante, através de vivências de novas relações sociais dentro da escola que conduzam a novos modos de pensar e fazer numa permanente troca de conhecimentos que promovem novas interações interculturais. Enquanto isso, os censos educacionais afirmam que as crianças migrantes estão sendo matriculadas nas escolas.

Conforme os dados do Censo Escolar (KHATAB, 2020) a maioria das crianças matriculadas na rede pública nos últimos 5 anos são venezuelanas. Os números atestam o crescimento quantitativo de matrículas de crianças e jovens migrantes venezuelanos nas escolas municipais e estaduais. Entretanto, o Censo Escolar não aponta se houve investimentos na formação docente nem na infraestrutura das escolas para acolher os alunos migrantes. Uma questão central neste debate é a questão do ensino da língua espanhola para os docentes.

Há iniciativas como o projeto Educação em contexto migratório Formação online para Professores(as) de Boa Vista foi transmitido pelo canal UNICEF³ e

3 O canal oficial do UNICEF BRASIL é a sua principal fonte para a atuação direta do UNICEF no Brasil, documentários, apoio de celebridades e mais sobre o nosso trabalho em defesa dos direitos de cada criança por todo o mundo. Para saber mais sobre o trabalho do UNICEF BRASIL, acesse: <https://www.unicef.org/brazil/>

todas as sessões estão disponíveis para o público⁴. Foi uma iniciativa do Grupo de Trabalho GT Educação coordenado pelo departamento de Educação do UNICEF em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Fronteiras – GEIFRON da Universidade Federal de Roraima, o Instituto Pirilampos e a Organização Mundial das Migrações⁵. O curso teve mais de mil inscritos e uma média de participação com uma média de 950 professores e professoras em cada sessão.

Nesse curso se concluiu que a formação de professores e professoras da educação básica na perspectiva intercultural é necessária e deve ser permanente por causa do contexto transfronteiriço em permanente situação de circulação de migrantes e refugiados. Pela quantidade de participantes, fica claro o interesse e a busca por formação na área da educação intercultural por parte dos professores e professoras da educação básica em Roraima⁶. Por outro lado, as instituições que atuam junto aos migrantes têm nessa região desafios estratégicos de atuação por se tratar de uma dinâmica migratória heterogênea que exige uma atuação multidisciplinar e uma abertura intercultural permanente.

Nos contextos migratórios intensos, como é o caso da cidade de Boa Vista, capital roraimense, região transfronteiriça com dois países (Guyana e Venezuela), a questão da educação dos migrantes e refugiados nas suas mais variadas nacionalidades e pertencimentos étnicos, exige pensar possibilidades de educação intercultural que levasse em conta questões linguísticas e culturais (OLIVEIRA, SARMENTO e VALÉRIO, 2020, p. 67).

Nas entrevistas com os pais, muitos apresentam a preocupação com o atraso escolar dos filhos e propõem uma escola diferenciada, ainda que em sistema multisseriado, para atender as crianças. “O que queremos é uma escola aqui mesmo no abrigo, com nossos professores. Nós temos professores capazes de ensinar do nosso jeito” (Pesquisa de Campo n.º 05 – maio de 2020).

4 A primeira sessão disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PN17UPBNceY>

Segunda sessão disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qOdjVfceQN4>

Terceira sessão disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UvVwxqWR63A>

Quarta sessão disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kd4OV9JUf78>

5 Por demanda do GT Educação, o projeto se transformou em um curso de extensão da UFRR coordenado pela professora doutora Márcia Maria de Oliveira, registrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR.

6 O curso serviu para dar maior visibilidade à formação de professores(as) em pedagogia intercultural indígena, já desenvolvido em significativa escala no Instituto INSIKIRAN, da Universidade Federal de Roraima.

Diante disso, acredita-se que as iniciativas de educação intercultural institucionalizadas pelo Estado ou pela Prefeitura assegurando às crianças migrantes e refugiadas, o direito a uma educação diferenciada pode contribuir para atenuar o grau de violência, xenofobia e aporofobia a que migrantes e refugiados são submetidos nos destinos migratórios (SASSEN, 2016).

Diante do contexto transfronteiriço e da circulação de migrantes internos e internacionais como é o caso da cidade de Boa Vista, a questão da situação educacional das crianças migrantes nas suas variadas nacionalidades e etnias, cabe debater elementos teóricos dentro da sociologia da educação, assim como questionar-se por que a educação ainda não faz parte das políticas públicas do estado. Enquanto isso, as dificuldades das crianças aparecem em muitas entrevistas com os pais:

Meu filho não gosta da escola. Ele sempre chora quando é hora de ir para a escola. Pensei que fosse apenas nos primeiros dias. Mas, já vai para 2 anos e ele ainda não gosta da escola. Diz que a professora fala muito rápido e ele não entende nada que ela explica. Quando retorna eu o ajudo com as tarefas de casa. Mas, também tenho dificuldade por causa da língua. Se para mim é difícil, imagina para ele. Com 8 anos ele teve continua no primeiro ano e acredito que vai repetir de novo porque não tem conseguido aprender quase nada (Pesquisa de campo n. 7, maio de 2021).

Essa dificuldade apresentada pela mãe revela que as escolas têm matriculado as crianças, mas, não conseguiram entender e reconhecer suas diferenças para somar com as outras crianças. As dificuldades apresentadas em forma de desabafo dessa mãe, nos remetem a Paulo Freire (1987, p.68) quando afirma que “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”. Tudo poderia ser tão diferente se as escolas estivessem mais abertas para acolher as crianças com seus saberes diferentes, com nova língua, novos conceitos, para somar com o que já se tem nas escolas. Seria uma grande riqueza. Mas, boa parte dos professores e professoras ainda lidam com as crianças migrantes e refugiadas como se elas fossem estranhas no novo ambiente escolar.

Em estranhos à nossa porta, Bauman (2017) nos ajuda a refletir sobre a estupidéz do estranhamento. No fundo, estranhamos e temos medo do que não conhecemos. “Estranhos tendem a causar ansiedade por serem ‘diferentes’ e, assim assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar” (BAUMAN, 2017, p. 13). Pelo conceito de estranho se extraiu um significado de conotação

negativa que contribuiu para a criação de um estigma sobre o imigrante. O medo e a rejeição do outro que é diferente.

Em termos práticos o que muito contribuiu para isso foi o uso indevido da palavra estrangeiro no Estatuto do Estrangeiro vigente durante o período militar e que promoveu uma ideia de corpo estranho no meio social. A partir daí, criou-se uma perspectiva de enxergar a migração como um problema, deixando o discurso político se apropriar disso e afirmar que deve ser corrigido com leis adequadas. Com o surgimento da lei de Migração a perspectiva do migrante muda para sujeito com direitos, porém a migração ainda não é vista como um aspecto normal da vida social, o que causa o estigma.

O migrante é o outro da sociedade moderna que dentro desse contexto possui a sua humanidade negada, ou seja, um ser sem direitos. Isso porque a mentalidade do eu é fundada em um princípio da identidade. As pessoas estigmatizadas são repelidas e expulsas do convívio social, pois sua alteridade não é reconhecida pelo cidadão pátrio. Porém, esse cidadão desconhece o fato de que não existe pureza identitária e que uma das características mais marcantes da humanidade é o movimento. De acordo com Bauman (2017, p. 44) “acostumados a usar nossas características (verdadeiras ou supostas) como o parâmetro pelo qual se mede e avalia a humanidade de outras pessoas, nós - os normais - acreditamos que a pessoa com estigma não é exatamente humana”.

Esses alertas de Bauman (2017) revelam o quanto é importante romper com esses medos nas nossas escolas. Isso só é possível através de um projeto institucional de educação intercultural.

A educação intercultural se configura como uma pedagogia do encontro até suas últimas consequências, visando promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro/confronto de narrativas diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito/ acolhimento. No processo ambivalente da relação intercultural, é totalmente imprevisível seu desdobramento ou resultado. Trata-se de verificar se ocorre, ou não, a “transitividade cognitiva”, ou seja, a interação cultural que produz efeitos na própria matriz cognitiva do sujeito; o que constitui uma particular oportunidade de crescimento da cultura pessoal de cada um, assim como de mudança das relações sociais, na perspectiva de mudar tudo aquilo que impede a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária (FLEURI, 1999, p. 280).

Assim, essa negação pelo outro mostra que não se trata apenas de contrariar uma promoção de igualdade entre diferentes, mas também revela a dificuldade de reconhecer

a diferença como o potencializador de relações harmônicas dentro de uma sociedade. O direito a ser diferente seria o caminho para validar as ações afirmativas a favor dos migrantes descritas nas leis e que sempre embarra em comportamento reacionário por parte daquele lugar que os recebem. Portanto, a forma como se constrói a noção do outro será decisivo para delimitar o lugar do imigrante dentro de um espaço, assim como, as ações sociais enquanto receptora revelará como ela é.

No atual contexto cultural, social e econômico encontra-se uma crise de paradigma dos direitos humanos, pois por muito tempo a igualdade foi a chave para a construção da ideia de dignidade humana entre os indivíduos. Porém, a igualdade como incentivo perde evidência quando se torna mais adequado lutar pelo direito de ser diferente ou do direito a diferença. Partindo disso, concluímos que o direito à diferença não tinha ainda aparecido com a força que tem hoje. A questão da diferença assume importância especial e transforma-se num direito, não só o direito dos diferentes a serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença.

Nessa nova conjuntura migratória, percebemos que a própria sociedade demanda uma nova afirmação em relação aos direitos humanos, pois o contexto não possui mais apenas uma única cultura dominante. É como se a ênfase tivesse se deslocado de direitos exclusivamente individuais, civis e políticos para direitos coletivos, culturais e ambientais. No entanto, para Fleuri (2001), essa mudança de olhar está muito mais atrelada a começar a discutir o tema da diferença como pressuposto principal para garantir o respeito a cada identidade cultural.

Dessa forma, as identidades são construídas a partir do relacionamento com os outros que é como eu reconheço o que é diferente de mim, ou seja, nenhuma cultura deve ser completa e fechada, já que toda identidade necessita daquilo que lhe “falta” para o seu próprio reconhecimento.

Conversar com os outros – e não apenas falar sobre eles ou para eles – é a condição para desenvolvermos a compreensão dos significados e das estruturas e das estruturas significantes de nossas próprias ações. A compreensão do sentido da ação do outro é uma condição importante para a compreensão dos sentidos de nossa própria ação. A compreensão da lógica de significação, inerente aos padrões culturais de outros grupos, facilita a compreensão da lógica inerente aos nossos próprios sistemas simbólicos de significação. A relação entre culturas é, assim, a condição para o desenvolvimento de cada cultura (FLEURI, 2001, p. 10)

O debate do paradigma da igualdade e da diferença no discurso dos direitos humanos não tem como intenção a negação de um termo pelo outro, mas sim de

descrever e problematizar a partir deles a multiplicidade das relações e interações que constituem a trama da humanidade hoje. Isso é bastante nítido quando se apresenta um discurso que afirma a importância dos direitos humanos, mas que na realidade as violações se multiplicam, estando sempre em dissonância com o que é garantido na legislação, ou seja, ainda é muito frágil no que diz respeito aos direitos sociais, econômicos e culturais.

A reconceitualização dos direitos humanos é emergente, pois supõe o exercício do diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. Nessa perspectiva, segundo Santos (2006, p. 445-447) “para que os direitos humanos possam ser ressignificados não é possível negar as suas raízes nem a sua história, mas problematizá-los na atual realidade em que cada universo sociocultural possui a sua concepção da dignidade humana”, ao qual traduzimos como direitos humanos.

Para Santos (2001) é necessário negar tanto o universalismo quanto o relativismo cultural, pois enquanto uma única cultura predominar haverá a impossibilidade de diálogos a partir de diversos universos culturais. Além de que é essencial o olhar sensível para descobrir dentro de cada universo desse qual seria a ideia de dignidade humana dentro daquela cultura.

Essa noção também deve ser acompanhada pelo entendimento de que todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana, mostrando assim, uma necessidade de interação entre elas. Santos (2001) nos ajuda a compreender que nenhuma cultura é indivisível, algumas culturas são mais abertas do que outras. Por isso é necessário identificar e potencializar aquelas que se mostram mais abertas e amplas para favorecer o diálogo com outras culturas. Por fim, há que se quebrar a disputa hierárquica de pertencimento que tendência a distribuir e classificar as pessoas e os grupos sociais dentro desses dois princípios: princípio da igualdade e princípio da diferença.

HORIZONTES DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM RORAIMA

Nessa pesquisa entendemos a educação intercultural como dimensão importante dos direitos humanos. Nossa pesquisa de campo confirma nosso objeto de pesquisa de que existe realmente uma demanda por educação intercultural muito presente na sociedade, e não somente os migrantes e refugiados a reclamam, mas, boa parte da sociedade acredita que seria um modelo a ser pensado nesse contexto de fronteira.

O desafio para se pensar a interculturalidade nasceu da realidade transfronteiriça, transnacional e transcultural, que tem demonstrado que a interculturalidade é uma oportunidade de crescimento pessoal e social que nos permite reconhecer, aceitar e respeitar a outra pessoa que também é portadora de cultura. O entendimento da outra pessoa como alguém em igualdade de direitos e de cultura é um pressuposto para a interculturalidade. Na sociologia, um dos clássicos que nos ajuda a entender esse debate é Émile Durkheim (1858-1917), de modo especial em sua obra *Educação e Sociologia*.

Mas por que há de ser assim necessariamente? Porque em cada um de nós, pode -se dizer, existem dois seres que, embora se mostrem inseparáveis - a não ser por abstração -, não deixam de ser distintos. Um é composto de todas os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprime em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte, tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. Esse conjunto forma ser social. Constituir este ser em cada um de nós é o objetivo da educação (DURKHEIM, 2011, p, 10-11).

Nessa perspectiva, conclui-se que boa parte da sociedade ainda enxerga o mundo baseado apenas pela própria cultura, desconsiderando que o envolvimento com identidades culturais diferentes é inevitável em um mundo tão globalizado no qual tudo muda de maneira muito rápida (BAUMAN, 2017). Se as mercadorias e o dinheiro circulam pelo mundo inteiro de forma tão simultânea, por que as pessoas não podem circular e se estabelecer em um novo local com dignidade?

Bauman (2017), recorda que os processos de globalização acentuaram os encontros interculturais e conferiram ao indivíduo e à sociedade novos significados. Nesse entendimento, acredita-se que a educação pode ser um caminho seguro para superar o estranhamento do outro na sua condição de deferente.

A palavra educação já foi empregada com um sentido bastante vasto para designar o conjunto das influências que a natureza ou os outros homens podem exercer sobre a nossa inteligência ou vontade. Stuart Mill diz que ela compreende tudo o que fazemos por conta própria e tudo o que os outros fazem para nós com o objetivo de nos aproximar da perfeição da nossa natureza. Em sua acepção mais larga, ela compreende inclusive os efeitos indiretos produzidos no caráter e nas faculdades do homem por coisas cujo objetivo é completamente diferente: leis, formas de governo,

artes industriais e mesma fatos físicos, independentes da vontade do homem, (tais como o clima, o solo e a posição local. Porém, esta definição engloba fatos bastante díspares que não podem ser reunidos sob um mesmo vocábulo sem dar lugar a confusões. Em função de seus procedimentos e resultados, a ação das coisas sobre os homens difere muito da que provém dos próprios homens; e a ação entre homens pertencentes a mesma faixa etária difere da que os adultos exercem sobre os mais jovens. O que nos interessa aqui é somente esta última, a qual, por conseguinte, convém reservar a palavra educação (DURKHEIM, 2011, p, 43).

Nesse horizonte teórico de Durkheim a educação seria o caminho para a superação do estranhamento aos migrantes e refugiados. Aliás, esse estranhamento são faz o menor sentido numa realidade de fronteiras que não pode ser desconsiderada⁷. Os limites geográficos são formados por fronteiras que, longe de separar, promovem intensa circulação das pessoas. Historicamente mantemos contatos com outras regiões nas quais coexistem outras culturas, línguas e costumes. Geograficamente estamos localizados de maneira permanente em um local de fronteira que se construiu e se constrói a partir do contato com o outro, a partir de encontros.

Culturalmente temos costumes e valores dos povos indígenas que habitam a região milenarmente, dos europeus, dos africanos, dos nordestinos. Nossa formação é resultado dessa mistura. Porém, na grande maioria das vezes o reflexo dessa experiência se fez através do conflito. Genocídios, holocaustos, eliminações foram às consequências de quando o confronto se dá baseado na suposição de que culturas são puras ou de que há uma hierarquia entre elas, colocando uma cultura em supremacia na relação com a outra.

A diversidade presente em Roraima assim como a sua posição geográfica faz do Estado um local de passagem, de chegada e de saída. Por isso sempre foi e será marcado por encontros culturais mais acentuados. Roraima é uma região de movimento, de circulação permanente de pessoas, um espaço privilegiado para interações que pode fornecer enriquecimento recíproco, solidariedade, dinamismo cultural e troca de saberes.

Com a globalização da economia mundial, as relações sociais tornam-se, no plano econômico e político, cada vez mais transnacionais. E, no

7 Roraima é um estado da Amazônia localizado na Região Norte do Brasil e possui 1922 quilômetros de fronteira com países sul-americanos, sendo a Venezuela ao norte e noroeste e a Guiana a leste. Nos limites internos do país, ainda se faz fronteira com o Amazonas ao sul e oeste e ao sudeste com o Pará.

plano cultural, pessoas e grupos diferentes entram em contato direto, confrontando suas diferenças. Surge a necessidade de consolidar a defesa das identidades e da pertença étnica. Surge, ao mesmo tempo, a necessidade de um grupo abrir-se e de construir relações de reciprocidade com outros. Surge, então, a possibilidade de um movimento cidadão: os diferentes grupos e indivíduos articulam-se sob a forma de redes e parcerias, onde a complementaridade se constrói a partir do respeito às diferenças. Esse é o campo das relações interculturais (FLEURI, 2001, p. 129).

Diante da complexidade das relações sociais que exigem a interculturalidade, é necessário pensar novas formas de elaborar o conhecimento no campo da educação, principalmente verificar o debate entre monoculturalismo e multiculturalismo. No caso de Roraima, o desenvolvimento no âmbito educacional está estreitamente relacionado com a chegada de migrantes e refugiados, principalmente, dos venezuelanos.

A inclusão de estudos interculturais nas escolas poderia possibilitar, além de uma compreensão mais profunda das realidades locais, a ampliação do foco do olhar para as diferenças que constituem a atual realidade de Roraima. Essa mudança de perspectiva poderá contribuir para amadurecer novos níveis de percepção dos indivíduos. Ou seja, fomentar a reflexão e a própria prática da consciência de si e do outro, o exercício da dialética de identidade e alteridade.

O contexto intercultural exige a preparação das escolas e, conseqüentemente, dos professores em formar cidadãos capazes de viver em uma sociedade com estas características. Para que se ofereçam propostas de resistência à tendência ao individualismo e a exclusão dos mais desfavorecidos, pode-se entender que a educação intercultural seja um elemento na luta contra uma escola e sociedade excludentes. Bauman alerta que

Já estamos vivendo, gostando ou não, num planeta “cosmopolitizado”, com fronteiras porosas e altamente difusas e uma interdependência universal. O que nos falta é uma “consciência” que se harmonize com nossa condição também cosmopolita. E, acrescentaria eu: também nos faltam as instituições políticas capazes de concretizá-lo (BAUMAN, p. 66).

Parece que uma parte da sociedade roraimense ainda não entendeu que vivemos numa região transnacional, cosmopolita. Os migrantes reclamam da nossa xenofobia. As crianças sentem medo. Numa narrativa emocionante, um garoto

de 14 anos conta sua experiência de migrante na coletânea *Quando yo salí de casa / Quando eu saí de casa* organizada por Hahn e Valdez (2020):

Nossa vida mudou, chegamos alugando uma casa e ficamos 4 meses. Então meu pai ficou desempregado e tivemos que ir para a rua (Rodoviária). Foi difícil para mim porque não podíamos ficar em lugar nenhum, não tínhamos como tomar banho. As vezes era muito difícil para mim e meus irmãos, minha mãe se sentia triste porque não me trouxe para estar na rua. Ficamos 1 mês lá e apareceu a ONU procurando as crianças de 1 ano e, como meu irmão mais novo tem 1 ano, eles nos abrigaram no Latife Salomão. Lá conheci muitos amigos, todos eram bons e me senti muito bem. Fiquei seis meses lá, estava me adaptando, mas eles (ONU) ligaram para minha mãe e na terceira tentativa ela aceitou. Quando descobri que estávamos vindo para cá (Rondon 2), fiquei triste porque deixaria meus amigos e pensei: “*não vou mais ao Ensino Médio* porque é muito longe”. Isso me atingiu muito porque eu não queria deixar minha escola. Agora aqui estou, não conheço ninguém porque não saio muito, mas espero ter amigos aqui também. Bom, aqui estamos esperando para viajar, esperamos que saia rápido para começarmos uma nova vida de trabalho e de estudos em Goiânia. Eduard Herrera, 14 anos (HAHN; VALDEZ, 2020, 27).

Nessa narrativa é perceptível a importância do papel da educação na vida das crianças que migram, pois além de ser um suporte no reestabelecimento do novo lugar que estão, a educação é a escolha que dá esperança para que eles possam mudarem as suas vidas no agora e no futuro. Porém, diante do contexto de crises e emergências a educação ainda é colocada em segundo plano em relação a necessidades como abrigo, alimentação e saúde.

Discutir a integração das crianças migrantes na sociedade através da educação está além de manter o desenvolvimento do bem-estar físico e psicossocial, de diminuir riscos de exposição ao abuso e à violência, assim como de garantir o desenvolvimento do indivíduo.

Nesse novo cenário multicultural em Roraima, é importante enxergar a diversidade cultural como uma oportunidade de inclusão nas escolas, questionando o atual modelo educacional vigente que tem provocado muito abandono por parte dos estudantes que não se sentem acolhidos nas turmas e nas escolas. A escola reproduz as relações de poder entre os diferentes grupos.

Tudo que é novo causa medo e aversão naqueles que não aceitam sofrer qualquer influência externa. Nessa concepção, todas as pessoas historicamente marcadas por suas andanças pelo mundo são estigmatizadas assim que chegam em

um novo ambiente. Qualquer característica que se mostre diferente, seja na cor da pele, na língua falada ou na vestimenta já se torna um motivo para que se crie medo e ódio.

AS RAÍZES DA XENOFOBIA

O romance *Cem anos de solidão* de Gabriel García Márquez é uma obra literária⁸ que apresenta dois personagens que revelam exatamente essa relação de estranhamento. A relação entre Melquiades e José Arcádio apresentada logo no primeiro capítulo, revela uma relação de estranhamento. O personagem Melquiades que é um cigano chega com sua família em Macondo, cidade fundada por José Arcádio.

Todos os anos, pelo mês de março, uma família de ciganos esfarrapados plantava a sua tenda perto da aldeia e, com um grande alvoroço de apitos e tambores, dava a conhecer os novos inventos. Primeiro trouxeram o imã. Um cigano corpulento, de barba rude e mãos de pardal, que se apresentou com o nome de Melquíades, fez uma truculenta demonstração pública daquilo que ele mesmo chamava de a oitava maravilha dos sábios alquimistas da Macedônia (MÁRQUEZ, 2019, p.7).

Os primeiros contatos de Melquiades com José Arcádio Buendía são carregados de estereótipos. “Mas, naquele tempo José Arcádio Buendía não acreditava na honradez dos ciganos, e trocou sua mula e uma partida de bodes pelos dois lingotes imantados” (MÁRQUEZ, 2019, p. 8). Nesse trecho, é bastante claro a reação estigmatizada de Arcádio pelo cigano. Os povos ciganos, andarilhos, historicamente despertaram desconfiança e hostilidade nas pessoas por onde passavam.

A figura estranha como o migrante em um ambiente novo é vista como um bárbaro, pois não fala a língua local e nem combina com as características culturais estabelecidas. Por isso, muitas manifestações xenofóbicas ocorrem incentivadas pelo ódio ao migrante, considerado um intruso que está ali para pegar o emprego e todas as oportunidades dos cidadãos nativos. “Uma vez classificados pela opinião pública na categoria de potenciais terroristas, os migrantes se encontram além dos domínios e fora dos limites da responsabilidade moral – e, acima de tudo, fora do espaço da compaixão e do impulso de ajudar” (BAUMAN, 2017, p. 38).

8 Publicado originalmente em 1967, *Cem Anos de Solidão* é uma obra do escritor colombiano Gabriel García Márquez, Prêmio Nobel da Literatura em 1982, e é atualmente considerada uma das obras mais importantes da literatura latino-americana. Essa obra tem a peculiaridade de ser umas das mais lidas e traduzidas de todo o mundo. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/05/15/cem-anos-de-solidao-uma-metafora-da-condicao-latino-americana> Acesso em: 01/10/2021.

A xenofobia é muito antiga como se pode notar na relação com os povos ciganos. Mas, o reconhecimento e o posicionamento sobre esse termo enquanto conceito é atual, assim como a luta para combatê-lo. O termo criado vem de um vocábulo grego *xénos*, que significa estrangeiro e *fobia* indica medo ou aversão, ou seja, medo ou aversão ao estrangeiro, ao que vem de fora, ao forasteiro (CORTINA, 2020). Nesse significado há um sentimento de superioridade em relação ao outro seja por sua etnia/raça, tendência sexual ou religião. A legitimação da rejeição é criada através dessa dominação imaginária, fazendo com que o xenofóbico se sinta no direito de julgar ou atacar com palavras ou ações aquele que considera estranho a seu espaço. De acordo com Cortina,

O peculiar desse tipo de fobia é que não são um produto de uma história pessoal de ódio de determinada pessoa com quem se viveu más experiências, seja através da própria história ou da história dos antepassados, mas se trata antes de algo ainda mais estranho. Trata-se da ojeriza por determinadas pessoas que na maioria das vezes não se conhece porque gozam da característica própria de um grupo determinado, considerado temível ou desprezível, ou ambas as coisas, por quem experimenta a fobia (CORTINA, 2020, p. 22-23.)

Ainda segundo a mesma autora, essa interpretação da superioridade é legitimada pelo nosso cérebro interpretador para poder permanecer em equilíbrio. Porém, essa superioridade presumida não tem nenhuma base biológica, nem cultural. O crescimento da rejeição ao migrante não possui na sua raiz apenas a xenofobia como atitude. Há uma forma de discriminação cotidiana que já vem sendo estudada e reconhecida através de um termo usado por Cortina (2020) para tentar explicar situações de violência a pessoas sem-teto, condutas de maltrato aos mendigos, ou ainda, a aversão que as pessoas têm pelos menos favorecidos, condenados a invisibilidade no nosso meio social.

A rejeição ao pobre é mais extensa e profunda quando se trata de migrante. Diferentemente do tratamento que se dá aos turistas estrangeiros que circulam movimentando o dinheiro nos países. Sem dúvidas, a razão do incômodo que causa o ódio não é porque venham de fora ou seja, pelo fato de ser migrante, de outra raça ou etnia, mas sim pelo fato de serem pobres, aqueles que supostamente não trazem nada em troca. A *aporofobia*, possui como vocábulo grego o *áporos* que significa o pobre, o sem recursos, definindo uma nova patologia social com o significado de medo ou aversão ao pobre (CORTINA, 2020).

Não são repugnantes os orientais capazes de comprar equipes de futebol ou de trazer o que, há algum tempo, se chamavam de “petrodólares”, nem os futebolistas de qualquer etnia ou raça, que cobram quantidades milionárias, mas são decisivos na hortado ganhar competições. Não incomodam também os ciganos triunfantes no mundo flamenco, nem rejeitamos os investidores estrangeiros que montam fabricas de automóveis em nosso país, capazes de gerar emprego, centros de lazer aos quais se da permissão de fumar em suas instalações, além de muitos outros privilégios. E todo esse longo etcetera de aportes estrangeiros que aumentam o PIB (CORTINA, 2020, pg. 25)

A aporofobia representa um entrave importante para a constituição das relações interculturais que se reproduzem nas escolas. “não adianta, eles não conseguem aprender, são rudes” firma uma professora referindo-se aos novos alunos venezuelanos matriculados em sua turma.

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO CAMINHO DE SUPERAÇÃO DA XENOFOBIA

A interculturalidade rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais, pois concebe as culturas em processo contínuo de elaboração, de construção e de reconstrução. Apesar de que se sabe que cada cultura tem suas raízes, mas essas são históricas e dinâmicas, sem fixar as pessoas em determinado padrão cultural.

Considero que uma primeira característica que a configura é a promoção deliberada da interrelação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais presentes em uma determinada sociedade. Neste sentido, esta posição se situa em confronto com todas as visões diferencialistas, assim como com as perspectivas assimilacionistas. Por outro lado, rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução. Uma terceira característica está constituída pela afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras, nem estáticas. A hibridização cultural é um elemento importante na dinâmica dos diferentes grupos socioculturais. A consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais constitui outra característica desta perspectiva. As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, estão construídas na história, e, portanto, estão atravessadas por questões de poder e marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos socioculturais (CANDAUI, 2011, p. 247).

A educação intercultural reconhece que a escola vai possibilitar, além de uma maior compreensão das realidades locais, a ampliação do foco do olhar para as diferenças que constituem a atual realidade de Roraima. Concordamos com Candau (2011) que adverte que as relações culturais são marcadas por relações de poder.

Retomamos novamente as ‘questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade’ do sociólogo Georg Simmel (2006) com seu conceito de “massas” para explicar aquela parcela da sociedade que não é considerada como sujeitos sociais pelas elites políticas. Nesse lógica, os migrantes estariam nessa esfera das “massas” e as relações interculturais seriam a possibilidade de rompimento com as relações de poder que oprimem as “massas”. Nesse sentido, as relações interculturais produzidas a partir de um amplo programa de Educação Intercultural devolveria aos migrantes a sua identidade como indivíduos na sociedade, conforme Simmel (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este TCC foi a continuidade de uma pesquisa iniciada no PIBIC e, seguramente, o tema não se esgota com este trabalho. Apresentamos aqui alguns elementos que poderão ser retomados e aprofundados em futuros estudos.

De modo geral, a pesquisa contribuiu para entender que com as migrações, o estado de Roraima passou a constituir-se com uma enorme diversidade cultural e que a escola é um campo de relacionamento intercultural onde os conflitos culturais e identitários são colocados em pauta. Assim, o exercício de alteridade deve ser constante e o reconhecimento das diferenças étnicas e/ou culturais permite que o sujeito se construa e possua voz. Diante disso, conclui-se que a educação além de libertar o, também promove qualidade de vida, participação ativa na sociedade, desenvolve o senso crítico em um contexto de efetivação da democracia.

O contexto migratório nos desafia a rever o modelo endógeno de escola e nos propõe repensar a escola para além das fronteiras e muros, uma escola que consiga dialogar com o diferente e suas diferenças e aproveitar a oportunidade de se propor uma escola verdadeiramente intercultural desde sua estrutura curricular até seus impactos na sociedade.

Boa parte destes migrantes são crianças e jovens em idade escolar e uma das grandes perdas decorrentes do deslocamento forçado é a interrupção da educação. Além disso, no processo migratório, muitos referenciais familiares, sociais e culturais sofrem ruptura, sobretudo as implicações culturais que os migrantes

enfrentam desde a saída da sua terra, até depois de estabelecidos em novo local. Nesse sentido, uma escola intercultural contribuiria para recuperar laços rompidos e processos de desenvolvimento cognitivo interrompidos por causa dos deslocamentos.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. (Coord.) *et al.* **Migrações Fronteiriças**. Campinas: UNICAMP - Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018, 680 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 45-57.

CORTINA, Adela. **Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia**. Tradução de Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura: estudos emergentes**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2001. – 152p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HAHN, Eriza Cristina; VALDEZ, Maria Esperanza Bolaños (Org.) **Cuando yo salí de casa / Quando eu saí de casa**. Boa Vista: Even3 Publicações, 2020.

KHATAB, Mágida Azulay. **Censo escolar** | Secretários de escolas da Capital participam de capacitação para a segunda etapa de coleta de dados. Portal Governo de Roraima. 17 Fev. 2020. Disponível em: <http://portal.rr.gov.br/index.php/component/k2/item/1353-censo-escolar-secretarios-de-escolas-da-capital-participam-de-capacitacao-para-a-segunda-etapa-de-coleta-de-dados>. Acesso em 11/05/2021.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2019.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. **Interfaces da mobilidade humana contemporânea na fronteira amazônica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OLIVEIRA, Márcia Maria de.; VALERIO, J.; SARMENTO, G. Perfil Migratório Venezuelano e Demandas por Políticas Públicas em Boa Vista. In: Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias. (Org.). **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**. v. 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, v. 01, p. 59-92.

RAMOS, Natália. **Interculturalidade, Educação, Desenvolvimento: O Caso das Crianças Migrantes**. Porto: Areal Editores, 2007.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan/jun 2001.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SILVA, Vanilda Alves da; REBELO, Flavinês. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. **Interações**. Campo Grande. V 18, nº1, p.179-190, jan/mar. 2017.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

UNESCO. A educação dos migrantes é um direito humano inalienável. **Correio da Unesco**, 2018-4. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-4/educacao-dos-migrantes-e-um-direito-humano-inalienavel>. Acesso em 04/04/2020.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **“Desejáveis” e “Indesejáveis”**: diferenças e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. 296 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14574>.

REDES MIGRATÓRIAS DE HAITIANOS EM RORAIMA

*Gabriela da Costa Norberto Peres
Márcia Maria de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos uma síntese do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que foi uma ampliação da pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), na modalidade Voluntário, entre os anos de 2020-2021. Trata-se de um recorte do projeto Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima, financiado pelo Edital Universal 2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCTI/CNPq) e Edital Pró-Pesquisa 2020/PRPPG/UFRR.

A pesquisa se desenvolveu num contexto marcado pelas migrações que fazem parte de um panorama internacional das novas rotas migratórias transfronteiriças. A migração de haitianos para o Brasil se intensifica, após o ano de 2010, com o terremoto que atinge o Haiti. Naqueles anos iniciais, as entradas em solo brasileiro se davam pelas fronteiras terrestres do Acre e do Amazonas.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar a migração haitiana em Roraima e a sua colaboração para a composição das redes migratórias e para a elaboração de políticas públicas voltadas para migrantes. A pesquisa foi pautada na metodologia qualitativa e implicou no estudo teórico para aprofundamento da temática abordada, elaboração de conceitos e definições fundamentadas nos estudos migratórios à luz das ciências humanas, ademais, fora realizada pesquisa de campo pelas ruas de Boa Vista, para mapeamento das redes migratórias existentes.

Devido a pandemia do Covid-19, este mapeamento se deu através da observação desses migrantes haitianos em zonas comerciais, onde exercem seus trabalhos. Os resultados discorrem sobre realidades migratórias diferentes entre os haitianos

que chegavam pelo Acre e Amazonas anos atrás e iam para a região do Centro-Sul brasileiro em busca de emprego em fábricas, e os haitianos que chegam pelas fronteiras roraimenses e trabalham informalmente pelas ruas de Boa Vista-RR.

Identificamos na pesquisa de campo que existem três redes migratórias entre os haitianos que vivem em Roraima que mais se destacam: a revenda de alho, que é realizada na maioria das vezes por mulheres haitianas; a venda de picolé que é realizada na maioria das vezes por homens haitianos; e a venda de utensílios variados em banquinhas pelas calçadas.

O estudo foi realizado em três etapas específicas. A primeira fase da Metodologia implicou no estudo teórico desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica (GIL, 2012, p. 50), para aprofundamento da temática abordada. Foram elaborados conceitos e definições fundamentadas nos estudos migratórios à luz das ciências humanas, de modo especial na área da Sociologia aplicada às migrações.

Constatou-se que, apesar do aumento das dinâmicas migratórias na Amazônia, e mais especificamente da migração haitiana em Roraima ser algo muito recente e as bibliografias específicas sobre o tema ainda estarem em construção, foi necessário fazer associações com outros temas mais gerais das migrações para posteriormente fazermos os aportes necessários para contextualizar a atual migração haitiana.

Além disso, foram realizadas pesquisas de campo pelas ruas de Boa Vista, para mapeamento das redes migratórias existentes. Devido a pandemia do Covid-19, este mapeamento se deu através da observação desses migrantes haitianos em zonas comerciais, onde exercem seus trabalhos. Também foram realizadas entrevistas em alguns pontos da cidade (zonas comerciais) para uma maior contextualização.

A pesquisa se concentrou apenas na cidade de Boa Vista-RR, enquanto no projeto tínhamos a intenção de realizar pesquisa de campo nos municípios de Boa Vista-RR e Bonfim-RR. Além disto, foi necessário reduzir o número de entrevistados para não prejudicar a nossa saúde nem a dos participantes da pesquisa. Durante as idas a campo, os protocolos de segurança foram seguidos, o uso de máscara e álcool em gel era frequente por parte dos pesquisadores, e não houve entrevistas em locais fechados.

CONTEXTUALIZAÇÃO das migrações em Roraima e apresentação de alguns conceitos

Os novos conceitos e definições da situação migratória (SAYAD, 1998) em nível mundial são absurdamente marcados pela violência (BAUMAN, 2017)

e pela expulsão compulsória (SASSEN, 2017) que se fazem notar também na Amazônia (OLIVEIRA, 2016), região onde ainda há poucos estudos sobre esta nova conjuntura migratória (OLIVEIRA; DIAS, 2020).

Os dados apresentados no relatório do DESA/ONU (2019), apontam que cerca de 13% do total de migrantes mundiais é constituído por latino-americanos¹. A partir da segunda metade de 2010, a Amazônia passou a figurar entre as regiões com maior mobilidade interna e internacional na América Latina, justamente com o ingresso dos migrantes haitianos (SILVA, 2017). As novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Representa também a abertura de novas rotas migratórias.

Além dos venezuelanos, outros migrantes passam a percorrer a nova rota denominada pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” (BAENINGER; SILVA, 2018). Informes do Departamento de Migrações da Superintendência da Polícia Federal de Roraima², de janeiro a novembro de 2019, foram registradas 13.511 entradas de migrantes haitianos³ pela fronteira da Guiana, em Bonfim, nordeste de Roraima. Ainda de acordo com os mesmos informes da Polícia Federal (PF) de Roraima, em 2018 foram registrados 993 ingressos de haitianos e 31 mil cubanos pela mesma fronteira. Estes dados apontam para a permanência das migrações na Panamazônia de forma irreversível (BAENINGER; SILVA, 2018), com importante incremento nas últimas décadas.

Hoje, como tantos outros países no planeta, o Haiti encontra-se à deriva. O país foi alvo de sucessivas intervenções externas, viveu longos períodos de ditaduras e sofreu catástrofes naturais que vitimou grande parte da população. 80% dos haitianos são de pobres ou miseráveis. Em razão dessas dificuldades, um terço deles vive fora do país: fazem parte da migração haitiana, fenômeno migratório que se iniciou após a primeira invasão dos EUA, em 1915, e se repetiu a cada tragédia experimentada pelo Haiti nos últimos cem anos (MARTINS et al, 2014, p. 3).

- 1 Relatório publicado pelo Inventário de Migração Internacional 2019, conjunto de dados divulgados pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) da Organização das Nações Unidas (ONU). Dados disponíveis no site institucional da ONU (www.nacoesunidas.org).
- 2 Relatórios disponíveis em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/lei-de-migracao/publicacoes/roraima>. Acesso em 22/12/2019.
- 3 Segundo os dados da Polícia Federal este número é 1.260% maior do que o registrado em todo o ano passado, quando foram 993. A maioria pede refúgio, mas não fica na região.

A história do Haiti é marcada pela resistência política de seu povo desde a sua independência, proclamada em 1.º de janeiro de 1804. O Haiti foi a primeira nação independente do Caribe, a primeira república negra do mundo e o primeiro país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão. Estas características já seriam suficientes para despertar o interesse de estudos na área das ciências sociais. Não obstante, o país foi terrivelmente impactado pelo catastrófico terremoto em 12 de janeiro de 2010 (sismo de magnitude 7,0 MW), resultando na destruição quase completa da sua capital Porto Príncipe, com um saldo oficial de mortos, mais de 350 mil feridos, 4 mil amputações e mais de 1,5 milhão de flagelados (BAENINGER; PERES, 2017).

O terremoto mudou por completo a geopolítica haitiana produzindo a maior migração migratória do continente americano (HANDERSON, 2015). A partir da segunda metade de 2010, milhares de haitianos se espalharam pelo mundo em busca de trabalho para reconstruir suas próprias vidas e as de seus familiares (SILVA, 2017). Em poucos meses, mais da metade da juventude haitiana partir em busca de melhores condições de vida contribuindo com a economia das remessas que, desde então, representa a principal fonte econômica do país categoricamente sendo reconstruído às custas do trabalho migrante.

Nos anos de 2010 a 2014, os haitianos identificaram a Amazônia como principal rota de entrada para o Brasil. As principais regiões de entrada foram a tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia pela cidade de Tabatinga, Estado do Amazonas, e a fronteira Brasil e Peru com entrada pela cidade de Assis Brasil e no noroeste do Estado do Acre. Desde 2010, mais de 80 mil haitianos entraram no Brasil com visto humanitário e enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, documentação e preconceito (BAENINGER, et al., 2016). De modo geral, as redes migratórias são [...] constituídas pelos próprios imigrantes, as quais podem anteceder ou se formar em função de novos fluxos migratórios. Além dessas redes, devem ser consideradas ainda aquelas que se formam exclusivamente com a finalidade de operacionalizar fluxos migratórios, como é o caso das agências de viagens ou dos “coyotes”, agentes facilitadores da travessia nas fronteiras (SILVA, 2017, p. 100).

A partir de 2018 os migrantes haitianos descobriram novas rotas de entrada no Brasil percorrendo caminhos já antes apropriados pelas redes de contrabando e tráfico de migrantes que cortam países como Suriname e República Cooperativa da Guiana por caminhos clandestinos, colocando em risco a vida dos migrantes.

Antes de entrar propriamente no campo do problema da pesquisa, que são as Redes Migratórias de Haitianos em Roraima, é necessário discutir alguns

conceitos relacionados às migrações, visto que o nosso objeto é multifacetado, e necessita de uma devida contextualização tanto histórica, quanto conceitual. Ademais, enfatiza-se que nosso objeto não se resume apenas a isto, sendo então passível a outras reflexões no campo das Ciências Sociais.

Por mais que desde o início da história, o ser humano esteja em movimento, não se pode confundir os deslocamentos antigos de uma sociedade nômade, com a mobilidade espacial humana atual onde as sociedades já são em sua ampla maioria sedentárias.

Desde o final do século XX, o mundo presencia novos processos migratórios, que não podem mais ser explicados apenas por um único fator (ou causa), como por exemplo, a crise econômica, ou os pressupostos da teoria de Malthus, que apontavam a migração como uma consequência da superpopulação. Isso significa dizer, que o fenômeno da globalização tem modificado a dinâmica dos processos de mobilidade social no mundo.

A partir da década de 1950, com o aumento massivo de imigrantes chegando aos EUA, as migrações começam a ser estudadas como um problema sociológico, objeto de interesse da Escola de Chicago (SASAKI; ASSIS, 2000). São com as pesquisas desenvolvidas nesta instituição, em meados do século XX, que a sociologia passa a estudar a migração entendendo que podem ser variados os fatores que levam uma pessoa a migrar.

Conforme Massey et al (1993, p. 432):

At present, there is no single, coherent theory of international migration, only a fragmented set of theories that have developed largely in isolation from one another, sometimes but not always segmented by disciplinary boundaries. Current patterns and trends in immigration, however, suggest that a full understanding of contemporary migratory processes will not be achieved by relying on the tools of one discipline alone, or by focusing on a single level of analysis. Rather, their complex, multifaceted nature requires a sophisticated theory that incorporates a variety of perspectives, levels, and assumptions⁴.

4 No momento, não existe uma teoria única e coerente da migração internacional, apenas um conjunto fragmentado de teorias que se desenvolveram amplamente isoladas umas das outras, às vezes, mas nem sempre, segmentadas por fronteiras disciplinares. Os padrões e tendências atuais na imigração, entretanto, sugerem que uma compreensão completa dos processos migratórios contemporâneos não será alcançada contando com as ferramentas de uma disciplina sozinha, ou concentrando-se em um único nível de análise. Em vez disso, sua natureza complexa e multifacetada requer uma teoria sofisticada que incorpora uma variedade de perspectivas, níveis e suposições. (MASSEY et al., 1993, p. 432) tradução livre.

As teorias migratórias existentes tentam dar conta do fenômeno migratório contemporâneo a partir de diversas nuances. Mas, não se pode dizer que existe uma teoria migratória superior, ou final, de um único campo de estudos que dará conta de todas as características.

Segundo Sassen (1988), ainda que seja impossível negar que a pobreza, desemprego e superpopulação sejam fatores favoráveis às migrações, é necessário também, verificar os processos que transformam essas condições, anteriormente citadas, em situações que levam à migração. Atualmente, entende-se que as migrações internacionais, hoje também denominadas como novos contextos migratórios, devem ser estudadas por uma perspectiva que relacione tanto a dimensão macrossociológica, quanto o nível microssociológico, entendendo que são múltiplos os fatores que levam as pessoas a migrarem. Desta maneira, podemos dizer que sim, as migrações são fruto do desenvolvimento do capitalismo. Para explicar isso, Marx (2008, p. 733) afirma que a “acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. Esta explicação de Marx problematiza as escolhas relacionadas aos destinos pessoais de cada sujeito migrante.

Conforme observações de Almeida e Baeninger (2013), hoje há o entendimento de que os movimentos migratórios derivam de múltiplos fatores. As autoras enfatizam que:

Não se trata mais da antiga migração de trabalhadores, nem das “duplas migratórias” herdeiras de história colonial e de relações privilegiadas entre país de partida e de acolhida: assiste-se atualmente a uma diversificação crescente das áreas de partida, rumo a destinos sem laços aparentes. Este novo contexto da migração evidencia-se pela multiplicação dos fluxos existentes, bem como pela variedade dos modos de instalação, entre os quais, pode-se destacar: reagrupamento familiar, estudantes, trabalhadores qualificados e classes médias, fuga de cérebros, trabalhadores temporários, trabalhadores pendulares transnacionais, demandantes de asilo, indocumentados (ALMEIDA; BAENINGER, 2013, p. 31).

Além disso, cada vez mais os migrantes ocupam diferentes espaços nas sociedades de destino, por mais que exista ainda um estereótipo de que os imigrantes em geral têm um baixo nível de escolaridade, hoje há também a chamada “fuga de cérebros” que são profissionais altamente qualificados que migram buscando

melhores condições de trabalho, e acarretando perda de capital humano para seus países de origem.

Em vista disso, partimos do pressuposto de que é preciso considerar a complexidade dos estudos relacionados a migração, uma vez que eles exigem uma compreensão mais relacional, e que envolve as dimensões macro e microsocio-lógicas anteriormente especificadas. Nesse sentido, Sayad (1998, p. 15) afirma que a imigração é um fato social total:

[...] a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e inicialmente no espaço físico; [...] ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular. [...] o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa [...].

Este trabalho partirá desse entendimento de Sayad, no qual a migração deve ser estudada por diversos campos científicos, promovendo a interdisciplinaridade, com o intuito de assim compreender que migrante, sociedades de emigração e imigração são elementos conectados. Não se pode focar apenas na imigração e esquecer o que motivou esta emigração. Enquanto o imigrante “nasce” na sociedade de destino, o emigrante “nasce” na sociedade de partida. Tem-se então uma dupla característica em um mesmo sujeito (SAYAD, 1998).

Outra forma de analisar os movimentos migratórios, se dá por meio das redes sociais. Como explica Massey et al.:

Migrant network are sets of interpersonal ties that connect immigrants, former migrants and nonmigrants in origin and destination áreas through ties of kinship, friendship, and shared Community origin. They increase the likelihood of international movement because they lower the costs and risks of movement and increase the expected net returns to migration (MASSEY et al, 1993, p. 448)⁵.

5 Redes de migrantes são conjuntos de laços interpessoais que conectam imigrantes, ex-migrantes e não migrantes nas áreas de origem e destino por meio de laços de parentesco, amizade e origem comunitária compartilhada. Eles aumentam a probabilidade de movimento internacional porque reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam os retornos líquidos esperados para a migração (MASSEY et al., 1993, p. 448) tradução nossa.

Redes sociais são as relações formadas pelos migrantes que aqui chegaram primeiro. A partir do contato com estes primeiros, se vai criando uma comunidade estrangeira, formada por amigos e parentes que passaram pelo mesmo processo migratório. O fato de já haver moradores neste lugar, facilita a inserção dos próximos que chegarem, pois fornecem informações sobre emprego, moradia etc.

FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES E SUAS INTERSECCIONALIDADES

O termo feminização, significa “ato ou efeito de feminizar, dar feição feminina a algum aspecto da vida social” (YANNOULAS, 2012, p. 287). Embora esse termo possa ser utilizado para tratar sobre diversas áreas onde há participação feminina na sociedade, como, por exemplo, a entrada de mulheres no mercado de trabalho. Este trabalho referir-se-á a feminização do processo migratório.

Falar de feminização das migrações não é sobre a quantidade de mulheres que migram, mas sim sobre o aspecto qualitativo, conforme afirma Oliveira, (2016, p. 148) “a feminização da migração indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias. Isso não significa que antes elas não migravam, e sim que passaram a ser contabilizadas e mensuradas pelos indicadores das migrações enquanto dinâmica específica”.

Essas mulheres começam a ser vistas e estudadas nesse processo, e assim, busca-se entender os motivos que as levam a migrar, além disso, também compreender como as relações de gênero influenciam em suas tomadas de decisões. Um conceito deveras importante que se deve entender dentro dos estudos de gênero é o conceito de patriarcado, que está presente nas comunidades e instituições, inclusive no próprio Estado, como pontua Saffioti (2004, p. 54):

Como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas: são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social.

Ainda nessa sociedade patriarcal, no processo migratório, enquanto os homens são vistos como quem busca trabalho, muitas vezes as mulheres eram

vistas apenas como alguém que acompanha o marido e os filhos, e não como um sujeito de vontades e independente (ASSIS, 2007). Quando a primeira pergunta que se faz a uma mulher é se ela está acompanhada, ou se é casada, enquanto a primeira pergunta que se faz ao homem é sobre trabalho, fica notória a diferença com a qual os gêneros são tratados no processo migratório, e mais especificamente a invisibilização dessas mulheres que migram.

Em referência à Morokvasic (1984), que é considerada uma autora clássica na área da feminização da migração, Assis (2004, p. 7) afirma que “as mulheres migram não apenas por razões econômicas, mas também por rompimento com sociedades discriminatórias, nas quais estariam em posição subordinada”. Com isso, pode-se dizer que o processo migratório de mulheres, envolve mais fatores para serem analisados, do que a migração de um homem, essa perspectiva de gênero não deve ser ignorada, caso queira-se fazer um trabalho profundo sobre as migrações internacionais.

Mas o que as mulheres migrantes encontram nas sociedades de destino? Embora as mulheres contemporâneas tenham um maior capital humano, ainda assim, os trabalhos domésticos e de cuidado, que são historicamente relacionadas as mulheres são as únicas ocupações oferecidas. De acordo com Assis, (2004, p.48) “tal como as mulheres que chegaram há cem anos, as imigrantes contemporâneas encontram um mercado segmentado por gênero e, a despeito de melhor escolarização e qualificação, ainda se dirigem para certas ocupações tradicionalmente femininas”.

Já é sabido que são diversas as desigualdades vividas pelas mulheres, ainda mais quando estas mulheres são racializadas, e de classes mais baixas. Quando nos referimos às migrantes então, além do racismo, e do machismo, surge também a xenofobia, que é a aversão ou rechaço aos imigrantes (BAUMAN, 2017). Sendo assim, durante o processo migratório, as mulheres migrantes não deixam de estar vulneráveis a essas opressões.

Saffioti (2004) argumenta através de sua “teoria do nó” que não se deve hierarquizar raça, classe e gênero, mas sim fazer uma reflexão articulada destas categorias. Para a autora, “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

A razão pela qual não se pode dizer que uma opressão é maior que a outra, se deve ao fato de não ser uma soma, mas uma imbricação entre estas categorias que são estruturantes da nossa sociedade. O caráter que buscamos não é o

quantitativo, mas o qualitativo dessas opressões. Além disto, outras formas de diferenciação se entrecruzam entre essas, como por exemplo: faixa etária, sexualidade, religiosidade e nacionalidade (MOTTA, 2017).

Neste sentido, a feminização da migração haitiana em direção ao Brasil não pode ser estudada sem levar em consideração os aspectos de raça, classe e gênero de maneira interseccional.

BREVE HISTÓRICO DO HAITI

O Haiti está situado no mar do Caribe, dividindo a ilha de *Hispaniola* com a República Dominicana. Estima-se que no período colonial, o Haiti chegou a ter 3x mais escravos negros, vindos da África, do que brancos Europeus colonizadores.

Historicamente, o Haiti é conhecido pela Revolução Haitiana (1791-1804), uma grande revolta que o tornou o primeiro país da América Latina a abolir a escravidão de negros e se tornar independente. Embora as nações tenham tardado a aceitar a independência haitiana. Ainda assim, sua política interna sempre foi conturbada. Ditaduras, golpes de Estado, intervenções norte-americanas e catástrofes ambientais contribuíram para que o país por muitos anos mantivesse o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente americano.

Logo na época da sua independência, o Haiti foi bloqueado economicamente por 20 anos, gerando assim uma situação de vulnerabilidade para a população. Segundo Carlos Nieto (2014), o Haiti é um país de tradição migrante, tradição esta que se inicia a partir do século XIX. A primeira fase da migração haitiana seria entre o final do século XIX e início do século XX, que consistiu numa migração temporária devido aos períodos de colheita.

Neste período, a indústria açucareira caribenha estava no seu auge, então, os haitianos das classes mais baixas viajavam para Cuba e República Dominicana para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Um exemplo da importância dessa migração é que segundo algumas estimativas, cerca de 40mil haitianos se deslocavam anualmente para Cuba. Porém, após a grande crise de 1929, as exportações de açúcar perderam força e com elas também, a migração de haitianos para os países anteriormente citados. Já a segunda fase desse processo migratório, seria, a partir de 1960, onde não apenas as camadas mais baixas da população migraram, mas também as classes média e alta, mas agora para países do Caribe como Bahamas, Martinica, Guiana, e posteriormente para os Estados Unidos e Europa.

De acordo com Grondin (1985, p. 87) “o Haiti continua atado a uma rede de dependência múltipla, a um conjunto de relações de dominação que têm como força motriz o capitalismo em escala mundial”. Por estar localizado em um local estratégico do Caribe, próximo a Cuba e Porto Rico, o Haiti foi muito cobiçado pelos Estados Unidos da América.

Além dos fatores econômicos que motivavam esta emigração, o Haiti passou durante sua história por situações políticas complexas que contribuíram ainda mais com este êxodo. Com ditaduras, golpes de estado, intervenções estado-americanas, sanções econômicas, aumento da pobreza e desastres naturais, como o terremoto de 2010.

No período de 2004 a 2017 existiu no Haiti a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti - MINUSTAH, uma missão comandada pelo Brasil, que mantinha suas forças armadas na região para garantir a paz e ajuda humanitária. Durante 13 anos, aproximadamente 37,5 mil soldados brasileiros passaram pelo Haiti⁶. Além de soldados de outras nacionalidades em menor número.

Outra característica importante das migrações haitianas, são as remessas. Segundo Magalhães e Baeninger (2016, p. 243):

As remessas de migrantes são, atualmente, a principal forma de entrada de recursos financeiros em muitos países da América Latina. Em termos absolutos, superam para países menores do Caribe e da América Central os valores aportados sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (os investimentos de empresas multinacionais) e de ajudas internacionais. [...] Como porcentagem do PIB, as remessas revelam que, antes de constituírem relação de dependência no seio das famílias receptoras, desenvolvem relação de dependência também nos balanços de Pagamentos destas economias[...].

Ainda sobre isso, entre 2005 e 2014, as remessas de migrantes foram o equivalente a 20% de todo o PIB haitiano (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 243). Um valor tão alto demonstra como as economias nos países de origem dependem dessas remessas, principalmente no caso do Haiti. Se diz dependência, pois esses valores são usados na maioria das vezes para subsistência daquela família, que já não consegue prover o básico apenas com o dinheiro arrecadado trabalhando no país.

6 Há inúmeras críticas à atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH pelo fato de imprimir à causa humanitária um caráter de militarização, conforme se reproduz com a migração venezuelana, através da atuação da Operação Acolhida na Amazônia VASCONCELOS, 2022).

Oliveira (2016, p. 270) identifica a circulação da economia das remessas entre as mulheres haitianas e afirma que “com seu trabalho, elas conseguem sobreviver, guardar alguma economia e enviar remessas para suas famílias que dependem diretamente delas”. Ainda de acordo com a mesma autora, as remessas interligam permanentemente os migrantes com o país de origem com o país de destino. Ao destacar suas variáveis de análise, a autora afirma que:

A quinta variável está relacionada às questões *socioeconômicas* presentes na origem da migração e na sociedade de destino. Levanta dados referentes ao trabalho, renda e remessas, ocupação no lugar de origem e no lugar atual; a situação financeira antes e depois da migração e a identificação das possibilidades de mobilidade social enquanto melhorias nas condições de trabalho e renda a partir da migração (OLIVEIRA, 2016, p. 46).

Nesta mesma linha de análise, Lisboa (2007, p. 806) afirma que “parte das migrações de mulheres dos países periféricos para os países centrais é incrementada e financiada por governos locais, processo altamente vantajoso na medida em que as migrantes enviam remessas significativas de dinheiro em moeda estrangeira para as suas famílias que permanecem no local”. O custo humano e social das remessas muitas vezes está marcado por privacidades, fome e miséria, por parte dos migrantes. Como afirma Marx (2008, p. 829), “a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”.

BREVE MEMÓRIA DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

No século XXI, percebe-se um novo movimento migratório em direção ao Brasil, composto por países do Sul Global, como os pertencentes a América Latina e África. Se fala então, da entrada do Brasil no campo das migrações transnacionais, neste movimento Sul-Sul (BAENINGER, 2017).

Por migrações transnacionais, entende-se que aos migrantes continuam mantendo relações com o país de saída e com o país de origem. O movimento Sul-Sul, que Baeninger cita, trata-se de países do Sul Global migrando para outros países do Sul Global, ou países considerados subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, que é o caso da América Latina. E é neste ponto que podemos relacionar a migração haitiana para o Brasil.

Para Santos (2014), são diversos os fatores que fazem do Brasil um destino para os povos das diferentes nacionalidades da América Latina, e, em especial, para os haitianos. Entre estes fatores podemos citar: i) a grande importância

econômica e política do Brasil na América Latina, ii) a dificuldade imposta por países do Norte Global, que antes eram a rota principal, e iii) a presença de um exército de outro país (neste caso, o Brasil), responsável influenciar a conexão entre os dois países. Um exemplo disso, é que os EUA em uma época de intervenção, já foram um dos principais destinos para os haitianos, da mesma maneira que hoje em dia pode-se dizer o mesmo do Brasil.

A migração de haitianos para o Brasil se intensifica, após o ano de 2010, com o terremoto que atinge o Haiti. Naqueles anos iniciais, as entradas em solo brasileiro se davam pelas fronteiras terrestres do Acre e do Amazonas. Na época, o governo concedeu um visto humanitário, já que os haitianos não se encaixavam na definição de refugiados conforme o estatuto do estrangeiro, a legislação sobre migração em vigor no Brasil à época. Uma das finalidades da viabilidade da migração haitiana para o Brasil teria sido a renovação e ampliação do excedente de trabalhadores no sul do país. Os migrantes funcionariam como o “exército excedente” reproduzindo a teoria de Marx (2008, p. 858) que nos recorda que “a expropriação e a expulsão da população rural, renovadas, ininterruptas, intermitentes, proporcionaram à indústria urbana massas sempre novas de proletários inteiramente desligados da esfera corporativa”.

Segundo Handerson (2017), naquela época, a comunidade haitiana no Brasil era estimada entre 60 mil a 65 mil pessoas. Destes, de 2010 a 2012, cerca de 7 mil passaram pela tríplice fronteira Brasil (Amazonas), Colômbia e Peru. Cerca de 40 mil pessoas entraram entre 2010 e 2015 pela fronteira Brasil (Acre), Bolívia e Peru. Os demais chegaram pelos aeroportos internacionais brasileiros, com visto solicitado na embaixada brasileira enquanto ainda estavam no Haiti.

A definição de refugiados para o ACNUR se refere a pessoas que se deslocam de seu país por motivos de temor a perseguição devido a questões raciais, religiosas, de nacionalidade ou opinião política, além de também a grave violação de Direitos Humanos e conflitos armados.⁷ Os haitianos que aqui chegavam não foram inclusos nessa categoria, por isso a necessidade de criar um visto específico.

A partir da Resolução 97/12, os imigrantes haitianos tiveram direito ao visto humanitário que “nivela a todos na mesma condição de migrantes laborais em busca de trabalho, ignorando necessidades e interesses particulares, como a perseguição por razões políticas ou orientação sexual” (SILVA, 2015, p. 122). O visto humanitário, por ter sido um instrumento especial e temporário, e diferir-se

7 Definição de refugiado presente no site do ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/> Acesso em: 13/10/2021.

da solicitação de refúgio, não era mais analisado pelo CONARE, mas sim pelo CNIg, órgão do governo diretamente relacionado a imigração laboral. Porém, mesmo que a atitude do governo brasileiro tenha sido de manter a eficiência, outros pontos foram ignorados, como por exemplo, o ponto de vista social. Entretanto, a questão da documentação começa lá no Haiti.

Toda uma interação de serviços está organizada em torno dessa mobilidade, o que faz com que mais de dois bilhões de dólares circulem anualmente e alimente a existência de uma rede que abrange, dentre tantos, os seguintes grupos no interior do país e suas redes de relações: agências de viagens e seus agentes, bancos de transferência internacional (kay transfê), agentes independentes de serviços (os raketè), companhias telefônicas, companhias de aviação e transporte de cargas, ‘coiotes’ e ‘traficantes de pessoas’, o governo haitiano por meio de suas missões consulares para emissão de documentos, a cobrança de taxas do governo (US\$ 1,50) por cada transferência de dinheiro para o Haiti. Como apontado mais acima, 27,8% PIB do Haiti são oriundos de parte de sua população que vive e circula no espaço social transnacional (COTINGUIBA, 2019, p. 140).

De volta às fronteiras, Silva (2015, p. 122), nos alerta que a situação das fronteiras terrestres da Amazônia “se assemelha àquela dos campos de refugiados, onde grandes contingentes de pessoas convivem com o racionamento de alimentos e água e sem as condições mínimas de higiene e privacidade”. Foi a sociedade civil organizada, a pastoral do migrante, que foi capaz de prestar informações e acolher os haitianos que chegavam nas fronteiras do Amazonas e Acre.

Outra característica presente nas fronteiras do Amazonas e Acre, por onde passavam os haitianos, eram os coiotes, pessoas que recebem dinheiro para fazer a travessia ilegal dos migrantes até o país de destino. Os coiotes costumam usar rotas e meios perigosos, além de cobrar um preço altíssimo, para uma viagem sem garantia de chegada segura.

Já na tríplice fronteira norte da Amazônia brasileira (Roraima-Venezuela-Guiana), desde 2018 está em ação a Operação Acolhida, que tem como objetivo “oferecer assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima”. A Operação Acolhida é executada e coordenada pelo Governo Federal, com o apoio de agências da ONU, e entidades da sociedade civil organizada. Mesmo o foco da Acolhida sendo os migrantes venezuelanos, os migrantes haitianos também recorrem a estes serviços para emitirem suas documentações.

Nas ruas de Boa Vista- RR, é possível ver migrantes haitianos trabalhando como picolezeiros⁸ andando horas a fio, e as mulheres migrantes haitianas vemos próximo as zonas comerciais trabalhando de maneira autônoma, vendendo artigos diversos nas calçadas e feiras públicas. Com a pele escura, o cabelo trançado e o chapéu de palha, a figura destas mulheres é notória, assim como seu acento linguístico ao falar português misturado com *créole* haitiano.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MIGRAÇÃO HAITIANA

Quando se aborda o tema da migração, o primeiro pensamento de muitos é o deslocamento forçado que os judeus sofreram ao longo da história, ou a migração africana, que se refere ao período em que o continente africano foi invadido por europeus e grande parte da sua população foi escravizada e traficada para diversos países, principalmente do continente americano. Porém ao longo da história outras populações também estiveram em migração.

Em referência aos estudos diaspóricos, Braga e Gonçalves (2014) afirmam que o termo migração envolve o deslocamento de pessoas, mas não apenas isso. O foco dos estudos pode também ter relação direta com o processo do deslocamento e suas consequências para as pessoas que vão, as pessoas que ficam e os locais: tanto de partida, quanto de chegada. Além de que, teorias da migração, discursos diaspóricos e experiências históricas da migração são coisas distintas, por isso devem ser analisadas de maneira diferente.

HAITIANOS NA AMAZÔNIA

Conforme dito no capítulo anterior, a partir de 2010, a migração haitiana se intensifica para o Brasil. O percurso que os haitianos faziam desde o Haiti até o Brasil incluíam países como a República Dominicana, o Panamá, o Equador e o Peru. A Amazônia é sua porta de entrada no Brasil a partir das fronteiras terrestres de Tabatinga (AM) e Brasiléia (AC).

Por essa rota, além dos gastos com a passagem é preciso enfrentar a intimidação e, em alguns casos, a violência de agentes policiais que atuam nas fronteiras do Peru e do Equador, tirando dos haitianos dinheiro e objetos pessoais. Tal rota acabou se consolidando em razão das dificuldades e pela demora na obtenção do visto na embaixada brasileira de Porto Príncipe (SILVA, 2015, p. 121).

O processo de viagem até o Brasil além de longo era caro e perigoso. Diversos haitianos faziam esta travessia “assessorados por coiotes” que cobravam

preços altíssimos, sem nenhuma garantia de que os viajantes chegariam ao Brasil facilmente. Conforme afirma Silva (2015), os haitianos sofriam violência policial e ainda eram extorquidos, precisando deixar seu dinheiro para conseguir concluir a travessia.

Ao finalmente alcançar as fronteiras brasileiras, eles ainda precisavam esperar a autorização para entrada, que a partir de 2012 foi através do visto humanitário autorizado pelo CNIg. Enquanto aguardavam essa autorização que posteriormente permitiria a emissão da CTPS, os haitianos precisavam contar com a solidariedade da população e da sociedade civil organizada. Conforme Silva (2015, p.122) “a realidade que os haitianos tiveram que enfrentar nas fronteiras amazônicas se assemelha àquela dos campos de refugiados, onde grandes contingentes de pessoas convivem com o racionamento de alimentos e água e sem as condições mínimas de higiene e privacidade”.

Os estados do norte do Brasil não tinham a mínima estrutura para apoiar os haitianos que chegavam, e não havia grandes esforços do governo federal. Como explica Silva (2015), coube então as organizações religiosas, especialmente da igreja católica e seus fiéis, no estado do Amazonas a dar o suporte e garantir essas pessoas alojamento, alimentação e orientação. Isso ocorreu principalmente nas cidades de Tabatinga (AM) e Manaus (AM).

O Equador mesmo não fazendo fronteira com o Brasil tem muita importância na rota não apenas dos haitianos, mas também de migrantes de outros países, pois é um dos únicos países que desde 2008 recebe migrantes de qualquer nacionalidade sem necessidade de visto por até 90 dias. Por isso, o Equador era um atrativo não apenas por ser porta de entrada à América do Sul, mas também devido a sua moeda oficial ser o dólar, facilitando o envio de remessas. Porém o país não tinha nenhuma política pública para essa população, nem mesmo facilitava o acesso ao visto para aqueles que desejavam ficar no país por mais de 90 dias. Além disto, a violência de gênero e o racismo fazem parte da realidade das haitianas que ali vivem. Por fim, Cotinguiba (2019, p. 65), define a migração haitiana com as seguintes características.

Em relação à mobilidade, a migração haitiana é um processo histórico e tem como destino diferentes territórios nacionais, o que fez com que essa migração construísse um espaço social transnacional haitiano. Dentre os diferentes lugares ou realidades sociais que constituem esse espaço social transnacional, a República Dominicana é um dos mais antigos, com um histórico da presença haitiana marcada por momentos de aproximações e, principalmente, tensões e conflitos. Ao longo da pesquisa

de campo itinerante, a República Dominicana foi um lugar onde realizei observações, na tentativa de compreender como as trajetórias são arquitetadas e como os sujeitos fazem uso dos recursos disponíveis para relativa permanência e trânsito para outros lugares, inclusive o Brasil.

Ao se falar em Migração haitiana, Joseph Handerson se destaca nos estudos sobre o tema. Em sua dissertação ele explicita como a questão da mobilidade haitiana era vista de forma equivocada pelo governo brasileiro:

Há diferença entre os pontos de vista do Governo sobre os pontos de vista dos haitianos e os pontos de vista deles mesmos. São muitos pontos de vista, sentimentos e relações ambíguas com o universo da mobilidade. O trabalho não é sobre a experiência indocumentada dos haitianos, mas sim, sobre as experiências e trajetórias daqueles chegados ao país em situação indocumentada, isto é, sem visto exigido pelo Governo brasileiro. Para as pessoas em mobilidade, as questões legais são estratégicas, pensadas, calculadas, mas, às vezes, também inesperadas e sofridas nos trajetos de acordo com as políticas restritivas dos governos. É preciso saber circular entre mundos legais, mantendo uma relação digna e produtiva com Haiti, tal como se disse no universo haitiano: *chèche lavi*, buscando ou tentando levar a vida e o bem-estar, seja juntando dinheiro, cumprindo as obrigações com os que ficam, mantendo reputações pessoais e familiares, ou tendo acesso ao documento de visto de residência no Brasil, pois são várias questões em jogo (HANDERSON, 2015, p. 35-36).

Os haitianos não se identificavam como refugiados ou migrantes, para eles a questão da migração e remessas a outros países era algo tão cultural, que até mesmo a questão da indocumentação era uma parte do processo, tudo nas viagens é pensado e calculado.

Ainda em seu trabalho, Handerson (2015) nos conta a história de um jovem chamado Henri que conheceu e entrevistou que exemplifica bem a questão da mobilidade haitiana. Henri quando estava no ensino médio tinha vários amigos que tinham familiares no exterior, e o comum era em algum momento da adolescência os colegas de classe irem embora morar no exterior. Foi nesse contexto que cresceu a sua intenção de partir, rumando ao exterior. Para ele, era uma questão moral e de honra. Nas suas palavras: “Se eu ficasse no Haiti, iria sentir-me mal, porque tinha muitos colegas *aletranje* (no exterior)” (HANDERSON 2015, p. 37).

Conforme este relato, percebe-se que a questão da mobilidade haitiana atinge essa população desde sua juventude, com a pressão de ir morar em outro país preferencialmente Estados Unidos ou Europa.

Ademais, atualmente vemos uma mudança nos destinos não apenas dos haitianos, conforme Baeninger *et al*, 2020, p. 28:

As migrações haitianas, a partir de 2011, redesenharam a Amazônia Legal no mapa das migrações internacionais no Brasil e trouxeram o Sul Global para a fronteira. É nesse contexto, que os últimos dez anos definem a presença de imigrantes internacionais na Amazônia como inseridos em processos migratórios transnacionais, com imigrantes vindos de países do Norte Global e do Sul Global conformando novos espaços das migrações internacionais na região.

Percebe-se então que não são apenas imigrantes do Sul Global e países latino-americanos que estão vindo para o Brasil. Países do Norte Global, também conhecidos como países desenvolvidos, também estão presentes nas migrações atuais para a Amazônia brasileira, porém esses migrantes aqui chegam em diferentes condições e são recebidos de maneira diferente.

Do ponto de vista jurídico, os amparos legais para a permanência documentada de imigrantes na região Amazônica indicam a hierarquia das seletividades para os diferentes fluxos de imigrantes advindos dos países que compõem o Norte Global e o Sul Global. No caso dos amparos legais para imigrantes do Norte Global prevalecem concessões de vistos para cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional, missão de estudos, administrador, gerente, diretor ou executivo correspondendo a 50% dos amparos legais. Destaca-se também o amparo legal para ministros de confissões religiosas, respondendo por 10% dos amparos legais para imigrantes do Norte Global. (...) Entre imigrantes do Sul Global, por sua vez, predominam amparos legais adotados desde uma perspectiva multilateral, como no caso do Acordo de Residência do Mercosul, (...) A dinâmica Sul-Sul traz também as migrações qualificadas refletidas nos amparos legais referentes à permanência de imigrantes cientistas, pesquisadores, professores e técnicos respondendo, contudo, por apenas 5% dessa imigração para a região Amazônica; nota-se que para o Norte Global esta participação corresponde, em termos relativos, à metade dos amparos legais na região. Há também a presença de imigrantes do Sul Global com o amparo legal na categoria de ministros de confissão religiosa, com 2% no total dos amparos legais para imigrantes do Sul (BAENINGER *et al*, 2020, p. 30-31).

Quando se vem de um país do Norte Global, há uma facilidade em amparo legal para profissões como cientistas, pesquisadores, professores e técnicos. Porém

quando o imigrante vem do Sul-Global, a maior parte dos vistos são autorizados de acordo com acordos multilaterais entre países e uma minoria para as mesmas profissões supracitadas.

HAITIANOS EM RORAIMA

A chegada dos haitianos a Roraima pela fronteira com a República Cooperativa da Guiana foi notícia nos principais meios de comunicação do Estado de Roraima.

Conforme notícia da Folha Web Os números apontam que de janeiro ao dia 26 de dezembro do ano passado (2019), 19.346 haitianos deram entrada no Estado, sendo 19.146 pelo município de Bonfim, enquanto apenas 200 entraram pela fronteira com Pacaraima. Até o dia 26 de dezembro, a PF registrou a permanência de 18.952 haitianos⁹.

Nestes dados podemos ver como realmente houve um aumento da entrada desses migrantes pela fronteira de Bonfim (RR) no ano de 2019, mas nada que justifique o tom de pânico inflamado pelos meios de comunicação. Durante trabalho de campo realizado nas ruas da cidade de Boa Vista-RR, observou-se que há concentração de haitianos em várias zonas comerciais da cidade, principalmente na região central. Nas entrevistas percebemos muitas respostas parecidas, independentemente de serem homens ou mulheres.

Quando perguntados sobre onde moravam antes de chegar em Boa Vista, a resposta era de que viviam na Venezuela, muitos deles há mais de 20 anos. Nossa pesquisa encontrou resultados semelhantes ao da pesquisa de LEVEL, 2020, no que concerne sobre o último país de saída dos haitianos que aqui estão

Em meados de 2015 a 2019, com base no trabalho de campo realizado, nos permitimos afirmar que grande parte dos migrantes haitianos que viviam/vivem em Boa Vista estavam vindo da Venezuela e migraram pelas mesmas razões que os venezuelanos: fugindo da crise econômica que assola o país, cujas condições econômicas e a crescente desvalorização da moeda não permite que o soldo mínimo estabelecido seja suficiente para garantir a sobrevivência das pessoas (LEVEL, 2020, p. 38).

Com a forte crise econômica e social que assolou a Venezuela, os haitianos que ali estavam há anos também ficaram prejudicados para sobreviver e enviar

9 Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Quase-19-mil-haitianos-entraram-e-permaneceram-em-Roraima/61386> Acesso em: 13/10/2021

remessas ao Haiti. Isso significa que os haitianos que chegaram em 2019 pela fronteira com a Guiana não são os mesmos que vemos inclusos nas redes migratórias em Boa Vista.

As entrevistas foram realizadas em espanhol, porque eles tinham mais familiaridade com este idioma, muitos tinham muita dificuldade para falar e entender o português, mesmo já morando no Brasil a mais de 5 anos. As hipóteses desta dificuldade com o idioma são as poucas ofertas de cursos gratuitos de português para estes migrantes e o fato de serem uma comunidade fechada a partir de suas redes, não criando fortes laços fraternais com os brasileiros.

Assim, esses novos e intensos fluxos migratórios na contemporaneidade, representam um acontecimento relevante que estimula a reflexão sobre a concepção do ensino de português brasileiro e seus conceitos teóricos, sobretudo pela complexidade e diversidade da migração contemporânea. Nessa perspectiva, é necessário um olhar novo para o ensino e a aprendizagem da língua ao imigrante considerando as diversas causas que influenciam a mobilidade e o contexto plural em que essa população vinda de outros países está inserida (COTINGUIBA et al, 2020, p. 122).

Os entrevistados informaram haver morado na Venezuela antes de vir para o Brasil. Também relataram que vieram sem familiares, mas que atualmente vivem com “paisanos” (conterrâneos) na cidade, dividindo aluguel. A partir das entrevistas e da pesquisa observatória, vinculada às metodologias qualitativas (GIL, 2012) foi possível definir alguns bairros onde há maior concentração de haitianos morando e/ou trabalhando.

Os bairros mais citados como local de moradia pelos haitianos foram: Pricumã, 13 de Setembro, São Vicente, Mecejana, União e Jardim Caranã. Além disso, as zonas comerciais onde se pôde observar uma forte presença desses migrantes haitianos vendendo alho e outros tipos de utensílios foram: comércio central (Camelódromo Caxambu); Bairro 13 de Setembro, comércio na Av. das Guianas, em frente a supermercados e farmácias; Feira do Garimpeiro (Asa Branca/Tancredo Neves), nos dias de domingo; Bairro Pintelândia, comércio da zona oeste.

Já em relação aos *picolezeiros* que andam pela cidade, percebe-se que conseguem alcançar um grande perímetro da cidade, porém seus ganhos não são altos, além de ser um trabalho extremamente desgastante por estarem diretamente expostos ao sol uma média de 6 a 8 horas diárias.

AS REDES MIGRATÓRIAS INTERMEDIADAS PELA ECONOMIA DO ALHO

No decorrer da pesquisa identificamos que existem três redes migratórias entre os haitianos que mais se destacam: a revenda de alho, que é realizada na maioria das vezes por mulheres haitianas; a venda de picolé que é realizada na maioria das vezes por homens haitianos; e a venda de utensílios variados em banquinhas pelas calçadas.

Enquanto os picolés são fabricados em empresas locais, a revenda de alho e de utensílios depende de fornecedores de fora do Estado. O alho que as haitianas revendem na cidade vem da República Cooperativa da Guiana de maneira contrabandeada para Boa Vista e posteriormente são divididos entre as haitianas. Não são raras as apreensões feitas pela Polícia Rodoviária Federal destes alimentos que chegam sem nenhum tipo de certificado.

Mesmo tendo o produto origem não legalizada, não há nada na prática que impeça o comércio de alho por essas mulheres, pelas ruas de Boa Vista.

As mulheres haitianas vendedoras de alho são facilmente reconhecíveis pelas ruas da cidade. Com a pele escura, os cabelos crespos com tranças curtas, um chapéu, uma mochila e uma sacola com pacotes de alho. As mulheres costumam vender o pacote contendo 10 cabeças de alho com casca por 10 reais, mas também existe a opção do alho já descascado.

Nas feiras livres, como a Feira do Garimpeiro, as mulheres não costumam ficar sentadas vendendo alho, mas sim se movimentando, oferecendo seu produto, tentando, com poucas palavras, convencer o cliente a comprar, pois em sua maioria não falam muito bem o português. Mesmo com a dificuldade do idioma elas insistem.

Em um domingo do mês de setembro de 2021, quando fiz a observação na supracitada feira, encontrei durante o período de 1h cerca de 20 haitianos, destes 18 eram mulheres. Das 18 mulheres, 15 vendiam alho e 1 homem vendia alho também. Já as outras mulheres estavam sentadas na calçada vendendo utensílios diversos, como itens de cozinha, cabelo, roupas e etc.

Já em frente a alguns mercados da capital, a venda de alho é feita por essas mulheres em espécies de bancas improvisadas com um caixote e bacias com alho. Essas mulheres ficam sentadas aguardando a aproximação do cliente.

O protagonismo da venda de alho por essas mulheres nos leva ao conceito de feminização das migrações, onde vemos não apenas as mulheres migrando, mas essas mulheres ganhando destaque nas dinâmicas migratórias (OLIVEIRA, 2016). Mulheres que independentemente de marido, companheiro ou

outros homens da família, estão ganhando seu dinheiro para sobreviver e ainda enviar remessas ao Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar a migração haitiana em Roraima e a sua colaboração para a composição das redes migratórias e para a elaboração de políticas públicas voltadas para migrantes.

Com este estudo foi-se capaz de identificar a migração haitiana em Roraima, que não começou apenas em 2018 e 2019, quando começaram a aparecer em manchetes nos meios de comunicação. Na verdade, observou-se que, quando começou a vinda dos venezuelanos para Roraima, muitos haitianos que lá moravam vieram junto em busca de melhores condições de vida. Estabelecendo aqui redes de apoio.

Os haitianos já vêm de uma longa tradição migratória, sendo seus principais destinos os Estados Unidos da América e países da Europa, como França, Holanda e outros. Essa tradição migratória está relacionada com as dificuldades de desenvolvimento que o Haiti enfrentou e ainda enfrenta, por conta de toda um contexto histórico que envolve ditaduras, embargos econômicos e desastres naturais como o terremoto de 2010, e mais recentemente o terremoto de 14 de agosto de 2021, além de furacões. Porém, o Brasil, e especialmente a região amazônica, não era tão idealizada pelos haitianos, sendo que os haitianos que aqui chegam pela Venezuela moravam neste país. Enquanto os haitianos que entravam pela fronteira Brasil/Acre, vinham direto do Haiti, para trabalhar principalmente na região Centro-Sul brasileira.

Aqui em Roraima, mais especificamente na capital Boa Vista, vemos a presença dos haitianos trabalhando principalmente no comércio informal, a partir disso estes criam redes migratórias. A venda de picolés, a venda de alho e o comércio de utensílios domésticos diversos são algumas das principais redes na cidade.

A venda do alho pelas mulheres haitianas se destaca nesta pesquisa, porque aqui vemos o protagonismo de mulheres negras, migrantes que sobrevivem nesta cidade, com uma cultura e idioma completamente diferentes das suas, e ainda enviam remessas a seus país de origem.

Sobre políticas públicas para migrantes, o estado ainda é muito falho sobre isso. Temos a Operação Acolhida a nível federal, porém esta é especificamente para migrantes venezuelanos, quando se trata de haitianos em Roraima, não há políticas públicas a níveis estadual e municipal.

Se não fosse pela ação de organizações religiosas, como por exemplo a Cáritas, muitos destes migrantes só teriam como ponto de apoio suas redes migratórias.

Ainda no contexto das remessas, com a crise que o Brasil enfrenta, o preço da cesta básica alto, além de diversos outros aumentos, fica cada vez mais difícil para esses migrantes enviarem dinheiro as suas famílias. No entanto, a questão das remessas dos migrantes haitianos é um tema muito amplo que foi apenas apresentado nesse TCC e que pode ser aprofundado em futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades Migratórias Internacionais: da Diversidade dos Fluxos às Novas Exigências Conceituais. In: BAENINGER, Rosana (org.). **Por Dentro do Estado de São Paulo: Migração Internacional**. Campinas: Unicamp, 2013. p. 23-34.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 15, p. 745-772, dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/350/showToc>. Acesso em: 29 set. 2020.

BAENINGER, Rosana *et al.* **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª edição. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta G. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de estudos de População**, v. 34, p. 119-143, 2017.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Migrações transnacionais na Amazônia Legal: o Norte global e o Sul global na fronteira. In: COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel *et al.* **Mobilidade humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa Porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BRAGA, Claudio. R. V.; GONCALVES, Gláucia. R.. Migração, espaço e literatura: alguns caminhos teóricos. **Revista Trama** (UNIOESTE. Online), v. 10, p. 37-47, 2014.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Aletranje - a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano: o Brasil como uma nova baz**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; SILVA, Mirla Cristina dos Santos; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Cursos de língua portuguesa para imigrantes e refugiados: desafios e perspectivas teórico metodológicas. In. OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. (Org.). **Interfaces da mobilidade humana na fronteira Amazônica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 121-133.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti. Cultura, Poder e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 108 p.

HANDERSON, Joseph. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 7-26, 26 out. 2017.

HANDERSON, Joseph. **Migrações: sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015.

JOSEPH, H. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 7-26, 26 out. 2017.

LEVEL, Beatriz Patrícia de Lima. **O “nós” e o “outro” nas relações de trabalho de venezuelanos e haitianos em Boa Vista – Roraima**. 2020, 131 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020.

LISBOA, Tereza Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência globalização da assistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3): 805-821, setembro-dezembro/2007

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 229-251.

MARTINS, José Renato Vieira (Coord.) et al. **A Diáspora Haitiana da utopia à realidade**. São Paulo: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, USP, Fundação Friedrich Ebert, 2014. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bru/https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11203.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, Karl. **O Capital**. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 1, v. 2, cap. 23, p. 713-823.

MASSEY, Douglas S. *et al*. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population And Development Review**, Nova York, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

MOTTA, Daniele Cordeiro. **Desvendando o nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo**. 2017. 197 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

NIETO, Carlos. **Migración haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2014. 112 p.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; COSTA, Willas Dias da. Feminización de la migración, tráfico y trata de mujeres en la Amazonía. In: ALBOR-CHADID, L.; COTINGUIBA, M. L. Pimentel; FERNÁNDEZ-MATOS, D. C; COTINGUIBA, G. Castro (Comp). **Reflexiones sobre las migraciones en América Latina** (pp.91-136). Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016. 304 p.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. **Interfaces da mobilidade humana contemporânea na fronteira amazônica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 158 p.

SANTOS, Fernando Damázio dos. **Imigração haitiana ao Brasil: especificidades e dispositivo de política migratória empregado pelo estado brasileiro**. 2014. 84 p. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. In: XII Encontro nacional de estudos populacionais. **Brasil, 500 anos: Mudanças e Continuidades**. Caxambu: Abep, 2000.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 240 p.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. 304 p.

SILVA, Sidney Antônio da. FRONTEIRA AMAZÔNICA: passagem obrigatória para haitianos?. **Remhu**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 23, n. 44, p. 119-134, jun. 2015. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004408>. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/507>. Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração e redes de acolhimento. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 271-292, 4 fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 29 set. 2020.

MIGRANTES VENEZUELANAS EM BOA VISTA/RORAIMA: INSERÇÃO LABORAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO¹

Maria das Graças Santos Dias

INTRODUÇÃO

O fenômeno denominado de migração sempre esteve intrínseco na história. O ser humano migra quer para melhor se estabelecer ou melhor prover seu sustento. Ressaltando que, desde a primeira revolução industrial, começou a se desencadear uma onda crescente de desemprego, causada pelas novas tecnologias e máquinas; dessa forma ocorreram fortes migrações para o ‘novo mundo’, com destaque para os Estados Unidos, e os países europeus (ENRICONI²⁰¹⁷). Com efeito, o termo migração é discutido como um processo, entre as mudanças nos sistemas sociais de gênero e a mobilidade feminina

Nesse contexto, a dinâmica demográfica torna-se um fator extremamente importante. O mundo hoje tem cerca de 272 milhões de migrantes internacionais, de acordo com o Relatório da Organização Internacional para Migrações, OIM (2020). Dois terços dessas pessoas são considerados migrantes de mão de obra. As pesquisas apontam problemáticas que incorporam fenômenos como a globalização, os desequilíbrios econômicos, as perseguições políticas, o terrorismo, a violência, as mudanças ambientais e outros. Soma-se outras influências como avanços na tecnologia de comunicações e acesso a transportes. Chama a atenção do total de migrantes internacionais atuais, 47,9% mulheres e cerca de 13,9% crianças. Com aporte ainda no referido Relatório, a Europa e a Ásia receberam, respectivamente, cerca de 82 milhões e 84 milhões de migrantes internacionais ou 22% dos migrantes globais, África com 10%, América Latina e Caribe com 4% e Oceania com 3%, em 2019.

1 Este artigo é parte integrante da pesquisa de Pós-Doutoramento em Democracia e direitos humanos organizado pelo *Ius Gentium Conimbrigae*/Centro de Direitos Humanos- ICG Coimbra.

QUEM SÃO OS MIGRANTES?

Entrementes, maior número de migrantes nasceu na Ásia, 40%, sendo a Índia o maior país de origem, com 17,7 milhões. Destacam-se também outros países com deslocamentos populacionais consideráveis, como Ucrânia, Polônia, Reino Unido e Alemanha. Com efeito, os principais destinatários das remessas foram a Índia, China e México, respectivamente, US\$ 78,6 bilhões; US\$ 67,4 bilhões e US\$ 35,7 bilhões. Convém mencionar que os Estados Unidos continuam sendo o principal país remetente de remessas US\$ 68 bilhões. A Síria foi a nação que teve o maior número de deslocamentos, com 6,1 milhões até o final de 2018. Considerando os conflitos e a violência, no que tange aos refugiados, até o final de 2018, tem-se a estatística de 25,9 milhões de refugiados em todo o mundo. Ainda nesse mesmo ano, 3,5 milhões de pessoas aguardam a determinação do status de refúgio e cerca de 2,1 milhões de pedidos de asilo foram apresentados a Estados ou ACNUR. Os Estados Unidos foram os que mais receberam solicitações, com 254,3 mil novos pedidos. O Peru foi o segundo, com 192,5 mil, em 2018. Dessa forma, a maior parte foi solicitada por venezuelanos, 190.5 mil. (ACNUR, 2020b).

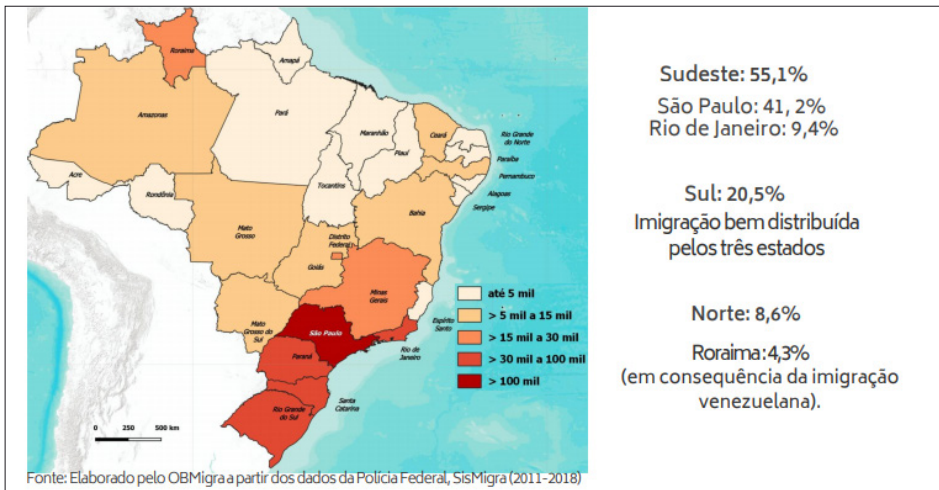
GRANDE BRASIL

No caminho trilhado pela historiografia, vale lembrar, com aporte em Patarra (2012), que, no Brasil, as migrações internacionais, fazem parte da sua história, a contar dos registros históricos de variados períodos, dos deslocamentos de pessoas. Com efeito, o encadeamento direto dos processos migratórios, desde a sua descoberta, seguido pela conquista da Coroa Portuguesa sobre o território brasileiro e o afluxo de europeus, e a chegada dos africanos, como mão de obra escrava no século XIX, a partir do traslado da família portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos ao comércio internacional, empregou-se a política migratória livre, por meio do decreto garantindo aos estrangeiros o direito de propriedade territorial. Na segunda metade do referido século, este movimento foi impulsionado com a abolição da escravidão. Motivados pelas políticas de incentivo as imigrações de novos agentes sociais, fazem-se presente: japoneses, eslavos, espanhóis, portugueses, austríacos alemães e italianos, passaram a desempenhar papel importante no país.

Nessa discussão, segundo Levy (1974), o Brasil foi um dos destinados benquistas das grandes migrações no final do século XIX e início do século XX. Conjectura-se mais de 5 milhões de imigrantes entre 1872 e 1972, oriundos principalmente dos seguintes países: Portugal, Itália, Japão, Alemanha e Espanha.

Contudo, convém mencionar que, na década de 1950, veio uma corrente migratória, sobretudo da Europa e do Japão, considerando a destruição em face da segunda Guerra Mundial que abalou estes territórios, e das dificuldades da reconstrução dos mesmos no pós-guerra. Convém ressaltar que, a partir das primeiras décadas do século XXI, o Brasil, com maior projeção no exterior e maior estabilidade econômica e em fase das crescentes restrições da entrada dos imigrantes no final dos anos 2000 aos países desenvolvidos, provocou o aumento de retorno de brasileiros, bem como a entrada de migrantes estrangeiros no país. Com efeito, esse cenário contribuiu para a chegada de grupos de migrantes, em especial os haitianos, sobretudo na cidade de São Paulo, migração internacional, decorrente de diversos fatores, como, por exemplo, crise econômica, conflitos sociais, catástrofes, perseguições políticas/religiosas e pobreza (Mapa 01).

IMAGEM 1: Mapa referente ao número de registros para imigrantes de longo termo, por ano de entrada, Segundo Unidade da Federação de Residência, Brasil, 2011-2018



Fonte: Elaborado pelo OBMigra (2020).

MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL/BRASILEIRA

A Amazônia é uma região transnacional que abrange nove países que têm por referência a maior reserva de floresta tropical do mundo. Além do Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, a República Cooperativa da *Guiana*, o

Suriname e a Guiana Francesa formam a Pan - Amazônia ou Amazônia Internacional. Por suas dimensões transcontinentais e por sua condição transfronteiriça, a Amazônia representa uma região em si, cobiçada por seus recursos naturais, buscada como refúgio ou com região de passagem e interligação para outras regiões, que lhe conferem uma dinâmica migratória muito específica. A falta de políticas de atendimento e integração dos migrantes à sociedade de acolhida, representa nesse sentido, uma violação aos direitos humanos.

Historicamente, nessa discussão a análise da dinâmica demográfica na Amazônia, está pautada na definição de um espaço e de um tempo específico da referida região, identificada no Mapa 02, abaixo. Dessa forma, os processos migratórios internacionais mais contundentes foram marcados inicialmente pelo ciclo econômico da borracha, muitos migrantes internacionais vieram em busca de riquezas. Com efeito, os sírios e libaneses começaram a chegar em 1872, trazendo consigo suas famílias, desenvolvendo atividades de mascate, regatão e varejo fixo. No quadriênio 1908-1911, os portugueses representaram 46,35% da migração internacional, seguido dos Espanhóis com 14,45% e ingleses com 6,6%. Foi uma migração espontânea em função do atrativo do crescimento econômico regional (DIAS, 2018, p.67).

IMAGEM 2: Mapa da Amazônia Legal



Fonte: Instituto Socioambiental, 2009.

No que tange a Tabela 01, a participação dos migrantes na Amazônia, no período de 2005 – 2010, evidencia o maior percentual da migração internacional para o Estado de Mato Grosso, com 18,95%; seguido do Estado do Amazonas, com 17,2%; e Estado de Rondônia, com 17,1%. Roraima, espaço territorial da referida pesquisa, apresenta no período 5,2%. Nessa discussão, o Estado de Roraima só vai ter um percentual mais elevado a partir de 2014, com a migração venezuelana.

TABELA 1: Participação de imigrantes na Amazônia segundo região. Unidades da Federação da Amazônia, 2005-2010

UF Amazônia em 2010	Imigrantes em 2005-2010 (% origem)						
	Amazônia	NE	SE	SUL	CO	Total	Internacionais
Rondônia	49,2	10,0	20,1	12,8	7,9	65.864	17,1
Acre	64,8	9,2	14,7	5,6	5,7	13.882	4,2
Amazonas	66,1	11,6	14,1	4,9	3,2	71.451	17,2
Roraima	72,1	12,2	7,1	4,3	4,3	25.556	5,2
Pará	67,0	11,5	11,2	2,7	7,6	162.004	21,2
Amapá	88,5	5,0	4,0	1,1	1,5	37.028	4,1
Tocantins	48,1	11,0	10,3	2,9	27,6	85.705	5,2
Maranhão	41,2	27,6	16,8	2,3	12,1	105.684	6,8
Mato Grosso	28,7	14,1	16,2	19,5	21,5	143.954	18,9
Total Amazônia	52,7	13,9	13,6	7,3	12,6	711.128	21.097

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os deslocamentos populacionais, em tempos recentes de 1995 a 2000, mostra que os países fronteiriços da região amazônica apresentam uma migração maior ver tabela 2 abaixo. Nesse contexto, destaca-se o Peru com 18,11%; Bolívia 15,43% e Colômbia 9,02%. Nessa conjuntura, ressalta-se a Venezuela com 7,63% nesse período, 14 anos depois o país vivencia um êxodo para os países vizinhos, tal migração internacional será discutida *posteriori*. De acordo, com Carmo e Jakob (2009) com relação ao volume de migrantes, podemos avaliar em tempos recentes uma tendência de migração maior pelos países da América do sul, anteriormente havia uma predominância dos países europeus.

TABELA 2: Imigrantes internacionais da Amazônia Legal no período 1995-2000.

Local	Volume	%	Local	Volume	%
PERU	805	18,11	PARÁ	643	15,88
BOLÍVIA	686	15,43	MATO GROSSO	505	12,47
COLÔMBIA	401	9,02	RONDÔNIA	491	12,13
PARAGUAI	347	7,81	SÃO PAULO	408	10,09
VENEZUELA	339	7,63	AMAZONAS	332	8,19
GUIANA	334	7,52	RORAIMA	258	6,38
ESTADOS UNIDOS	240	5,41	MARANHÃO	246	6,07
Outros países América	178	4,01	ACRE	182	4,50
GUIANA FRANCESA	151	3,39	PARANÁ	121	2,99
CUBA	146	3,28	MATO GROSSO DO SUL	112	2,77
Outros países Europa	141	3,18	RIO DE JANEIRO	97	2,39
ALEMANHA	103	2,32	TOCANTINS	78	1,93
Pais estrangeiro sem especificação	94	2,12	DISTRITO FEDERAL	78	1,93
JAPÃO	93	2,09	MINAS GERAIS	76	1,87
CHILE	84	1,80	BRASIL SEM ESPEC.	63	1,55
FRANÇA	82	1,84	SANTA CATARINA	51	1,26
Outros países Ásia	67	1,51	RIO GRANDE DO SUL	51	1,26
ITALIA	63	1,42	AMAPÁ	50	1,23
ÍNDIA	62	1,39	CEARÁ	43	1,07
Austrália/ Oceania	25	0,56	GOIÁS	42	1,03
ANGOLA	3	0,06	PARAÍBA	30	0,73
Total	4.443	100	BAHIA	28	0,69
			ESPÍRITO SANTO	21	0,53
			PIAUI	20	0,48
			PERNAMBUCO	16	0,40
			RIO GRANDE DO NORTE	8	0,19
			Total	4.050	100

Fonte: FIBEG, Censo demográfico de 2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.), 2009, p. 210.

Evidenciam-se mudanças na migração internacional, na Amazônia na atualidade. Mudanças no padrão de origem e na distribuição espacial. Destaca-se a participação da mulher nesse processo migratório, a feminização cada vez mais é reconhecida. Cabe citar a tese de doutorado da profa. Dra. Márcia Oliveira (Universidade Federal de Roraima), ao discutir a feminização da migração na Amazônia, presente nesse processo. Oliveira (2016) avalia, na sua pesquisa de campo, que muitas mulheres se veem forçadas para escapar da violência doméstica. Nessa perspectiva, a migração pode ser compreendida como um importante processo de mudanças, em que um simples ato de migrar indica uma atitude de autonomia e resistência das mulheres que experimentam importantes processos de ruptura e transformação nas relações sociais e afetivas, a partir da experiência migratória. Convém ressaltar ainda a variável da indústria internacional do sexo e sua intersecção com a feminização da migração na Amazônia. Foram identificadas situações de inserção de migrantes no mercado sexual, nas várias cidades, em que foram realizadas as pesquisas de campo. Em Manaus, identificamos muitas migrantes trabalhando em situação de prostituição, sob a justificativa de não conseguir outro tipo de trabalho e essa parece ser uma alternativa provisória.

Em síntese, podemos dizer que a migração internacional na Amazônia recente, pautada nos japoneses, colombianos, haitianos e venezuelanos, representa parte dessa migração internacional na referida região. Contudo, é uma discussão de fenômeno social complexo, necessário o debate para futura tomadas de decisões, com vistas a uma política de integração regional e econômica.

RORAIMA

O Estado de Roraima abrange uma extensão territorial de 225.116 km², localizados a maior parte no Hemisfério Norte. Essa extensão representa o equivalente a 2,6% da totalidade da superfície do Brasil e representa 5,9% da região Norte. Ao Sul, o Estado é cortado pela linha do Equador. Como mostra o Mapa 03, tem limites comuns, ao norte, com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana; ao sul, com o Estado do Amazonas; a leste, com a República Cooperativa da Guiana e com o Estado do Pará; a oeste, com o Estado do Amazonas e com a Venezuela. Roraima possui cerca de 958 km de linha de fronteira com a Venezuela e 964 km com a Guiana (IBGE, 2014).

IMAGEM 3: Mapa do Estado de Roraima



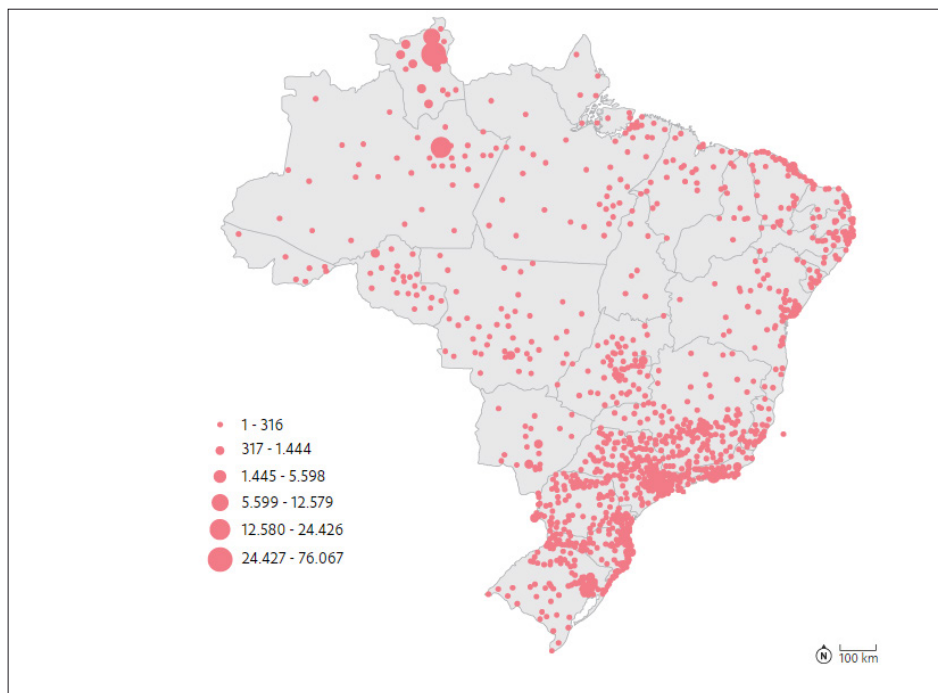
Fonte: <http://lumepa.blogspot.com/2018/09/mapas-do-estado-de-roraima.html>

Entrementes, infere-se que a fronteira do Brasil com a Venezuela é um lugar de complexidade. O Estado de Roraima, parte integrante do Brasil, não foge do contexto da migração, recebendo tanto migrantes internos como externos, conformada nessa investigação, em uma discussão de gênero e a inserção laboral das migrantes, a inserção no processo de abertura de fronteiras, pelo qual passa o Brasil que mora indígena de diferentes etnias, migrantes regionais e pessoas de todos os continentes. Para Rodrigues (2009), o processo migratório na fronteira sempre foi caracterizado de migrantes brasileiros para Venezuela, trabalho pautado na atividade de mineração, ramo alimentício, tráfico de mulheres para exploração sexual, contrabando de combustível e de venezuelanas no município de Boa Vista/Roraima.

O Estado de Roraima é a porta de entrada dos migrantes venezuelanos, por meio da BR 174, fronteira norte. Considera-se Roraima o Estado menos populoso do Brasil, com 631 mil habitantes (IBGE, 2020). Segundo o Jornal Folha de Boa Vista, dados da Polícia Federal apontam que, de 2016 a 2019, entraram em Roraima cerca de 657.819 imigrantes, número superior aos 631 mil habitantes do Estado. Nessa conjuntura da migração venezuelana, muitos migram para outros Estados ou países da fronteira sul do Brasil.

Não obstante, a entrada pela fronteira norte se concentra nos municípios de Pacaraima e de Boa Vista, capital do Estado. Segundo dados do ACNUR (Agência das Nações Unidas para Refugiados), essa migração vem aumentando em face da crise humanitária da Venezuela. Com efeito, para acolher essa população foram criados 11 abrigos em Boa Vista e dois em Pacaraima.com mais de 6,3 mil pessoas, dos quais 2,5 mil são crianças e adolescentes que vivem nesses locais. Conjectura-se que 32 mil venezuelanos moram em Boa Vista. Nesse estudo, aponta-se ainda que 1,5 mil pessoas estão em situação de rua na capital, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade. Um desafio para a política de integração desses migrantes no Brasil (UNICEF). Nessa trilha da migração internacional no Brasil, podemos identificar no Mapa 04 a localização por Estados/Região dos migrantes venezuelanos. Evidencia o Estado de Roraima, Amazonas e as regiões Sul e Sudeste. Em seguida, a Tabela 03 corrobora com o Mapa 04 ao mostrar os três municípios brasileiros com maior número de migrantes venezuelanos: Boa Vista/Roraima; Manaus/Amazonas; Pacaraima/RR.

IMAGEM 4: Mapa da localização dos imigrantes da Venezuela no Brasil (de 2000 a mar.20)



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/imigrantes-venezuelanos-estao-em-23-dos-municipios-brasileiros.shtml>

TABELA 3: Os oito municípios brasileiros com mais venezuelanos

Boa Vista	85.124
Manaus	26.057
Pacaraima	20.400
São Paulo	5.944
Rio de Janeiro	2.673
Curitiba	2.445
Brasília	2.197
Cuiabá	995

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/imigrantes-venezuelanos-estao-em-23-dos-municipios-brasileiros.shtml>.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa buscou apoio na interdisciplinaridade, realizando um diálogo da História com a Sociologia das Migrações e as Políticas Públicas. A abordagem sobre a migração venezuelana em Roraima necessita dessa articulação teórica. Com o apoio nas ideias do historiador Peter Burke (2002), vive-se em uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era instigante e, ao mesmo tempo, confusa. As bases da “Nova História” já alcançavam a interdisciplinaridade, que se remete ao primeiro grupo da Revista dos Annales. Assegurando a cooperação interdisciplinar, Constantino (2002) afirma que para os historiadores contemporâneos tornou-se uma atitude que se traduz na busca de correlações, no estreitamento de acordos e de trocas com outras áreas do conhecimento. A busca de novas chaves que permitem interpretar as questões da interdisciplinaridade na produção história.

Inicialmente, Sayad (1998) define “migrante”, enquanto categoria analítica, estreitamente relacionada ao trabalho. O deslocamento, nesta perspectiva, estaria relacionado eminentemente à busca de trabalho como sobrevivência primeira, como necessidade básica que produz o deslocamento. Ou seja:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Esta categoria analítica não deixa de compor o conjunto das questões sistêmicas que produzem deslocamentos, eminentemente compulsórios ao redor do mundo capitalista. No entendimento de Sassen (2016), são expulsões marcadas pela violência sistêmica. Corroborando com Sayad (1998), Bauman (2017) e Vendramini (2018) estabelecem categorias analíticas na mesma perspectiva do trabalho:

Com relação ao sujeito migrante, antes de tudo ele é um sujeito da classe trabalhadora que busca reproduzir-se enquanto tal, em formas cada vez mais precárias, inseguras e vulneráveis. Vive em zonas periféricas, muitas

vezes em guetos, sujeito ao preconceito e discriminação, bem como à violência. É um sujeito com família, sexo, raça, etnia, idade e escolaridade. Enfim, constitui uma massa de trabalhadores completamente disponível para a exploração, tendo que se mover entre diferentes ocupações e regiões (VENDRAMINI, 2018, p. 244).

Entretanto, avançam com o conceito de “migrantes trabalhadores”, conferindo-lhes “família, sexo, raça, etnia, idade e escolaridade” e muitas outras nuances que contribuem para dar rosto aos deslocados, de forma inconsequente e irresponsável pelo atual sistema capitalista (BAUMAN, 2017).

Na atual conjuntura migratória da Amazônia, as migrações venezuelanas, além da categoria trabalho, acionam outras causas para explicar o deslocamento, de modo especial o relaciona a situação de insegurança, violência, falta de comida, remédios ou acesso a serviços sociais essenciais. São situações aparentemente pontuais. Entretanto, fazem parte de uma produção internacional de deslocamentos, previstas no atual estágio do sistema capitalista (BAUMAN, 2017).

No caso da migração venezuelana, 25% dos deslocados, é constituída de solicitantes de refúgio, alguns já com status de refugiado. Os outros 75% estão “enquadrados” na categoria migrantes econômicos. O Estado vem lidando com esta migração como uma categoria de emergência no atendimento que é passageiro, mas a migração não é passageira. Como ocorreu com a migração haitiana, os migrantes venezuelanos novamente denunciam a ausência de políticas migratórias nas regiões fronteiriças da Amazônia. Essa atual conjuntura migratória mobiliza diversas instituições locais e os organismos internacionais, questão que será discutida *a posteriori*.

Ao se trabalhar com as mulheres migrantes venezuelanas, torna-se necessário discutir a questão de “gênero”. Para Kosminsky (2007, p. 786), a inserção da categoria “gênero” em combinação juntamente com as abordagens que estão relacionadas às questões étnicas e culturais, fazendo referências justamente ao que ocorreu na década de 1990, onde “[...] os temas ‘família’ e ‘gênero’ foram incorporados aos estudos migratórios”, e isso provocou importantes rupturas e, conseqüentemente, significativas mudanças. Tais mudanças são apontadas por Kosminsky (2007, p. 786) dada por resultantes de três motivos:

Em primeiro lugar, o aumento do número de mulheres imigrantes. Assim, um dos aspectos que definem a “nova imigração” [...] é o seu grande contingente feminino. Em segundo lugar, a crescente influência do feminismo

acadêmico, que coloca a experiência da mulher no centro da produção do conhecimento. Finalmente, a presença de um grande número de mulheres imigrantes tem acarretado implicações políticas relevantes, no sentido de reivindicações por melhores moradias e por mais extensivos serviços de assistência social, tornando-as o centro da pesquisa.

Com base no exposto, podemos assegurar que a variável “gênero” teve sua contribuição para o deslocamento do lugar social da mulher no que concerne as pesquisas migratórias. Tendo suas mudanças acentuadas mediante ao deslocamento das margens periféricas para a parte central das pesquisas que, segundo Assis e Kosminsky (2007, p. 696-697):

[...] traçam um quadro da inserção das mulheres de diferentes origens étnicas e nacionais em diferentes contextos e situações, sugerindo um olhar mais crítico e atento para a feminização das migrações internacionais e todas as suas consequências sociais, culturais e políticas.

Ainda, quanto a questão relacionada ao “gênero”, os autores supracitados descrevem que, no decorrer do processo histórico, o que tange as migrações internacionais, somente a partir da década de 1970 que ocorre o aumento da participação feminina nos processos de deslocamentos humanos. Com efeito, demonstrado uma diferenciação no processo de migrantes contemporâneos em relação com os processos antecessores. Considerando a possibilidade, devido a um sistema de comunicações e transporte que se caracterizam mais barato e eficiente, a partir da diminuição das distâncias que, por sua vez, se tornam mais frequentes os contatos entre a sociedade de origem e a sociedade de destino.

Nesta discussão, torna-se necessário abordar, com apoio nas ideias de Pavecca e Courtis (2013), a inclusão da feminização nas migrações. A partir dos anos de 1950/1960, uma tendência mundial de incorporar gênero nas teorias da migração internacional, como se incide o gênero sobre a multiplicidade de fatores que estão inseridos no fenômeno da migração.

Entrementes, Oliveira (2016) discute a categoria de análise para a feminização das migrações, pautada na “perspectiva de gênero”. Apresentada por Lagarde (1996) como a inclusão da participação das mulheres nos contextos migratórios, não apenas como quantitativo numérico, mas, como sujeitos dos processos sociais, políticos e econômicos, que redefinem as migrações a partir da percepção e participação das mulheres. Oliveira (2016, p. 282) apresenta “a feminização da migração na Amazônia, seus desafios e perspectivas nas novas

dinâmicas migratórias com vistas à migração interna e internacional”. Ainda, de acordo com a mesma autora:

O discurso da feminização da migração pode ser explicado não apenas por um aumento real no número de mulheres nos fluxos populacionais, mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante. Tal aceitação confere à mulher outro “lugar” social e político nas coordenadas das migrações. À luz dos estudos de gênero, identificamos que quando as mulheres assumem o protagonismo da migração na Amazônia, ou seja, quando são elas que decidem pelo deslocamento e suas consequências, esse “poder de decisão” precisa, no mínimo, ser problematizado ou relativizado porque muitas vezes encontra-se relacionado com os deslocamentos compulsórios. Isso explica, ao menos em parte, a estreita relação entre feminização e precarização da migração e ainda acena para questão do tráfico internacional de mulheres na Amazônia para fins de exploração sexual e comercial em outros países, especialmente na Europa (OLIVEIRA, 2016, p. 282).

Destarte, ao conceituar “políticas públicas”, inicialmente, como ponto de partida, sua definição é complexa. Há diversas abordagens e diversos enfoques teóricos e não existe uma teoria completa e definida sobre políticas públicas, mas vários conceitos que podem ser traduzidos como políticas públicas. No presente artigo, discutir políticas públicas é contribuir com esse debate, partindo de políticas públicas sociais voltadas para os migrantes venezuelanos em Boa Vista/RR, no âmbito da sua relação com o Estado.

Para Bobbio (2000), estudar o termo política está associado aos assuntos de interesse do cidadão, enquanto prática humana relaciona a forma como a sociedade civil e o Estado se comportam. Nesse contexto, Easton (1965 *apud* SOUZA, 2006) contribuiu para definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para o referido autor, as políticas públicas recebem “*inputs*” de diversos grupos de interesse que influenciam seus resultados. Nessa discussão, Secchi (2013) argumenta que a política pública é uma diretriz para resolver um problema público, uma orientação de como proceder com as demandas públicas. O presente artigo toma como referência a definição de políticas de Celina Souza (2006, p. 26), no qual fala resumidamente que política pública é:

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente)

e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Diante do exposto, as reflexões apresentadas demonstram a importância das abordagens interdisciplinares para dar conta da análise do objeto da referida pesquisa. Dessa forma, a pesquisa científica interdisciplinar está pautada nas diversas áreas do conhecimento já referido. Busca-se, dessa forma, na metodologia a construção de estruturas de levantamento de dados e interpretação, a partir de diversos métodos e diversas técnicas de pesquisa, tais como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturada.

O uso predominante da metodologia qualitativa busca revelar os conflitos, as contradições e os processos históricos das mobilidades humanas, das violências e por fim das dificuldades encontradas pelos migrantes. Com efeito, combinamos diferentes teorias e seus respectivos métodos e técnicas para a consecução dos objetivos, cuja centralidade é a mobilidade humana internacional, voltada principalmente para as atividades laborais.

Em seu desenvolvimento metodológico, a pesquisa partiu desde a contextualização histórica da migração até o contexto atual e local das migrações, a partir de um amplo levantamento de fontes realizado na pesquisa. Como técnica de coleta de informações, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com as mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista/Roraima, em atividades laborais. A seleção das entrevistadas abrange as mulheres migrantes venezuelanas que estão no segmento de trabalho, são o público alvo. A entrevista semiestruturada é um dos principais meios de realizar a coleta de informações. Nesse contexto, Triviños (1987) aborda que a entrevista semiestruturada é aquela que parte dos questionamentos básicos, apoiados em teorias, informações e dados recolhidos previamente. Quando se privilegia esse instrumento, possibilitamos a liberdade do entrevistado. Cada entrevista teve a duração de 40 minutos e foram agendadas em locais e horários estabelecidos pelas entrevistadas, total de 15 entrevistas.

A priori o procedimento utilizado nas entrevistas foi o de *trajetória de vida*, baseado no pensamento de Bourdieu (1996), à medida que a constituição das trajetórias de vida visa apreender a forma de construção das representações simbólicas no espaço cotidiano da vida, privada e pública, dos atores sociais, na transfronteira e nos centros urbanos.

O primeiro momento das entrevistas foi a elaboração de um roteiro, tendo claro quem seria entrevistada; o segundo momento, a aplicação das entrevistas que foram previamente agendadas. No momento da entrevista, foi possível relacionar o que está sendo perguntado com as reações das entrevistadas. Dessa forma, o momento da entrevista apresenta informações de natureza verbal que deverão ser anotadas no diário de campo. Durante a entrevista, tivemos presentes os dados de natureza observacional. Todas as entrevistas semiestruturada foram transcritas e arquivadas.

Com efeito, temos o do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), exigidos pelos comitês de ética da Universidade Federal de Roraima. Por fim, as análises das entrevistas foram utilizadas no intuito de interpretar e consolidar dados e informações fornecidas por todos os sujeitos entrevistados, para responder a problemática desse trabalho, fazendo um diálogo com as teorias.

AS MIGRANTES VENEZUELANAS EM BOA VISTA/RORAIMA E A INSERÇÃO LABORAL

Esta seção do presente artigo tem por objetivo analisar o trabalho formal e informal das migrantes venezuelanas em Boa Vista/RR. Acentua-se, nesta discussão, a complexidade e a heterogeneidade das migrações internacionais. Com efeito, as migrações constituem uma importante questão social. Como ponto de partida, vamos fazer uma breve análise da economia e do mercado de trabalho em Roraima; em seguida, dialogar com as narrativas das referidas migrantes, a partir da sua trajetória ocupacional no mercado de trabalho de Boa Vista/Roraima, afim de corroborar a temática investigada.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DE RORAIMA

O Estado de Roraima possui o menor PIB do Brasil, com 0,1%. Sua composição do PIB estadual: agropecuário 3,8%; indústria 8,7% e setor serviços 87,5%. Dessa forma, em análise, o setor terciário (setor do comércio e das prestações de serviço) tem alta participação no serviço público Municipal, Estadual e Federal. Com efeito, Roraima apresenta uma forte dependência das transferências financeiras da União, uma economia incipiente (DIAS, 2008).

Não obstante, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, dados de setembro/2020: nos meses de abril e maio de 2020, a taxa de empregos

se manteve negativa em Roraima, considerando a crise econômica provocada pela Covid-19. Entretanto, já no mês de julho, o número de novas contratações foi positivo. Os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregado e desempregados), do Ministério da Economia, revelam que foram criados 119 postos de Roraima. O setor serviços foi o que mais contratou, segundo o secretário adjunto da Seplan, Fábio Martinez, deve-se as contratações de vigilância e segurança privada (SANTANA, 2020).

Entretanto, nessa conjuntura econômica, infere-se que a taxa de desemprego em Roraima, em 2020, foi de 16,3%, ou seja, passou a ser a mais alta desde 2011. A taxa de desocupação no país foi de 12,2%, de acordo com o jornal Folha de Boa Vista, de 15 de maio de 2020.

Segundo a FECOMÉRCIO (Federação da Indústria e Comércio de Roraima), a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) chegou em Roraima, em meados de março de 2020, e atingiu seriamente a economia do Estado, extinguindo vários postos de trabalho, o que gerou uma recessão na economia, dados que são corroborados pela informação acima. No final do último trimestre do referido ano, houve uma retomada do crescimento. Nos oito primeiros meses foram criados 602 novos empregos formais, de acordo com a Tabela 03, apesar de ser inferior ao ano de 2019, com 915 postos. O Gráfico 01 evidencia que 45% dos trabalhadores estão no setor serviços, confirmando a tendência dos migrantes venezuelanos.

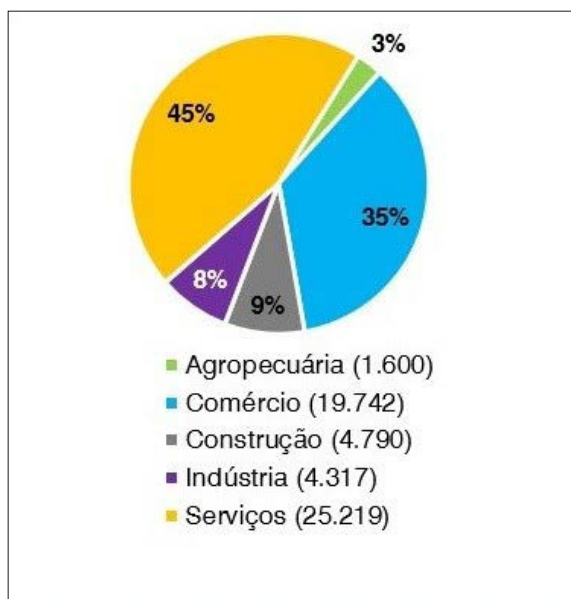
TABELA 4: Evolução do saldo de empregos de Roraima por grupamento – 2020.

Evolução do saldo de empregos de Roraima por grupamento - 2020									
Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Acumulado
Agropecuária	-21	13	-22	-33	6	-18	13	10	-52
Comércio	-76	66	-82	-539	-122	282	135	185	-151
Construção	295	487	63	-191	-193	-289	-9	331	494
Indústria	-36	6	-4	-23	-22	29	25	43	18
Serviços	189	131	253	-407	-69	3	62	131	293
Total	351	703	208	-1.193	-400	7	226	700	602

Fonte: MARTINEZ, Fábio Rodrigues, 2020.

Disponível em: <https://fecomerciorr.com.br/2020/10/21/impactos-do-coronavirus-sobre-o-comercio-de-roraima/>.

GRÁFICO 1: Total de trabalhadores/2020



Fonte: MARTINEZ, Fábio Rodrigues, 2020. Disponível em: <https://fecomerciorr.com.br/2020/10/21/impactos-do-coronavirus-sobre-o-comercio-de-roraima/>.

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL E OS MIGRANTES VENEZUELANOS

Infere-se que a lei brasileira permite ao migrante estrangeiro a emissão de toda a documentação trabalhista, exercendo os mesmos direitos que os brasileiros. Nesse contexto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social é um documento obrigatório para quem vai desenvolver atividades laborais formais. O Artigo 13 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) aborda: “A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada”. Sua finalidade é documentar e comprovar o contrato de trabalho, serve também como documento de identificação. Convém mencionar ainda o Artigo 16 da referida CLT, que terá como identificação única do empregado o número de inscrição de pessoas físicas (CPF). Pois a CTPS (Carteira de trabalho e Previdência Social) garante o acesso a alguns direitos trabalhistas, como seguro desemprego, benefícios previdenciários e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Segundo dados da Cadastro Nacional de Informações Sociais- CNIS, Roraima teve aumento proporcional na concessão de Carteiras de Trabalho, em 2018. Uma alta de 115%, passando de 20 mil, em 2017, para 43mil, em 2018. O referido Estado também registrou o maior número de emissão de Carteiras de Trabalho para migrantes estrangeiros, com 30.683 documentos, em 2018, ou seja, 36% do total.

Trazendo as informações de Lima e Rabelo (2019), o número de Carteiras de Trabalho assinada por migrantes venezuelanos, no período de janeiro a junho de 2019, foi de 1.499 e demitidos foram 941, apresentando um saldo positivo de 558 trabalhadores em Roraima (ver Tabela 05).

TABELA 5: Movimentação de Trabalhadores Migrantes no Mercado de Trabalho Formal, por ano de movimentação, segundo Unidades da Federação – jan./jun. 2019

Unidades da Federação	Janeiro a Junho de 2019		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Total	43.954	38.372	5.582
Rondônia	293	254	39
Acre	23	31	-8
Amazonas	1.225	707	518
Roraima	1.499	941	558
Pará	171	180	-9
Amapá	16	16	-
Tocantins	37	36	1
Maranhão	52	48	4
Piauí	39	13	26
Ceará	293	305	-12
Rio Grande do Norte	100	78	22
Paraíba	78	63	15
Pernambuco	277	188	89
Alagoas	46	39	7
Sergipe	38	28	10
Bahia	397	374	23
Minas Gerais	2.037	1.907	130
Espírito Santo	256	209	47
Rio de Janeiro	2.280	2.323	-43
São Paulo	10.851	11.002	-151
Paraná	6.001	5.226	775
Santa Catarina	8.382	6.570	1.812
Rio Grande do Sul	5.389	4.831	558
Mato Grosso do Sul	1.310	705	605
Mato Grosso	1.472	1.210	262
Goiás	771	596	175
Distrito Federal	621	492	129

Fonte: LIMA; RABELO, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/migracao-de-venezuelanos>.

Nessa discussão ainda, a Tabela 06, mostra o percentual de trabalhadores venezuelanos que trabalham na informalidade. Nesse contexto, a informalidade pode ser definida como falta de garantias dos benefícios, como, por exemplo, férias, aposentadoria, salário maternidade, FGTS, seguro desemprego, entre outros. A informalidade (não registrados) dos trabalhadores venezuelanos é superior aos demais, evidenciando um crescente número de trabalhadores informais ano a ano, chegando, em 2019, a 55,67%.

TABELA 6:

Em relação aos trabalhadores venezuelanos encontrados nas fiscalizações de combate à informalidade realizada pela Seção de Inspeção do trabalho em Roraima, numa escala de 1% a 100%, qual o percentual de trabalhadores venezuelanos registrados (vínculo formal) e de não registrados (informalidade)

NACIONALIDADE	2016	2017	2018	2019
Brasileira	60%	62,5%	55%	42,67%
Venezuelana	35%	35%	42,5%	55,67%
Demais nacionalidades	5%	2,5%	2,5%	1,66%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: LIMA; RABELO, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/migracao-de-venezuelanos>.

Por fim, nesse contexto, convém mencionar que os refugiados, assim como os brasileiros, possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social, pois tem o direito de trabalhar no Brasil de forma legal. De 2013 a dezembro de 2019, 264 mil venezuelanos solicitaram refúgio ou residência, no Brasil, entrando por Roraima. O fluxo se intensificou no ano de 2018. O Brasil concedeu 36.384 Carteiras de Trabalho a imigrantes que obtiveram o título de refugiados. Dessa forma, o Brasil é reconhecido com o país que possui o maior número de trabalhadores na categoria de refugiados da América latina (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020). Dados do ACNUR revelam que, até julho 2020, mais de 130 mil venezuelanos solicitaram refúgio no Brasil. Com efeito, 38.359 tiveram o pedido deferido. Quanto ao gênero, 26.552 solicitantes são homens, e 19.631 são mulheres. Convém destacar que o Estado brasileiro que mais recebeu solicitações de

refúgio, no ano de 2018, foi Roraima (50.770), seguido do Amazonas (10.550) (RODRIGUES, 2020)

Entretanto, com a baixa absorção da mão de obra dos migrantes estrangeiros, considerando uma fraca economia já evidenciada no Estado de Roraima, foi criada nesse contexto a “Operação Acolhida”, uma das iniciativas, vista como uma política pública, destacando o processo de interiorização que já beneficiou mais de 27 mil venezuelanos. Temática que será analisada a *posteriori* neste artigo (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020)

NARRATIVAS DAS MULHERES MIGRANTES EM RORAIMA E SEU NICHU LABORAL EM BOA VISTA/ RORAIMA

As diversas fontes revelam que a presença de mulheres entre imigrantes venezuelanos vem aumentando com o tempo. Isso tem sido notado por organizações que atendem refugiados no Brasil, como por exemplo a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, que destacou esse aspecto ao apresentar seus números do primeiro semestre de 2020. Pois, pela primeira vez, o percentual de mulheres se equiparou ao de homens, entre os mais de 3.800 refugiados atendidos no período (MANTOVANI, 2020).

Discute-se um outro fator, que se destaca para esse aumento no número de migrantes venezuelanas, é a formação de uma estrutura de acolhimento que fora montada em Roraima, incluindo os 13 abrigos, com apoio para obter documentação e acesso ao programa de interiorização para outras regiões do Brasil. Dessa forma, possibilita que elas sintam mais segurança em se deslocarem para Roraima, além, é claro, do agravamento da crise que assola a seu país de origem, em função das diversas vulnerabilidades.

Em entrevista à Flávia Mantovani da Folha Uol, a pesquisadora Rosana Baeninger, que é coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo, do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, da Universidade de Campinas, descreve o seguinte: “É uma migração absolutamente familiar, e a presença feminina é muito vinculada a isso. Vemos várias famílias monoparentais femininas, mulheres com filhos e também famílias estendidas: vêm a mãe, a tia, a irmã, os netos”. Migração que será corroborada pelas entrevistas logo abaixo.

Essa estrutura organizada facilita que as mulheres venezuelanas que migram se regularizem e, dessa forma, beneficia sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, diferentemente de outras migrantes, que ficam mais restritas aos nichos étnicos. Nesse sentido, a pesquisadora Rosana Baeninger analisa que tal

fato “traz uma oportunidade única para a sociedade brasileira, no que tange a mão de obra. Precisamos melhorar como sociedade multicultural e só vamos aprender isso quando tivermos um colega de trabalho de outra nacionalidade do lado”. Ela ainda complementa: “Estando ou não no mercado de trabalho, essas mulheres terão que acompanhar os filhos na escola. Essa socialização via educação abre um leque de novas interações sociais com os brasileiros”. Esse é outro fator que também favorece o processo de interação das migrantes venezuelanas com a sociedade brasileira, muitas delas vêm com filhos pequenos.

No processo de abordagem das atividades de campo, a presente pesquisa aponta significativamente, por meio das entrevistas semiestruturadas, uma série de fatores que influenciam o processo de inserção no mercado de trabalho das mulheres migrantes, principalmente no que tange o mercado formal, que é o tema em questão.

Das entrevistas que foram realizadas, quando se abordou o quesito relacionado a maior dificuldade que fora encontrada no Brasil para exercer a atividade laboral, as entrevistadas apontaram com ênfase a questão da língua, ou seja, os desafios que enfrentam para falar o Português. A falta de comunicação é um obstáculo, além do preconceito pois os clientes, muitas vezes, não querem ser atendidos por venezuelanas. As falas das migrantes sobre a Língua Portuguesa é um dos entraves para trabalhar em Boa Vista/Roraima.

Nesse contexto, dentre as diversas entrevistas realizadas, selecionamos as respostas da referida pesquisa, eis:

- Sim, muito difícil. tenho medo quando vou falar, me sinto errada, sinto que não falo o idioma como tem que ser, por isso prefiro não falar (Entrevistada 01).
- Quando cheguei aqui tive certa discriminação por não entender o português, por não saber falar português, o que é muito difícil para um estrangeiro venezuelano que vem trabalhar, então isto é um pouco complicado (Entrevistada 02).
- O idioma é muito complexo, tenho muita dificuldade em falar, tenho medo de falar errado e zombarem de mim (Entrevistada 03).

Nessa conjuntura, fica difícil exercer uma atividade laboral, sem o domínio da língua portuguesa. Convém esclarecer, que essas entrevistadas trabalham em serviços gerais, com Carteira de Trabalho assinada, em supermercados, na cidade de Boa Vista. Com efeito, é necessário promover cursos de Português continuamente pelas Universidades, ONGs, Operação Acolhida e outras instituições. Como forma essencial de integração à sociedade e ao mercado

de trabalho. Ainda nessa discussão, leva-se a entender o choque cultural que as migrantes venezuelanas sofrem ao defrontar-se com uma nova forma de linguagem, tendo que aprender outra língua, o Português, e, muitas vezes, sem a ajuda de profissionais, pois, têm que procurar um emprego de forma urgente para sobreviver.

Pois, esse fator abre vazão para outra situação que é a discriminação numa sociedade na qual o preconceito é estabelecido pela aversão ao outro, assim como a discriminação, que em sua etimologia significa separação. Dessa forma, como é apresentada pelas entrevistadas, eis:

- Sim, ele não queria porquê... ele falou assim: que nós venezuelanos alugamos uma casa, e depois quando mudamos levamos muita gente da mesma família para morar ali. Aí ele não queria. Depois falamos com ele, aí ele aceitou (Entrevistada 02).
- Sim, muitas vezes me chamaram de venezuelana sebosa, imunda em algumas casas que trabalhei, mas nunca fui sebosa, limpo com cuidado e sempre fiz o que me ordenaram e não entendo porque me chamaram assim (Entrevistada 05).

Esse processo de discriminação ou preconceito foi descrito pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2013, p. 88), ao abordar o migrante como estrangeiro, sendo ele um estranho. Dessa forma:

Estranhos são perigosos; assim, cada estranho é um perigo. Ou, pelo menos, é o que creem. Mais que qualquer outra coisa, desejam estar seguros em relação ao perigo. Mais exatamente, contudo, estar seguros em relação ao medo aterrorizante, angustiante e incapacitante da insegurança. Esperam que os muros os protejam desse medo.

Contudo, infere-se que essa é a angustia da sociedade que se sente amedrontada por migrantes, tratam o mesmo como sendo estranho. Estanhos no sentido estrito da palavra, dentro de seu conceito definido pelo próprio dicionário: o que é de fora, o que é estrangeiro.

Dessa forma, evidenciou-se a dificuldade de inserção laboral desses estrangeiros, ou seja, os migrantes. Quando se trata de mulheres, surgem mais dificuldades. Reafirmamos que a diferença da língua é um fator crucial no momento de uma seleção de emprego. Sobre essa questão, segue o relato: “Sim, porque compreendo, mas não falo, procurei muito por trabalho e me diziam que eu tinha que falar português para poder trabalhar aqui no Brasil” (Entrevistada 02).

O emprego formal é de uma dificuldade extrema para se conseguir, fator que provoca a busca de empregos informais para sobreviverem. Nesse contexto, convém analisar o próximo relato:

- É muito difícil achar emprego formal, sempre é diária que pagam muito pouco. Morei numa fazenda com o pai do meu filho, pagavam menos de um salário para meu esposo, depois me separei e vim para Boa Vista e agora moro com minha irmã. Tenho que pagar aluguel e é tudo muito caro, muito difícil (entrevistada 03).

Esse fator é de suma importância para permanência e sobrevivência das mulheres migrantes e de seus filhos, pois, a necessidade de um emprego que possibilite ao menos o sustento. Dessa maneira, vem a questão relacionada aos direitos dos migrantes, se eles estão sendo garantidos/respeitados em Boa Vista/ Roraima: “Os direitos dos venezuelanos, do migrante venezuelano aqui em Roraima respeitam muito, eu tive a oportunidade de tirar minha documentação, muitos países não fazem isso, tem dado muito apoio aos venezuelanos. (Entrevista 04).

Enfim, fica perceptível através das entrevistas e das bibliografias que dentre os mecanismos que estão sendo usados para proporcionar apoio aos migrantes, é essencial que consigam uma inserção laboral, dentro do mercado formal de trabalho, para sobrevivência. Fica evidente a falta de uma política pública migratória efetiva de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho local.

OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: OPERAÇÃO ACOLHIDA

As políticas públicas são entendidas como um conjunto de ações, de programas com a participação direta e indireta de entes públicos ou privados; uma ação do Governo Federal planejada e implementada para atuar junto ao crescente fluxo migratório venezuelano, em Roraima, em vista da promoção do bem-estar social dos migrantes e da sociedade local. Nesse contexto, a Operação Acolhida foi criada, no ano de 2018, como o intuito de receber de formar digna os migrantes e refugiados venezuelanos, que estavam fugindo da Venezuela, dado a crise político-econômica e êxodo de milhares de pessoas. Diante dessa situação, a Operação Acolhida do Governo Federal se tornou um exemplo na comunidade internacional, sendo a mesma baseada em três pilares: acolhimento, abrigamento e interiorização. Dessa maneira, por meio

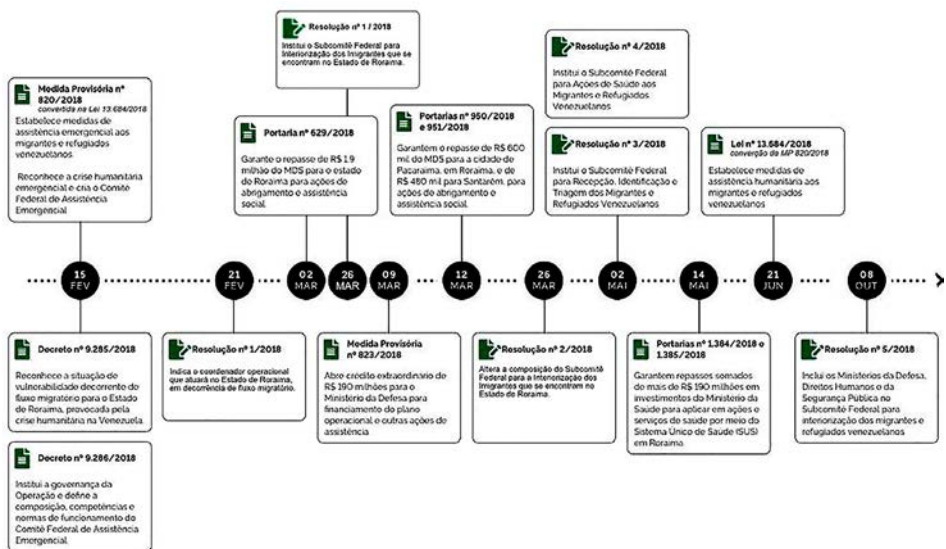
de cada um desses pilares, estabelece-se o acolhimento desses migrantes e refugiados venezuelanos.

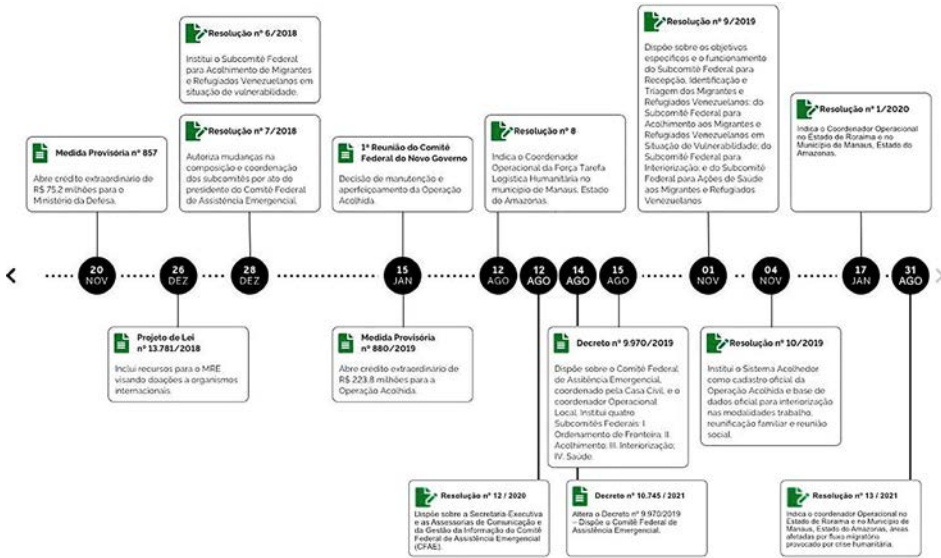
Dessa forma, a federalização do atendimento humanitário aos migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos, em Roraima, por intermédio da Operação Acolhida, buscou atender as solicitações das autoridades de Roraima, em especial as duas principais cidades atingidas pelo processo de migração, que são Boa Vista e Pacaraima, sendo que as mesmas acabaram demonstrando certas limitações na atuação com os migrantes e refugiados venezuelanos.

Ao se estabelecer o processo de federalização dos atendimentos, o Governo Federal passou a realizar o trabalho de recepção, identificação e acolhimento dos migrantes e refugiados venezuelanos que adentravam o solo brasileiro, mediante a fronteira com Roraima. Entrementes, as Forças Armadas passaram a prestar apoio logístico à operação por intermédio de ações em infraestrutura, transporte, saúde e administração. Com isso, as Agências da ONU e entidades da sociedade civil adentraram nesse processo como apoio a tal ação.

Podemos descrever tal processo por meio das imagens abaixo:

GRÁFICO 2: Linha do tempo do atendimento humanitário aos migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos em Roraima





Fonte: OPERAÇÃO ACOLHIDA. Federalização. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/base-legal/>.

A Operação Acolhida é uma força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal, na qual tem o apoio de uma diversidade de agências da ONU, além de contar com mais de 100 entidades da sociedade civil. Dessa forma, a Operação Acolhida busca oferecer uma assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos que estão adentrando o Brasil pela fronteira do extremo norte, pelo Estado de Roraima.

A Operação Acolhida organiza-se e estabelece-se em três eixos:

- 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro;
- 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde;
- 3) interiorização – deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica (BRASIL, 2021).

No ano de 2019, as atividades da Operação Acolhida tiveram continuidade, organizando a chegada dos migrantes. Dessa forma, também estava garantindo à saúde e fortalecendo o processo de interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos. Assim, tem-se mais de 4 mil militares estão participando da missão desde seu início.

Neste sentido, a federalização do atendimento humanitário aos migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos em Roraima buscou atender as solicitações das autoridades de Roraima, em especial as duas principais cidades atingidas pelo processo de migração, que são Boa Vista e Pacaraima, sendo que as mesmas acabaram demonstrando certas limitações na atuação com os migrantes e refugiados venezuelanos.

Ao se estabelecer o processo de federalização dos atendimentos, o Governo Federal passou a realizar o trabalho de recepção, identificação e acolhimento dos migrantes e refugiados venezuelanos que adentravam o solo brasileiro mediante a fronteira com Roraima. Dessa maneira, as Forças Armadas passaram a prestar apoio logístico à operação por intermédio de ações em infraestrutura, transporte, saúde e administração. Com isso, as Agências da ONU e entidades da sociedade civil adentraram nesse processo como apoio a tal ação.

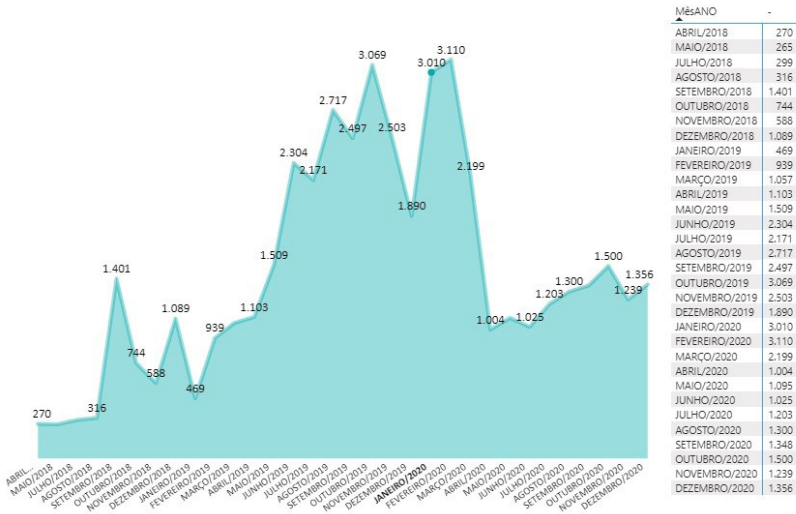
Os procedimentos que são usados quanto à entrada do migrante no país são:

[...] o migrante e refugiado venezuelano dirige-se ao Posto de Recepção e Identificação (PRI). Enquanto aguarda atendimento, recebe água, lanche e pode utilizar banheiros. O posto controla e organiza o fluxo migratório, realizando a expedição de documentos e oferecendo auxílio médico aos migrantes e refugiados venezuelanos em sua chegada. Em seguida, são encaminhados para um dos 12 abrigos e para o processo de interiorização (BRASIL, 2021).

O processo de interiorização dos imigrantes é uma ferramenta por parte do Governo Federal para apoiar os mesmos. Com isso, a estratégia de interiorização busca deslocar migrantes e refugiados venezuelanos de Roraima para os demais Estados do Brasil, com apoio do Governo Federal e de parceiros. Dessa forma, oferece-se uma diversidade de oportunidades que buscam realizar a inserção socioeconômica destes migrantes e refugiados venezuelanos; com isso, ajuda a diminuir a pressão que está alocada sobre os serviços públicos do Estado de Roraima. Esse mecanismo é a principal estratégia adotada pelo governo brasileiro que visa promover a inclusão socioeconômica daqueles que acabaram deixando a Venezuela.

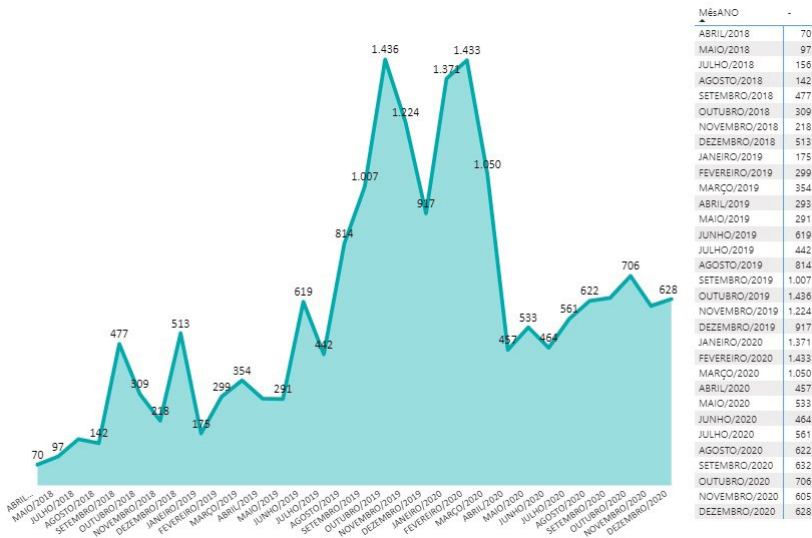
Segundo dados da Operação Acolhida, o processo de interiorização, que se iniciou em abril de 2018 e seguiu até dezembro de 2020, já realizou a interiorização de 46.589 pessoas. Quanto às mulheres que participaram desse processo de interiorização, soma-se um quantitativo de 18.915 mulheres. Somente em 2020, foram interiorizadas 19.389 pessoas, sendo que 9.079 eram mulheres. Dentro desse processo, está a somatória de esforços realizados pelo Governo Federal juntamente com as Agências das Nações Unidas, bem como as organizações da sociedade civil.

GRÁFICO 3: Pessoas interiorizadas (abril de 2018 a dezembro de 2020)



Fonte: OPERAÇÃO ACOLHIDA. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>.

GRÁFICO 4: Mulheres interiorizadas (abril de 2018 a dezembro de 2020)



Fonte: OPERAÇÃO ACOLHIDA. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>.

Dessa maneira, na estratégia que é coordenada pelo Governo Federal,

Apenas os migrantes e refugiados venezuelanos regularizados no Brasil, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado podem participar das ações. Existem diferentes modalidades, que incluem: saída de abrigos em RR para abrigos em uma das cidades de destino; reunificação familiar; reunião social; e com vaga de trabalho sinalizada. Os abrigos nas cidades-destino podem ser estaduais, municipais, da sociedade civil ou federais mistos, com moradia fornecida por entidade da sociedade civil ou organização religiosa (BRASIL, 2021).

Com efeito, quanto a questão da Operação Acolhida e o processo de Interiorização, é uma realização que possibilita a facilidade de acesso das migrantes venezuelanas ao mercado de trabalho. Esse processo de migração é apoiado pelo estado, igrejas e por ONGs, o qual auxilia esses migrantes. Foram interiorizados 1.356 em dezembro de 2020, ver Gráfico 04 e Gráfico 05, o qual evidencia que, em dezembro de 2020, 628 mulheres foram interiorizadas. Nas diversas entrevistas realizadas, cerca de 60% pretendem fazer parte do processo de interiorização, considerando que os outros Estados brasileiros possuem uma oferta maior de trabalho. Ainda nesse contexto, a rede familiar em ação convida para migrarem para outros Estados, principalmente do centro-sul do Brasil, onde possuem uma boa qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente artigo abordou sobre as migrantes venezuelanas em Boa Vista/Roraima: a inserção laboral e as políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro, a Operação Acolhida. Nesse contexto, a migração é um direito humano. Previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa pesquisa, evidenciou-se uma introdução sobre esse tema, seguido de uma reflexão de fundamentos teórico-metodológico, necessários para a pesquisa, com apoio na interdisciplinaridade, a seguir pontuamos a migração internacional feminina, que vem crescendo no Brasil. Sem embargo, as venezuelanas, cubanas e haitianas são as que mais solicitaram a Carteira de Trabalho e Previdência Social/CTPS. Não obstante, a mulher não é invisível nas migrações para a Amazônia brasileira.

A seguir, uma análise das migrantes venezuelanas no nicho de trabalho no município de Boa Vista/Roraima, pois, nos últimos cinco anos, cresceu a migração venezuelana no Estado. Roraima possui o maior número de solicitações de

refúgios. Essas migrantes venezuelanas são mulheres que saíram do seu país em busca de sobrevivência. Podemos perceber que migram sozinhas e também em família, na rede de laços sociais, veem a migração como forma de escapar da pobreza, falta de trabalho, assistência educacional e de saúde.

Com efeito, mencionamos que a condição de gênero ser “mulher” e a nacionalidade de ser venezuelana, muitas vezes, dificulta os empregos formais, primeiro em função da língua diferenciada da portuguesa, o espanhol. Segundo é que os venezuelanos não são vistos como trabalhadores “confiáveis”, questão apontada pelas entrevistadas, ao sofrerem preconceitos e xenofobia; para se ter Carteira de Trabalho assinada, geralmente, precisam de indicação de brasileiros que são idôneos. Na divisão internacional do trabalho, verifica-se alta concentração em serviços gerais contratadas em diversas empresas. Convém ressaltar, que as que possuem nível superior não conseguem trabalhar na sua profissão em função da dificuldade em revalidar seus diplomas, pois os encargos financeiros são altos, e geralmente estão sem dinheiro e desempregadas; a título de exemplo, é comum encontrar médicas trabalhando como esteticistas e advogadas como vendedoras.

Entrementes, em suma, infere-se a necessidade de continuar com as interpretações das entrevistas semiestruturadas com as migrantes venezuelanas, respondendo às perguntas dessa investigação sobre a inserção laboral das migrantes venezuelanas no mercado local e o acesso às políticas públicas. Nessa discussão sobre a família, as falas das migrantes venezuelanas evidenciam que migram sozinhas e depois trazem a família; outras que migram com as famílias; e ainda tem a categoria das mulheres que migram somente com os filhos. No acesso aos serviços formais, a maioria trabalha como “serviços gerais”, faxineiras das lojas (supermercados) e empresas, algumas como caixa de supermercados. Isso deve-se ao fato já mencionado na dificuldade de revalidação dos diplomas, ou seja, não conseguem exercer a mesma profissão do seu país de origem. No que tange as políticas migratórias, elas apresentam satisfação com suas documentações como Carteira de Identidade (RNE) e Carteira de Trabalho. Quanto ao retorno ao seu país, 80% das entrevistadas não desejam voltar, considerando a crise humanitária em que vivem; os 20% desejam apenas visitar a família que ficou, pois muitos se acham integrados na cultura local; formando aí um mosaico cultural, étnico e linguístico. Vale ressaltar, que a Língua Portuguesa é evidenciada como o maior empecilho para as migrantes venezuelanas no trabalho formal.

Contudo, uma breve análise das políticas públicas da Operação Acolhida Roraima, com a interiorização através da forma laboral e integração ao Brasil como um todo.

Não obstante, precisamos dar continuidade nessa investigação, a fim de aprofundar a discussão sobre a migração feminina em Boa Vista/Roraima e sua inserção no mercado de trabalho. É necessário investigar também quais os impactos da Pandemia Covid-19 na migração das mulheres venezuelanas em Roraima, mas são trabalhos futuros.

Por fim, finalizamos com uma reflexão de Bauman (2017), mesmo que a sociedade vem produzindo milhares de migrantes e refugiados, simultaneamente, vem erguendo muros para barrar a entrada e impedir a circulação ao redor do muno. Precisamos de pontes ao em vez de muros. Além de repudiar veemente essa “crise moral”, que vai atingindo aos poucos a sociedade. Nesse contexto, a mobilidade humana está intrinsecamente relacionada como os Direitos Humanos, “com o direito de ter direito”.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Mulheres venezuelanas são interiorizadas com vaga de trabalho em São Paulo.** ACNUR, Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/10/28/mulheres-venezuelanas-sao-interiorizadas-com-vaga-de-trabalho-em-sao-paulo/> . Acesso em: 15 jan. 2021.

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil.** Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/> Acesso em: 15 jan. 2021.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. **Revista Estudos Feministas.** 2007, vol.15, n.3, pp.

BAUMAN, Z.. **Danos Colaterais.** Rio De Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à Nossa Porta.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs). **Usos & abusos da história oral.** v. 2. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas Perspectivas.** Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992.

BRASIL. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **DOU** 08 fev, 2007, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. Decreto-Lei nº 3.010 de 1938 - Regulamenta o decreto-lei n.406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, em 22 de agosto de 1938, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d3010.html. Acesso em: 10 jan.2021.

_____. Decreto-Lei nº 406 de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, em 6 de maio de 1938, Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do trabalho, Brasília,DF, Out. 2017 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0926.htm acesso em 10 de janeiro 2021.

_____. **Operação Acolhida**. [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CARMO, R. L; JAKOB, A. A. E. A migração estrangeira recente na Amazônia legal brasileira. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p. 205-222.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Pesquisa histórica e análise de conteúdo**: pertinência e possibilidades. Estudos. Ibero – Americanos, PUCRS, v. XX-VIII, n. 1, junho 2002. p. 188.

DIAS, Maria das Graças Santos. **Amazônia, o extrativismo vegetal no Sul de Roraima: 1943-1988**. 2º edição. Boa Vista, editora UFRR,2018.

EASTON, John. **Manual de Economia Política**. São Paulo: editora Zahar,1965.

ENRICONI, Louise. A história mundial é uma história de migrações. **Politize!** 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/> Acesso em: 10 jan. 2021.

FOLHA WEB. Em 2018 Roraima tem aumento na retirada de carteiras de trabalho: O número de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) emitidas em 2018 em todo o Brasil foi de 5.084.515. 2019. **Folha BV**, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-tem-aumento-na-retirada-de-carteiras-de-trabalho/49519> Acesso em: 08 fev. 2021.

_____. Roraima registra a maior taxa de desemprego desde 2011: Percentual foi de 42 mil pessoas consideradas desocupadas neste primeiro trimestre de 2020. **Folha BV**, 7 mai. 2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-registra-a-maior-taxa-de-desemprego-desde-2011/65631> Acesso em: 08 fev. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano**: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP-Diretoria de Análise de Políticas Públicas, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/29097> . Acesso em: 08 fev. 2021.

GAZETA DO POVO. Entenda a importância da Carteira de Trabalho: Veja quais são os direitos do empregado e quais as obrigações do empregador com relação a esse importante documento. **Gazeta do Povo**, 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/entenda-a-importancia-da-carteira-de-trabalho-17g33wqjwftkor2yvff8gat7r/> . Acesso em: 08 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Nota técnica estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/arquivo/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf> Acesso em 13 de março de 2020.

_____. **IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020**. Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020> Acesso em: 09 mar. 2020.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração internacional recente na Amazônia brasileira. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 23, núm. 45, julio diciembre, 2015, pp. 249-271.

KOSMINSKY, E.V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 15, n. 3, pp. 773-804, 2007.

LAGARDE, M. **Género y feminismo** – desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde pública**, S. Paulo, 8(supl.):49-90, 1974.

LIMA, Franknauria Guilherme da Silva; RABELO, Gerson Muniz. O reflexo da migração de venezuelanos no mercado de trabalho formal e informal no estado de Roraima. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 04, Ed. 09, Vol. 06, pp. 78-102. Setembro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/migracao-de-venezuelanos>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MANTOVANI, Flávia. Diário de uma refugiada: venezuelana relata experiência de migrar ao Brasil: mulheres do país caribenho em crise mudam perfil da imigração no país; saiba quem são elas. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/diario-de-uma-refugiada-venezuelana-relata-experiencia-de-migrar-ao-brasil.shtml> . Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. Imigrantes venezuelanos estão em 23% dos municípios brasileiros. **Folha BV**, 28 set. 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/imi-grantes-venezuelanos-estao-em-23-dos-municipios-brasileiros.shtml> Acesso em: 03 fev. 2021.

MARTINEZ, Fábio Rodrigues, **Impactos do coronavírus sobre o comércio de Roraima**, 21/10/2020. Disponível em: <https://fecomerciorr.com.br/2020/10/21/impactos-do-coronavirus-sobre-o-comercio-de-roraima/>.

MAYER, Amanda Cristina; SOUZA, Jeniffer Riscielly de; CRUZ, Fabrício Bitencourt da. A LEI DE MIGRAÇÃO: o veto presidencial à anistia para imigrantes indocumentados. In: **II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas**. 1., 2017. Ponta Grossa. Anais eletrônicos. Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em: http://sites.uepg.br/simposiocs/docs/gt6/004.pdf?fbclid=IwAR3G10xqe9WofF71xwWT3eOOteIY4YPPYuT0U--ncxMv8mC-faiQ40ZhO_sM . Acesso em: 10 jan. 2021.

MENEZES, Leilane; ESTRELA, Igo. **Órfãs de Terra-Mãe: a saga das mulheres venezuelanas refugiadas no Brasil.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/a-saga-das-mulheres-venezuelanas-refugiadas-no-brasil>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea.** São Carlos: Editora Scienza, 2016.

ONU- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Declaração de Cartagena - 1984. Disponível:** https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf Acesso em: 10 jan. 2021.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Relatório da Organização Internacional para Migrações- 2020.** Disponível <https://brazil.iom.int/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-popula%C3%A7%C3%A3o-de-migrantes-internacionais> 10 de Jan. 2021.

PACECCA, M. I.; COURTIS, C. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Papeles de Población**, v.16, nº 63, Toluca, ene/mar. 2010.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país da Imigração? **Revista Eletrônica e-metropolis**, Rio de Janeiro, n.9, p. 6-18, jun. 2012.

RODRIGUES, Alex. Brasil reconhece situação de refugiado a 7.786 venezuelanos: Decisão do Conare foi publicada hoje no Diário Oficial da União. **Agência Brasil**, 15 sep. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-09/brasil-reconhece-situacao-de-refugiado-7786-venezuelanos> Acesso em: 08 fev. 2021.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In. ARAGÓN, Luis E. **Migração internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA/UFGA, 2009. p. 223-236.

SAYAD, Adbdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristina Murachco. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SANTAMARINA, Bruna. Mulheres venezuelanas têm negócios acelerados em Roraima. **CIEDS**- Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, São Paulo, 12 ene. 2021. Disponível em: <https://www.cieds.org.br/noticias/detalhe/mulheres-venezuelanas-tem-negocios-acelerados-em-roraima> Acesso em: 15 fev. 2021.

SANTANA, Rodrigo. MAIS EMPREGO: Mês de julho apresentou crescimento na taxa de empregos formais em Roraima. **Governo de Roraima**, Roraima: 01 sep. 2020. Disponível em: <http://portal.rr.gov.br/index.php/component/k2/item/2252-mais-emprego-mes-de-julho-apresentou-crescimento-na-taxa-de-empregos-formais-em-roraima> Acesso em: 05 fev. 2020.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-25. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 09 mar. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Florianópolis, **Revista Katál**, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago., 2018.

EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

Ana Licel Brandan¹

Saí da cidade de Córdoba Argentina, no ano de 1975, aos 8 anos, na época da ditadura militar, criança ainda, não entendia o que acontecia. Meu pai veio ao Brasil primeiro para abrir o “caminho”, ficou um ano longe da família, lembro que morria de saudades e ele mandava cartas todas as semanas contando o maravilhoso que era São Paulo. Eu estudava numa escola de freiras, e um dia minha mãe me disse que ia ficar interna uns dias no colégio, pois não tinha com quem me deixar, a minha irmã de 4 anos ficaria com os padrinhos, mas eu não podia ficar com eles porque era longe da escola. Ela veio ao Brasil com a intenção de buscar casa e preparar toda a nossa vinda. Assim foi, fiquei uns 15 dias na escola com as freiras, e depois que a minha mãe voltou começamos a preparar a mudança para São Paulo, minha mãe ficou apaixonada disse que o Brasil era lindo, que íamos começar uma nova vida.

Lembro que fomos de Córdoba até Buenos Aires em trem, daí fomos de avião até Foz do Iguaçu e depois de carro até São Paulo. Foi uma longa viagem. Chegamos no dia 05 de dezembro de 1975. A nova casa localizada na zona sul, de São Paulo, em Santo Amaro, era perto da Pista de Interlagos, sentíamos o barulho das corridas de carro. Tudo diferente, novo, bonito colorido, as emoções e a curiosidade não deixavam pensar em nada. Em fevereiro iniciei as aulas na 5ª série, com os meus 8 anos, sem saber falar português. Confesso que dormia nas aulas, não entendia nada, meus colegas não conversavam comigo, tampouco me entendiam, pois era a argentina e única estrangeira.

Tive como protetora a querida Helenice, a professora de português, foi como minha mãe na escola, até hoje mantemos contato, nunca esqueci a importância que ela teve na minha vida, foi a que me acolheu e alfabetizou em

1 Doutora em Direito Constitucional e político; Migrante Argentina.

português, com toda a paciência do mundo. Dois meses mais tarde já falava e escrevia português como todas as outras crianças.

A vantagem da inocência infantil é maravilhosa, não pensava na nossa antiga vida, pois tudo era novidade, este país era enorme com muitas diferenças, começando pelas cores das pessoas, nunca tinha visto uma pessoa de cor, foi toda uma descoberta. No final do ano, íamos de carro para a Argentina passar o natal com a família, e voltávamos tristes por deixar os parentes idosos, nunca sabíamos se seria a última vez que os veríamos. Às vezes batia a saudade, mas, a vida continuava. Vivíamos o presente, meus pais planejando a forma de melhorar de vida, num país bastante mais estável. Tínhamos planos de poupança para poder comprar uma casa e um bom carro, nós estudando e nos adaptando à nova vida. Por sorte meu pai tinha um ótimo emprego e minha mãe em casa cuidando dos afazeres domésticos. Tivemos uma vida perfeita, classe média, confortável, eu na faculdade, amigos, por fim a estabilidade tanto buscada nas migrações. Tudo estava bem até que o meu pai recebeu uma chamada telefônica em 1987 onde aceitou uma proposta de trabalho para fazer parte da sociedade que os meus tios (que também saíram Argentina em 1975) tinham fundado na Venezuela. Moraríamos numa cidade industrial pequena muito linda chamada Valencia. Era uma excelente oportunidade, com muitas expectativas de melhoria de vida.

No Brasil iniciava-se a época do Collor de Melo, era uma boa opção de saída. Todos começaram a preparar a mudança, a história se repetia, mas eu estava no quarto ano de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, não abandonaria a carreira no final, sem saber o que me esperava no futuro.

Mantive o meu posicionamento. Me formei e mudei para a Venezuela em 1989. Já tínhamos matizes do que aconteceria, pois nesse ano ocorreu o Caracazo, primeira rebelião dos opositores ao governo do presidente Carlos Andrés Pérez. Anos de prosperidade vieram, sempre houve a leve xenofobia, eles chamam os estrangeiros de *MOSIU*, mas é um país formado de estrangeiros italianos, espanhóis, portugueses, chineses, árabes, colombianos, um leque de misturas raciais e culturais.

Assim transcorreu a vida, novos planos, novas adaptações, agora sim já formada, com 24 anos, deixando casa, amigos e amores, aparentemente com um título de Bacharel em Direito, não válido, falando mal o espanhol, quase esquecido e nessas perspectivas começar a procurar um novo destino.

Agora que penso bem, nunca passou pela minha mente ficar no Brasil. Foi como uma mudança coletiva, sem pensar que também existia essa possibilidade, o chefe da família tomou a decisão e todos o seguimos, decisão esta que fraturou

a família, pois a minha mãe nunca quis deixar o Brasil, mas não havia escolha, além do mais o futuro vislumbrava perfeito. Chegávamos num país que era um paraíso, por primeira vez íamos conviver com a família paterna, tínhamos capital produto da venda dos bens adquiridos durante 15 anos no Brasil para investir no novo país, e trabalho nas empresas da família.

Chegar a um país novo para conhecer e se adaptar à sua cultura, sua idiosincrasia, e procurar por onde começar, mesmo a família tendo os meios de vida definidos e podendo trabalhar com eles, é difícil, entramos na fase de reaprender. Mudanças de planos e de sonhos. Tinha passado 5 anos estudando advocacia para exercê-lo, com essa ilusão de recém formada, planos de abrir um escritório, fazer pós-graduação, prestar concurso, dar aula, enfim, possibilidades totalmente coartadas. Como se todas essas emoções fossem poucas chegando na Venezuela descubro que estou grávida, o namorado ficou no Brasil, sem possibilidades de mudar para a Venezuela, eu tendo que ser cuidada pela minha família e no abrir e fechar de olhos o filme da minha vida mudou....

Passei por várias experiências trabalhistas, mas sem muito sucesso, não obstante, corri com a sorte de ter amplo respaldo econômico, sem passar necessidades, sempre tendo em vista que foi uma mudança por melhoria de vida, não como ocorre nos deslocamentos forçados. Estávamos bem antes mas queríamos estar melhor e tudo era favorável.

Contudo, é uma sensação de estar perdida, perde-se o que tínhamos projetado, perde-se uma parte do caminho trilhado, às vezes tudo o que se faz não serve para absolutamente nada na nova etapa. As orientações do entorno são etéreas, pois, a maioria das vezes, no que diz respeito à documentação, possibilidades, trabalhos, diplomas, muitas informações são desconhecidas ou burocratizadas para os migrantes, chegando à impossibilidade de aplicar a bagagem do conhecimento trazido para realizar algo que gere alguma produção rentável. Depois de várias tentativas achei um caminho que só quem tem o privilégio da estabilidade econômica encontra, o de voltar a estudar, fiz pós-graduações, mestrado, e assim comecei meu caminho na docência universitária, nunca antes imaginado, no entanto, era tarde para fazer uma carreira docente, se tivesse sabido antes que os meus diplomas eram válidos para estudar pós graduações, mestrado e ministrar aulas no ensino superior, teria sido a salvação e a solução.

Contudo, a calma que a estabilidade econômica proporciona, permitiam uma vida com as ilusões de poder adquirir o básico, para ter uma vida digna da qual todos somos merecedores, como o de adquirir um imóvel, carro, viagens, em fim estabilidade.

No âmbito político, a Venezuela o resultado das eleições de 1999, muda o panorama e muitas expectativas são criadas. O que existia como um jogo de poderes entre dois partidos políticos, onde compartilhavam os benefícios cada quatro anos, entre um partido e o outro, (Adecos e Copeyanos), continuava fazendo a máquina produtiva funcionar. Venezuela era reconhecida, pela produção de petróleo, pelas cidades industriais com filiais de empresas multinacionais, pela mão de obra especializada e econômica, com exportações e importações ocupando um importante lugar mundial além da localização geográfica estratégica.

No transcorrer dos 16 anos da nova etapa de governo, o início era o sonhado, com novas ideias, novas leis, os melhores talentos uniram-se para contribuir às mudanças desejadas para deixar atrás as “injustiças” em todos os âmbitos, como a social, econômica, institucional, política, visibilizando, a princípio temas esquecidos, como os direitos humanos em todos os aspectos, assim como atualização da Constituição e a atualização de uma série de leis obsoletas. Por muito tempo o povo sentia-se ouvido, mal imaginava que era somente com fins de politicagem.

Nesse contexto, eu já tinha encontrado meu caminho, nesse meio tempo a minha filha já estava na metade da carreira de medicina, eu era docente universitária na área marítima, com amplos conhecimentos em sistema de gestão de qualidade, e em determinado momento da minha vida mudei para Santa Elena de Uairén, pois era hora de procurar outros horizontes, e assim desenvolver outra área almejada há muito, a área social, a convivência com os indígenas, brasileiros e com os venezuelanos me leva a observar o contexto. Começo a estudar a vulnerabilidade consequência da colonização, e no ano 2008 inicio o doutorado na Espanha em Direito Constitucional e político, onde o meu trabalho radicou em comparar o direito ordinário versus os direitos indígenas consagrados desde aquela Constituinte proclamada no novo governo de Chaves.

Paulatinamente ocorre um deterioro social, econômico e político. As famílias se odeiam e separam por divergências políticas. Os dados estatísticos no auge dos índices negativos em inflação, criminalidade, mortalidade e em fuga de talentos.

Já a meados do ano 2014 começa a escassez de alimentos e remédios. Quando pensamos que as coisas não podem piorar, e que sempre deve existir a esperança, as vezes é um otimismo que não tem cabida.

Tudo vai sendo normal, é normal trabalhar e não ter dinheiro, é normal o sistema de saúde na mínima expressão, é normal não ter as necessidades básicas cobertas independentemente do nível social, é normal não existir a justiça, é

normal não ter luz, água, gás nem gasolina (em um país petroleiro), é normal os trabalhadores no caminho ao trabalho comer do lixo....

No ano de 2015 decidimos migrar ao Brasil, especificamente a Boa Vista, cidade que sempre nos chamou a atenção pela tranquilidade. Conhecíamos Boa Vista por ser o lugar mais perto para renovar os documentos brasileiros que nunca quisemos perder.

Inacreditável a evolução de Boa Vista nos últimos 25 anos, no começo era uma pequena cidade com ruas de terra, as pontes da estrada de Pacaraima a Boa Vista eram de madeira, com a única característica imutável, o clima muito quente.

Agora, o Estado de Roraima era protagonista de uma migração em massa de venezuelanos, na busca de oportunidades e de melhores condições de vida, uma nova esperança, a qualquer custo, deixando famílias, caminhando centos de quilômetros, correndo riscos próprios da migração forçada.

Aos meus 49 anos, já com doutorado, com o espanhol fluente, uma segurança básica de sobrevivência depois de vender os bens na Venezuela e investir em Roraima, depois de trabalhar tantos anos, de ter uma vida tranquila, novamente migrando, iniciando do zero, tendo que vender a casa que com tanto sacrifício foi adquirida, os pertences, os livros, os amigos, o trabalho. Mas sem olhar para atrás, pensando uma reinvenção, não poderia ser que depois de tantas experiências não poderia fazer algo.

Estive um ano e meio procurando emprego, trabalhei um ano como voluntária, para poder conhecer pessoas, era frustrante que, tendo as condições para apoiar a migração em diferentes processos, não conseguisse um espaço. O mais interessante era observar as pessoas trabalhando com os venezuelanos, com a maior boa vontade sem entender as especificidades da cultura e sem ser entendido.

Depois de 5 anos em Boa Vista, consegui um espaço, e nos últimos três anos trabalho em ONGs que apoiam a migração. O trabalho das instituições é imensurável, não obstante, muito ainda falta. Os protocolos também migram e às vezes não são observados os contextos.

Com respeito ao que é ser migrante...é um turbilhão de emoções...é não deixar que o passado se interponha para não reviver a perda. Perda de toda uma vida de trabalho, sonhos, estabilidade, pessoas, amigos...que não voltará, talvez os nossos netos poderão ver a nova Venezuela algum dia, os países devastados demoram em recuperar-se. É um luto que devemos superar para não entrar em depressão. É aprender a não viver do passado e ter a capacidade de fazer novos amigos para que nos ajudem no trajeto, os anjos existem.

É desconcertante ser maltratado sem motivo, pois não temos a culpa de ser de um determinado país. Não temos a culpa de ter sotaques. É respirar profundo, e não poder expressar opiniões, sobre as mentiras e atrocidades que dizem às vezes, com total desconhecimento, somente nós sabemos e vivemos, as pessoas externas não tem ideia do que é viver determinadas situações, não é suficiente alguém contar, tem que ser vivenciado. Sofremos por nós e por todos os migrantes (crianças, idosos, homens e mulheres que buscam o sustento da família), que vemos em condições vulneráveis. Não temos a culpa se os governantes acabam com famílias e os países inteiros, livres de toda responsabilidade.

Mas também tem o lado positivo que deve ser ressaltado e trabalhado. É um **RENASCER**. É a oportunidade de recomeçar, buscar novos caminhos, colocar em prática o que sempre quisemos fazer e não podíamos, porque já estávamos comprometidos. É buscar os talentos guardados, a novidade, o inédito e colocá-los em prática. É ter paciência, fé, esperança e sobretudo agradecer continuar em outros caminhos com novos protagonistas.

EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA COMPARTILHADA

José Enrique Belisario Rodriguez

Soy José Belisario, venezolano, nacido y criado en Guayana, la ciudad mejor planificada del hemisferio, menor de 10 hermanos, casi una “tribu”, de padres venezolanos mestizos como la mayoría entre el indio, el negro y el europeo, un mar mezclado de razas, sueños, pasiones, porque así “somos”. Padre de un bebe de 4 años que solo vi temporalmente por 3 meses cuando él tenía 6 meses.

Mi vida es una historia en construcción, llena de incertidumbres, desafíos, ansiedad, deseos de superación, siempre valorando el esfuerzo por costumbre y tradición familiar, para poder estudiar tuve que trabajar, no porque la condición económica no lo permitiera, rechace una beca en una universidad de prestigio solo para poder tener una opción de libertad en una universidad también importante pero donde iba a salir del control que significaba aceptar la beca.

Un poco subversivo ante la imposición de los dogmas, muchos estaban estupefactos cuando no acepte la beca, pero fue mi decisión y fue la cosa más liberadora y comprometida que pude tomar y hacer, conté con el apoyo de mi madre quien me crio junto con mis hermanos, así pasó el tiempo entre el trabajo y la universidad hasta que culmine y pude mudarme de ciudad fue una oportunidad de conocerme como individuo, ya sin el apoyo o sustento de la familia fue la primera vez que migré, una migración interna, que me dio herramientas de autoconocimiento, así pude superar el principal límite que hace que las personas no tengan crecimiento, el apego emocional a la zona de confort.

En esta nueva ciudad pude desarrollarme como individuo autónomo, consciente responsable de sus actos y consecuencias, en esta época me establecí, la situación en Venezuela era hasta tolerable, así vine por primera vez a Brasil en Semana Santa del 2014, por mis propios medios, entré a conocer Boa Vista y Manaus, hasta entonces solo había ido a Pacaraima; desde pequeño teníamos la costumbre de pasar los primeros días del año en la ciudad de Santa Elena e

ir a las cascadas para tener un momento con la naturaleza, y salir del entorno de la ciudad.

Esta vez fue diferente pude venir a conocer, por mi cuenta, explorar tanto la economía, el sistema, las leyes, ver cómo era la sociedad brasileña, en esa época me pareció la mejor cosa que había vivido, era bien tratado, las personas eran amables, casualmente fui a la Policía Federal por información para entender cómo funcionaba la migración y lo que necesitaba para establecerme en Brasil, la funcionaria que me atendió mismo que no me entendía completamente hizo un esfuerzo para explicarse con paciencia y simpatía para que pudiera entender y comprender lo que me decía.

Eso me pareció increíble, comparado al trato que teníamos de los funcionarios en casa, era una realidad totalmente diferente, la sociedad era acogedora, no tenían miedo del extranjero, me sentía una estrella de cine.

UN DURO GOLPE

Pasado el tiempo exactamente 3 años tocó migrar, la situación se estaba volviendo insostenible, la precariedad ya se sentía y estaba por tener un hijo, me sentía angustiado por si algo le llegara a suceder por incapacidad de atención médica, no habían equipamientos o materiales básicos en los hospitales. Para entonces ya tenía una referencia de a dónde ir. Cuando decidí migrar ya sabía que necesitaba, había hecho la tarea, sabía a donde ir, conocía una persona que me recibiría y tendría un trabajo para mí, parecía que estaba arreglado, así tomé la decisión y partí.

Una vez en Pacaraima hice una fiesta de despedida/migración como un homenaje, gaste una parte del dinero que tenía para sustentarme, estaba tranquilo se suponía que tenía donde llegar y estaría trabajando para recuperarlo. Una vez en Boa Vista me encontré con la realidad, no había nadie esperando, ningún lugar donde estar, era una tierra desconocida, todo parecía subdesarrollado y caótico en ese entonces, no entendía las constitución de la ciudad, pero tuve ayuda, hubo una persona que entendió la situación en la que me encontraría mientras conversábamos camino a Boa Vista en el taxi desde Pacaraima, y me llevó hasta una “villa” fue la experiencia más horrorosa que había tenido, no tenía donde estar, no conocía a nadie, no hablaba el idioma, no sabía dónde estaba, aquella villa me pareció salida de una película de terror donde murió mucha gente y parecía una especie de casa embrujada llena de moho por todas partes, me vi en la situación de que era eso o la calle.



Foto: Apartamento de la “vila” y baño.



Foto: Conjunto Residencial de mi casa en Barcelona.

Usé todo el dinero que tenía para pagar el apartamento, ahora no tenía nada de dinero, no había vuelta atrás, tenía una meta, tenía que funcionar, era todo o nada, tenía un hijo que dentro de poco tiempo necesitaba contar conmigo, necesitaba que estuviera estable, y en eso me concentré.

No recuerdo cuanto tiempo y dinero invertí en imprimir currículos para entregar en las oficinas, fue mi primera opción intentar entrar en un escritorio jurídico hacer algún servicio menor, pero estar en el “área” era importante, creo que recorrí todos los escritorios del centro a pie, tapice la ciudad de papel buscando empleo en pocos días, nos conseguía. Era la época de lluvias, pero había un impulso y no podía detenerme había alguien que me necesitaba, por orientación de otros que ya estaban aquí me acerque al mercado, había trabajo en las descarga de camiones y gandolas, parecía una jungla, todos los hombres esperando que se acercara un camión para ir encima y decir que era “mío” o “ya está combinado” el equipo está completo, parecía que había una cúpula privilegiada para ese trabajo, lo vi por un tiempo y me fui, no podía ser eso lo que el destino me tenía, irónicamente al frente de una tienda un día lluvioso paro una gandola, y estaban descargando material para la tienda, me aproxime, de alguna manera me hice entender creo que había aprendido algunas palabras “preciso” y “emprego”, así conseguí mi primer trabajo en Brasil, no descargando el camión, sino en la tienda, el señor le gusto mi espíritu y me contrató por “diarias”, aquello fue casi un mes hasta poder ser contratado.

EL RECOMIENZO

Así, ya con una preocupación menos, pude ir a la universidad, ya me habían referenciado a ir, cuando me atendieron en la Policía Federal para tramitar los documentos, lo cual hice el día siguiente de haber llegado, en ese entonces demoraba un mes para obtener el protocolo de refugio.

Ya en la universidad estaban empezando los programas de acogida, no existía la operación, apenas un curso de portugués, pero era una sensación de superación, era un grupo interesante, como los facilitadores; alumnos voluntarios de espíritu increíble, aquella bondad, y ganas de hacer algo diferente por las personas.

Así fue pasando el tiempo, hasta que un día me lesione en el trabajo, no soportaba el dolor, ni siquiera tuve un día libre para ir al médico, o descansar en casa, y reflexione sobre mi condición, estaba en un dilema, por un lado tenía una situación estable, trabajo formal, y había mejorado mi condición de vida, pude mudarme de aquel lugar horrible y estaba esperando al bebe, por eso insistí y continúe trabajando la meta era otra persona que aún no había llegado.

Llegó la decepción, la madre del bebe se recusó a venir, por miedos e inseguridades, lo cual eran plenamente comprensibles. Así mi plan principal, el objetivo por lo cual todos los esfuerzos fueron hechos quedó allí, a la distancia, lejos

en una situación aún más compleja, si me iba no podía apoyar con recursos, pero quedarme significa perderme de todo lo demás.

Continúe un tiempo, hasta que el dolor fue irresistible, no sabía que me pesó más si la lesión o la conciencia, todo los días me reprochaba que podía estar haciendo algo relevante, debía haber mejores oportunidades. Lo bueno era que tenía un negocio independiente, no era gran cosa pero aliviaba la carga del trabajo, incluso si dejaba el trabajo podría mantenerme y así lo hice.

EL REENCUENTRO

En ese momento, de independencia de manera no planificada llega el resto de la familia, unas 9 personas para ser recibidos, entre ellos mi Leo, casi una sorpresa, el motivo por el cual todo los esfuerzos y frustraciones fueron sustentadas llega.

La situación para documentar ya había empeorado, había que dormir en la calle para obtener la cita para la documentación, por la cantidad de gente, ahora estaba mi mama, mi hermana, mi sobrina, hermano, cuñada, la madre de mi hijo, y mi hijo, entre otros amigos, algunos no podían hacer la cola, así que tocaba ir para hacer la fila hasta que los pudieran atender, ya comenzaba a empeorar el trato con los migrantes.

Mi propio jefe el mismo hombre que me recibió de manera eufórica cuando me contrato, se burló cuando pedí la dimisión, se suponía que me pagaría los derechos completo pero no lo hizo, se rio de su engaño, perdí todos los beneficios, no tenía tiempo de procesarlo, intente en el ministerio caso perdido me dijeron, lo deje así, no podía perder el tiempo en eso, tenía que continuar.

Había mucho por hacer, y las deudas se acumulaban, por cosas del destino una amiga me presentó una persona que sería más que un hermano para mí, me introdujo al mundo de las ventas puerta a puerta en Brasil, ya conocía este sistema en Venezuela, ya había trabajado, así que fue fácil, pero él hizo algo que realmente considere casi un milagro, gracias al apoyo conseguí sustentar a la familia a través de la venta de productos cosméticos, la situación mejoró, así conocí la ciudad y el mundo del voluntariado en Brasil

La primera institución donde fui voluntario, una institución de ayuda al migrante, fue algo irónico, fui allí acompañando un familiar para ser beneficiario de una ayuda, y reconocí a la persona que me había atendido en la Policía Federal para la documentación, le dije que podía colaborar y así fue, inicié esta carrera en el mundo voluntario. Fue una experiencia compleja, por un lado sentía que hacía

algo relevante, con sentido, que estaba aportando, por otro lado también tenía una limitante, al mismo tiempo que sufrí los atropellos de ser migrante.

Había xenofobia en los funcionarios, no les gustaba que estuviéramos allí, se quejaban por eso, querían que fuesen brasileños, pero nadie quería hacer ese trabajo sin recibir nada, los voluntarios que estaban eran bolsistas, trabajaban en las agencias, eran pasantes, solo nosotros los migrantes no contamos con este apoyo y si lo recibíamos no era igual.

Ya hasta para el atendimento médico era complicado, para atender a mi hijo, tuve que madrugar para tomar un cupo, después de pasar horas esperando para tener la cita para ser atendido ya restaba el último cupo y un funcionario de la policía que pasa al frente irrespetando la cola, diciendo que estaba primero, lo peor no fue eso, sino que la funcionaria le dio la razón, de esta forma sufrí los abusos y atropellos del abuso del poder de las autoridades.

La tensión por el tema de la migración solo empeoraba, trabajaba vendiendo hasta tarde en la noche, andaba en una bicicleta con una caja amarrada a la garupa, aun la conservo algo sentimental.

CONFRONTACIÓN Y RESIGNIFICACIÓN

Pasaba el tiempo y siempre que podía me dedicaba a la reflexión, entre los estudios y el trabajo me ayudo agudizar la visión, las causas de nuestra debacle, porque tuvimos que salir y abandonar todo como si nada tuviera significado o importancia, después de años de construcción familiar, porque la economía se vio afectada realmente de esa forma en un país rico en recursos.

Parecía una especie de castigo *kármico*, después de años de esfuerzo, trabajo, estudio para salir y recomenzar de la nada, así veía las personas en la calle, pidiendo, cubriendo un carro con cartón, comiendo de los restos de un restaurante, profesionales, durmiendo en algún lugar donde los agarrara la noche, todos con familias aquí o en Venezuela, pero con la expectativa de un futuro mejor.

Con la esperanza en los ojos de conseguir un trabajo, recuerdo mi primera oferta de empleo después de 60 días de cursos, era un grupo grande esperando esa gran oportunidad, al final la terminé rechazando, me llamaron “loco” e “irresponsable”, pero todos pasamos por la misma capacitación junto con brasileros, pero para nosotros era suerte de poder entrar en el curso, los únicos cargos disponibles eran los de auxiliar, los cargos de supervisión o gerencia todos eran de los brasileros, en su mayoría con cursos técnicos, en nuestro caso en la mayoría con formación universitaria, pero no estábamos en igualdad, no había

equilibrio, era una condición sesgada de separación tipo un apartheid pero no por el color de piel sino por la nacionalidad.

Nosotros para el trabajo obrero, y debíamos estar agradecidos con eso, para mi suerte ya había recibido una propuesta, comenzar en una organización internacional, un trabajo operativo, pero era algo más intelectual así que desistí del anterior y me concentré en esta nueva propuesta, el salario era menor, así que lo dude por un tiempo, pero vi a largo plazo que sería mejor.

No estaba errado, rápidamente pude conocer otras instituciones, pero veía algo increíble, veía como personas que básicamente nunca habían trabajado ocupar puestos importantes con un excelente salario, y personas con años de experiencia y formación ni ser considerados, solo por ser migrantes, era algo increíble.

La discriminación y el colonialismo institucionalizado, no era solo en la calle donde ocurrió la marginalización, la calle solo lo hacía visible, no era solo las escenas cargadas de odio que transmite la prensa local o regional, era todo el aparato, eran las instituciones que se suponían que estaban para responder a la emergencia, las instituciones que vinieron a aliviar el sufrimiento humano.

Era en estas instituciones donde se promovió y privilegiaba comportamientos discriminatorios en función de la nacionalidad, el género, la raza, era una situación complicada, vi como en una institución religiosa una mujer fue despedida por denunciar un asedio que había sufrido por parte de un funcionario, ella fue la despedida, el funcionario fue promovido, la peor parte, todos sabían que ella tenía la razón, pero parece que nadie quiere ver o saber de los dolores de los de abajo los que están al final de la escalera.

Por otro lado, conocí gente maravillosa dentro de las instituciones académicas, fueron de mis mejores experiencias, entraba en un sistema de reflexión nuevo, de filosofía social, fue mi oportunidad de desaprender y aprender, de reconstruirme, de reflexionar sobre lo que ha sido.

Vislumbre algo que me llevó a la preocupación, la respuesta a la migración es catalogada como un éxito porque responde a los intereses internos lo cual es comprensible, ¿pero esa respuesta realmente responde las inquietudes de la población atendida?, ¿responde a sus dolores, a sus procesos?, parece más bien un acto de conducción donde para evitar que seas visto en la calle es mejor enviarte a una fábrica en algún lugar donde ya no sea tan importante la visibilidad.

Trabajo esclavo parece ser la respuesta, siendo una opción para vivir de algunos, algo triste a lo que nos lleva la modernidad, el sistema colonial capitalista, digamos más bien un sistema neo-feudal, en nuestro país reina la anarquía, no

existe el menor respeto por las leyes, lo que manda es el dinero, quien tiene sobrevive quien no paga las consecuencias, lo cual solo consolida ese comportamiento para aceptar toda clase de abusos y atropellos, ¿pero hasta cuando se tolerará sin alzar la voz?

Conocí una mujer, un poco curioso las casualidades de la vida, ella había sido alumna universitaria de mi hermano en Venezuela, aquí estaba con su hija, cuando la conocí estaba en la calle, había venido con su esposo y llegaron en casa del algunos familiares de él, en un conflicto de los que acontece cuando muchas personas comparten poco espacio ella terminó saliendo del lugar y acabó viviendo por su cuenta, después me enteré que trabajaba en la prostitución, no tenía muchas opciones, cansada de tapizar las calles de Boa Vista con currículos, y sin lugar donde vivir, con deudas y hambre acepto ofertas particulares de clientes a cambio de favores.

Fue impactante ver de cerca esa situación, como una persona de familia, de estudios, acostumbrada a trabajar y valerse por sí mismo, recurre a tratos humillantes para poder subsistir, teníamos una amistad, me contaba las cosas que le habían hecho un día me llamó para que la rescatara de una casa había salido con una policía que la había dejado encerrada en una casa.

EN VENEZUELA IDA Y VUELTA

La última vez que fui vi que algunos prosperaron mientras otros pasaban necesidades y hambre, negocios que vendían en dólares sus productos, incluso hasta 3 veces más caro si lo comparamos al precio de Brasil, mientras que los empleados ganaban en bolívares el equivalente a un par cosas que podían tomar del negocio, me hizo reflexionar sobre el comercio del seringal y la económica del “barracão” en Brasil todo el retroceso social en un país que un día se levantó como una potencia regional.

Esta descomposición social que me lleva a la reflexión y afirmar que era inevitable la migración, la descomposición social en Venezuela había llegado a un nivel irreversible, los jóvenes ya no se preocupaban por los estudios, era más fácil tener un armamento sirviendo a una fuerza del estado o colectivo, y causar terror en la población tomando lo que quería de las personas en abuso de cualquier derecho.

Un país sin ciudadanos, eso nos dejó una doctrina que eliminó a los ciudadanos, y creó seres controlados a través de una caja mágica de alimentos llamada clap y un carnet, libertad de pensamiento y libre reunión, intercambio

de ideas, unión cívica son conceptos que se convirtieron en arcaicos en un régimen fascista.

SUEÑOS E ILUSIONES

Hoy pienso en el aspecto positivo de la migración, si fuese posible canalizar todas estas experiencias para crear un debate lleno de reflexión, crear espacios de encuentro donde nos podamos ver, donde el intercambio de experiencias y la reflexión sean las bases para así crear nuevos dinamismos.

Esos espacios son de importancia, así mismo con las ayudas de las instituciones hay un aspecto social de las personas, en este caso un aspecto del migrante, la necesidad de expresar su cultura, esos espacios de intercambio cultural que tanto hacen falta, y que podrían promover espacios de diálogos con implicaciones aún mayores.

Pienso en sus posibilidades, no solo en Brasil, sino pensando en un retorno posible, digamos que ese es el grande sueño, la gran meta, ese retorno para recuperar los espacios olvidados, poder llevar nuevas experiencias y conocimientos, regresar para reconstruir o para sumar, un espacio para generar las redes que harán esto posible.

Hoy no solo pienso en ver nuevamente a mi hijo, el cual básicamente no conozco, solo ayudo en su sustento, pienso también en una mudanza social de empoderamiento real, para recuperar lo que nos fue usurpado, no pienso en que alguien deba surgir, pienso en el trabajo personal y colectivo como miembro activo de la sociedad consciente de su rol y la importancia de su participación, sin esperar a que otro haga sino ir allá, marcar un camino o sumar para abrir los espacios necesarios.

BIOGRAFIAS

ALESSANDRA RUFINO SANTOS

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora adjunta de História do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da mesma instituição. Foi professora colaboradora no Mestrado em Antropologia Social da mesma instituição. Possui Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), é Bacharel em Ciências Sociais/Habilitação em Sociologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É vice-líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Natureza, Educação e Cultura (GPINEC). Atua nos seguintes temas relacionados ao contexto rural e urbano: Amazônia; Cultura; Desqualificação Social; Estigma; Fronteira; Identidade; Interação social; Migração; Estudos de gênero; Mulheres migrantes; Redes de Sociabilidade; Representações; Sociedade; Educação do Campo; Ensino e currículo de História. Tem experiência no levantamento e sistematização de dados quantitativos e informações qualitativas. Também possui experiência na elaboração de propostas de projetos de pesquisas, bem como a elaboração de relatórios.

ALESSANDRA LIMA MEDEIROS

Socióloga, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON-UFRR). Foi Bolsista PIBIC-UFRR entre 2019-2020, e 2020-2021 sob a orientação das professoras Francilene dos Santos Rodrigues e Márcia Maria

de Oliveira, respectivamente. Pesquisa educação intercultural e Sociologia da Educação.

ANA LICEL BRANDAN

Migrante Argentina. Doutora em Direito Constitucional e político pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (2016). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Especiais. Estuda Migrações e Fronteiras. Possui larga experiência de trabalho em instituições e agências que atuam na atenção aos migrantes. Atuou no atendimento aos migrantes no Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

CARMEM SILVA DE OLIVEIRA

Graduada em Letras/Português e Literatura pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Ituverava, São Paulo (1994); Professora de Língua Portuguesa e Literatura da rede pública municipal e estadual de Uberaba-MG; Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Português pela UNICLAR - Batatais, São Paulo (1997); Especialização em Informática da Educação (SENAC – Uberaba-MG/2008); Especialização em Gestão Escolar pela (UFOP – Ouro Preto-MG/2014); Tutora presencial do Curso de Letras - do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo, Uberaba-MG (de 2014 a 2017); Vice-Diretora da Escola Municipal Maria Carolina Mendes (agosto de 2006 a dezembro de 2015); Diretora Escolar da Escola Municipal Celina S. Paiva (janeiro de 2016 a janeiro 2022). Atua na área da literatura contemporânea; coordena projetos de arte e cultura a educação fundamental e Ensino Médio.

DÉBORA GOMES DE FIGUEIRÊDO Nóbrega

Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional do Nordeste, graduada em Direito pela Faculdade Cathedral em Roraima, Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima. Possui experiência profissional na área de Assistência Social atuando em vários setores da administração pública municipal e estadual. Executou ações, projetos e programas com criança, adolescente, mulher e idosos. Atuou como Secretária Municipal de Assistência Social em Boa Vista, Coordenadora Estadual de Vigilância Socioassistencial de Roraima, Assistente Social da Defensoria Pública do Estado e atualmente

trabalha no Tribunal de Justiça do Estado. Pesquisa violência contra Mulheres e Feminização das Migrações.

DENISE FIGUEIRÓ MENDES

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) - linha: Cultura, Identidades e Modos de Vida. Mestre em Administração. Especialista em Administração Hospitalar. Graduada em Administração de Empresas. Professora e Consultora com experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Setores Específicos, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão organizacional, comportamento humano nas organizações, gestão de pessoas e gestão de processos. Nas Ciências Sociais, atua na temática migrações. Membro do Conselho Científico da Revista de Administração de Roraima (RARR - B2). Avaliadora *ad hoc* do INEP/MEC. Avaliadora MPE/FNQ. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRR (2017-2020). Professora Efetiva da UFRR.

DUVAL MAGALHÃES FERNANDES

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977) e doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Pós-doutorado no Instituto Universitário de Investigación Ortega Y Gasset da Universidad Complutense de Madrid. Professor visitante na Universidade Peruana Cayetano Heredia, Lima. Pesquisador do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações-Socius do Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG da Universidade de Lisboa Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Economia. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Mortalidade e Migração Internacional. Bolsista Produtividade em Pesquisa - CNPq

FRANCISCO MARCOS MENDES NOGUEIRA

Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Roraima (2011), Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo

Centro Universitário Internacional (2013), Especialização do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2016), Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (2015). Participou como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES/UFRR, no subprojeto de História, desenvolvido no ensino médio na Escola Estadual Hildebrando Ferro Bitencourt, Boa Vista/Roraima; Foi Professor Colaborador no PIBID-DIVERSIDADE/CAPES/UFRR, no Curso de Graduação em Licenciatura da Educação do Campo de Roraima (LEDUCARR) entre anos de 2011 e 2012. Atuou também como parecerista da Revista Aedos (Revista Eletrônica Discente de circulação semestral do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Atualmente atua como um dos líderes e, também, como pesquisador do Grupo de Pesquisa: Gênero, Cultura e Deslocamentos; Membro e pesquisador da Confluência Roda de Prosa de Roraima. Áreas de interesse: Migração; Território; Territorialidades; Cultura Popular; Iconografia (com ênfase na fotografia como fonte histórica) e Metodologias no ensino de História.

GABRIELA DA COSTA NORBERTO PERES

Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia pela Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON-UFRR). Bolsista PIBIC-UFRR 2017-2018, e 2020-2021 sob a orientação da Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues e Márcia Maria de Oliveira, respectivamente. Realizou mobilidade acadêmica na Universidade Autónoma de Sinaloa (México) em 2019. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Migrações, Fronteiras, Violência e Direitos Humanos. Pesquisa racismo e xenofobia e relações de gênero nas migrações.

GHEYSA DANIELE PEREIRA MOURA

Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Faculdade Martha Falcão (FMF/AM 2014). Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). Atuou como Assistente Social na Coordenação do Posto de Triagem Social do Ministério da Cidadania (Governo Federal) na Operação Acolhida/Base Pacaraima, no atendimento ao fluxo migratório venezuelano. Atuou como Assistente Social da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos

(Manaus) na atenção aos solicitantes de refúgio indígenas venezuelanos Warao. Tendo sido pesquisadora Voluntária do Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa Pandiá Calógeras (Ministério da Defesa). Filiada a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Assistente Social de base da Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 15º Região AM (atividade não remunerada).

IGOR ROCHA

Bacharel em Direito pela Universidade de Uberaba (Uniube), acadêmico do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pesquisador na área de Direitos Humanos com enfoque nos grupos socialmente marginalizados.

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI SILVA

Diretor do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR) e Professor Adjunto C3 na Universidade Federal de Roraima (UFRR) do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) - orientador de mestrado; Pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) vinculado ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO); Membro da diretoria da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), gestão 2019-2021; Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com ênfase em Relações Internacionais e período sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL) - bolsista Capes; Mestre em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) - bolsista CAPES; Especialista em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Advogado graduado pela Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI); Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Foi Pesquisador colaborador junto ao NEPO/Unicamp (2020). Foi Research Fellow junto ao Center of Latin American & Latino Studies da American University em Washington D.C. (2019-2020) e Investigador Visitante no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) (2015-2016). Recebeu beca de residência para realizar estudos para o seu mestrado no Oñati International Institute for the Sociology of Law (2008). Professor vinculado ao PROCAD/Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em conjunto com a UFRR e a Universidade

Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Foca suas pesquisas em temas relacionados às migrações internacionais, ao refúgio e às fronteiras, com especial interesse em políticas migratórias.

JOEL VALÉRIO

Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima. Pesquisador Bolsista CNPq/PIBIC 2019 a 2021 da Universidade Federal de Roraima. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Conhecimento. Estuda migrações, fronteiras, violência, Direitos Humanos e Feminização das Migrações. Fundador presidente do instituto Conviva: Programa de Convivência com a Amazônia. Pesquisador do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON/UFRR).

JOSÉ ENRIQUE BELISARIO RODRIGUEZ

Possui graduação em Direito pela Universidade Nororiental Gran Mariscal de Ayacucho (2013). Atuou como responsável de registro da Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil. Atua na Cáritas Brasileira na área de projetos sociais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito. Estuda Migrações.

LÚCIA MARINA PUGA FERREIRA

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2013). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997) e mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2002). É professora da Universidade do Estado do Amazonas. Líder do Grupos de Pesquisa Laboratorio de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia (LAPECSAM/UEA) e Participante do Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAA/UEA). Foi coordenadora Pedagógica dos Cursos de Administração (2013/2015) e Arqueologia (2014/2017). Exerce, desde julho de 2021, o cargo de Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA). Vice-Coordenadora do CEP/UEA, desde outubro de 2020.

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM); Pós-Doutorado em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA / UFAM), Mestre em Gênero, Identidade e Cidadania (Universidad de Huelva - Espanha); Cientista Social, Licenciada em Sociologia (UFAM); Professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR); coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR); Atuação na Formação de Professores (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/UFAM - 2009-2014); Professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM - 2006-2008); Professora e coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR - 2015-2018); Coordenadora do Curso de Especialização em Ética e Política (Latu Sensu - Iniversidade Católica de Pernambuco - UNICAP/SARES 2006-2010); Pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON/UFRR); Pesquisadora do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); pesquisadora do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIRON/UNIR). Assessora da Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM/CNBB, da Cáritas Brasileira e do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); membro do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/PPGSOF), do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP/UFRR) e do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG - Amazônia Legal/CAPES).

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras-UFRR. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade da Amazônia (1986), Especialização em Educação na área de Ciências Sociais (1989), mestrado em História das Américas, pela Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela (1995) e doutorado em História pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC Centro de Direitos Humanos Coimbra/Portugal (2020). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Roraima. Membro do PROCAD-DEFESA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, História Sócio-econômica da Amazônia, História e Políticas Públicas e História Ambiental. Foi Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Extensão no período de 2014 a 2016.

MARIA INAH DE ALMEIDA

Mestre pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciência Humanas da Universidade Estadual do Amazonas (PPGICH/UEA) Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Salvador (2012). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Escolar. Pesquisa Feminização das Migrações.

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, desde agosto de 2017. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1975), Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1997), Pós-Doutoramento na Université de CAEN e na UNESCO (2001-2002). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Amazonas e Coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares das Ciências Sociais na Amazônia do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PGSCA. Presidente da AFIRSE - seção Brasileira de (2007-2011); Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas (2003-2007); Reitora da Universidade do Estado do Amazonas (maio de 2007 - março de 2010). Membro do Conselho Nacional do FNMA (2009-2011); Membro por notório saber do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (MCT); Membro do Conselho Superior da Fundação Oswaldo Cruz; Membro do Conselho Editorial da Jornal Ciência Hoje, publicação da SBPC, desde janeiro de 2013, Membro Eleito do Conselho da SBPC, Área A, Região Norte, período 2011-2015 e 2021-2025. Professora, Pesquisadora e Orientadora de Mestrado e Doutorado dos Programas de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, (desde 1998) Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas e Agricultura no Trópico Úmido do INPA. Tem experiência nas área de Sociologia, Interdisciplinar, com ênfase em Sociologia Clássica e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, pensamento social, políticas públicas, política científica, teoria sociológica, desenvolvimento sócioeconômico. Coordenadora do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia de setembro de 2012 outubro de 2016. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (2016-2018). Membro da Academia

Amazonense de Letras, desde 2011, e Secretária geral da AAL para o período 2021-2023. Coordenadora local do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal.

MATEUS DE OLIVEIRA RIBEIRO

Licenciando em Letras- Português e Espanhol pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre os anos de 2018 a 2020. Bacharelado em Direito pela Universidade de Uberaba (Uniube). Pesquisa Migrações na Literatura.

MILITZA Pérez Velásquez

Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima - Brasil (2021); Especialização em Direito Internacional Econômico e da Integração - Universidad Central de Venezuela (2020); Especialista em Direitos Humanos - Universidad Nacional Abierta - Venezuela (2011); Graduação em Estudos Internacionais - Universidad Central de Venezuela (1997). Atua na área das migrações com pesquisas de campo e atividade profissional. atualmente trabalhando com experiência humanitária na Avsi-Brasil, em Boa Vista Roraima.

REGINA DE PAULA MEDEIROS

Professora Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1977). Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universitat Rovira i Virgili - Espanha (1997). Atualmente é professora no Departamento de Relações Internacionais (PUC/NG). Desenvolve pesquisas sobre Aids, Hanseníase, Saúde Mental e Antropologia Urbana com enfoque na Identidade, Cultura, Cidade e Diversidade Cultural nos seguintes temas: Prostituição, Juventude, Violência, Participação Política, Redes Sociais, Espaços Urbanos Marginais e Sociantropologia das Drogas. Integrante dos grupos de pesquisa Cultura Urbana, modos de vida e identidade e Cultura e Cidade (PUC/MG). Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Estudos Interdisciplinares sobre Drogas e Membro da Asociación de Antropólogos Iberoamericanos en Red.

ROSA MARIA MARTINS SILVA

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (2013). Mestre em comunicação e Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade Cásper Líbero, na Linha de Pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento com dissertação vencedora da 53ª edição dos Prêmios de Comunicação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na categoria Papa Francisco (Pesquisas). Atualmente é Coordenadora de Assessoria de Comunicação do Congregação Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas. Tem experiência na área de migrações e de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração. Estuda Infância Migratória.

SIMONETTA PERSICHETTI

Possui graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (1979), mestrado em Comunicação e Artes pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1995) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), é Pós-Doutora pela Escola de Comunicação e Artes, USP (2017). É professora do programa de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero na linha de pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento. Também é líder do grupo de pesquisa Comunicação Cultura e Visualidades, na mesma instituição. Coordenadora do selo Editora Casper Líbero desde 2018. Editora da Revista Libero (2017). Publicou os livros *Imagens da Fotografia Brasileira I*, *Imagens da Fotografia Brasileira II*. Foi também autora de entrevistas e textos para o livro *Encontros com a Fotografia*. De 2003 a 2009 organizou a coleção *Senac de Fotografia*, como editora de texto e imagem. Ministra palestras sobre fotografia pelo Brasil. De 2009 a 2015 atuou como curadora de fotografia da *Arte Plural Galeria, Recife*.

THAÍSY NITIS MOTA NATTRODT

Possui graduação em Direito - Faculdades Cathedral de Ensino Superior (2017). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos. Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima/Brasil (PPGSOF/UFRR).

TALYTA PONTES MONTEIRO

Psicóloga; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Fronteira da Universidade Federal do Amapá. Possui graduação em Psicologia, Coaching & Mentoring, Especialista em Docência do Ensino Superior, Educação Especial, Gestão Estratégica de Recursos Humanos e Mestranda em Educação. Tem experiência e atendimento clínico e docência do ensino superior em educação especial. Estuda Tráfico Humano e Fronteiras

WALTER MARIANO RODRIGUES DA SILVA

Graduado em Administração de Processos Gerenciais pela Unopar (2012). Professor dos Cursos Técnicos em Recursos Humanos da Escola Estadual Irmão Afonso de 2015 a 2021. Técnico Analista da Educação da Secretaria Regional de Educação de Uberaba - MG. Atua na área da formação de professores/as da Educação Fundamental e do Ensino Médio. Pesquisa Migrações na Literatura.

ÍNDICE REMISSIVO

Abandono 122,123,199,249,292

Acolhida 14,19,62,68,71,78,79,80,81,82,83,84,86,91,106, 109, 111, 128, 147, 155, 156, 184, 203, 212, 214, 279, 304, 309, 312, 321, 328, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 355, 378

Amazônia 10, 13, 17, 19, 38, 45, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 84, 85, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 117, 121, 126, 143, 144, 236, 253, 276, 277, 279, 290, 298, 300, 301, 302, 309, 312, 313, 316, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 335, 336, 337, 352, 355, 336 358, 375, 379, 380, 381, 382, 386

Conflitos 11, 13, 15, 24, 51, 69, 71, 78, 88, 108, 114, 116, 120, 124, 155, 181, 195, 198, 206, 277, 281, 282, 286, 311, 315, 326, 327, 338, 386,

Contexto Migratório 15, 16, 113, 130, 143, 163, 196, 277, 278, 280, 283, 296

Crianças Migrantes 107, 194, 196, 203, 205, 209, 283, 285, 292, 298

Desamparo 16

Desigualdades Sociais 13, 114, 278

Deslocamento – Deslocamento forçado – Deslocamento Compulsório 14, 15, 16, 17, 21, 23, 24, 25, 28, 34, 42, 47, 62, 89, 90, 91, 97, 101, 109, 114, 115, 117, 118, 124, 160, 164, 179, 193, 206, 208, 210, 217, 268, 296, 305, 313, 334, 335, 336, 337, 349

Dinâmica Migratória 14, 35, 41, 42, 108, 276, 284, 328

Direitos – Direitos Humanos 13, 14, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 66, 68, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 83, 84, 86, 90, 105, 107, 109, 110, 117, 119, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 159, 171, 174, 175, 176, 178, 179, 184, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 219, 255, 260, 263, 266, 267, 270, 275, 277, 278, 280, 281, 282, 286, 287, 288, 289, 297, 299, 311, 325, 328, 341, 347, 352, 354, 356, 358, 363, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384

Economia 37, 40, 46, 64, 70, 73, 89, 106, 113, 118, 126, 142, 144, 151, 166, 171, 183, 290, 298, 301, 302, 310, 319, 324, 339, 340, 344, 355, 356, 359, 367, 371, 377

Estigmas 14, 41, 43

Estratégias 32, 55, 62, 81, 112, 128, 130, 137, 143, 167, 282

Experiências Migratórias 19, 43, 213

Exploração 24, 60, 74, 76, 105, 107, 112, 114, 119, 120, 121, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 184, 185, 187, 189, 199, 201, 260, 332, 335, 337

Feminicídio 18, 255, 260, 261, 263, 264, 266, 269, 271, 272, 273, 274

Feminização das Migrações 15, 16, 105, 110, 112, 118, 124, 125, 126, 131, 209, 306, 320, 336, 377, 380, 382

Fome 13, 45, 90, 118, 122, 123, 148, 149, 278, 310

Fronteiras 10, 11, 13, 17, 27, 38, 41, 43, 66, 105, 107, 108, 109, 114, 125, 126, 153, 165, 170, 174, 177, 180, 181, 184, 190, 191, 192, 200, 206, 222, 232, 237, 253, 266, 279, 284, 290, 291, 296, 297, 299, 300, 302, 303, 305, 311, 312, 313, 314, 332, 334, 375, 376, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385

Garantia de Direitos 17, 194, 201, 202, 208, 209, 210

Garimpo 121, 154, 236

Globalização 15, 88, 109, 153, 165, 168, 185, 191, 289, 2290, 303, 325

História 17, 18, 20, 47, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 118, 125, 126, 128, 140, 143, 169, 172, 183, 197, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 225, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 250, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 266, 272, 273, 274, 288, 294, 295, 302, 303, 304, 309, 310, 313, 315, 325, 326, 334, 354, 355, 361, 366, 375, 377, 378, 379, 381

Identidade Cultural 15, 88, 101, 103, 115, 287

Inclusão 11, 22, 24, 29, 32, 33, 34, 110, 262, 282, 291, 292, 336, 349, 350

Indígenas – Indígenas Migrantes 27, 57, 68, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86, 113, 114, 116, 120, 124, 152, 153, 162, 280, 290, 363, 379

Infância Migratória 384

Inserção Laboral 19, 325, 332, 339, 346, 347, 352, 353

Interações 14, 41, 42, 136, 137, 147, 163, 168, 174, 178, 281, 283, 288, 290, 298, 345

Interculturalidade 13, 281, 289, 291, 295, 297, 298

Interdisciplinar 13, 16, 17, 18, 20, 38, 105, 125, 127, 168, 170, 209, 211, 213, 255, 260, 324, 334, 338, 356, 357, 375, 378, 380, 381, 382

Interiorização 37, 57, 122, 147, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 167, 168, 171, 344, 347, 349, 350, 352, 353

Legislação 40, 75, 184, 188, 189, 191, 200, 209, 263, 269, 280, 288, 311

Memória 10, 94, 96, 111, 213, 217, 219, 228, 232, 236, 237, 238, 252, 253, 310

Migração Compulsória 45

Migração Internacional 16, 19, 21, 92, 106, 144, 145, 301, 303, 321, 322, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 352, 355, 356, 357, 358, 377

Migrações na Literatura 15, 88, 383, 385

Migrantes 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 28, 29, 31, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 97, 98, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 137, 138, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 154, 157, 158, 160, 161, 163, 167, 170, 181, 192, 194, 196, 202, 203, 205, 209, 213, 218, 222, 224, 235, 236, 238, 241, 268, 269, 270, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 320, 321, 325, 327, 328, 329, 330, 332, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 358, 362, 365, 370, 371, 372, 375, 376, 381, 386

Mobilidade Humana 13, 23, 34, 38, 84, 103, 106, 109, 118, 126, 131, 169, 170, 193, 210, 298, 321, 323, 324, 338, 354, 356,

Mulheres Migrantes 9, 16, 19, 53, 105, 110, 118, 119, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 137, 142, 143, 268, 307, 313, 321, 335, 338, 344, 345, 347, 375

Narrativa 20, 60, 61, 98, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 128, 137, 139, 214, 238, 291, 292

Pertencimento 15, 24, 88, 97, 98, 101, 102, 137, 288

Políticas Migratórias 107, 109, 115, 150, 154, 276, 335, 353, 380

Políticas Públicas 14, 19, 29, 40, 75, 107, 110, 126, 130, 143, 156, 158, 167, 175, 180, 181, 191, 201, 205, 271, 272, 275, 276, 285, 298, 299, 320, 321, 325, 334, 337, 347, 352, 353, 356, 359, 381, 382

Processos Sociais 13, 105, 155, 336, 380, 381

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras 11, 13, 105, 253, 284, 379, 381, 384

Proteção 17, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 34, 40, 120, 175, 177, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 214, 230, 257, 263, 269, 277, 279

Refugiados 11, 14, 21, 22, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 62, 79, 82, 83, 84, 85, 106, 109, 143, 147, 148, 156, 157, 158, 159, 164, 168, 198, 205, 209, 217, 218, 219, 279, 280, 284, 285, 288, 290, 291, 311, 312, 314, 315, 322, 326, 332, 343, 344, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 358

Regularidade Migratória 22, 32

Residência Temporária 22, 26, 30, 33, 139, 156, 166

Sobrevivência 9, 14, 21, 22, 25, 33, 38, 45, 47, 49, 60, 62, 91, 97, 113, 115, 121, 122, 154, 167, 198, 200, 256, 280, 318, 334, 347, 353, 364

Terra Indígena 15, 68, 76, 77, 82, 85, 87

Territorialidade 11, 13, 191, 213

Tradições Culturais 15

Tráfico de Pessoas 17, 44, 107, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 206, 207

Trajetoórias Migratórias 15, 111, 123, 124

Universidade Federal de Roraima 11, 13, 15, 19, 86, 87, 105, 125, 253, 275, 284, 330, 339, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384

Venezuelanos 14, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 79, 83, 84, 85, 106, 108, 115, 116, 124, 137, 139, 143, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 164, 165, 166, 168, 172, 173, 202, 203, 269, 270, 273, 276, 280, 283, 291, 295, 298, 301, 3012, 317, 320, 321, 326, 331, 332, 333, 335, 337, 340, 341, 342, 343, 344, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 353, 357, 358, 363, 364, 379

Violência – Violência Contra As Mulheres 18, 19, 55, 70, 79, 83, 86, 105, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 139, 150, 152, 187, 198, 201, 206, 209, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 282, 273, 274, 275, 276, 278, 283, 285, 292, 294, 299, 300, 313, 314, 324, 325, 326, 330, 334, 335, 377, 378, 380, 383

Vulnerabilidade 22, 29, 30, 34, 119, 134, 145, 179, 184, 186, 187, 197, 207, 208, 210, 308, 363

Xenofobia 29, 60, 107, 270, 276, 279, 283, 285, 291, 293, 294, 295, 307, 353, 361, 371, 378

